

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
(PUC-SP)**

**Simão João Samba**

**SIGNIFICADOS DO TRABALHO INFORMAL EM LUANDA:  
luta, coragem e persistência nas vozes dos jovens migrantes.**

**DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**São Paulo**

**2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**(PUC-SP)**

**Simão João Samba**

**SIGNIFICADOS DO TRABALHO INFORMAL EM LUANDA:  
luta, coragem e persistência nas vozes dos jovens migrantes.**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social na área de concentração: Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Myrian Veras Baptista.

**São Paulo**  
**2012**

## Banca Examinadora

---

---

---

---

---

*Aos meus avós maternos: Pedro e Luzia (Em Memória)*  
*Às duas mães que Deus colocou em minha vida: Jacinta (Em Memória) e*  
*Conceição Pedro, exemplos de luta, doação e perseverança.*  
*Aos jovens vendedores ambulantes, de modo particular, aos que participaram*  
*como sujeitos neste trabalho e que, no cotidiano perverso da rua, buscam não*  
*apenas a própria sobrevivência, mas a construção e reconstrução das próprias*  
*experiências, trajetórias e histórias de suas vidas.*

## **AGRADECIMENTOS**

O percurso desses longos quatro anos foi possível graças à solidariedade de muitas pessoas, que, infelizmente, pelo pouco espaço reservado no trabalho, não poderei mencionar, mas espero que se sintam agradecidos por tudo.

A Deus, em primeiro lugar, pelo Dom da vida, cuja presença e sabedoria sempre viva em minha vida foram fundamentais para o sucesso desta trajetória acadêmica que agora termina, permitindo, assim, o começo de um novo ciclo.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Myrian Veras Baptista, que orientou e acompanhou todo o processo de elaboração desta tese com toda sua sabedoria, dedicação, humildade e competência. O meu sincero e eterno agradecimento pela paciência, pela troca e, principalmente, pelo aprendizado transmitido e compartilhado ao longo de todo esse processo.

À minha família: irmãos e sobrinhos, que aceitaram a ausência desses longos anos de permanência no Brasil, de modo particular, às minhas irmãs Luzia e Aninhas, ao meu irmão Lito Francisco, ao cunhado Nelson e às minhas sobrinhas Humberta, Jandira, Patrícia e Denise, cujos apoios foram importantes para terminar esta trajetória acadêmica.

À coordenação da Associação dos Amigos de Dom Bosco (ADB), por todo apoio prestado durante a pesquisa de campo, especialmente ao mano Fernando, ao Zito, à Cecília e aos membros que aceitaram participar deste trabalho reservando um tempo aos fins de semana - que poderiam estar com suas respectivas famílias - para participar das discussões de grupo, cujo rico conteúdo está contido nesta tese.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmelita Yazbek, que me acolheu no programa e me incentivou, enquanto orientadora do Mestrado, a cursar o doutoramento. Obrigado por toda essa rica vivência compartilhada no percurso da pós-graduação, pelo profissionalismo e pelas contribuições pertinentes dadas na fase da qualificação que muito contribuíram na qualidade desta tese.

À professora Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Martinelli, pelo acolhimento, disponibilidade, amizade e amor à profissão. Meus agradecimentos por tudo e, principalmente, pelas contribuições da qualificação que ajudaram a enriquecer a tese que apresentamos.

À Irmã Silvia Antunes de Freitas, pela amizade, companheirismo, disponibilidade, profissionalismo e contribuições valiosas, que enriqueceram o conteúdo deste trabalho. Agradecimentos também por sua dedicação na formação dos profissionais de Serviço Social em Angola.

À Irmã Conceição Adelina, especialmente, pela presença motivadora em minha trajetória de vida acadêmica, pelo apoio sempre prestado, mesmo a distância, e pela oferta do computador portátil, instrumento fundamental na elaboração desta tese.

À Prof<sup>a</sup> Mst. Terezinha Rondelli, por todo o apoio prestado desde a graduação e, principalmente, por ter aceitado a responsabilidade por minha permanência no Brasil, para dar continuidade a esse processo de formação que agora termina.

Ao professor Luís Antônio Groppo, pela amizade, apoio, disponibilidade, mesmo com volume de trabalho, e pelas contribuições na qualificação que deram qualidade ao trabalho final ora apresentado.

Às professoras do Programa: Raquel Raichelis Degenszajn, Maria Lúcia Silva Barroco, Maria Lúcia Carvalho da Silva, Mariangela Belfiore Wanderley, Marta Silva Campos, Regina Maria Giffoni Marsiglia, Aldaíza de Oliveira Sposati que, além de me acolherem, fizeram-me admirá-las pelo profissionalismo, entrega e o amor que nutrem pela profissão.

À família Madia, em especial, a Betuel, Alzira e Bel, pelo apoio, incentivo e acolhimento em todos os momentos. À minha afillhada Gigia, pelo apoio e incentivo. Tê-los por perto, neste último ano da trajetória de doutoramento, foi extremamente fundamental.

Aos colegas Assistentes Sociais e docentes do Instituto Superior João paulo II (ISUP JP II): Maria Luisa Sardinha, Felisbela Espírito Santo, Adélia Cohen, Luzia Dumbo, que apoiaram com palavras de incentivo e encorajamento, em alguns momentos, a distância. Aos professores Júlio Mendes e Félix Novais, cujo apoio material ajudou significativamente no enriquecimento teórico da presente tese.

À sempre e eterna amiga, Izalene Tiene, que foi uma verdadeira irmã, cujo apoio dado durante a minha estadia nestas terras brasileiras foi muito importante e significativa para que pudesse ultrapassar todas as dificuldades que fui encontrando ao longo do percurso. Fico agradecido pelo acolhimento e generosidade.

Ao Ir. Lopes (Em Memória), pela amizade e apoio, pelos momentos vividos e partilhados. Pela vida missionária de 24 anos dedicada às crianças, aos adolescentes e jovens angolanos.

A Kátia, Vânia e José Carlos, que foram mais do que secretários do programa. Obrigado pela amizade, acolhimento e por todo o apoio dado ou prestado, muitas vezes a distância, para que a minha trajetória acadêmica do Mestrado e Doutorado pudesse ser concluída com êxito. A Soraia, do setor de bolsas, pelo apoio prestado nos últimos meses da trajetória de doutorado.

Aos amigos: Dinis Mário, Benedito, Anavilde, Vilma, João Futa, Leandro, Indira, Américo, Inocência, César, Orlando, Marcelino, cujo apoio foi fundamental na concretização deste trabalho e sonho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cujo apoio financeiro permitiu a realização desta trajetória de doutoramento.

Ao Pe. Luiz Gonzaga Piccoli, que enquanto superior dos Salesianos de Dom Bosco em Angola, possibilitou a minha vinda ao Brasil para cursar a graduação. Os meus eternos agradecimentos por tudo, especialmente pela amizade e confiança. Que Deus o recompense por tanta generosidade.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Myrian Fauri, que foi a arquiteta de todo este processo, e, através dela, agradeço aos demais professores do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal), particularmente do Curso de Serviço Social: Diva, Margareth, Zé Eduardo, Sylmara, Leni, Camilo, que sempre me incentivaram a percorrer essa trajetória acadêmica.

À família Santos: Jorge, Márcia, Thiago, Verônica, Beatriz e Lucas, que me acolheram nesses longos anos de permanência no Brasil e me fizeram sentir parte da família.

Ao Hugo e sua família: Belinha, Miguel e Tchinja, que me acolheram neste último percurso do doutoramento.

À Dr<sup>a</sup> Janine, pelo apoio dado, sobretudo no tempo disponibilizado para a leitura e correções do projeto de pesquisa e demais textos na fase da qualificação.

À Irmã Bernardete Gaspar que, pacientemente, leu os textos e tornou-os compreensíveis, atendendo assim aos padrões gramaticais exigidos. Muito obrigado Ir. Beta, por tudo, sobretudo pelo tempo dedicado às correções.

Ao Assistente Social Almeida Inácio, que ajudou na transcrição das gravações referentes às entrevistas grupais realizadas com os sujeitos da pesquisa, pela amizade e companheirismo.

Ao Marcos Veltri, a Stela Maris, a Maria Nilda e sua família, pela amizade, acolhimento, disponibilidade, apoio e pelos momentos partilhados.

Aos estudantes do Instituto Superior João Paulo II (ISUP JP II), pelos momentos vividos e partilhados durante a docência, pelos apoios dados, as energias positivas, força e coragem transmitidas, que serviram de combustível para que terminasse essa trajetória acadêmica de doutoramento com sucesso.

Ao Chambal, amigo de caminhada e que acompanhou toda minha trajetória desde o mestrado. Obrigado pela sua sempre presença amiga, pelas palavras de incentivo e encorajamento nos momentos de desânimo, de saudades, de incertezas. Que a distância não destrua essa amizade e vínculo que criamos ao longo desses anos.

À Mena, que assim como Almeida, também ajudou nas transcrições das entrevistas. Agradeço também todo o apoio prestado nessa última fase da tese, numa altura em que mais precisava desse apoio. Obrigado por tudo.

Ao Sr. Cortez, pela amizade e apoio dado na aquisição de bibliografias para a elaboração desta tese e não só. De igual modo, agradeço aos funcionários da editora e da livraria: Erivan, Maciel, Kellen, que sempre me atenderam e acolheram com carinho e atenção.

Aos amigos de caminhada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP): Rosimeire, Michel, Mirela, Leile, Gisela Barahona, Rodrigo, Augusto, Marcelo, Bruno, Alex Toledo, Aurimar, Janete Valente.

A Sandra Vaz e ao Cláudio pela amizade, companheirismo, apoio e disponibilidade para a inserção das fotos no trabalho. A Maurício Oliveira, que se disponibilizou para a formatação do trabalho.

Agradecimentos aos amigos: Gabriel Soleira, Bernardino Cuteta, Domingas Paciência, Orlando Lopes e Edinesio Tavares, que ajudaram nas fotografias inseridas no corpo da presente tese e apoiaram todo esse processo.

A todos que, direta ou indiretamente ajudaram para que pudesse terminar com êxito mais essa trajetória, a minha elevada e humilde gratidão.

O trabalho de ambulante, de princípio, é importante, só que não é digno<sup>1</sup>



**Figura 0 – Jovem Zungueiro vendendo entre os carros na Avenida 1º de Maio**  
Foto: Bernardino Cuteta - 2011

---

<sup>1</sup> Depoimento devidamente autorizado de A. S., zungueiro, 28 anos.

## RESUMO

**Título: SIGNIFICADOS DO TRABALHO INFORMAL EM LUANDA: luta, coragem e persistência nas vozes dos jovens migrantes.**

**Autor:** Simão João Samba

O presente trabalho foi desenvolvido na província de Luanda, capital da República de Angola, a partir das experiências de trabalho e de vida dos jovens migrantes envolvidos com o trabalho informal, mais especificamente a venda ambulante. O objetivo foi analisar os significados que os jovens migrantes, trabalhadores informais em Luanda, atribuem às suas experiências, bem como os motivos que os levaram ao envolvimento com tais atividades. A compreensão dessas atividades informais contribui para a superação das condições precárias de trabalho e sobrevivência dos jovens, uma vez que vivem, em sua maioria, em contexto marcado por extrema pobreza, vulnerabilidade, exclusão e desigualdade social. Entende-se que o conhecimento e a análise dos significados atribuídos por esses jovens às suas histórias e vivências, assim como os motivos do envolvimento deles nas atividades informais, constituem temas atuais e socialmente importantes, atendendo aos poucos ou à quase inexistência de estudos que abordem essa realidade a partir da visão de quem nela esteja envolvido. É um estudo qualitativo, fundamentado na teoria social de Marx, mais concretamente na perspectiva analítica do materialismo dialético crítico. Participaram do estudo 16 jovens migrantes, trabalhadores informais em Luanda, de ambos os sexos, com idades entre 18 e 35 anos. Foram utilizadas como técnicas de coleta de informações a observação participante e sistemática e entrevistas grupais orientadas por roteiro previamente elaborado, ambas complementadas por pesquisas bibliográfica e documental. Um diário de campo serviu para registrar as informações necessárias, as quais, posteriormente, contribuíram para a análise das informações obtidas e apresentadas neste trabalho. Os depoimentos dos jovens apontaram o trabalho informal como alternativa e estratégia de sobrevivência, que atendem à falta de postos de trabalho que pudessem absorvê-los. Por outro lado, mostraram que há uma repressão a esse tipo de trabalho, por parte do Estado, sem que este ofereça alternativas que lhes possibilitem a sobrevivência. Apontaram também que os jovens não têm o trabalho informal como projeto de vida, tanto é que muitos deles estão se empenhando em estudos que, acreditam, poderão abrir-lhes outras e novas oportunidades de emprego. A migração desses jovens para as capitais das províncias em busca de melhores condições de vida, de trabalho, de segurança, de proteção e de novas oportunidades, ocorreu principalmente em decorrência da guerra e da falta de investimentos nas zonas rurais. Conclui-se, que o trabalho informal é alternativa e estratégia dos jovens para superarem a falta de emprego e as múltiplas perdas e misérias que atravessam suas histórias e trajetórias de vida, incluindo a falta de condições para manter-se com dignidade e oferecer o essencial aos seus filhos e dependentes. Essas situações evidenciam a necessidade de pensar-se em políticas sociais e públicas capazes de alcançar os anseios, as aspirações e as expectativas desses sujeitos e garantir sua proteção, enquanto espaços de construção de novas formas e possibilidades de vida de quem se encontra destituído de seus direitos fundamentais.

**Palavras-chave:** Juventude, Trabalho informal, Comércio ambulante, Desigualdade e exclusão social, Guerra civil, Pobreza e desemprego.

## ABSTRACT

**Title:** MEANINGS OF INFORMAL WORK IN LUANDA: struggle, courage and persistence in the voices of the young migrants

**Author:** Simão João Samba

This work was carried out in Luanda, capital of the Republic of Angola, from the experience of work and life of young migrants involved in informal work in Luanda, specifically the street vendors. The objective was to analyze the meanings that young migrants involved in informal work in Luanda, attach to their experiences as well as the reasons that led them to the involvement of such activities. Understand these informal activities and understand as well how it contribute to overcome their poor working conditions and the survival of this young vendors, since they live mostly in a context marked by extreme poverty, vulnerability, exclusion and social inequality. It is understood that the knowledge and analysis of the meanings of these young people attribute to their stories and experiences, as well as the reasons for their involvement in informal activities, current issues are social important, given the few or almost no studies that address this reality from the view of who is involved in it. It is a qualitative study, based on Marx's social theory, specifically in the analytical perspective of dialectical materialism critical. The study included 16 young migrants, informal workers in Luanda, of both sex, aged between 18 and 35 years. We used as data collection technique of participant observation and systematic interviews and group – oriented script prepared in advance, both complemented by bibliographic and documentary research. A field diary was used to record the necessary information, which later contributed to the analysis of information obtained and presented in this paper. The testimonies of this young people pointed out the alternative of the informal work as a mean of survival strategy, which cater to the lack of jobs that could absorb them. On the other hand, showed that there is a crackdown on this type of work, by the state, without the state providing alternatives to enable them to survive. It also pointed out that those young people do not have the informal work as a project of their life; many of them are doing this informal work and studying at the same time, which they believe could open employment opportunities for them. The migration of these young people to the capital in search of a better living conditions, work, security, protection and opportunity, was mainly due to the war and lack of investment in rural areas. It is concluded that informal work is an alternative and strategy of those young people to overcome the lack of jobs and the multiple losses and miseries that they go through their life stories and trajectories, including the lack of conditions to keep up with dignity and provide the essential to their children and dependents. These situations highlight the need to think in social and public policies capable of achieving the desires, aspirations and expectations of these individuals and ensure their protection, while construction of new spaces of possibilities and ways of life of those who are deprived of their fundamental rights.

**Keywords:** Youth, informal work, petty trade, inequality and social exclusion, civil war, poverty and unemployment.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADB = Amigos de Dom Bosco

Ceic = Centro de Estudos e Investigação Científica

Cnac = Conselho Nacional da Criança

CNE = Conselho Nacional Eleitoral

CRA = Constituição da República de Angola

CRB = Conferência dos Religiosos do Brasil

ENE = Empresa Nacional de Electricidade de Angola

FNLA = Frente Nacional de Libertação de Angola

HIV = Human Immunodeficiency Virus/Vírus de Imunodeficiência Humana

Ibep = Inquérito de Bem-Estar da População

IDH = Índice de Desenvolvimento Humano

INE = Instituto Nacional de Estatística

Minjud = Ministério da Juventude e Desportos

MPLA = Movimento Popular de Libertação de Angola

OGE = Orçamento-Geral do Estado

OIT = Organização Internacional do Trabalho

ONGs = Organizações Não Governamentais

ONU = Organização das Nações Unidas

Pegaj = Plano Executivo do Governo de Apoio à Juventude

PIB = Produto Interno Bruto

Pnud = Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRS = Partido de Renovação Social

RNA = Rádio Nacional de Angola

Unicef = United Nations Children's Fund/Fundo das Nações Unidas para a Infância

Unita = União Nacional para Independência Total de Angola

Sida = Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Vendedores na Rotunda da Avenida 21 de Janeiro.....	27
Figura 2 Mapa do Continente Africano.....	29
Figura 3 Mapa de Angola.....	31
Figura 4 Mapa dos Grupos Étnicos de Angola.....	33
Figura 5 Gráfico da Taxa de Migração por Província.....	49
Figura 6 Mapa da Província de Luanda.....	52
Figura 7 Jornal de Luanda 29 maio 2009.....	57
Figura 8 Jovem Zungueiro na Avenida 1 <sup>o</sup> de Maio.....	62
Figura 9 Mapa de Incidência da Pobreza por Região de Angola.....	117
Figura 10 Zungueira Vendendo na Passarela de Pedestres dos Congolenses.....	128
Figura 11 Encontro dos Amigos de Dom Bosco.....	133
Figura 12 Jovem Zungueira.....	141
Figura 13 Zungueiras nas Ruas de Luanda.....	141
Figura 14 Venda pelas Ruas de Luanda.....	142
Figura 15 Zungueira Vendendo entre os Carros.....	181
Figura 16 Zungueiro Vendendo na rua.....	181
Figura 17 Venda informal no Mercado Roque Santeiro.....	189

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
 <b>CAPÍTULO I: ANGOLA E LUANDA - UMA HISTÓRIA A SER CONTADA</b>	
1.1 Angola: nossa história, nossas raízes.....	28
1.2 Luanda e seu lugar em relação às outras províncias de Angola.....	47
 <b>CAPÍTULO II: REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDES E TRABALHO INFORMAL – UMA ANÁLISE SOBRE DIFERENTES SIGNIFICADOS</b>	
2.1 Juventudes: uma busca de significados na literatura.....	63
2.2 Reflexões sobre o trabalho informal: revisitando a literatura.....	82
2.3 Exclusões, pobreza, desigualdades e vulnerabilidades sociais.....	102
2.3.1Desigualdades, exclusões e vulnerabilidades sociais no contexto angolano .....	115
 <b>CAPÍTULO III: VIDAS VIVIDAS – HISTÓRIAS NÃO CONTADAS</b>	
3.1. Procedimentos metodológicos da investigação.....	129
3.2. O trabalho informal em Luanda: uma estratégia de sobrevivência.....	139
3.3. O significado do trabalho informal em Luanda para os jovens migrante.....	149
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	 <b>222</b>
 <b>REFERÊNCIAS.....</b>	 <b>234</b>
 <b>APÊNDICES</b>	
Apêndice A: Roteiro de entrevista em grupo com os vendedores ambulantes.....	257
Apêndice B: Roteiro de entrevista em grupo com os ex-vendedores	

ambulantes.....	258
Apêndice C: Roteiro de entrevista com o coordenador dos ADB.....	259
Apêndice D: Modelo da carta de autorização e consentimento.....	260
Apêndice E: Relatório da observação de campo.....	262

## **ANEXOS**

Anexo A: Escravos do engarrafamento ou estamos todos a ficar loucos?.....	266
Anexo B: Texto integral do acordo de Alvor.....	268
Anexo C: Reportagens de jornais.....	278

## INTRODUÇÃO

“Abre a janela e vê o que temos<sup>2</sup>”

Esse foi o primeiro convite que o tema abordado nesta tese nos fez e que, com certeza, faz a cada leitor ao folhear as páginas que compõem o presente trabalho. Aceitar tal convite foi de fato um grande desafio, pois significou não apenas um ato de abrir e ver o mundo exposto fora dele, mas exigiu um certo despreendimento dos nossos conceitos e preconceitos para acolher o outro. Compreender o desconhecimento para dar-lhe um significado e contemplar a plenitude do observado exige um aprimoramento dos nossos olhares e ouvidos para captar a realidade além da sua aparência, ou seja, exige a busca de sua essência.

Esse convite nos permitiu ver a realidade dos jovens migrantes envolvidos no trabalho informal com outro olhar e perceber nela novas dimensões que até então nos era desconhecida. Dessa forma, saímos das nossas certezas para entendermos as incertezas, as lutas, as experiências cotidianas de quem busca dar sentido à sua existência numa realidade diferente, superando os rótulos que a sociedade, muitas vezes, muito bem sabe atribuir, sem nenhuma preocupação em conhecer a real história que a trajetória de rua encobre.

Nesse sentido é que esta tese trata das experiências de trabalho e vida de jovens migrantes, que atuam como vendedores ambulantes, em Luanda. Ela foi orientada pelas seguintes indagações: Quem são os jovens envolvidos no comércio ambulante em Luanda, que significados atribuem às suas experiências e vivências e quais as suas expectativas e sonhos em relação ao futuro? Até que ponto o processo crescente do aumento da exclusão, pobreza, desigualdade e elevadas taxas de desemprego entre os jovens, na sociedade angolana e, em particular, na cidade de Luanda, tem contribuído ou os obrigado a enveredarem pelo comércio ambulante? Como a cultura de consumo existente no segmento juvenil angolano - assim como o escasso acesso a uma formação escolar e profissional de qualidade dessa geração de jovens - interferem na construção de suas trajetórias de vida?

---

<sup>2</sup> Fala de Henda Ducados na entrevista concedida ao pesquisador em abril de 2010.

O interesse pela temática surgiu a partir das perguntas acima colocadas e das observações feitas pelo autor, mais concretamente após o advento da paz de 1991, em que as ruas das grandes cidades do país foram tomadas, principalmente, por mulheres e jovens deambulando pelas cidades para venderem diversos produtos, como uma forma alternativa e estratégica de sobrevivência. Esse fato entrou em consonância com nossa trajetória acadêmica e política e nossa preocupação para com a população infanto-juvenil em situação de risco e vulnerabilidade social no país.

A população de vendedores ambulantes, cujas lutas e experiências nos mostram não apenas sua dura realidade cotidiana, mas também o descaso daqueles que têm o dever de garantir as condições que proporcionem o seu desenvolvimento integral, evidenciava a necessidade de um empreendimento não apenas acadêmico mas também político, que aprofundasse o conhecimento de sua realidade e apontasse caminhos para sua superação.

A importância deste estudo está no fato de que, apesar da venda ambulante ser vista nas diferentes instâncias políticas de Angola como algo ilegal, o trabalho informal vem sendo a fonte de sobrevivência da maior parte da população de Luanda, uma vez que há dificuldades no país para prover uma infraestrutura de ofertas de empregos que dêem conta de sua população economicamente ativa e, no contexto dessa população, da demanda de jovens que, anualmente, iniciam a busca de seu primeiro emprego.

Este estudo justifica-se também porque o trabalho no mercado informal vem sendo, há muitos anos, um espaço de luta pela sobrevivência desse segmento da população, principalmente a migrante de outras províncias do país.

Em Angola, esses jovens migrantes têm sofrido pelo fato de suas demandas não merecerem suficiente atenção das autoridades públicas e os problemas daí decorrentes têm sido invisíveis para as diferentes instâncias que pensam o país. Em geral, quando esses jovens são objeto de referência, os aspectos negativos de comportamento é que são destacados, evidenciando situações de violência e de infração que, na verdade, correspondem a um equívoco: frequentemente, esses jovens têm sido mais vítimas do que autores de violência.

Nos últimos dois anos, a partir de 2008, o silêncio ao redor da juventude começou a ser quebrado, nas vésperas das eleições legislativas, com a execução de alguns programas específicos para os jovens, entre eles, o Despontar, o Crédito

Jovem, o HIV Sida e o Jovens em Tempos Livres, integrados no grande projeto Angola Jovem, afeto ao Ministério da Juventude e Desportos.

O projeto Angola Jovem caracteriza-se por ser um instrumento de materialização do Plano Executivo do Governo de Apoio à Juventude (PEGAJ), que tem como objetivo primordial mobilizar os jovens para a sua participação ativa e permanente no processo de Reconstrução Nacional de Angola.

O projeto não reverteu ainda a lógica paliativa que tem caracterizado quase a totalidade de projetos para a juventude até a data. Mas, contrariamente ao que se viveu até hoje, converteu-se em programas que começam a dar os seus primeiros passos com ações e serviços do gênero que o Estado tem implementado.

O referido projeto destina-se a jovens com idades entre 15 e 30 anos, em especial, à jovem mulher, aos estudantes, aos desmobilizados do serviço militar, aos jovens que trabalham nas ruas (ambulantes, carregadores de mercadorias, lavadores de carros, trabalhadores do sexo), aos com deficiência e aos jovens do meio rural.

Tais projetos - pelo fato da curta duração da formação realizada, da falta de acompanhamento, da pouca preparação dos formadores e da descontinuidade no tempo de sua aplicação - não vêm resultando na promoção de mudanças profundas em questões que mais afetam os jovens, como as necessidades de emprego permanente, de salário condigno, de garantia de atendimento da saúde e da habitação, e de desenvolvimento de aspectos que possam garantir um futuro promissor.

Na pesquisa desenvolvida para esta tese pretendeu-se, especificamente, perceber os significados que os jovens vendedores ambulantes em Luanda atribuíam às suas experiências de vida e de trabalho, assim como os fatores e determinações que contribuíram para que enveredassem para o mundo do trabalho informal. Por outro lado, procurou-se conhecer como essas atividades têm contribuído para a superação e melhoria de suas condições de vida e das suas famílias, marcadas por contextos de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social.

Nesse sentido, o objetivo geral desta tese foi conhecer e analisar as experiências de trabalho e vida desses jovens, as diferentes determinações que estão na base de tal realidade, na particularidade do contexto de Luanda, entendendo-as como um fenómeno que resulta da síntese de múltiplas determinações.

Tal objetivo teve, em seus desdobramentos, as seguintes abordagens específicas: apreender as determinantes que influenciaram a escolha da venda na rua como atividade e a relação que existe entre o comércio ambulante, o nível de escolaridade e a cultura de consumo que permeia o mundo juvenil na cidade de Luanda; conhecer a realidade dos jovens e, tanto quanto possível, de suas respectivas famílias; identificar os diferentes negócios com os quais esses jovens se ocupam; conhecer as diferentes modalidades de violência por eles sofridas – sociais, físicas, psíquicas - na realização de suas atividades; apreender as noções que os jovens têm sobre direitos e cidadania e, por fim, conhecer suas angústias, alegrias e expectativas em relação ao futuro.

De modo geral, o estudo teve como intuito subsidiar propostas que contribuam para a melhoria dos programas para a juventude executados pelo governo e organizações não governamentais na cidade de Luanda. Nessa perspectiva, buscou uma gama de informações que se constituíram num valioso subsídio para qualquer iniciativa de impacto no âmbito das políticas públicas voltadas para o segmento juvenil.

O estudo e a análise dessas experiências de trabalho e das necessidades sociais, econômicas, culturais, educacionais, inclusive políticas, que esses jovens vivenciam, remetem-nos a compreendê-los na dinâmica do capitalismo contemporâneo, uma vez que as mudanças ocorridas no mundo de trabalho, no Estado, no modo de vida da população, na esfera cultural e na sociedade, repercutem sobre suas juventudes.

Em nosso entendimento, a compreensão da experiência de trabalho e vida dos jovens vendedores ambulantes em Luanda passa também, necessariamente, pelo conhecimento qualificado da realidade cotidiana desse segmento populacional, pela forma como constroem suas experiências e como expressam suas vivências no contexto de uma sociedade cada vez mais globalizada.

Neste estudo, partimos da hipótese de que as desigualdades da distribuição de renda no país, o nível de exclusão social, assim como as altas taxas de desemprego verificadas na sociedade angolana – e, em particular, na cidade de Luanda – são evidências da questão social resultante de uma sociedade dependente, em um sistema capitalista global. Na imediatez da observação, essa questão social se expressa nas precárias condições socioeconômicas de boa parte da população, nas transformações ocorridas no mundo de trabalho com

incremento de novas exigências para o acesso ao emprego; na dificuldade de acesso à formação escolar e profissional dos jovens. Essas determinações vêm contribuindo para que um número considerável deles trilhe o caminho do trabalho informal.

Ressalta-se que nossa intenção neste estudo foi dar visibilidade aos sujeitos, nas diferentes formas de se relacionarem com a realidade social em suas múltiplas determinações - de naturezas política, social, econômica, histórica e cultural. Conhecer essa realidade no atual contexto do país é de extrema importância, uma vez que, neste momento, estão a delinear-se projetos e programas operados por diferentes instituições e organizações.

Por outro lado, consideramos que o desvendamento da natureza que envolve as experiências de vida desses jovens poderá dar aos profissionais que atuam na área social pistas e indicadores de atuação para desenvolverem práticas, cada vez mais comprometidas, ética e politicamente, com a realidade dos mesmos, buscando, no coletivo e na troca de saberes, alternativas de superação das condições de exclusão social a que estão expostos os jovens que vivenciam experiências similares à daqueles que foram sujeitos da pesquisa.

Segundo Bourguignon (2005) a experiência e o conhecimento que os sujeitos possuem alicerçam-se em dinâmicas concretas da realidade, que precisam ser transformadas por meio de ações políticas capazes de resgatar a condição de sujeitos de direitos, de romper com as tramas que determinam as condições de subalternidade.

Entendemos que qualquer projeto, programa, ou ação para a juventude, que seja elaborado na atual conjuntura angolana, deve atender às múltiplas realidades: urbana, rural e periurbana<sup>3</sup>, uma vez que não temos apenas uma juventude, mas juventudes que se expressam de inúmeras maneiras, de acordo com o contexto social.

É nesta perspectiva que esta tese se apresenta como de grande relevância, na medida em que trará à superfície a realidade dos vendedores ambulantes de Luanda, ainda invisível na literatura acadêmica nacional, mas que, na expressão de

---

<sup>3</sup> O conceito de periférico é muito discutível, na nossa profissão, pois, ao falarmos da periférica, querendo ou não, exaltamos o centro, o que não existe, se não a urbana e a periurbana, o que também pode ser discutível.

suas vivências, vêm nos mostrando, nas várias ruas da cidade, o rosto da desigualdade e da exclusão social que permeia o país.

A outra razão que aponta a relevância e a pertinência desta tese é sua inediticidade, pois estudos do gênero, com temática que envolva tais sujeitos, são quase inexistentes e limitados no país. Daí acreditarmos que os resultados obtidos na pesquisa que norteou este estudo possibilitarão melhor compreensão dos principais determinantes que explicam o envolvimento dos jovens nas atividades informais e, ao mesmo tempo, desmistificarão os discursos ou posições da classe governante do País em relação a eles, contribuindo para o aprimoramento de políticas, programas, serviços e ações que o governo e as organizações da sociedade civil venham a desenvolver futuramente.

Acreditamos que esta tese é revestida, também, de relevância acadêmica e científica, na medida em que poderá servir de subsídio para pesquisadores e estudantes universitários em geral e do Serviço Social em particular, que queiram aprimorar e ampliar seus conhecimentos e horizontes em relação à sua temática; e daqueles que venham a assumir o desafio de trabalhar ou direcionar sua atuação profissional com esse segmento da população. Também entendemos que:

A formação profissional deve oferecer ao estudante a oportunidade de conhecer as diferentes áreas de atuação/intervenção, mas não com o intuito de torná-lo especialista em uma área específica, e sim para que o profissional conheça o nível de atuação nos diferentes setores e tenha possibilidade de criar ou adequar sua atuação/intervenção a diferentes demandas. (GALDINI; BERZIN, 2003, p. 325).

Nesse sentido, entendemos que a ampliação de conhecimentos teóricos sobre os sujeitos em estudo ajudará os profissionais a “construírem formas cada vez mais substantivas de consolidação do projeto profissional”, como afirma Martinelli (2006, p.18). Nesta mesma direção Martinelli (1999) afirma que “nenhuma profissão da área social conseguirá chegar ao final do milênio somente com a capacidade operacional. A essa capacidade operacional é indispensável que se somem também a consistência argumentativa, a fundamentação teórica, a construção do saber” (p. 12-13), que é também um dos objetivos no qual se apoia a presente tese.

Cabe ressaltar, ainda, que a realização desta tese é resultado de uma trajetória iniciada com o Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura,

continuada no Mestrado e aprofundada no doutorado<sup>4</sup>. Nos dois primeiros estudos, percebemos a questão do envolvimento dos jovens em atividades informais mas, naquela altura, a questão não recebeu o aprofundamento merecido por não constituir parte fulcral do trabalho. No doutorado, essa temática foi assumida com mais profundidade, uma vez que foi tomada como objeto da investigação.

Para esta tese, partilhamos a opinião de Ribeiro (2005) quando afirma que a ampliação de conhecimentos sobre as diferentes realidades juvenis é condição necessária para a definição de políticas públicas sintonizadas com os sujeitos e realidades que se quer transformar. Para tanto, é preciso que se conheçam as necessidades insatisfeitas, as motivações e as intersubjetividades em curso, especialmente aquelas relacionadas com os jovens pobres que mais dificuldades enfrentam para fazer escolhas, definir alternativas e desenvolver projetos autônomos.

Na elaboração do referencial de sustentação das discussões e reflexões contidas neste trabalho – que, por outro lado, orientou as entrevistas mantidas com os sujeitos - servimo-nos do levantamento e da seleção criteriosa de bibliografias de diversos campos de conhecimento relacionados à temática.

Para o trabalho de campo, optamos pela abordagem qualitativa porque entendemos ser a que melhor se adapta aos objetivos para ele estabelecidos. Essa opção nos ajudou a dimensionar as questões centrais da temática e a apreender importantes aspectos da realidade em que estão envolvidos os jovens vendedores ambulantes em Luanda. Por outro lado, não deixamos de recorrer a dados

---

<sup>4</sup>No Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura, a temática versou-se sobre Trajetórias de Vida de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Município do Sambizanga – Luanda, enquanto no Mestrado abordou-se O Processo de Educação Social nas Instituições de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco: A Experiência dos Candengues Unidos. Este trabalho mostrou que a maior parte das crianças e adolescentes na rua eram provenientes de municípios que vivem em contexto de miséria, pobreza e vulnerabilidade e tinham baixa escolaridade. Desenvolviam basicamente atividades informais, como engraxador, lavador de carros e vendedor ambulante. Um retrato daquilo que Justo (2003) chama de vítimas da exclusão social e do analfabetismo, ou ainda frutos e rostos de “políticas econômicas que os excluem das possibilidades de se incorporarem de maneira produtiva e cidadã na sociedade” (RIBEIRO, 2005, p. 8). É importante ressaltar que esta situação, de baixa escolaridade ou pouca formação escolar, determinava o tipo de trabalho dessas crianças e adolescentes desenvolvido como estratégia e forma de garantir a própria sobrevivência e das suas famílias. Limitou-lhes também o acesso ao emprego, principalmente aos mais crescidos, tendo em conta as novas exigências do mercado globalizado de trabalho e emprego. Esses estudos mostraram que o país está enfraquecido no que diz respeito a políticas sociais direcionadas a crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Por outro lado, apontam os grandes desafios a enfrentar, sobretudo quanto à garantia de direitos da população infante-juvenil nas diferentes áreas: social, cultural, econômica e política da sociedade angolana, bem como nos diferentes setores, como educação, saúde, lazer, habitação, entre outros.

quantitativos porque acreditamos que o dado numérico em si nos instrumentaliza, embora não nos equipe para compreendermos o real em movimento, na plenitude que buscamos neste trabalho.

A realização desta tese foi um desafio pois, ao longo do caminho trilhado, enormes foram as dificuldades encontradas. Em determinados momentos, tivemos que superar algum desânimo em continuar ou mesmo algum desejo de desistir da abordagem de tal temática. Tais dificuldades consistiram, sobretudo, na quase inexistência de material teórico de apoio que retratasse a questão no contexto de Angola, o que fez com que o trabalho fosse embasado quase na sua totalidade em bibliografia estrangeira. Entretanto, tivemos a colaboração incondicional da coordenação da Associação dos Amigos de Dom Bosco<sup>5</sup> - da qual fazem parte os sujeitos entrevistados em grupo no presente estudo.

Podemos dizer que as dificuldades aqui apontadas devem-se também à falta de instituições especializadas e de informações sistematizadas sobre o trabalho informal, em Angola, e na cidade de Luanda, em particular. Consideramos que essa ausência de sistematização deve-se, principalmente, à falta de vontade política, aliada à inexistência de centros de estudos e pesquisas na maioria das Universidades do país, tanto públicas como privadas. Diante do exposto ressalta-se que, por não haver essas instituições especializadas que façam a sistematização das informações e a realização de estudos referentes a temática discutida nesta tese valemo-nos de fontes múltiplas como: jornais, fotos, informações e dados de domínio público, mas que são inteiramente confiáveis.

Nota-se também a falta de fóruns de discussões que pudessem fomentar o diálogo em torno das diferentes questões sociais que enfermam a sociedade angolana, o que resulta na ausência de uma sociedade civil dinâmica e comprometida com as populações mais desfavorecidas do país.

A pesquisa foi feita por meio de observação participante e entrevistas semi-estruturadas. A observação semi-estruturada foi realizada nos lugares de maior concentração dos jovens, tendo por base um roteiro previamente elaborado com os

---

<sup>5</sup> A Associação Amigos de Dom Bosco é um grupo criado em fins de 1998, pelos Salesianos de Dom Bosco, composto por jovens majoritariamente provenientes do interior do país e que trabalhavam como vendedores ambulantes e carregadores de mercadorias no agora extinto mercado Roque Santeiro - tido como o maior mercado informal de Luanda e da África – nas proximidades da Paróquia São José de Nazaré, no município de Sambizanga, em Luanda. A associação surge como um apoio dos salesianos a esses jovens envolvidos no trabalho biscateiro, informal, longe de suas famílias e da sua terra de origem, nos quais viviam (e ainda vivem) em condições desumanas, candidatos a um futuro sem rumo e sem possibilidade de êxito.

tópicos das situações que deveriam merecer mais atenção do pesquisador. As entrevistas foram realizadas com três pequenos grupos de jovens vendedores ambulantes. Em cada um desses grupos, o número de participantes variou entre 5 e 6 sujeitos. Os dois primeiros grupos foram constituídos por jovens vendedores ambulantes, sendo que o primeiro contou com a participação de jovens do sexo masculino e o segundo com jovens do sexo feminino, enquanto que o terceiro grupo foi composto especificamente por jovens ex-ambulantes, todos do sexo masculino.

De modo geral, a pesquisa contou com um universo de 16 sujeitos, ou seja, jovens vendedores e ex-vendedores ambulantes, de ambos os sexos, participantes da Associação Amigos de Dom Bosco, da Paróquia São José de Nazaré, que se encontra sob a administração dos Salesianos de Dom Bosco. Ressalta-se que todas as discussões referentes às entrevistas foram pensadas com os sujeitos, fazendo com que se sentissem parte do presente trabalho.

As discussões mantidas nesses grupos foram norteadas por um roteiro previamente elaborado segundo os objetivos delineados para o presente estudo. Nas entrevistas em grupo, aplicamos a técnica de história oral<sup>6</sup>, que nos permitiu conhecer a experiência e o significado das vivências no universo dos jovens ambulantes. Trata-se de uma técnica que nos permite conhecer as histórias dos sujeitos como elas foram vivenciadas e são narradas pelos próprios sujeitos. Porém, vale esclarecer que não é uma técnica que se usa de forma isolada, permitindo assim, ao pesquisador fazer uso de outros instrumentos de coleta de informações.

Foi uma opção nossa manter os depoimentos na forma como elas foram expressos pelos sujeitos, no intuito de preservar a linguagem popular dos mesmos. Para garantir essa originalidade de suas narrativas, servimo-nos da gravação de seus relatos - que posteriormente transcrevemos para permitir a análise mais exaustiva de seu conteúdo, mediada pelas análises e reflexões apresentadas no decorrer deste trabalho.

É de ressaltar que, no decorrer do trabalho, apenas estão identificados com suas iniciais, precedidas da categoria zungueiro(a) e a respectiva idade, os depoimentos dos sujeitos que participaram das discussões em grupos, uma vez que

---

<sup>6</sup> História Oral é uma técnica de coleta de informações, baseada no depoimento oral gravado, obtido mediante a interação do pesquisador com o pesquisado. Trata-se de um instrumento ou técnica utilizada pela abordagem qualitativa. É uma técnica em que todos os sujeitos participantes são considerados significativos e o seu cotidiano torna-se também um fato histórico, garantindo que a experiência de vida de um sujeito assuma sua perspectiva coletiva.

os jovens contactados nas observações pediram anonimato de suas identidades com medo de repressão dos agentes de fiscalização do governo provincial e da polícia nos locais de venda. Por essa razão, a identificação foi numérica, antecedida pela categoria zungueiro. É importante esclarecer que em algum momento do trabalho aparecerá o termo delinquência juvenil, que é usado no contexto angolano para referir-se ao ato infracional praticado pelo segmento infanto-juvenil da sociedade.

Nos depoimentos e relatos dos jovens, ficaram visíveis os condicionamentos que a dura vida da metrópole lhes impõe para a construção de suas vidas e garantia da sobrevivência de seus dependentes. Essa apreensão foi também possível em face dos seus rostos transfigurados pela pobreza, pela desigualdade, pela exclusão social e pelo descaso e discriminação que percebem na sociedade angolana.

A qualidade da reflexão dos jovens e sua apreensão aprofundada da realidade que vivem nos permite afirmar que este estudo é, de fato, um trabalho de construção coletiva, feito por muitas mãos, cada um com sua experiência e sabedoria - bem visível nas narrativas nos grupos de discussão - e construiu o caráter científico e acadêmico do presente trabalho.

Os depoimentos resultantes das discussões, por ocasião da análise, foram complementados com as informações contidas nos relatórios das observações e entrevistas realizadas nos lugares de trabalho desses jovens, onde pudemos entrar em contato com o cotidiano por eles vividos: um cotidiano marcado por inúmeros riscos, mas que se tornam pouco significativos diante da luta necessária para a sobrevivência.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. No Capítulo I, apresentamos o contexto histórico da pesquisa, mais concretamente, os aspectos socioeconômico, político e cultural de Angola - e de Luanda em particular. O intuito é situar o leitor e possibilitar que compreenda as interligações existentes entre o contexto e as determinações que contribuem para o envolvimento dos jovens no trabalho informal, ou seja, na venda ambulante.

O Capítulo II traz uma reflexão apurada das categorias principais no estudo da juventude, das que constituem o mundo do trabalho (ênfase no trabalho informal), e as categorias que compõem o estudo das expressões da questão social, como pobreza, desigualdade social, exclusão e vulnerabilidade. No primeiro item, estão as reflexões referentes às juventudes, que direcionam nosso olhar para a

realidade da juventude angolana em sua dimensão heterogênea. No segundo item, a perspectiva do trabalho precário ou, melhor, da inserção precária dos jovens vendedores ambulantes no trabalho informal dá respaldo para a posterior análise de como ocorre essa inserção em Luanda. O terceiro item é centralizado nas reflexões sobre as questões relacionadas à pobreza, à exclusão e à vulnerabilidade social - situações vivenciadas pela maioria dos nossos sujeitos.

Finalmente, o Capítulo III apresenta as discussões que configuram a centralidade do nosso trabalho, ou seja: reflexões consubstanciadas em relação ao trabalho informal em Luanda e a análise do significado do trabalho informal, baseadas nas experiências de trabalho e de vida dos jovens no contexto da cidade. Busca compreender a realidade concreta desses jovens, a partir dos seus depoimentos e relatos subtraídos das discussões em grupo e das observações e contatos realizados pelo pesquisador, articulados aos conhecimentos acumulados sobre a questão, resultantes das leituras, análises e reflexões sobre a produção dos autores consultados em relação aos temas que compuseram o contexto das categorias de análise.

Nas Considerações Finais, apontamos, sobretudo, as conclusões a que chegamos ao analisar as nuances da realidade pesquisada na perspectiva de sua superação. Essa última análise teve por propósito subsidiar o planejamento e a execução de ações que visem atender aos diferentes problemas vividos pelos jovens vendedores ambulantes em Luanda.

## CAPÍTULO I: ANGOLA E LUANDA: UMA HISTÓRIA A SER CONTADA

“Nós angolanos estamos cansados dessa vida”<sup>7</sup>



**Figura 1 – Vendedores na Rotunda da Avenida 21 de Janeiro**  
Foto: Bernardino Cuteta - 2011

---

<sup>7</sup> Depoimento devidamente autorizado de J. P., zungueiro, 32 anos.

## 1.1 Angola: nossa história, nossas raízes

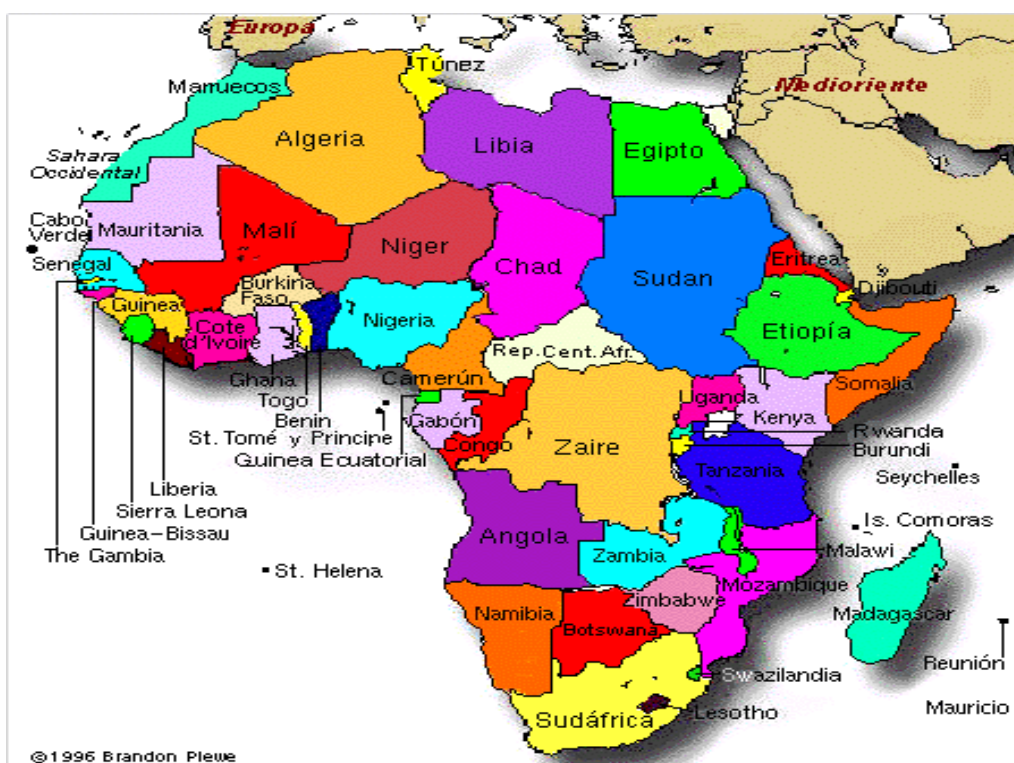
Ao abordarmos a temática que nos propusemos estudar nesta tese de doutorado - referente aos significados do trabalho informal em Luanda - sentimos a necessidade de situar Angola em seus aspectos históricos, sociais, políticos e, inclusive, culturais.

Esse resgate histórico é importante na medida em que nos ajudará na compreensão desse espaço e de suas determinações na constituição do trabalho informal, cuja visibilidade se expressa nas experiências e vivências cotidianas de diferentes jovens, dentre os quais os vendedores ambulantes, sujeitos desta tese. Trata-se de um contexto cuja história continua em permanente processo de construção, valendo-se das mentes e das mãos daqueles que, ainda permanecendo no silêncio de suas almas, acreditam ser possível ultrapassar o caos imposto pela realidade cotidiana.

Limitar-nos-emos, a apontar apenas alguns aspectos que entendemos ser importantes para a compreensão do contexto em que a temática aqui abordada se insere, pontuando as determinações que levam ao envolvimento dos jovens no trabalho informal. É importante ressaltar que a história de Angola antecede a colonização portuguesa - um aspecto muitas vezes não referenciado mas que queremos registrar neste trabalho.

Angola encontra-se localizada na zona austral do continente africano, com uma extensão territorial de 1.246.700 quilômetros quadrados. A palavra Angola vem da corruptela do título "Ngola", dos soberanos do reino do Ndongo. Foi amplamente utilizada pelos portugueses no corredor comercial Luanda-Malange durante o período do tráfico de escravos. Nessa época, foram criadas duas zonas coloniais: o Reino de Angola e o Reino de Benguela.

O nome dado pelos portugueses estendeu-se por toda a colônia e passou a ser utilizado nas cartas coloniais a partir do século XIX (PARREIRA, 2003). Vinda da parte sul da África Central até o Kwanza, essa dinastia fundou um dos mais poderosos reinos do país, sendo que sua existência se constituiu em um dos primeiros vestígios de que aquelas terras se encontravam habitadas antes da chegada dos portugueses.



**Figura 2: Mapa do Continente Africano**  
 Fonte: <http://democraciapolitica.blogspot.com>

Angola foi colônia portuguesa por um longo período, que vai de 1484 - época em que chega o primeiro grupo de portugueses à foz do rio Zaire - até 1975, quando ocorre sua independência, como resultado do culminar da “guerra de libertação nacional<sup>8</sup>”, - momento histórico para o país.

Cabe ressaltar que, ao longo de sua história como colônia, o país esteve também sob o domínio de holandeses, de 1641 a 1648, e, ainda, de brasileiros, que conquistaram esse domínio por meio de uma ação armada nos meados do século XVIII. O término da dominação brasileira deve-se ao fato de Portugal - tendo em conta seus interesses econômicos e políticos - ter optado pela retirada de todos os funcionários ligados ao Brasil e colocado em seu lugar os partidários da metrópole. Angola, por um longo período, serviu também como a maior fonte de mão de obra para as plantações brasileiras. Entretanto, nas palavras de Carvalho (2008):

<sup>8</sup> A chamada “guerra de libertação nacional” envolveu as forças armadas portuguesas e os vários grupos independentistas armados e dispersos em algumas zonas, - na altura, escassamente povoadas, no vasto território angolano.

(...) Esse longo período de colonização marcou profundamente o sistema de organização social, político e económico de Angola, mantendo uma sociedade central alicerçada no sistema de produção capitalista, por um lado, e, por outro, as comunidades periféricas que poucos contactos tiveram com esse sistema, assumindo regras de funcionamento próprias e diferentes da sociedade colonial (p. 8).

Após a sua independência, o país foi denominado República Popular de Angola. Hoje, é chamado República de Angola, fruto do processo de democratização que o país viveu a partir dos Acordos de Paz de Bicesse<sup>9</sup>. Trata-se de um país jovem porque, por um lado, é majoritariamente constituído por crianças, adolescentes e jovens - que compõem 70% da população – e, por outro lado, porque carrega em sua história apenas 35 anos de independência e nove anos de paz definitiva, após quase três décadas de uma guerra cujas consequências levarão séculos para serem superadas.

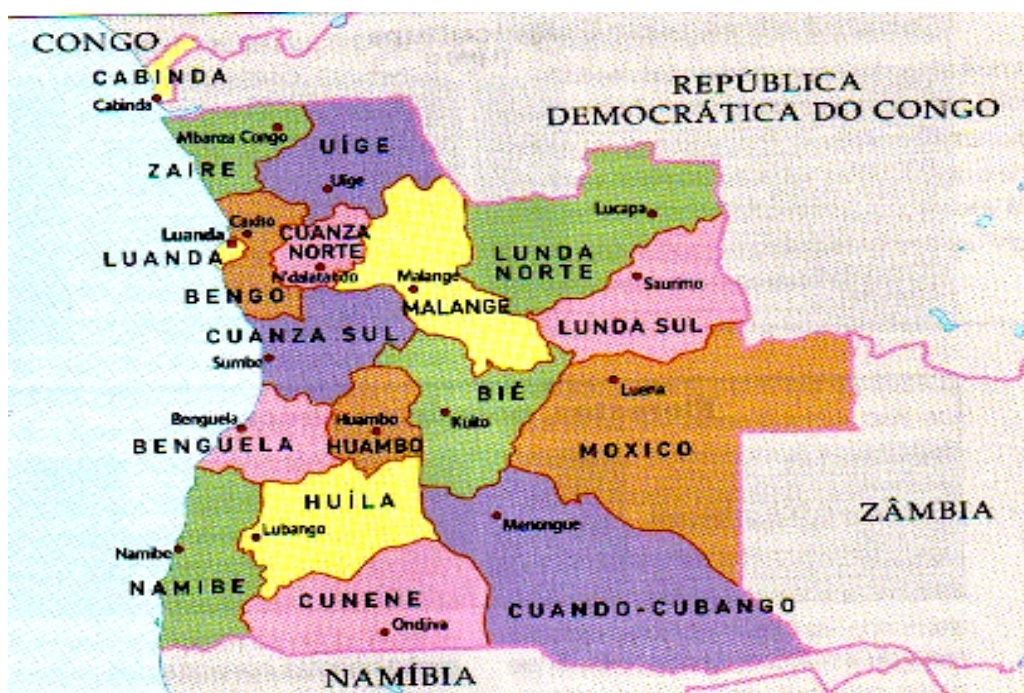
É nesse sentido que esta tese trata de um dos segmentos da população que mais viveu e sofreu as consequências da guerra que afetou o país durante décadas. Essa guerra deixou marcas indeléveis nesses adolescentes e jovens, pois, além de terem sido, em algumas circunstâncias, atores diretos do conflito – já que muitos deles serviram como militares, nos dois lados envolvidos no conflito –, foram quase sempre colocados em estado de risco permanente, imposto pela guerra: constantes migrações, fome e outras fontes de vulnerabilidade.

Três gerações angolanas conheceram a guerra como pano de fundo do seu quotidiano. Foram, todavia, os mais novos, que a sentiram de forma mais amarga. É uma geração que nunca conheceu a paz. Muitos passaram a sua infância em fuga, evitando emboscadas e minas. Viram morrer pais, irmãos e amigos. A violência, para esta geração, não é o pano de fundo, é o seu cotidiano. (Disponível em: <<http://carlacarinhas.sites.uol.com.br/angola/resultado.html>>. Acesso em: set. 2011).

Quanto ao seu território, Angola encontra-se limitada pelo Oceano Atlântico e por países como: ao norte, a República Democrática do Congo - anteriormente denominada de Zaire; a leste, está a República da Namíbia; ao Sul, a República da Zâmbia; e, a oeste, o Oceano Atlântico.

---

<sup>9</sup> Acordos assinados na cidade de Estoril, Portugal em 31 de maio de 1991. Tais acordos foram seguidos pelo Protocolo de Lusaka, um tratado assinado na capital zambiana, em novembro de 1994. Esses acordos e protocolo foram realizados na busca de uma solução pacífica para a guerra.



**Figura 3: Mapa de Angola**  
Fonte: <http://veromundo.comuf.com>

Em termos administrativos, o país é constituído por 18 províncias, 173 municípios e 618 comunas. A cidade e província de Luanda - uma das primeiras fundadas, em 1575, - é sua capital. A estimativa da população do país ronda os 18.409.010 habitantes<sup>10</sup> (existem estimativas que apontam para mais de 22 milhões de pessoas) (CEIC, 2010) - e com perspectivas de dobrar o seu número até 2020. Grande parte dessa população está concentrada no norte e nas províncias do litoral - regiões que foram menos afetadas pela guerra civil que devastou o país por mais de três décadas.

Possui clima tropical úmido e seco que se modifica de acordo com a latitude. Suas características geológicas contribuem para que Angola se coloque entre os países mais ricos do Sul do Sahara, pois proporciona condições favoráveis para o desenvolvimento do cultivo agrícola, que compreende a produção de mandioca, milho, trigo, arroz, feijão, café, etc. Dentre os seus incontáveis recursos geológicos, apontamos o petróleo e o diamante - que têm sido os carros-chefes da economia do país. Em seu subsolo, ainda são encontrados minerais, como fosfato, cobre, gás natural, manganês, ferro, ouro, entre outros.

<sup>10</sup> Angola não tem ainda uma prática de elaboração de censos populacionais, daí a dificuldade para a construção de estimativas sobre o número de habitantes nas diferentes épocas.

Na verdade, o país dispõe de inúmeros recursos em diferentes setores de atividade, com maior destaque para a produção agrícola - até 1975 ocupou o terceiro lugar como produtor mundial. Angola é considerado um dos países da África de maiores recursos - seu povo e sua história poderiam colocá-lo como o mais desenvolvido do continente africano.

Essa situação cria um paradoxo entre a riqueza e a pobreza, na medida em que a riqueza do país não se expressa em melhorias de qualidade de vida e de serviços à disposição da população - principalmente nos setores da saúde e da educação, tidos como chave para o desenvolvimento de qualquer país ou sociedade. Esse paradoxo fica mais evidente na atual conjuntura do país. Embora Angola seja um dos países que mais cresce economicamente, cujo Produto Interno Bruto (PIB) tem aumentado consideravelmente - como resultado, principalmente, da exportação do petróleo - tal realidade não tem contribuído para o alcance de uma vida mais digna para a população.

Dados colhidos na literatura consultada dão conta de que esse universo é constituído por uma população urbana, estimada em 34,2%, e uma população rural com 65%. Nesse universo, 70% são crianças, adolescentes e jovens, como já nos referimos anteriormente - a quem, durante muitos anos, foram negados direitos e condições para seu desenvolvimento integral. As consequências dessas ausências se tornam visíveis na juventude, na medida em que uma criança que foi descuidada e desprotegida, poderá no futuro, ser um jovem despreparado para enfrentar os desafios que a vida adulta impõe.

Desde 2008, o país vem ensaiando o processo da descentralização administrativa e financeira em algumas províncias e municípios<sup>11</sup>. Essa descentralização é concebida pelo governo como uma das estratégias para a melhoria de situações pontuais das comunidades, bem como para o combate à pobreza persistente, principalmente nas zonas recônditas, de modo particular nas zonas rurais - é dado comprovado o fato de que a pobreza em Angola está praticamente concentrada nas zonas rurais.

---

<sup>11</sup> O processo de descentralização administrativa e financeira foi concebido em 2007, mas implementado somente em 2008 com a concessão de US\$ 5 mil para algumas províncias e municípios. Em 2009, essa concessão foi suspensa devido à má gestão da verba por parte de alguns governadores e administradores municipais. Entretanto, em 2010, sua implementação foi retomada.

No que tange ao aspecto populacional, esse universo hoje é majoritariamente oriundo do grupo bantu, que, por volta do século XIII, migrou para Angola proveniente do vale Benue, localizado entre Camarões e a Nigéria. Esse grupo bantu compreende cerca de 100 agrupamentos etnolinguísticos, que compõem nove subgrupos principais: Bakongo, Ambundu, Lunda-Tchokwé, Ovimbundu, Nganguela, Nhaneka-Humbi, Ambó, Herero e Xindonga. Ainda, o país é constituído por outros povos denominados de não-bantu ou pré-bantu, que são os Khoisan e os Vátuas. Essa diversidade de grupos pode ser observada na figura 3 que se segue:



**Figura 4:** Mapa dos Grupos étnicos de Angola  
**Fonte:** <[http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas\\_de\\_Angola](http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_de_Angola)>

É importante ressaltar que, dos grupos bantu citados, os Bakongos e os Ambundu foram os que mantiveram os primeiros contatos com os europeus. A cultura bantu está assente na família enquanto elemento central do desenvolvimento da comunidade. Segundo Altuna (1993), o bantu precisa viver em conjunto, participar, sentir-se amparado e acolhido num grupo numeroso e defender-se contra

a hostilidade da natureza, de inimigos e ações de seres invisíveis, da magia ou da ação do homem.

A família angolana, assim como em quase todos os cantos do mundo, tem vivido mudanças profundas em sua concepção, estrutura e organização, mostrando dificuldades de abraçar responsabilidades socialmente atribuídas. Em determinados momentos de sua história, essa família foi esquecida em termos de apoios do Estado e da sociedade, que pudessem aprimorar suas competências e dar-lhe condições para que pudesse cumprir sua missão – pois, como se diz popularmente: “ninguém dá aquilo que não se tem”.

Daí nosso questionamento quanto à lógica corrente nos discursos políticos da sociedade angolana – que parece se perpetuar no imaginário das pessoas - baseados na “pedagogia da culpabilização das famílias”, pois tornou quase que notória a atribuição de responsabilidades (sem a contrapartida da atribuição de direitos) a essa estrutura em relação aos males que afetam seus membros atualmente e aos jovens em particular.

Assim, são consideradas culpa da família: os atos infracionais cometidos pelos adolescentes -, que crescem a cada dia que passa, pois consideram que ela não soube educar seus membros; o envolvimento dos jovens com álcool – uma realidade que corrói a juventude em quase todas as províncias do país; a crise moral vivenciada pela sociedade - como se ela estivesse fora dos meandros contextuais da sociedade que a discrimina.

A verdade é que, embora haja um discurso corrente da criança como “prioridade absoluta”, “milhões de crianças angolanas vivem esquecidas e invisíveis, sem acesso aos seus direitos básicos, isso inclui: uma educação gratuita e de qualidade, acesso a serviços de saúde, proteção e segurança, participação no processo do seu desenvolvimento e sobrevivência” (QUEIROZ, 2009, p. 30).

Isso mostra que o país precisa de políticas sociais públicas concretas de proteção à criança e aos outros segmentos da população, como jovens, idosos, com deficiência de forma que possam realmente usufruir dos direitos constitucionalmente consagrados. Aliás, em Angola, assistimos a uma realidade, na qual tais direitos – ainda que constitucionalmente consagrados - transformaram-se em favores atribuídos a alguns.

Para reverter essa situação, o governo, os órgãos das Nações Unidas e os parceiros sociais, ou seja, os organismos nacionais e internacionais que trabalham em prol da criança e do adolescente, têm desenvolvido ações que visam a garantir sua proteção e bem-estar.

Dentre essas ações, consta a realização de fóruns nacionais sobre a criança. O terceiro fórum, realizado em 2007, em Luanda, sob a tutela do Conselho Nacional da Criança (Cnac) - criado pelo Decreto 20/2007, de 20 de Abril, - resultou em 11 compromissos de proteção à criança, a serem assumidos pelo governo. Esses compromissos, a princípio, devem ser desenvolvidos e implementados por todos os setores ministeriais, governos provinciais, municipais e outros organismos.

Diante do cenário apresentado, concordamos com o fato de que

se não lhes for prestada maior atenção, milhões de crianças continuarão esquecidas, prisioneiras de uma infância em que impera o abandono e os maus-tratos, o que pode ter consequências devastadoras para o seu bem-estar ao longo prazo e para o desenvolvimento onde vivem (UNICEF, 2006).

Angola possui taxa de analfabetismo de adultos que ronda os 41,7% e a esperança de vida é de 45,2 anos - embora dados recentes indiquem que, em 2008, a esperança de vida da população angolana tenha passado para 47 anos de idade<sup>12</sup>, um número que, entendemos ser ainda baixo, exigindo do Estado, desta forma, um esforço para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Ainda sobre a educação é preciso ressaltar que, nos últimos anos, conseguiu-se recuperar muitas infraestruturas de ensino destruídas pela guerra em quase todo o país. Houve também um esforço no sentido da construção e do aparelhamento de novas escolas, da melhoria do salário dos professores e das condições de trabalho. Porém, todos esses avanços registrados na educação pouco contribuíram para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem das crianças, dos adolescentes e jovens dos segmentos mais pobres da população.

Tal fato ocorre porque a educação continua a enfrentar diversas questões que, de um modo geral, prejudicam o seu desempenho. Tais questões prendem-se a

---

<sup>12</sup> Essas referências aos dados como estimativas devem-se ao fato de, como já foi lembrado, não haver censo populacional em Angola desde 1970. Entretanto, prevê-se a realização de um censo em 2013, sob a égide do Instituto Nacional de Estatística (INE). Porém, para que possa ser realidade, em Angola, precisa-se de centros especializados e pessoal qualificado, para dar certa credibilidade aos dados daí advindos e contribuir para que os projetos e programas elaborados no país possam ter eficácia.

fatores como “insuficiente rede escolar, insuficiente corpo docente quer em quantidade, quer em qualidade, programas inadequados, meios de ensino insuficientes, condições de trabalho degradadas e inadequadas” (ANGOLA, s/d, p. 103) que, de uma forma geral, têm contribuído “para as altas taxas de abandono, de repetência e baixa taxa de promoção” (Idem).

Para agravar ainda mais a situação, foi implementada uma reforma educativa, que mais ajuda a deformação do processo de ensino e aprendizagem, já em si debilitado. A cada ano que passa, aumenta o número de crianças fora do sistema formal de ensino, atrasando a efetivação dos compromissos do Estado em relação às Metas de Desenvolvimento do Milênio, sobretudo àquelas referentes à garantia, até 2015, de que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino básico.

Urge ressaltar que, embora se observem melhorias em termos de verba, no setor social, que compreende a educação e a saúde, no Orçamento Geral do Estado (OGE), tal verba está muito aquém das necessidades dessas áreas que são tão vitais para o processo de desenvolvimento que o país precisa na atual conjuntura, ou seja, esse crescimento ainda não se traduziu na melhoria desejada neste setor do país. O total de verba das despesas públicas com a educação, entre os anos de 2008 e 2011, tem apresentado ligeiro aumento, passando de US\$ 2.68 para US\$ 3.46 milhões (PESTANA, 2011) enquanto que “nos últimos quatro exercícios orçamentários, as despesas com a saúde sofreram uma significativa redução, passando de US\$ 2.26 milhões, em 2008, para US\$ 2.12 milhões, em 2011, tendo mesmo atingido US\$ 1.57 milhões, em 2009” (Idem, p. 105).

A diversidade cultural que caracteriza o país nas suas diferentes dimensões de vida - referentes aos costumes, às tradições, aos hábitos, entre outras - também se expressa na sua dimensão linguística: embora o país tenha o português como língua oficial<sup>13</sup>, conta, ainda, com uma variedade de línguas nacionais. Dentre as mais faladas destacam-se: Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Tchokué e Nganguela - o que faz com que o país seja considerado “plurilíngue”.

O processo de independência, referenciado anteriormente, contou com a participação dos três principais movimentos populares de libertação da época, designadamente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União

---

<sup>13</sup> É importante ressaltar que a inserção do português como língua oficial é resultado do processo de colonização portuguesa vivido pelo país.

Nacional para Independência Total de Angola (Unita) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Cada um desses movimentos expressava uma ideologia diferente, configurando-se inclusive em campo de disputa de significados, em função mesmo da própria história angolana.

A queda do regime de Salazar, em Portugal, em 1974, suscitou nos nativos de Angola o desejo de tornar o país independente. Agravou também a rivalidade entre seus três principais movimentos políticos. O desejo de independência levou, em janeiro de 1975, à assinatura dos Acordos de Alvor<sup>14</sup>, entre os movimentos angolanos e Portugal, os quais previam um governo de transição - o que, infelizmente, não surtiu efeito.

O fracasso desses acordos fez ressurgir a guerra civil<sup>15</sup>, mas o MPLA, através do seu presidente da época, Agostinho Neto, proclamou unilateralmente a independência da República Popular de Angola, de regime socialista, em 11 de novembro de 1975. A nova guerra surgida após a independência e mantida pelos três movimentos contou com a ajuda de grandes potências que apoiavam os intervenientes de acordo com os seus interesses. Assim sendo, a União soviética e Cuba apoiavam o MPLA, os Estados Unidos e outras potências europeias apoiavam a FNLA, enquanto que a Unita era apoiada pelas forças sul-africanas.

No entendimento de Lopes (2010), o apoio dado a esses movimentos pelas grandes potências contribuiu para a expansão da guerra por todo o território nacional: tais potências firmaram acordos com finalidades econômica e militar, que culminaram no fornecimento de armamentos e de pessoal treinado para apoiar e, até mesmo, fazer parte dos conflitos, em troca do acesso à exploração de diamantes e do petróleo em solo angolano – estes, aliás, são os dois grandes recursos econômicos do país.

A guerra pós-independência, se assim a podemos designar, vai até 31 de maio de 1991, ocasião em que são assinados, em Portugal - por José Eduardo dos Santos, presidente da República de Angola, e Jonas Savimbi, líder da Unita –

---

<sup>14</sup> Os Acordos de Alvor, assinados entre o governo português pelo então ministro da Coordenação Interterritorial, e integrada pela delegação portuguesa e os três Movimentos de Libertação de Angola, nomeadamente, o MPLA, a Unita e a FNLA, em janeiro de 1975, em Alvor, no Algarve, estabeleceram os parâmetros para a partilha do poder na ex-colônia entre esses movimentos, após a concessão da independência de Angola. Encontra-se no anexo B, o texto integral desse acordo.

<sup>15</sup> Designação atribuída ao confronto militar ocorrido em Angola, logo após o fim da guerra de independência do país, envolvendo os três principais movimentos intervenientes - o MPLA, a Unita e a FNLA. Essa guerra foi travada em três períodos distintos de grandes combates, mediados por alguns momentos de paz, 1975-1991, 1992-1994 e 1998-2002.

termos de paz conhecidos como Acordos de Bicesse. Como resultado, realizaram-se as primeiras eleições legislativas e presidenciais, com a implantação do multipartidarismo, o qual proporcionou o surgimento de outros partidos na cena política do país.

Mas, pela segunda vez, os acordos de paz fracassaram e o país voltou a mergulhar numa guerra civil sem precedentes, que muitos chamaram de guerra pós-eleitoral de 1992. Essa guerra civil foi causada pela rejeição dos resultados do pleito eleitoral, por parte da Unita, que argumentava ter havido fraude nos números publicados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), apesar dos observadores internacionais terem considerado as eleições livres e justas.

Essa guerra pós-eleitoral foi um autêntico genocídio, ao ocasionar maior número de mortos, se comparados aos conflitos ocorridos até 1991, a partir dos Acordos de Paz de Bicesse. Por outro lado, essa guerra pós-eleitoral superou as consequências nefastas à maioria da população, quanto ao número de mortos, mutilados e desabrigados, em relação aos conflitos anteriores - principalmente para as mulheres e crianças - uma vez que a mesma intensificou-se em todo o território do país, principalmente nas cidades capitais das províncias.

Foi uma guerra de muitas tragédias, cada qual com seu nome e sua história, que podiam ser escritas em livros com páginas incontáveis. Dentre as tragédias, enumeramos apenas algumas: a estagnação da economia do país por longos períodos, a destruição das infraestruturas sociais e econômicas, o surgimento de deslocados internos, principalmente nas cidades capitais das províncias, assim como a saída de refugiados para países vizinhos - dados da Organização das Nações Unidas de 2000 indicavam a existência de 1.550 deslocados internos e 280 mil refugiados - única alternativa encontrada pelas populações para a garantia de sua segurança e da própria sobrevivência.

Dessas tragédias, contabilizam-se a morte de mais de 500 mil pessoas, 800 mil mutilados, em razão de 15 milhões de minas explosivas plantadas<sup>16</sup>, principalmente em campos de cultivo agrícola - locais que poderiam ajudar em muito no combate à pobreza da maioria da população. Esse cenário trouxe outras consequências - uma realidade jamais vista no contexto angolano: o surgimento de milhares de crianças e adolescentes a deambularem pelas várias artérias das

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://carlacarinhas.sites.uol.com.br/angola/resultado.html>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

principais cidades do país. Esse fenômeno ficou conhecido como ‘meninos de rua’ - um conceito não aceito pelos pais de algumas dessas crianças<sup>17</sup>.

Aliado a esse fenômeno, observou-se também a emergência (ou a maior visibilidade pública) de um elevado número de adolescentes e jovens como trabalhadores do sexo. Observou-se, ainda, a tomada de espaços das principais vias das cidades, de homens e mulheres, em sua maioria jovens, como vendedores ambulantes - uma nova estratégia alternativa de sobrevivência, diante do déficit na oferta de empregos para esse segmento da população.

É importante ressaltar que essa realidade do conflito armado contribuiu de forma significativa para a redução de oportunidades para adolescentes e jovens dos segmentos mais pobres da população, sobretudo no que diz respeito ao acesso ao ensino, à formação profissional, ao emprego, à ocupação de tempos livres e outros benefícios indispensáveis para o real desenvolvimento integral dos mesmos.

Em 2002, após várias tentativas fracassadas, o país conseguiu realmente estabelecer a paz definitiva, clima que contribuiu para a realização das segundas eleições legislativas, de setembro de 2008, vencidas pelo MPLA, movimento que elegeu 191 deputados de um total de 220. Pela oposição, a Unita elegeu 16 deputados; o PRS, 8 deputados; a FNLA, 3 deputados, e a Nova Democracia, 2 deputados. Foi assim inaugurada a 3ª República, que elaborou e aprovou a nova Constituição, a qual entrou em vigor em 5 de fevereiro de 2010.

É importante sublinhar que, os longos anos de guerra, assim como as várias tentativas fracassadas de busca de paz, mostraram de forma clara o fato de que nunca houve, por parte dos líderes de movimentos políticos em Angola, qualquer compromisso com a paz.

Apesar da conquista, de certa forma, dos espaços de paz - que muitos chamaram de um “bem público”, na medida em que foram causa fundamental de euforia para os investimentos e de bom clima para os negócios, fazendo com que a economia nacional do país crescesse vistosamente a cada ano - o que continuamos a observar neste

---

<sup>17</sup> Pesquisa realizada pelo Dr. António Miguel apresenta a contestação dos pais pelo conceito de Crianças de Rua, pois entendem que eles são, na verdade, “filhos do Estado”, que não criou ou ofereceu condições para que os pais pudessem cuidar com dignidade, como acontecia outrora.

país a fora é uma população com condições de vida muito precárias e, por enquanto, sem razões específicas para voltar a ter esperança no futuro, numa demonstração clara de que os tão ambiciosos dividendos da paz ainda não chegaram aos locais mais recônditos deste vasto território (ROCHA, 2006, p. 9).

Como se percebe, a independência alcançada em 1975 não proporcionou os benefícios esperados, sobretudo quanto à melhoria das condições de vida da população, que lhes daria certa dignidade. Ainda hoje a população mais pobre do país é marcada por altas taxas de vulnerabilidade; de exclusão social; de mortalidade infantil; de crianças, adolescentes e jovens fora do sistema de ensino; de desemprego e analfabetismo, principalmente da camada juvenil.

Reconhecendo essa realidade, o governo, por meio da Casa Civil, realizou, no mês de janeiro de 2011, um fórum sobre o combate à pobreza extrema, com a participação de ministros, governadores, deputados, funcionários de diferentes setores públicos e privados do país. Na sua intervenção no certame, Ana Dias Lourenço - ministra do Planejamento – apontou o longo período da guerra, as carências de infraestrutura, a fragilidade da economia nacional e as deficiências de serviços essenciais em áreas como a educação, a formação profissional e a saúde, como fatores que influenciaram o elevado índice de pobreza de Angola.

Os apontamentos de Ana Dias Lourenço no referido fórum reafirmam quanto é pouco ou insuficiente o investimento público nos setores da saúde, da educação, da formação técnico-profissional e outros, apesar de todo o esforço que o governo tem feito nos últimos anos no contexto do programa de reconstrução nacional. Por outro lado, é visível, nos hospitais e em outras unidades sanitárias do país, o crescente número de mortes de crianças que cotidianamente aumentam as já altas estatísticas de mortalidade infantil que, mesmo tendo diminuído nos últimos anos, de 260 mortes por 1.000 nascidos vivos, em 2003, para 195/1.000 em 2009<sup>18</sup> - ainda continua entre as taxas mais altas do mundo. Dados do Relatório Econômico de 2009 do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola aponta para 26% a taxa de mortalidade infantil do país (CEIC, 2009).

---

<sup>18</sup> Segundo o Relatório Social de Angola de 2010, elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, “esta redução foi possível devido a cuidados associados à saúde materna e reprodutiva; acompanhamento da gravidez; consulta pré-natal, melhor nutrição (tendo a taxa de crianças subnutridas baixado de 31% para 16%), cuidados preventivos, cobertura vacinal, melhores cuidados de higiene e maior acesso à água potável” (p. 91). Acrescenta-se ainda o aumento da escolaridade e da escolarização da população, maior nível de acesso à informação que contribuíram para o combate a várias doenças e, conseqüentemente, para a redução da taxa de mortalidade infantil no país (PESTANA, 2011).

Nem mesmo o volumoso crescimento econômico tem contribuído para a melhoria das condições de vida da população, ou seja, a melhoria econômica - que tem servido de *marketing* ao governo - tem fraca incidência nas políticas sociais: ainda se verificam largas camadas da população em situação de pobreza, como bem reconheceu a ministra do Planejamento ao intervir no Fórum sobre Combate à Pobreza, realizado em janeiro de 2011 em Luanda.

Esse reconhecimento é compartilhado por Rocha (2010) para quem, apesar de no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2009, do PNUD, Angola ter passado a integrar o grupo de países com desenvolvimento humano médio, continuam baixos os indicadores parcelares do IDH e a diferença de classificações entre o IDH e o PIB por habitante persiste em indicar que o crescimento econômico não tem servido para melhorar as condições de vida da população carente, nem para tornar mais democrático e transparente o processo de acesso às oportunidades de trabalho e de negócio.

Por isso, o autor entende que a disseminação do crescimento econômico é, agora, o grande desafio. Isso porque às evidências empíricas, até o presente momento, denunciam uma excessiva, injusta e economicamente contraproducente concentração do crescimento e dos seus resultados em 5% da população, meia dúzia de setores de atividade econômica (0,18%) do território nacional e dois produtos exportáveis.

Dados publicados recentemente indicam que Angola é o país do mundo que mais cresceu economicamente na última década: de 2001 a 2010, registrou 11,1%<sup>19</sup>. Ultrapassou países gigantescos e emergentes como a China, o Brasil, a Índia e a Rússia. Tal situação nos leva a acreditar que o problema talvez esteja na falta de um sistema de fiscalização dos projetos implementados, através de um processo de monitoria e controle, de forma a garantir que a população possa realmente usufruir daquilo que tem direito.

Em relação à saúde, apesar de todo o investimento que vem sendo feito e o clima de paz de 9 anos, o país vive ainda uma crise total, traduzida na insuficiência e degradação de sua infraestrutura - hospitais, centro e postos de saúde - na má qualidade dos serviços prestados à população. Essa má qualidade, muitas vezes, ocorre em decorrência: da falta de pessoal técnico e auxiliar em quantidade e

---

<sup>19</sup> Dados obtidos no jornal *O País*, edição de 22 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.opais.net/pt/opais/?id=1551&det=18589>. Acesso em: 15 fev. 2011.

qualidade, que possam garantir a cobertura dos atendimentos em todas as localidades do país; da falta de materiais de trabalho e de medicamentos, entre outros; da falta de pessoal qualificado para garantir a gestão das unidades hospitalares existentes.

Dentre as grandes endemias existentes no país, que exigem ações de maior controle e prioridade do executivo, destacam-se a malária, o HIV/Sida, a tuberculose e a mortalidade infantil, como já referenciamos. Todo esse contexto tem impacto nas famílias, nas comunidades, na economia e, de modo geral, no próprio desenvolvimento do país.

Convém ressaltar que não menos preocupantes são os surtos de cólera que atingem, todos os anos, quase a totalidades das províncias que constituem o mosaico angolano. Trata-se de uma epidemia que surge principalmente na época chuvosa devido, em grande parte, aos focos de lixo espalhados pelas cidades. A situação é agravada ainda pela falta de saneamento básico ou por sua insuficiência, pelo consumo de água de fontes impróprias de rios, lagos, canais de rega, etc. Esse agravamento também acontece em razão da falta de água potável e canalizada na maioria das residências e da baixa cobertura de vacinação de rotina entre a população, de modo particular daquela que se encontra em áreas de extrema complexidade e riscos.

Para ilustrar essa situação, apoiamo-nos nos dados de 2006 em que foram registrados 67 mil casos de cólera no país, dos quais resultaram 2.772 mortes. Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) dão conta de que, em 2010, foram registrados em todo o país um total de 1.630 casos de cólera, tendo Luanda apresentado o maior número de casos da doença - principalmente nas zonas peri-urbanas da cidade, os chamados musseques.

Os dados ora apresentados ajudam a perceber a complexidade e a gravidade da situação, assim como a urgência para que o país busque equacionar alternativas e estratégias - além das atuais campanhas - que possam realmente atenuar e superar essa problemática, juntamente com as relacionadas a outras epidemias que, ao longo dos anos, vêm ceifando vidas, sobretudo de crianças, adolescentes e jovens.

Para ultrapassar tais situações tornam-se urgentes os investimentos em ações que interfiram para a melhoria do saneamento básico e do acesso da

população à água potável. Informações obtidas na bibliografia consultada dão conta de que

o saneamento básico, bem como os problemas inerentes à falta de abastecimento de água potável fizeram aumentar o número de casos de endemias correntes, nomeadamente, malária, tuberculose, lepra e schistosomíase e o ressurgimento de novos casos de tripanossomíase (ANGOLA, s/d, p. 105).

A preocupação é que a reconstrução não se resuma apenas em recuperar e na construir infraestruturas, mas que se centralize fundamentalmente na formação do homem angolano desde a sua juventude. É na formação do tecido social, que pode-se garantir a eficácia e a eficiência do funcionamento de tais empreendimentos e a participação da sociedade com o seu saber no processo de desenvolvimento do país. Isso porque entendemos que esse processo não pode ser visto apenas na perspectiva econômica, na medida em que engloba também determinantes sociais, políticos e culturais, abrangendo todos os setores e níveis da vida.

Diante do exposto, entendemos, como o *Jornal de Angola* (1<sup>o</sup> de fevereiro de 2009) que “o acesso ao conhecimento é hoje uma necessidade primária, na medida em que permite potencializar aquilo que já é considerado como o capital mais importante no processo produtivo – o capital humano” (p. 7) – daí é que “não se pode, na verdade, pensar em crescimento e desenvolvimento de um país, se não se prestar uma especial atenção à formação dos recursos humanos” uma vez que “a construção de um país bom para se viver passa também pela formação de quadros altamente qualificados com conhecimentos que levem Angola a combater a pobreza e a gerar bem-estar e riqueza” (Idem, 6 de janeiro, p. 6).

Já que a centralidade, neste trabalho, é a juventude, é importante ressaltar que as altas taxas de desemprego e de pobreza extrema vivida por esse segmento da população, em quase todo o país, tem originado o crescimento da criminalidade urbana que o envolve. Tal realidade fica evidente pelos dados divulgados, por exemplo, pelo Comando Provincial da Polícia Nacional em Benguela que aponta, dentre os 4.455 detidos, 4.331 jovens desempregados, o que corresponde a 90% dessa população<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Disponível em: < <http://www.voanews.com/portuguese/news/BENGUELA-114143969.html>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

Os dados, de certa forma, expressam a falta de políticas sociais públicas no país orientadas para a juventude, situação que tem contribuído - nas vozes de alguns cidadãos – para a perda de valores morais, sociais e de responsabilidade por parte dos jovens e, de certa forma, tem afetado a estrutura familiar e a própria sociedade.

Tal realidade vivida em Angola mostra claramente a necessidade de

formação e qualificação massiva de recursos humanos locais e um investimento nos sectores sociais e da criação de um ambiente de negócios cada vez mais transparente, atractivo, desburocratizado e eficaz, que possibilite a construção de uma rede empresarial na agricultura, na indústria e nos serviços que seja geradora de emprego (ROCHA, 2006, p. 5).

Isso poderá, a nosso ver, proporcionar a distribuição mais equilibrada das riquezas por uma economia produtiva, melhor financiamento dos setores sociais – e, também, maior coleta de imposto – já que, por si só “a alta taxa de crescimento de 20,6% verificada em 2005 não se apresentou suficiente para criar emprego e reduzir drasticamente a taxa de desemprego que se situa em cerca de 30% da população activa” (ROCHA, 2006, p. 5).

A economia do país praticamente se assenta no petróleo, que tem sido o “carro-chefe” do Orçamento Geral do Estado (OGE), à frente de outros recursos ou setores produtivos. De fato “o petróleo tem sido, desde a proclamação da independência, o produto economicamente dominante, respondendo por uma percentagem muito elevada do valor acrescentado interno e das receitas totais de exportação” (ANGOLA, s/d, p. 5).

Ainda na análise do Ministério do Planeamento (ANGOLA, s/d)

a economia angolana apresenta assimetrias sectoriais muito graves e que se traduzem num notável crescimento da economia petrolífera e numa praticamente estagnação dos restantes sectores de actividade económica, dos quais, no entanto, depende, em termos de emprego e rendimento, a grande maioria da população (p. 49).

Com a crise financeira que assolou o mundo nos finais de 2009 – que, inclusive, desestabilizou as chamadas economias mais desenvolvidas do planeta - o governo apercebeu-se que Angola precisava diversificar sua economia, ou seja, desenvolver e investir em outros setores, como, por exemplo, a agricultura e a

indústria, de forma a deixar de ser um país dependente, uma vez que quase a totalidade dos produtos por ela consumidos são importados.

A crise económica e financeira mundial mostrou que o país não deve só viver das exportações do petróleo e dos diamantes, mas deve diversificar a sua produção, porque até temos potencialidades para produzirmos outras coisas, que não só os recursos mineiros. As crises embora não sejam bem-vindas, servem, de qualquer modo, para que os Estados redefinam as suas estratégias em termos de crescimento e desenvolvimento económico. (JORNAL DE ANGOLA, 2009, p. 6).

Apesar da guerra que destruiu quase a totalidade das principais infraestruturas económicas do país - o que teve por consequência a estagnação de sua economia por um longo período - aos poucos, Angola foi se reestruturando e criando novas estruturas, sobretudo no que concerne à indústria de transformação. Espera-se que esse crescimento seja acompanhado de oportunidades de emprego para o grande número de jovens das diferentes províncias que compõem essa nação chamada Angola.

O momento de paz que o país vive, nos últimos nove anos, proporcionou a livre circulação de pessoas e bens em quase todo o território nacional, possibilitado pelos investimentos na melhoria das estradas, dentro do programa de reconstrução nacional em curso. Dados publicados pelo *Jornal de Angola*, no primeiro semestre de 2011, apontam que “as estatísticas revelam que, de 1990 até o primeiro semestre de 2010, foram registados, em Angola, 134.540 acidentes de viação, que provocaram 28.047 mortos e 110.334 feridos. A Província de Luanda foi a que mais acidentes registrou: 6.744, com 1.582 mortos e 6.744 feridos”<sup>21</sup>. Tal circulação é assegurada em sua maioria por empresas privadas de transporte, havendo apenas uma pública.

Nesse sentido, assinala-se também que Angola vive hoje o grave problema da imigração ilegal. Em nosso entender, resulta da propaganda feita pelo governo, pelo mundo afora, de ser um país em crescimento e em transformação. Desta forma, o povo nativo não tem tido acesso aos prováveis benefícios desse crescimento. O mesmo não tem contribuído para a melhoria de suas condições e qualidade de vida – apenas aumentou o apetite de quem busca, sem medida, espaços de vida melhor.

---

<sup>21</sup> Disponível em:  
<[http://jornaldeangola.sapo.ao/18/0/capital\\_\\_com\\_defice\\_de\\_reguladores\\_\\_de\\_transito](http://jornaldeangola.sapo.ao/18/0/capital__com_defice_de_reguladores__de_transito)>. Acesso em: 24 mar. 2011.

Os novos ventos de paz que o país vive exigem, do governo, esforços para a melhoria das condições de vida de sua população. Os desafios que lhe são postos, neste momento, em nossa ótica, são relacionados ao desenvolvimento de programas e ações de combate à fome e à pobreza extrema. Há também a preocupação com a questão da desminagem dos campos de cultivo.

A população carece ainda de educação de qualidade, que lhe dê instrumentos capazes de prepará-la para analisar de forma consciente e crítica a realidade em sua volta; para a construção e a efetivação de um verdadeiro Estado democrático de direito, com a distribuição equitativa da riqueza e da renda; para a construção de políticas sociais públicas eficazes e eficientes que alcancem os diferentes segmentos da população; para a efetivação de políticas de emprego voltadas principalmente para os jovens; e, que paulatinamente, possam superar as desigualdades, a exclusão social, a pobreza e a miséria que tanto corroem o cotidiano da maioria da população.

No que se refere à energia elétrica, segundo Kavaya (2009), “a rede hídrica de Angola é potente e é reconhecida, mundialmente, até porque o registo da história demonstra quanto é potência mundial em recursos hídricos” (p. 50). Desse modo, apesar de o país ser detentor de inúmeros rios e de haver construído uma das maiores barragens hidroelétrica do continente – que inclusive dá-lhe o luxo de vender energia aos países vizinhos - Angola debate-se com assustadoras dificuldades no que concerne ao fornecimento de energia elétrica à sua própria população. Para tanto, o país conta com uma Empresa Nacional de Energia (ENE), que tem encontrado inúmeras dificuldades - sobretudo para os mais empobrecidos - para garantir esse bem, que faz parte do direito de todos os cidadãos, nos diferentes recantos de Angola.

Por fim, é de ressaltar que o cenário apresentado expressa, de certo modo, algumas das determinações que contextualizam o envolvimento dos jovens na venda ambulante em Luanda, possibilitando assim melhor conhecimento e a oportuna compreensão dessa cidade que se tornou, para muitos jovens migrantes, o espaço de sobrevivência. Esse cenário será complementado com a contextualização de Luanda - enquanto espaço específico de nosso estudo – cuja análise apresentamos no próximo item.

## 1.2 Luanda e seu lugar em relação às outras províncias de Angola

Luanda, anteriormente chamada de Vila de São Paulo da Assunção de Luanda é a capital e o centro administrativo da República de Angola, categoria adquirida em 1627. Foi fundada em 25 de janeiro de 1576 e, neste ano de 2012, completa 436 anos. A cidade ocupa 2.417,78 quilômetros quadrados, ou seja, 0,19% da superfície do território nacional.

Historicamente, no período compreendido entre 1575-1975, essa cidade foi vista como colônia portuguesa. A última data espelha o ano em que se proclamou a independência do país. A referida independência foi proclamada, precisamente, em 11 de novembro de 1975, pelo então presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Antônio Agostinho Neto, que se tornou o primeiro presidente de Angola independente.

Em sua história, a cidade capital também foi um importante centro de tráfico de escravos para o Brasil, no período que vai de 1550 a 1850, quando a cidade limitava-se a funções militares e administrativas, numa época em que a indústria era praticamente inexistente e a instrução pública pouco evoluída.

A cidade de Luanda - campo do nosso estudo - está localizada na zona tropical do hemisfério Sul da África Ocidental, ou seja, na costa ocidental do Oceano Atlântico, o que a torna principal polo e centro econômico administrativo do país. Atualmente, a cidade é a maior e a mais densamente habitada de Angola e a sexta cidade mais povoada do continente africano.

A população, que constitui a cidade de Luanda, pode ser caracterizada sob duas perspectivas: pelo rápido crescimento e pela mistura de pessoas oriundas de diferentes regiões e grupos etnolinguísticos do país, o que faz dessa localidade uma cidade e um mosaico. Seus habitantes pertencem, majoritariamente, a três principais grupos do mosaico angolano. Numa ordem decrescente: Ambundu, Ovimbundu e Bakongo. Porém, ainda conta com uma pequena minoria de europeus, constituída principalmente por portugueses. Nessa conjuntura, resultante das situações provocadas pelo conflito armado, não se pode descartar a possibilidade dessa

heterogeneidade ser composta também por habitantes pertencentes a outros grupos etnolinguístico do país<sup>22</sup>.

Portanto, Luanda apresenta hoje uma configuração populacional heterogênea, favorecida pela intensa interação de indivíduos e grupos detentores de diferentes graus de integração no meio urbano, tendo em conta os diferentes tempos de permanência na cidade. Sua população é estimada entre 4 a 5 milhões de habitantes (CEIC, 2010) – um quarto do país - o que significa superlotação, uma vez que foi projetada para 600 mil habitantes.

Ressalta-se que essa superpovoação coloca-a também na categoria da terceira maior cidade lusófona do mundo, apenas atrás das duas principais cidades e centros econômicos do Brasil, nomeadamente São Paulo e Rio de Janeiro. Essa superlotação explica-se pelo fator guerra, que assolou Angola durante três décadas, pois era uma das poucas províncias que oferecia condições de proteção e segurança para a população de outras localidades do país.

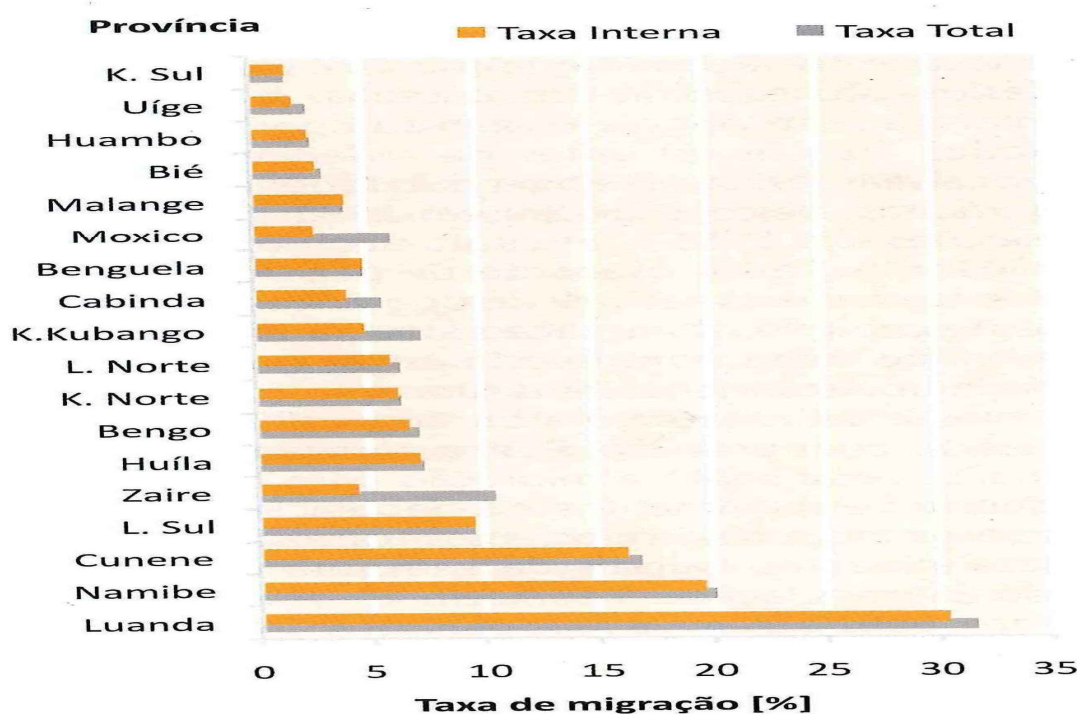
A partir da década de 1970, a cidade cresceu desordenada, tanto em relação às pessoas, quanto às construções, o que resultou em grandes problemas. Sua expansão não foi acompanhada por um crescimento em termos de infraestrutura e de serviços básicos, como, por exemplo, o saneamento, que passou a exigir novas linhas de escoamento para águas residuais.

O crescimento populacional observado na província de Luanda corresponde inteiramente ao crescimento urbano que ocorreu na capital do País e que foi provocado pela deslocação da população por motivos de insegurança. A excessiva concentração populacional em Luanda consequencializou uma série de dificuldades e problemas ligados à insuficiência, saturação e deterioração da infraestrutura produtiva e social existente para atender um efectivo populacional que, apesar de ter na migração um componente bastante dinâmico, também se reproduz rapidamente (ANGOLA, s/d, p. 19).

Dados obtidos pelo Inquérito de Bem-estar da População (IBEP), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, aponta que dentre as províncias do país Luanda foi a que mais apresentou maior taxa de migração, na ordem dos 30%, como podemos observar no gráfico abaixo.

---

<sup>22</sup> Segundo Lopes (2000) “todas as comunidades étnicas estão representadas na sua plenitude na cidade de Luanda. É um micro-cosmos onde todas as línguas vernáculas estão representadas” (p.13) Dentre esses grupos etnolinguísticos além dos Ambundu, que são originários, destacamos ainda os: Bakongo, Lunda–Tchokwé, Ovimbundu, Nganguela, Nhaneka–Humbi, Ambó, Herero e Xindonga.



**Figura 5: Gráfico da taxa de migração por província**

Fonte: Ibep, 2010.

É de se ressaltar que essa explosão demográfica veio exigir também a melhoria de infraestruturas básicas, o aumento de serviços sociais, que passam pela construção de mais habitações, estradas, postos médicos, escolas e acesso a água potável que, apesar de serem projetos contemplados no programa de reconstrução nacional em curso no país, ainda estão longe de atender a toda a população, principalmente a residente nas zonas periféricas da cidade.

Tal crescimento urbano trouxe consigo também algumas implicações que substanciaram-se em alterações na estrutura, composição da população, da ocupação dos espaços urbano e periurbano, e do nível socioeconômico. Nesse sentido, esse crescimento populacional, que se acelerou nas últimas décadas, provocou o aumento da área periurbana – chamadas de musseques – reconfigurando a cidade em termos de paisagem e provocando transformações sociais, econômicas, culturais, entre outras.

A verdade é que o processo de crescimento acelerado da cidade e das suas periferias, influenciado em grande medida pela guerra e pelas políticas econômicas nacionais, proporcionou transformações relacionadas ao trabalho e às estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias, exigindo dos habitantes adaptações constantes às novas situações que tal processo de crescimento urbano obrigava.

Diante disso é que Rodrigues (2006) afirma que as alterações, provocadas essencialmente pela guerra prolongada, condicionaram em larga medida as formas como os indivíduos administram o seu cotidiano, assim como as configurações sociais que resultaram desse processo, de maneira a assegurar a sua sobrevivência e reprodução. Na visão da autora, de um lado, tais alterações acentuaram, nos últimos anos, as dificuldades de gestão da sobrevivência e reprodução e tendem a aumentar os níveis de pobreza que abrange um número cada vez maior de pessoas. Por outro lado, essas circunstâncias, em conjunto com outras – como o crescimento e expansão do setor informal –, pressionaram transformações em nível econômico, ao mesmo tempo em que implicaram reestruturações sociais e alterações na racionalização e prática da urbanidade (Idem).

Essa realidade desconfigurou completamente Luanda, que, nas décadas anteriores, era considerada uma das mais belas cidades do continente ao Sul do Saara: em 1872, devido à sua estrutura arquitetônica, a cidade recebeu o atributo de Paris de África. Essa perspectiva ficou evidente na afirmação de Jacques dos Santos (2011)<sup>23</sup> na comemoração dos 435 anos da capital ao afirmar que antigamente “todas as estruturas de saneamento, de água e luz funcionavam corretamente, não havia esta rede de mercados ambulantes que estão distribuídos pela cidade”.

Embora concordemos com a análise feita, quando aponta diferenças, entendemos que está incompleta, na medida em que não relaciona as transformações que Luanda foi obrigada a viver por causa das necessidades provocadas pela guerra. No seu período de referência, o número de habitantes da cidade era muito menor, não tendo havido ainda a efervescente demanda de pessoas vindas dos mais diversos cantos do país em busca não apenas de segurança, mas, sobretudo, de melhores condições de vida e de habitabilidade.

Na atualidade, a cidade tem vivido e experimentado - em extensão e intensidade - uma realidade concretamente diferente da dos anos que se seguiram à independência. Essa diferença é substanciada no “peso de fluxos migratórios que sobrecarregaram a capacidade das infraestruturas e dos serviços públicos, pondo em causa a qualidade da vida urbana e a sustentabilidade da cidade” (AMADO; MUANAMOHA, 2003, p. 52).

---

<sup>23</sup> Em entrevista, no dia 25 de janeiro de 2011, na Rádio Nacional de Angola.

A cidade possui hoje uma heterogeneidade de zonas: uma zona central dividida em duas partes, nomeadamente, a zona baixa de Luanda, constituída na sua maioria pelas antigas casas (cidade antiga), e a cidade alta, que apresenta na sua configuração uma estrutura moderna de construções (a nova cidade). Como qualquer cidade capitalista, conta com zonas dotadas de infraestrutura urbana de ponta - os chamados bairros centrais ou nobres - e de outras zonas menos equipadas - os conhecidos bairros de periferia, como os famosos musseques. Tais zonas encontram-se organizadas de forma que as menos equipadas pouco ou quase nenhum serviço oferecem, enquanto que as mais equipadas acabam por atrair a formação de polos de serviços e de consumo (COSTA, 1989).

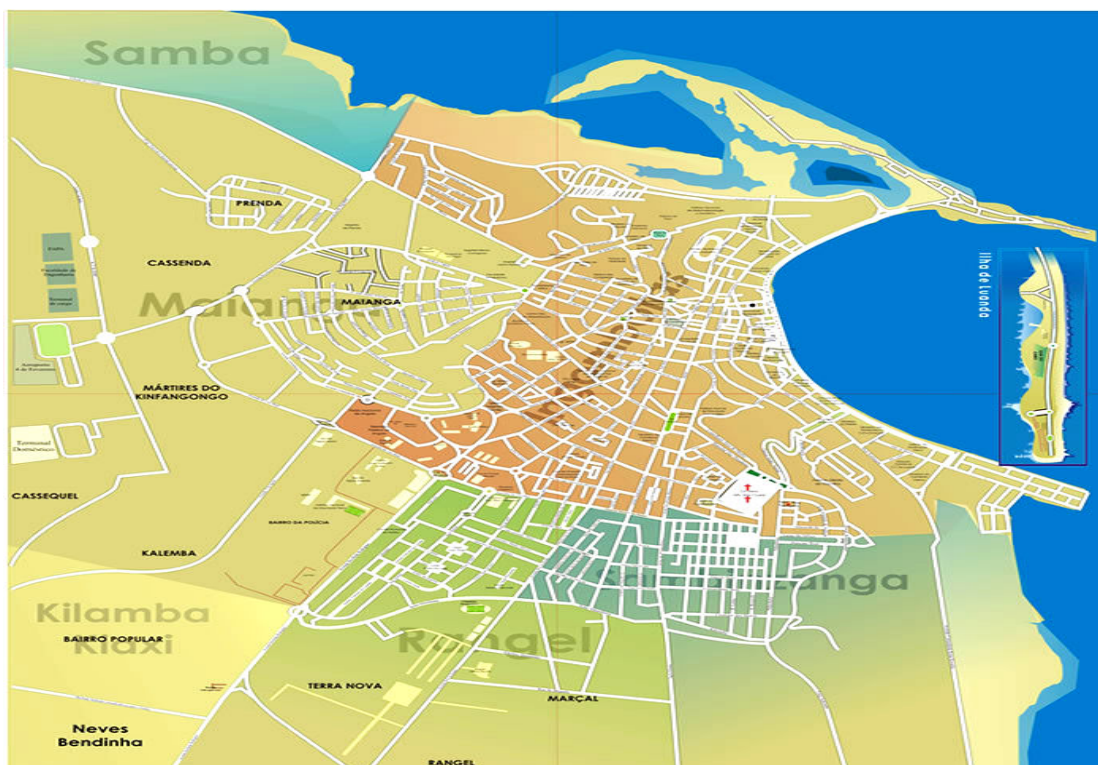
Segundo esse autor, a distância entre as zonas mais equipadas e as outras menos equipadas tende a aumentar e, muitas vezes, ocorre um distanciamento de forma mais acentuada, sobretudo em razão de processos de exclusão relacionado ao acesso aos meios de consumo.

Essa realidade mostra dois mundos - tão visíveis - que convivem na capital do país: de um lado, os edifícios modernos construídos com tecnologia de ponta e material de última geração; de outro, casas feitas de chapa, lata e muitas vezes construções inacabadas, sem a mínima estrutura arquitetônica. Na maioria das vezes, essas casas estão muito próximas umas das outras, em desacordo com as exigências de urbanização, o que demonstra que nem os requisitos básicos são obedecidos.

Importa ressaltar também que diferenças são observadas em relação à qualidade dos equipamentos sociais colocados à disposição dessa população. Essa realidade fica evidente nos sinais exteriores de riqueza e de pobreza e sua constatação foi apresentada no Relatório Econômico do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) (2010). Segundo o referido relatório:

Os sinais exteriores de riqueza são mostrados através da aquisição de apartamentos e moradias de 2 a 10 milhões de dólares, da circulação de carros de topo de gama, de acesso a restaurantes de luxo de preços inacessíveis e rendimentos médios mensais de mais de 25000 dólares. Os sinais exteriores de pobreza são a proliferação dos muceques (*sic*), os vendedores ambulantes, o desemprego, o emprego precário, a falta de água, electricidade e saneamento, o difícil acesso aos cuidados básicos de saúde, etc. Estima-se que cerca de 60% dos 6 milhões de habitantes de Luanda vivam com menos de dois dólares por dia (p. 214).

No que concerne à divisão administrativa, a cidade conta com nove municípios: Cacuaco, Sambizanga, Ingombota, Kilamba Kiaxi, Samba, Maianga, Cazenga, Rangel e Viana, este último um dos mais populosos; em seguida, vem o município do Cazenga<sup>24</sup>.



**Figura 6 – Mapa da Província de Luanda**

Fonte: <http://www.cidadeluanda.com>

Muitos desses municípios são formados por bairros suburbanos e compostos por populações deslocadas, ou seja, de pessoas que deixaram suas

<sup>24</sup> No dia 26 de julho de 2011, durante a III Sessão Plenária Extraordinária da Assembleia Nacional, orientada pela presidente do Parlamento em Exercício, Joana Lina, foi aprovada a proposta de Lei de Alteração da Estrutura da Divisão Político-Administrativa das províncias de Luanda e Bengo. Com esse novo quadro jurídico-administrativo a capital do país passa a ter sete municípios nomeadamente: Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo Bengo, Kissama, Luanda e Viana, enquanto a província de Bengo compreenderá os municípios de: Ambriz, Dande, Bula-Atumba, Dembos, Nambuangongo e Pango-Aluquem. Os antigos municípios da capital do país: Maianga, Ingombota, Rangel, Sambizanga e Samba, dão agora corpo ao município de Luanda. Tal alteração é resultado de estudos realizados no âmbito do ordenamento do território, do planeamento da orla marítima e do desenvolvimento harmonizado do perímetro Luanda/Bengo. Por outro lado, resulta também no aumento do número de habitantes na província de Luanda, dos problemas técnicos que a sua administração suscita, do valor do património público e das infraestruturas. Na visão do executivo, a integração dos municípios da Kissama e Icolo e Bengo na província de Luanda visa garantir o enquadramento e a coordenação dos novos projetos de desenvolvimento urbano na malha infraestrutural de Luanda e Bengo. Por isso, com essa alteração, pretende-se dar resposta à necessidade de assegurar maior eficiência na organização e funcionamento das instituições e serviços, em face do crescimento urbano que se vem registando nas respectivas circunscrições (Jornal de Angola, 26/7/2011).

províncias e localidades de origem em busca de condições aceitáveis de segurança e proteção, como podemos entender pela observação abaixo:

o crescimento das zonas periurbanas da cidade de Luanda que tem como principal causa a migração de pessoas de outras áreas do país para a capital, é visível no aumento da dimensão do musseque e na densificação da população. A maior parte da população de Luanda, na actualidade, habita estas áreas e as formas como se organiza espacialmente, bem como as bases físicas de inserção urbana, constituem determinantes, de grau variável, das estratégias de sobrevivência e reprodução (RODRIGUES, 2006, p. 74).

Ainda na visão dessa autora, a dinâmica de crescimento que caracteriza essas áreas é resultado, nas últimas décadas, tanto da expulsão progressiva dos habitantes africanos do centro da cidade – devido ao aumento da população europeia, na época, de maior afluência ao país – como da chegada de migrantes de outras zonas do país à procura de melhores condições de vida (RODRIGUES, 2006).

A verdade é que tais musseques foram crescendo desordenadamente, sem que fossem criadas as mínimas condições de salubridade - sobretudo durante os anos de guerra - na medida em que as populações do interior do país procuravam refúgio na grande cidade, em razão dos combates e da fome<sup>25</sup>. Assim sendo, os musseques surgem “como expressão da precarização das condições de vida e sobrevivência de grandes contingentes populacionais” (LUCENA, 2009, p. 82).

Por outro lado, Luanda é o espaço econômico mais importante de Angola; aí encontra-se um dos maiores parques industriais do país, onde se destaca a transformação de produtos agrícolas, produção de bebidas, cimento e demais materiais de construção, tão necessários nesse novo cenário vivido no país marcado por mega projetos de reconstrução nacional. Concentram-se, também, as indústrias de plásticos, metalurgia, cigarros, têxteis e sapatos, muitos delas ainda em processos de refundação. Nessa perspectiva acima é que Rodrigues (2006) afirma:

Com a independência, é em Luanda que subsistem algumas indústrias e ali se localizam as estruturas administrativas que integram o grosso da população, que regista um crescimento exponencial desde essa altura, em grande parte devido à guerra civil. Este crescimento rápido impulsiona ainda

---

<sup>25</sup> Ressalte-se que o relatório do Unicef, de 2006, referente à situação da criança, indica que mais de 900 milhões de pessoas no mundo vivem em favelas – equivalente aos musseques de Angola – sendo que a maioria delas não têm acesso a água limpa, instalações sanitárias adequadas, espaços suficientes para viver e habitações adequadas com garantia de posse (UNICEF, 2006).

o desenvolvimento de uma série de actividades comerciais que, em conjunto com outros sectores, promovem um dinamismo económico ímpar no contexto angolano (p. 72).

É esse dinamismo económico ímpar de Luanda que contribuiu, em certa forma, para a migração, principalmente do segmento juvenil de outras províncias, para a cidade capital que, além de concentrar a maioria da população do país, possui também 75% de sua indústria, 65% de seu comércio e 90% das actividades financeira e bancária (PESTANA, 2009)<sup>26</sup>. Para se ter uma ideia, em 2007, cerca de 55% de todas as empresas e estabelecimentos em atividade encontravam-se em Luanda - uma realidade que não sofreu alterações no atual contexto.

De modo geral, podemos afirmar que a cidade oferece uma infraestrutura razoavelmente aceitável, mas insuficiente perante as demandas e necessidades da população e até mesmo aos desafios que os habitantes do país em geral e da cidade de Luanda em particular têm que enfrentar nesse novo cenário de pós-guerra. O fato é que as condições privilegiadas que a cidade possui<sup>27</sup> e a sua constituição como centro económico do país - uma vez que foi uma das poucas províncias nas quais o país investiu - criou nas populações das demais províncias (sobretudo nos jovens) a ideia de “cidade maravilhosa”, onde podiam realizar com certa tranquilidade seus sonhos e ter perspectivas de uma vida melhor para seus filhos.

Segundo Rocha (2010), Luanda é, “actualmente, um verdadeiro *melting pot*, onde se entrecruzam diferentes culturas angolanas e se aglutinam hábitos e costumes que representam todas as parcelas do território” (p. 40). No entender do autor, “se fosse mais igualitária – tivesse menos pobreza, mais acesso à habitação, educação, saúde e saneamento, menos condomínios de luxo, maior equilíbrio no acesso ao emprego e às oportunidades de negócio –, poderia ser considerada um *case study*, do duplo ponto de vista económico e político” (p. 40). Neste sentido, podemos afirmar que “Luanda excede tudo e consolida a sua posição de pólo determinante do processo de crescimento do país e concentra mais de 74% do PIB nacional, em média geral dos três anos” (Idem, 2010, p. 54).

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://www.pambazuka.org/pt/category/features/53120>>. Acesso em: 28 jun. 2010.

<sup>27</sup> A cidade de Luanda continua na “actualidade a desempenhar funções administrativas importantes e a gerir grande parte dos fluxos económicos, já que é aí que estão localizadas” as duas grandes e importantes infraestruturas económicas do país nomeadamente “o porto marítimo e o aeroporto internacional” (RODRIGUES, 2006, p. 74).

Tal realidade revela aquilo que o autor chama de “assimetrias regionais” que, baseadas no critério da localização dos recursos naturais e da produção, escondem o fato de que os resultados financeiros e econômicos dessas atividades se concentram em Luanda, fazendo da capital do país o maior centro financeiro nacional e o mais importante centro de negócios de Angola. Esta situação configura uma espécie de “colonialismo interno”, em que as regiões dotadas de recursos naturais são “exploradas” pela “metrópole urbana, política e econômica” que é Luanda (ROCHA, 2010, p. 77).

Para reduzir essas assimetrias existentes, o autor aponta como alternativa a localização, em cada uma das regiões do país, de diferentes investimentos estruturantes. Tratam-se de investimentos que criam condições para a difusão e apropriação de novos saberes e competências, para a divulgação e apropriação de novos modelos de gestão e de organização e que potencializam a interação e a integração com o sistema econômico nacional, promovendo a criação de empregos qualificados (ROCHA, 2010).

Nesta vertente é que Rodrigues (2006) afirma que as causas do afluxo de um número crescente de pessoas à capital prendem-se não só com à expulsão provocada pela guerra nas outras províncias, mas também com à atração que o centro urbano continua a exercer em termos de oportunidades econômicas e acesso a serviços e infraestruturas. Na verdade, tal perspectiva não passa de uma utopia, pois a realidade que encontram e vivenciam é completamente diferente.

Por outro lado, é importante ressaltar que a cidade de Luanda vive grandes problemas relacionados à habitação, principalmente na camada juvenil. Os jovens são obrigados a permanecer com seus pais mesmo depois de formarem novas famílias. Para resolver essa situação, prometeu-se, durante a campanha eleitoral de 2008, a concessão de terrenos aos jovens para a autoconstrução e para casas sociais, mas tais promessas até a presente data ainda não foram cumpridas, ou seja, continuam em letras mortas no papel. Foram concebidas novas cidades, que se denominaram novas centralidades urbanísticas, que estão sendo construídas nos municípios de Kilamba Kiaxi, Viana e Cacuaco.

Como muitos dos jovens a serem atendidos estão desempregados, e mesmo aqueles que trabalham têm salários que não lhes possibilitam adquirir tais habitações, tudo indica que essas residências não serão deles, mas para os que já

moram em condomínios de luxo, em bairros nobres, como Talatona e Nova Vida, tendo em conta os valores atribuídos às moradias.

Aliás, tal situação não é exclusiva da cidade de Luanda, mas do país de um modo geral, o que acirra ainda mais as desigualdades sociais, que vêm permeando a realidade angolana, que divide os cidadãos entre angolanos de condomínios luxuosos e aqueles de musseques, espalhados em diferentes cantos da cidade capital. Um exemplo concreto foi o sorteio das primeiras residências para jovens, ocorrido no mês de agosto de 2010 na capital do país. Os contemplados acabaram por desistir, por falta de condições financeiras para arcarem com a parcela inicial de US\$ 15 mil, depois de terem recorrido sem sucesso ao crédito bancário – isso porque os salários que auferem não eram capazes de cobrir um empréstimo relativo à parcela inicial exigida pela imobiliária.

Dentre os problemas relacionados aos serviços públicos, vividos pela urbe luandense, podemos contar: o deficiente saneamento básico, as ruas esburacadas, a falta de água potável canalizada, a energia elétrica deficiente, problemas de transporte e de circulação rodoviária, o que determina enormes congestionamentos e engarrafamentos<sup>28</sup> nas vias principais e secundárias, tendo em conta a inoperância das vias terciárias, o que dificulta a circulação das pessoas.

O trânsito em Luanda é um dos exemplos mais acabados de incumprimento das regras e leis existentes e de desrespeito por cidadãos que no deserto da indisciplina constituem verdadeiros oásis. A desorganização e a indisciplina são já um perfeito estado de espírito em Angola, uma predisposição diária dos cidadãos, afinal e também, uma adaptação reactiva à marginalidade social e ao baixo rendimento económico (em casa onde não há pão, todos ralham e se calhar todos tem razão). Ora bem, quando determinados comportamentos se transformam em condições de espírito, então só um processo de mudança geracional poderá alterá-las. Mas, do mesmo modo, são imprescindíveis modificações em certas estruturas institucionais como é o Estado, no sentido de evitar o enraizamento de determinadas atitudes avessas ao racionalismo, à autoridade e à disciplina (ROCHA, 2010).

Essa ausência de serviços contribui para a redução de inúmeras oportunidades a que teriam direito as diferentes juventudes do país e da província de Luanda em particular. Nessa perspectiva, estamos nos referindo, sobretudo, ao acesso ao ensino de qualidade, à formação profissional, ao emprego, às ocupações de tempo livre e a outros benefícios indispensáveis para o real desenvolvimento

---

<sup>28</sup> Para melhor compreender essa realidade e seus transtornos na dinâmica cotidiana da cidade de Luanda, insiro neste trabalho, no Anexo A, o texto de Carla Queiroz.

integral. Por outro lado, a realidade do país nos mostra que existe um forte processo estrutural de exclusão social da juventude como sujeitos portadores de direitos, tendo em conta o número populacional desse segmento na sociedade angolana.

Podemos afirmar também que, em Luanda, os maiores problemas do setor social concentram-se nas áreas da saúde e da educação, cujos sistemas são praticamente ineficientes, tanto no que se refere aos recursos materiais quanto aos recursos humanos qualificados. Todos esses problemas são mais agudos, principalmente, nos musseques espalhados pela cidade capital, em razão da ocupação desordenada e das construções anárquicas, muitas com o consentimento das próprias administrações municipais.

A esses problemas podemos acrescentar questões sociais complexas, que se traduzem na elevada taxa de desemprego, principalmente entre os jovens – que são remetidos para o trabalho informal; para o ato infracional que cresce, resultante das gritantes desigualdades sociais; e o envolvimento de um número considerável de jovens com bebidas alcoólicas – situações que atingem quase todo o país.

## Casos de delinquência juvenil têm estado a aumentar no país

DOMINGOS DOS SANTOS |

O número de jovens dos 14 aos 18 anos de idade em conflito com a lei tem estado a aumentar nos últimos tempos, disse ontem, em Luanda, o segundo comandante-geral da Polícia Nacional para a Ordem Pública, Paulo de Almeida.

Paulo de Almeida, que falava durante um encontro com “deputados” da segunda Comissão de Defesa, Segurança e Ordem Interna do Parlamento Escolar, explicou que estes jovens estão envolvidos em crimes de assaltos à mão armada a residências, roubo de telemóveis, de carros e de violação sexual.

A alta patente da Polícia Nacional disse que esses jovens sofrem de vários problemas no lar, como a

falta de emprego, de educação, de cuidados de saúde, de atenção dos pais e de inserção na sociedade.

“Este é um fenómeno social em relação ao qual a Polícia, em certa medida, é impotente para dar solução. A corporação só resta combater os efeitos”, disse.

Paulo de Almeida lamentou o facto de o país não ter centros de reeducação de menores, depois de ter sido encerrado o único que existia em Cacuaco.

“Nestes centros, os jovens seriam acompanhados por uma equipa de psicólogos, sociólogos e outros especialistas, que iriam fazer um acompanhamento fechado, no sentido de descobrir as causas que estão na base do seu comportamento marginal”, explicou.

A presidente da segunda Comissão de Defesa, Segurança e Ordem Interna do Parlamento Escolar, Maxwela Moniz, disse que os “parlamentares” estão preocupados com a delinquência juvenil nas escolas onde estudam.

Maxwela Moniz frisou que, fruto das informações que receberam da Polícia Nacional, serão realizadas palestras nas escolas representadas no Parlamento Escolar, com vista a sensibilizar os seus colegas sobre as consequências da delinquência juvenil.

O Parlamento Escolar é um projecto que está a ser inicialmente implementado nas províncias de Luanda e Cabinda e tem como grupo-alvo jovens estudantes dos 15 aos 20 anos das escolas públicas do primeiro ciclo.

Figura 7 – Jornal de Luanda 29 maio. 2009, p. 31.

Do ponto de vista do desemprego, a situação é, no geral, muito preocupante, revelando uma incapacidade estrutural da economia nacional para viabilizar ocupação economicamente rentável e socialmente digna a quase 30% da sua população em idade ativa. Além de Luanda, todas as outras regiões apresentam também capacidade reduzida de criação significativa de emprego (ROCHA, 2010).

Há, na verdade, uma incapacidade do governo da província para gerir os problemas advindos do processo de crescimento que a cidade tem vivenciado nos últimos anos. Esses problemas são principalmente referentes à gestão de infraestruturas – notadamente a garantia de um sistema de transporte público que funcione com uma certa qualidade para que a circulação da população não dependa dos “candongueiros”, veículos de propriedade de pessoas muitas vezes ligadas aos altos cargos da função pública.

Essa incapacidade de gestão do governo da província, verifica-se também em relação à coleta de resíduos sólidos urbanos, a qual se apresenta, até o momento, muito abaixo das necessidades da cidade. O mesmo acontece com o fornecimento e distribuição de água potável e eletricidade; com a insuficiência de infraestruturas escolar, sanitária, entre outras.

Esse cenário contrasta com as notícias que têm sido publicadas nos meios de comunicação social, em Angola e no estrangeiro, que apenas fazem referência ao crescimento econômico do país - tido como uma das economias que mais cresce no planeta, sem ressaltar o não acesso da população aos produtos dessa riqueza - porque esse crescimento não tem se traduzido na diminuição das desigualdades sociais, da pobreza, da exclusão social e da concentração de renda que o país apresenta, e que é vivida pela maior parte da população angolana e pela população da cidade de Luanda em particular.

De fato, verifica-se que o forte crescimento econômico que o país sustenta nos últimos anos, numa média de 20% ao ano, tem fraca incidência social, uma vez que esses elevados níveis de crescimento econômico ou de melhorias macroeconômicas não têm produzido impactos relevantes na melhoria das condições de vida da população e, por outro lado, tem contribuído cada vez mais para a ampliação das desigualdades sociais e das disparidades na distribuição das riquezas do país. Em outras palavras, apesar desse crescimento e da elevada taxa de exclusão, pobreza e condições de vida degradadas de mais de 60% da população, a quantidade de serviços de saúde, educação, saneamento, água,

eletricidade, habitação, etc., oferecida à população, permanece muito deficitária. (CEIC, 2010).

A realidade tem mostrado a incapacidade do governo da província em dar resposta às necessidades fundamentais dos cidadãos - principalmente do segmento juvenil. Isso ocorre, em parte, porque a origem dessas necessidades está assente nos processos de globalização e de transformação ocorridos no mundo do trabalho ao nível mundial, assim como na ineficácia das políticas macroeconômicas do país, na correção dos fortes desequilíbrios macroeconômicos que se verificaram nos anos de 1990, apontados como causas da pobreza e do desemprego.

Relativamente a essa última questão, as estimativas dão conta de que a cidade de Luanda apresenta taxa de desemprego na ordem de 40%, perante a um setor formal com capacidade de absorção cada vez mais limitada. O elevado número de cidadãos que procura trabalho é, principalmente, de jovens em busca do primeiro emprego, como observa Fabríz (2006), ao afirmar que “o desemprego não tem afetado de maneira homogênea os trabalhadores” (p. 22). Os que mais têm sofrido são os jovens, as mulheres e os maiores de 45 anos.

Essa situação de desemprego da camada juvenil em Luanda é tão acentuada que provoca o crescimento dos índices de atos infracionais. Tal prática é usada como meio para satisfazer desejos, necessidades e garantir a própria sobrevivência frente a um processo crescente de exclusão, desigualdades, pobreza, miséria e desinteresse - fruto de ineficientes políticas sociais públicas e macroeconômicas. Analisadas ao pormenor, essas políticas atendem mais aos interesses da elite - que é uma minoria - do que da maioria da população angolana.

Para intervir nesse cenário, o governo da província, juntamente com o Ministério da Administração, Emprego e Segurança Social e o Ministério da Juventude e Desportos, têm desenvolvido um programa de combate à pobreza e prevenção e combate à criminalidade e aos atos infracionais, por meio da concessão de micro-créditos, numa parceria com alguns bancos comerciais.

Mas tal iniciativa não tem tido resultado, aliás informações obtidas dão conta de que em nenhuma província os resultados atingiram 30% de sucesso, sendo esse programa visto mais como eleitoreiro do que propriamente de combate e prevenção aos atos infracionais cometidos pelo segmento infante-juvenil. No caso particular de Luanda, foram investidos nesse empréstimo de microcrédito, em 2008 – época da campanha eleitoral -, cerca de US\$ 2,340 milhões. Há informações de que, dos

grupos de Luanda que acessaram esses créditos, apenas foram localizadas e comprovado o seu pleno funcionamento, cinco cooperativas, constituídas, cada uma delas, por cinco jovens. Cada uma dessas cooperativas havia recebido o equivalente a US\$ 10 mil. Diante desse cenário, há uma questão que não se quer calar: para onde foi tanto dinheiro? Tudo indica que a resposta nunca virá, uma vez que grande parte das cooperativas beneficiadas foram tidas na pesquisa como inexistentes.

Há investimento na formação profissional, desenvolvida em diferentes centros de artes e ofícios espalhados por Luanda, mas sua capacidade de recebimento de alunos é pequena. Os alunos desses centros, ao final de sua formação, recebem *kits* de ferramentas para que coloquem em prática os conhecimentos adquiridos durante os seis meses de aprendizado. Essa prática se direciona à criação de microempresas e à melhoria das condições de vida, numa clara preocupação em diminuir os elevados índices de desemprego entre os jovens da capital do país.

Diante do exposto, ressalta-se que a realidade de Luanda tem mostrado que o desemprego entre os jovens angolanos é significativamente superior ao restante da população e, conseqüentemente, esse é o maior segmento da população inserido no trabalho informal, principalmente no comércio ambulante, fruto do aumento da exclusão desse grupo social e da limitada oferta de oportunidades de emprego. Isso porque:

Os postos de trabalho que eram tradicionalmente ocupados por jovens sem experiência profissional são hoje ocupados por adultos com prévia experiência – esta é uma exigência para ocupação de vaga cada vez mais recorrente e inibidora do acesso dos jovens aos postos de trabalho (RIBEIRO, 2005, p. 31).

Essa realidade justifica o crescente número de jovens envolvidos nessa atividade, na cidade de Luanda, principalmente como vendedores ambulantes - os famosos zungueiros<sup>29</sup>, como são vulgarmente chamados. É por essa razão que sentimos a necessidade de conhecer as razões que estão na base da inserção desses jovens nesse tipo de trabalho. De modo particular, pensamos que seria de interesse estudar as suas histórias de vida, com o intuito de captar, através dos seus

---

<sup>29</sup> A palavra zungueiro é originária do kimbundo, uma das línguas nacionais mais faladas do mosaico linguístico angolano e significa andarilho, andante ou vagante.

relatos, as suas vivências e experiências cotidianas, bem como os significados que atribuem às atividades que realizam.

Nesse sentido, entendemos ser importante valorizar as experiências vividas por esses jovens no contexto sócio, político, econômico, cultural e histórico em que estão inseridos - tal como afirma Pereira (2003) – tendo em vista subsidiar políticas públicas que contribuam para um melhor equacionamento de suas ações e de suas possibilidades de melhoria de renda. Para que essas políticas configurem-se como possibilidades de superação das diferentes situações vividas pelos jovens e atendam às suas aspirações, expectativas e perspectivas, é importante conhecer profundamente os principais destinatários. Partindo desse pressuposto é que tecemos, no próximo capítulo algumas reflexões sobre juventudes, trabalho informal e as diferentes expressões da questão social que, de alguma forma, explicam o envolvimento dos jovens nas atividades informais, que é a centralidade do nosso estudo.

## CAPÍTULO II: REFLEXÕES SOBRE JUVENTUDES E TRABALHO INFORMAL – UMA ANÁLISE SOBRE DIFERENTES SIGNIFICADOS

“Ser jovem é trabalho, é ser firme, é dedicação e é seguir os nossos ideais”<sup>30</sup>.



**Figura 8 – Jovem Zungueiro na Avenida 1º de Maio**  
Foto: Bernardino Cuteta - 2011

---

<sup>30</sup> Depoimento devidamente autorizado de J. P, Zungueiro, 32 anos.

## 2.1 Juventudes: uma busca de significados na literatura

Ao centralizarmos a nossa abordagem, nesta tese de doutorado sobre significados do trabalho informal em Luanda, mais concretamente sobre os jovens vendedores ambulantes, entendemos ser de fundamental importância fazermos uma discussão sobre essa categoria, no intuito de compreendermos de que segmento da população falamos.

Importa ressaltar, que, historicamente, os primeiros estudos nas Ciências Sociais sobre os jovens datam dos anos de 1920 e concentram as suas abordagens em fenômenos como infração e marginalização. Nesse sentido, a referência ao jovem é feita na perspectiva de problema e, ao mesmo tempo, atribuindo-lhe responsabilidades nos desvios da ordem social estabelecida em determinada sociedade. Somente após a Segunda Guerra Mundial é que se observam novos olhares sobre os jovens. Esses passam a ser vistos, nos aportes teóricos da sociologia da juventude, como sinônimos de mudança social (NETO, 2009, p. 2).

Essas mudanças, que se verificam em relação à visão da juventude, devem-se, em parte, aos estudos e reflexões que cresceram nas últimas décadas, ou seja, desde o final do século XX, principalmente nas Ciências Sociais, realizados por Antropólogos, Psicólogos, Sociólogos, Psiquiatras, Educadores e Assistentes Sociais, trazendo a complexidade e a diversidade das realidades sociais em que vivem os jovens nos diferentes continentes do planeta. Desde a metade do século XX, de maneira geral, esses estudos apontam que os jovens são influenciados por forças contraditórias pois, por exemplo, ao mesmo tempo em que desenvolvem críticas à chamada sociedade de consumo, desenvolvem comportamentos de adesão. Tal crescimento e interesse pela juventude, no mundo acadêmico, visa sobretudo “descobrir o que existe por trás da rebeldia, das transgressões e dos movimentos culturais e sociais dos jovens” (PEREIRA, 2009, p. 2).

Nessa perspectiva apresentada, a juventude é tratada como um segmento populacional bem definido, suposto como universal. No entanto, os limites etários e as características de cada uma das “idades da vida” são produtos históricos, que resultam de dinâmicas sociais mutantes e de constantes (re) invenções culturais.

Quase em todo o mundo, nos últimos anos, mais precisamente a partir dos anos de 1990 e 2000, a categoria juventude ganhou centralidade por parte do Estado e de diferentes setores da vida social e da acadêmica. Cresceram os estudos e os debates a respeito desse segmento da população, contribuindo, dessa forma, para outro olhar, no qual o jovem é visto como sujeito de direitos e construtor de uma nova sociedade, cujos fundamentos assentam-se na liberdade, na cidadania e na justiça social. Tal contexto fica evidente na afirmação de Freitas (2005), segundo a qual

os jovens por muito tempo ficaram fora do escopo da preocupação social pelo menos até meados dos anos 90, altura em que se observa uma certa atenção ao tema com novas produções, principalmente relacionado aos problemas vividos ou apresentados pelos jovens, particularmente aqueles referentes às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho, e do aumento da violência resultando em profundas dificuldades destes em estruturarem seus projetos de vida (p. 8).

Esse crescimento quanto à preocupação por estudos sobre juventude surge também como norteador para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para esse segmento populacional. Por exemplo, no contexto angolano, essa preocupação, que outrora praticamente inexistia, hoje, está presente em sua Constituição, aprovada em fevereiro de 2010 que, em seu artigo 81, determina “protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos e culturais” (CRA, 2010, p. 28). Nesse mesmo documento, é referido que “a politica de juventude deve ter como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade” (Idem, p. 29).

Todo esse processo de mudanças ilustra que o significado de juventude varia historicamente e de um contexto para outro, tendo em conta as determinações culturais, sociais, políticas, econômicas, assim como os aportes e perspectivas teóricas que norteiam a formação social concreta de cada país. Dito de outra forma, o conceito de juventude é construído no contexto de determinadas situações econômicas, sociais, políticas e culturais. Tal realidade mostra o fato de que, em cada tempo e lugar, diferentes grupos e sociedades definem o que é “ser jovem” e o que esperar de suas juventudes. Nesse sentido é que Abramo (1994) afirma que:

(...) a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social (p. 1)

Partindo dessa perspectiva, o significado de juventude também vai variar de um autor para outro, tendo em conta os seus interesses e a base teórica ou ideológica que orienta suas reflexões ou análises e a conjuntura na qual seus estudos são realizados. Portanto, ao tratar de juventude, referem-se a um conceito construído em uma sociedade na qual as pessoas têm diferentes formas de pensar, sentir e agir, sob a influência de múltiplos agentes socializadores e de determinantes sociais específicos.

Nessa conformidade, juventude é um termo de significado complexo, que contém as múltiplas modalidades que levam a construir socialmente as condições relacionadas a essa faixa etária, tendo em conta não apenas a diferenciação social, a inserção na família e em outras instituições, o gênero, o bairro e o pequeno grupo cultural, mas, também, como isso ocorre em determinado tempo histórico e localização geográfica.

De maneira geral, o termo juventude abrange também a perspectiva de etapa transitória entre a infância e a fase adulta e as mudanças biológicas e psicológicas que determinam seu estado de espírito e seu estilo de vida. Esses estudos mostram que a juventude carrega consigo aspectos ligados a esses componentes, como podemos observar na fala de Dayrell (2003):

(...) representa o momento do início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais. Um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes, de algum modo, ao longo da vida (p. 42).

Os estudos existentes na contemporaneidade tendem ainda a considerar a juventude sob duas perspectivas: como problema social, considerando a infração, a exclusão de setores como educação, saúde, etc., como potencial trabalhador a ser preparado para o mercado de trabalho ou como catalizador de mudanças sociais, como aponta Souza (2008), segundo a qual:

Existem duas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre os seus sujeitos jovens: a primeira refere-se ao entendimento do jovem como uma ameaça à estabilidade social, ou um problema social, sobretudo quando se pensa naqueles em situação de exclusão e a segunda refere-se ao entendimento do jovem como um sujeito catalizador da mudança social, a partir da figura do estudante (p. 4).

Nessa perspectiva, a juventude é percebida como uma etapa da vida intermediária entre infância, adolescência e o mundo adulto. Entretanto, é, ao mesmo tempo, uma construção social e histórica com aportes eminentemente modernos.

Para Margulis e Urresti (1998), jovens são todos aqueles que gozam de um “plus de tempo, um excedente temporal, que é consideravelmente maior que das gerações anteriores coexistentes” (p. 10). Enquanto que, para Novaes (2007), a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. É vista como tempo de “moratória social”, “etapa de transição”, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida: responsabilidade com a própria família, inserção no mundo do trabalho, exercício de direitos e deveres de cidadania.

Essa perspectiva analítica é que permeia a sociedade ocidental, pois, nesse contexto societário, a concepção moderna da juventude se dá a partir da inserção do jovem no trabalho, aliado à independência financeira e ao sair de casa dos pais, casar e ter filhos. Essa concepção reflete-se nos programas e projetos das Organizações Não Governamentais, (ONGs) e nas políticas voltadas para esse segmento etário.

É a partir da visão de moratória social e vital, que o conceito citado aponta, e na relação existentes entre ambas as moratórias, que os autores entendem a juventude não apenas como uma palavra ou uma estética, mas também como um posicionamento temporal. Os jovens precisam - nos diferentes espaços, tempos e setores da vida social - se experimentarem enquanto criativos, críticos e transformadores sociais. Isso significa que precisam ser tratados como sujeitos e não como objetos, como são geralmente vistos - uma realidade ainda muito visível no contexto angolano.

Nessa perspectiva é que Damasceno (2008), entende que, apesar dos limites impostos pela socialização oriunda do mundo sistêmico, o jovem constitui de fato um ator social, que no seu cotidiano, não apenas reelabora os saberes

adquiridos nas práticas escolar e social, mas também contribui para a construção da sociedade, tendo em vista que buscam a mudança social. Essa busca é expressa por meio da crítica, da contestação, da transgressão, mas também da criação e, sobretudo, da vivência de novos padrões democráticos.

Ainda na visão do autor, o cotidiano dos jovens das camadas populares é marcado pela inserção incompleta, o que faz com que os mesmos e suas famílias empenhem parcela ponderável de suas forças e de suas energias na tentativa de superar a situação de exclusão a que são submetidos via estudo (DAMASCENO, 2008).

Como se pode observar na reflexão de Novaes (2007)

Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e a sociedade, ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação. Para a juventude acena-se com uma espécie de “moratória social”. Isto é, a juventude é vista como etapa de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social, a saber: responsabilidade com família própria, inserção no mundo de trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania (p. 7).

Abramo (1994) afirma que a noção mais usual do termo juventude refere-se a uma faixa de idade, a um período da vida, do desenvolvimento físico do indivíduo, em que uma série de mudanças psicológicas e sociais ocorrem: é quando este abandona a infância, para processar a sua entrada no mundo adulto. Em sua análise, a autora ressalta que tal realidade é um privilégio apenas de alguns grupos sociais, uma vez que, para as classes sociais menos favorecidas, essa passagem para o mundo adulto, muitas vezes, ocorre ainda na idade considerada infantil.

Historicamente, na concepção das sociedades clássicas, greco-romanas, a juventude referia-se a uma idade compreendida entre os 22 e os 40 anos – a idade do *jeunes*, cujo significado etimológico é “aquele que está em plena força de idade” (NOVAES; VITAL, 2005, p. 111). Na sociedade contemporânea, não há consenso em torno dos exatos limites de idade que deve vigorar para se definir quem é jovem. Internacionalmente, o parâmetro usado é o definido pela Organização das Nações Unidas (ONU): a faixa etária dos 15 aos 24 anos. Esse parâmetro foi estabelecido em 1985 - ano internacional da juventude - pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Cabe ressaltar que esse mesmo parâmetro foi adotado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) mas, no conjunto de países a ela filiados, alguns deles antecipam ou prolongam essa faixa etária.

Particularmente em Angola, a juventude, na perspectiva de responsabilidade social, começa aos 18 anos - faixa etária em que o indivíduo pode contrair matrimônio e ingressar no mundo do trabalho. A responsabilidade jurídica dá-se aos 16 anos, quando o indivíduo já pode responder juridicamente por seus atos. De acordo com a Política de Estado para Juventude, a faixa etária da juventude em Angola é estabelecida entre os 15 e os 35 anos. O ingresso na função pública, no país, pode ocorrer na faixa dos 18 aos 35 anos.

Segundo Groppo (2000), esse critério etário expresso acima – e que delimita a juventude de acordo com faixas de idade – está sempre presente, expresso ou subjacente, como base prévia de uma definição de juventude. Para o autor, as definições de juventude passeiam por dois critérios principais, que nunca se conciliam realmente: o critério etário (herdeiro das primeiras definições fisiopsicológicas) e o critério sociocultural. Na verdade, são as duas tendências pelas quais a sociologia da juventude tem oscilado (PAIS, 2003):

Uma delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada “fase da vida”, prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase de vida – aspectos que fariam parte de uma “cultura juvenil”, específica, portanto, de uma geração definida em termos etários;

Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações socioeconômicas, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Isto é, nessa tendência, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em diferentes situações sociais. Nesse outro sentido, seria um abuso de linguagem, como refere Bourdieu, subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum (p. 29).

Por outro lado, Soares (2010) ressalta que há um padrão dominante para tratar a juventude como uma etapa de transição para a vida adulta. Nessa juventude, os comportamentos esperados seriam: estar na escola, ter uma inserção inicial instável no mercado de trabalho e, em seguida, buscar uma inserção mais estável, constituindo, por fim, sua própria família.

Abramo (2005), tratando desse tema, aponta que a origem da construção do conceito de juventude está na emergência da sociedade ocidental industrial, na qual é uma etapa concebida como dedicada à preparação dos indivíduos por meio de

instituições especializadas, para o ingresso no sistema produtivo. Segundo a autora, a sociologia trabalha com três noções gerais de juventude que são:

- A noção de transitoriedade, na qual a juventude antecede a vida social plena;
- A noção de projeto – “a etapa juvenil como estágio de preparação para uma vida posterior socialmente plena”; e
- A noção de crise e ruptura – a juventude como momento de crise e de ruptura com o que é socialmente estabelecido.

As manifestações ocorridas em Angola, assim como as que se sucederam no norte de África - em países como Egípto, Tunísia, Líbia – foram encabeçadas majoritariamente por jovens que arrastaram outras forças políticas, lúmpens e gente mais velhas. O caso do “Brigadeiro Mata Frakus<sup>31</sup>” e outros novos líderes juvenis são exemplos concretos da crise e ruptura com a ordem social estabelecida - como aponta a autora - o que demonstra, de certa forma, o papel catalizador das juventudes nas mudanças sociais na contemporaneidade.

Nesse mesmo sentido, Dayrell (2003), apoiando-se em Melucci, afirma que “há juventude quando fisicamente se adquire a capacidade de procriação, quando a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família, quando começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de autos-suficiência, dentre outros sinais corporais e psicológicos” (p. 42).

Trata-se, de fato, de uma categoria em permanente construção social e histórica, incorporando a complexidade da vida em suas dimensões biológicas, sociais, psíquicas, culturais, políticas, econômicas, as quais organizam as múltiplas maneiras de viver a condição juvenil (RIBEIRO, 2005).

Para Groppo (2000), a juventude é uma categoria social que passou por várias metamorfoses na história da modernidade. Muitas vezes, essa categoria foi usada apenas para classificar indivíduos, determinar comportamentos e definir direitos e deveres, possibilitando que a mesma opere tanto no âmbito do imaginário social, quanto como um dos elementos estruturais das redes de sociabilidade (GROPPO, 2004).

---

<sup>31</sup> Trata-se do jovem *rapper* Luaty Beirão integrante dos Batida e Conjunto Ngonguenha, um dos manifestantes preso na madrugada do dia 7 de março de 2011 na Praça 1º de Maio, também conhecida como Praça da Independência numa manifestação anti-governista.

Segundo Groppo (2000), a juventude é, também, uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à sua combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social. Para ele, os jovens pertencentes a uma classe social ou etnia marginalizada podem criar uma identidade juvenil calcada no reconhecimento e até na explicitação de sua diferença.

Bourdieu (1983) considera que a juventude é uma construção dos adultos a serviço do controle social, estabelecendo uma divisão de poder. A separação entre jovens e velhos, no entender do autor, é uma forma de manter uma ordem que coloca cada um em seu lugar, respeitando limites sociais invisíveis. Nessa construção, está implícito o sentido de contenção e de imposição de ideias e valores.

Subestimar o jovem significa não compreender o real papel da juventude nas condições postas pelas transformações sociais. Significa também destituí-lo do papel de sujeito e protagonista concreto da história de vida que deseja construir.

Neto (2009) afirma que é imperativo ressaltar que a juventude é vista sob diferentes olhares e interpretações que variam, desde a perspectiva do jovem como futuro do país, até a juventude como fase de problemas e de rebeldia. Acrescenta, o autor, que a juventude é uma concepção, uma representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a eles atribuída. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum. Diante disso, não temos como conceituar o que é “jovem” ou como pensar a “juventude” como algo único e igual para todos.

Em relação ao jovem como problema social, Abramo (1997) nos diz que é apenas nessa perspectiva que a juventude é abordada por muitos autores.

(...) a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social - por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social -, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõe ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural” (p. 29).

Tal realidade fica evidente quando se analisa o contexto angolano, em que a atenção com a juventude só se tornou visível nos últimos anos, com ações de

prevenção – muitas delas paliativas - devido ao aumento do número de jovens envolvidos em atos ou ações de infração, do uso excessivo de bebidas alcoólicas e drogas. Muitas dessas situações são vistas como culpa da família, que não soube educar os seus membros. No entanto, percebemos que, na verdade “a rebeldia é um problema gerado na sociedade, e se o jovem não o for, a sociedade o destrói” (DAMASCENO, 2008, p. 5).

Todos esses problemas acima referenciados ganham evidência quando estampados nas primeiras páginas de jornais e noticiários, associando muitas vezes os jovens às temáticas ligadas aos problemas sociais - rebeldia, violência, drogas e crimes - sem se preocupar em focar o modo como os próprios jovens vivem e elaboram tais situações, o que os ajudaria a deixar de ser atores invisíveis no contexto em que estão inseridos.

O fato é que realmente a noção de juventude impõe-se como uma categoria histórica e social, no momento em que se afirma como produto histórico, ou seja, como uma categoria social sobre a qual se reflete, de modo particular, a crise do sistema. Um sistema que, ao impor a esse segmento da população a lógica da subalternidade nas relações sociais, coloca-o em posição inferior à da adulto, e lhe dá a perspectiva de que só será respeitado quando for capaz de gerir o seu próprio sustento. Essa ideologia determina, em certa medida, a lógica produtiva, que se expressa para além da sua relação com a produção: na família, na política e na sociedade como um todo.

É recorrente que diversas imagens estejam associadas ao imaginário de um “ser” jovem. Essas variam entre potência criativa, rebeldia, transgressão, inconformismo, aventura e beleza, até a indolência para o trabalho ou o fato de ser um potencial desviante. Essas construções são acomodadas ou acionadas segundo a adesão ou o distanciamento dos jovens em relação aos papéis sociais que lhes são delegados nos arranjos familiares, tais como: trabalho, estudo e/ou cuidado dos afazeres domésticos. Tais arranjos familiares são estabelecidos de acordo com as condições de vida, valores culturais e expectativas dos grupos socioeconômicos aos quais pertencem.

De maneira geral, os jovens são vistos socialmente associados à ameaça social, à criminalidade, à infração, como se o ser jovem implicasse, de forma potencializada e direta, o desvio e a transgressão criminoso, cujos desdobramentos são capazes de colocar em risco tanto a sua própria integridade física e moral

quanto a de toda a sociedade. Essa visão vem crescendo, a partir da década de 1990, devido ao aumento da violência na qual os jovens são as maiores vítimas e os algozes. Uma tendência que ganha corpo a cada ano que passa é a de um pensamento cuja tendência é apreendê-los “como se eles não tivessem sido gerados e criados pela própria sociedade que os critica e os condena” (LEHMANN, 2007, p. 99).

Há uma tendência quase que milenar de associar juventude e violência, evidenciando o apontado anteriormente. Diante do exposto é que concordamos com Trassi e Malvasi (2010) quando indicam a necessidade da desconstrução dessa percepção, pois trata-se de uma associação que “compõe um conjunto de falsas afirmações sobre os enormes desafios que a humanidade encontra em sua fase atual de desenvolvimento” (p. 16). Essa desconstrução de concepções cristalizadas e preconceituosas podem, de certa forma, auxiliar na construção de uma nova leitura das expressões dos jovens no mundo, de modo particular, na definição de novas práticas sociais com a juventude.

Ainda nessa perspectiva, um artigo publicado pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) intitulado o *Mito*<sup>32</sup> do *Jovem Violento*, aponta que essa imagem de jovem violento foi criada em razão da incapacidade da sociedade de entender e ajudar o jovem em seu desenvolvimento. Essa imagem impossibilita ao jovem de ter espaço e vez na sociedade, pois sendo um “problema” será por ela combatido e marginalizado.

O artigo ressalta que essa relação entre juventude e violência normalmente é percebida como produto de dinâmicas sociais pautadas por desigualdades de oportunidade, segregação, inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho, ausência de oportunidades de lazer e de formação ética e cultural, relacionada a valores de solidariedade e de cultura de paz. Nessa perspectiva, a relação juventude/violência é resultado de uma sociedade globalizada e capitalista em que as pessoas valem pelo que têm em detrimento do que são realmente.

É recorrente também relacionar a juventude de hoje com passividade, em relação aos problemas que envolvem a realidade em que estão inseridas. A verdade é que essa falta ou fraca participação social e política da juventude no atual

---

<sup>32</sup> Mito, segundo o dicionário Aurélio, é uma narrativa de significado simbólico, uma representação exagerada pela imaginação popular e pela tradição que é capaz de aprisionar uma realidade a partir de um estereótipo.

momento histórico do país deve-se à incapacidade do sistema social vigente considerar efetivamente os jovens como sujeitos capazes de participar dos processos de definições, invenções e negociações de seus direitos. (ABRAMO, 1997). Em Angola, tal realidade deve-se ao fato de que, ao longo da sua história, não foram criados espaços efetivos de participação dos jovens na vida política, na social, entre outros.

É importante ressaltar que a instabilidade do mundo do trabalho, de relacionamentos e mudanças no campo da educação – que agora pode ser buscada em várias etapas da vida – faz com que os elementos constituintes do que é ‘ser jovem’ sejam transitórios e/ou sujeitos a alterações. A disputa cada vez mais intensa por espaço no mercado do trabalho tem provocado mudanças nessas visões do ‘ser jovem’ e intensificado o debate sobre o lugar e o papel dessa população na vida dos países (SOARES, 2010, p. 24).

Também entendemos que, ao nos apoiarmos na ótica da diversidade, possamos considerar que as diferenciações oriundas de meios sociais, étnicos e de gênero, fazem com que a apreensão do ‘ser jovem’ não se reduza à análise de uma única juventude. Ainda, de acordo com Margulis e Urresti (1998), a juventude é mais do que uma palavra: trata-se de fato de uma vanguarda portadora de transformações evidentes ou imperceptíveis nos códigos culturais. Para esses autores, a juventude incorpora com naturalidade as mudanças nos costumes e nos significados que foram objeto de luta para as gerações anteriores. Sua sensibilidade, o sistema perceptivo, a visão das coisas, as atitudes frente ao mundo, o sentido estético, a concepção de tempo, valor, velocidade, nos indicam que estão habitando com comodidade um mundo que nos vai deixando para trás.

Nesse sentido, ao longo dos tempos, a juventude vem conquistando um *status* de produtora de gostos e costumes, o que lhe confere um poder hegemônico antes inimaginável. Ser jovem já não é privilégio de uma faixa etária socialmente construída, mas um projeto de vida que se estende para além dos vinte e poucos anos, considerando que o público-alvo, se adulto, baseia seus desejos e tende a estabelecer suas decisões de compra a partir de um processo aspiracional em que a juventude é o modelo (PEREIRA, 2009).

Dentre os esforços e investimentos empreendidos, na modernidade, em torno da valorização dos jovens, está a importância da publicidade que, segundo Pereira (2009), é um espelho de nossos valores e práticas sociais, na medida em

que desvela seus sentidos por meio de anúncios, filmes e outras ações publicitárias. Através dessas ações, pode-se compreender como a sociedade entende a juventude e identificar a partir de que premissas essa juventude passa a se autor-referenciar.

Essa perspectiva está sintonizada com a ideologia capitalista que permeia a sociedade contemporânea, baseada no consumismo e no individualismo. Essa ideologia, de certa forma, contribui para que hoje exista um número maior de jovens valorizando o consumismo. Em conformidade com essa ideia é que “as propagandas publicitárias apresentam como público-alvo o jovem e o transforma em uma máquina consumista, individualista, cuja principal função está centrada no ter, estar na moda” (MIRANDA; PACCHIONI, 2005, p. 178).

Essa situação, segundo as autoras, faz com que muitos jovens suportem situações menos humanas no intuito de satisfazer sua necessidade de consumir o que os outros estão consumindo, principalmente porque, algumas vezes, dependem disso para serem aceitos nos grupos de amigos em que estão inseridos.

Dentre os requisitos para compreender esse processo de aceitação, estão as qualidades atribuídas pelo grupo ao termo “modernidade”, como o interesse pela novidade, extravagância, irreverência, espontaneidade, ousadia, rebeldia, exclusividade, diferença (GROPPO, 2000, p. 29). Pode-se afirmar, partilhando da visão do autor, que esse processo é resultado do novo ciclo de integração das juventudes promovida pelas ações das indústrias culturais, do marketing e do mercado de consumo juvenil, vigente a partir dos anos 1970 (GROPPO, 2004).

De fato, há distintas maneiras tanto de ser jovem como de analisar a juventude. Há uma intensa heterogeneidade, que se observa nos planos econômico, social e cultural, pois não existe uma única juventude. Em cidades modernas, como Luanda, as juventudes são múltiplas, variam em relação às características de classe, de lugar onde vivem e de geração a que pertencem. A diversidade, o pluralismo e o estado cultural dos últimos anos se manifestam privilegiadamente entre os jovens, ao oferecerem um panorama variado e móvel, que abarca seus comportamentos, suas referências identitárias, linguagens e formas de sociabilidade.

A Juventude como categoria social não apenas passou por várias metamorfoses na história da modernidade. Também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à sua combinação com outras situações sociais – como a de classe social ou estrato social –, e devido também às

diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e de gênero. (...) A juventude também é vivida diferentemente em cada um dos gêneros, mesmo quando se trata de indivíduos de uma mesma classe ou estrato social, do mesmo ambiente urbano ou rural, etnia, etc. (GROPPO, 2000, p. 15-16)

Ainda, segundo Esteves e Abramovay (2007):

Existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multiculturais e que, de certa forma, são globalizados. Portanto, não há uma cultura unitária, um bloco monolítico, homogêneo, senão culturas juvenis, com pontos convergentes e divergentes, com pensamentos e ações comuns, mas que, muitas vezes, são completamente contraditórias entre si.

Tal verdade tem se evidenciado nos estudos realizados na atualidade, tanto na sua perspectiva histórica como em sua análise sociológica, e são resultado, como diria Marx (1983), da “grande heterogeneidade social e cultural do cotidiano de toda sociedade moderna” (p. 49). Partindo dessa visão analítica é que Groppo (2000) “sugere o uso sociológico no plural do termo juventude, para que possa dar conta da diversidade na vivência desta fase de transição à maturidade, ou de socialização secundária, denominada juventude (p. 15).

Esta concepção alerta-nos sobre a existência, na realidade dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sociocultural - classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero, etc. - saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios. Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é “ser jovem”, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes (GROPPO, 2000, p. 15).

É por essa perspectiva conceitual, que concebe o termo no plural - “juventudes” -, que optamos nesta tese. A adoção de tal perspectiva significa que, embora a simples utilização dessa expressão não garanta, por si só, a percepção da complexidade das realidades humanas vividas pelos jovens, denota certo cuidado com as generalizações que simplificam ao unificar o diverso e o desigual.

Construir uma noção na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas relacionada à totalidade, o que lhe dá contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social.

Por outro lado, é importante apontar que essa diversidade é encontrada no cotidiano dos jovens, nas atividades que realizam, nas relações que mantêm com os seus pares, em sua rede de sociabilidade, onde recriam espaços e tempos.

No espaço concreto de Angola, temos “juventudes”, cada uma expressando uma realidade em termos de cultura, de visão de mundo, de escolhas ou de grupo social. Os jovens vendedores ambulantes, que compõem os sujeitos da presente pesquisa, configuram um grupo de pessoas com histórias e trajetórias próprias<sup>33</sup>, diferenciadas dos demais grupos existentes, seja em Luanda, seja no país como um todo.

Na verdade, essas diversas juventudes vivenciam contradições da realidade social e as interpretam ao seu modo, de forma subjetiva, mas também com base em suas experiências de vida material.

Cada vez mais, o mundo dos jovens, na nossa realidade, se mostra heterogêneo, complexo e em permanente mudança. Os jovens são possuidores de saberes, de lógicas, de ética, de estéticas e de sensibilidades próprias e diversas, condicionadas por razões de classe, gênero, procedências regional e étnica. Suas culturas são construídas em permanente tensão com o universo, de sentido proposto pelo sistema dominante. Assumem às vezes atitudes de resistência e de defesa, outras, de franca oposição, como alternativas de vida pessoal, ou como propostas de uma nova sociedade.

De fato, os jovens angolanos vivem, na contemporaneidade, uma época de profundas transformações de cunhos econômico, moral, social, político e cultural que, de certa forma, afeta de algum modo a sua transição para a idade adulta.

A maioria dos jovens angolanos não teve direito à infância, pois assumiram responsabilidades de adultos muito cedo. Associando-se a isso, não tiveram acesso a atividades culturais e de lazer que pudessem contribuir para a qualificação do seu repertório sociocultural. Uma realidade ainda muito presente ou prevalecente no contexto atual do país é a que mostra restrições quanto às oportunidades de lazer. Isto é ainda mais verdadeiro para os jovens de camadas populares, que precisam ocupar seu tempo em atividades que garantam sua sobrevivência e de suas

---

<sup>33</sup> Entendemos trajetória como sendo uma sequência de experiências vividas, suas circunstâncias e desdobramentos. Neste estudo, essa trajetória tem como eixo as atividades informais realizadas pelos jovens. Normalmente, a trajetória é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas vivências ao longo da vida. Em algumas circunstâncias, as trajetórias de vida expressam as experiências políticas, vivências familiares e situações de carreira profissional de cada um.

famílias. Essa falta de oportunidades, sobretudo de emprego, para os jovens, em Angola, pode ser ilustrado olhando para a idade média dos nossos governantes e deputados. Por incrível que pareça, temos embaixadores na ativa com 80 anos.

A maioria dos bairros dispõe de reduzidos espaços de divertimento e sociabilidade. Mesmo nas províncias, que são privilegiadas com tais equipamentos sociais e culturais, observa-se a desigualdade na distribuição desses equipamentos entre as diversas áreas da cidade, por exemplo, nos musseques<sup>34</sup> de Luanda, esses equipamentos são quase inexistentes.

Essa questão importa, principalmente, por sabermos, como bem afirma Abramovay (2002) que, no desempenho desse tipo de atividades, os jovens podem internalizar valores, fazer e externar suas escolhas – reforçando sua autoestima e protagonismo – dar vazão a sentimentos de frustração e protesto e construir laços de solidariedade e cooperação com os outros. Na perspectiva dessa autora, tais atividades são poderosos canais de expressão e afirmação positiva da identidade e, por essa razão, constituem fortes contrapontos à violência, à infração e a outros vícios, que, a cada ano que passa, destroem e corroem as nossas juventudes, nas quais se incluem as juventudes angolanas.

A exemplo de outros jovens, as juventudes angolanas também estão entre os mais atingidos, diretamente, pelo impacto de todas as transformações sociais, econômicas, culturais, tecnológicas e políticas, ocorridas no mundo, de modo geral, e na sociedade angolana, em particular. Como heranças dessas transformações, sobretudo fruto do capitalismo contemporâneo, temos a diminuição do emprego formal, o desencadeamento de um processo de exclusão que leva jovens, crianças e mulheres ao mercado de trabalho informal, o aprofundamento dos processos de pobreza e a ampliação das desigualdades sociais.

Essa também é uma sociedade de consumo que exacerba o desejo de ter, de alguns, principalmente entre a camada juvenil, cujas consequências são evidentes numa sociedade cujo acesso a bens depende do acesso ao trabalho. Essas repercussões advindas do capitalismo contemporâneo se aliam à incapacidade do Estado de assegurar a realização de direitos mínimos, em uma sociedade marcada pela existência de privilégios, pela super-valorização do ter em detrimento do ser.

---

<sup>34</sup> Musseques equivalem a favelas.

Entre os maiores impactos das transformações sociais na juventude, está o desemprego, que resulta de fatores relacionados com a organização política e social do mundo em que vivemos, sendo o desemprego estrutural e a precariedade do trabalho suas consequências diretas e, particularmente em Angola, a introdução de novos critérios de acesso ao emprego.

Por outro lado, Galdini e Berzin (2003) afirmam que a dificuldade em ingressar no mercado de trabalho não tem relação apenas com a qualificação ou a pouca qualificação do trabalhador, mas também com as restrições impostas pelas leis do capitalismo e pelas transformações do mundo do trabalho. De qualquer maneira, o acesso do jovem luandense ao mercado formal é difícil, o que torna importante ressaltar que o desemprego é um determinante do envolvimento dos jovens em trabalhos informais como alternativa para a sua sobrevivência.

Atendendo a essa situação de precariedade e dificuldades que os jovens angolanos enfrentam no seu cotidiano - uma vez que as estruturas governamentais pouco podem fazer diante das necessidades desse segmento da população - os mesmos incorporam-se em diferentes atividades do mercado informal de trabalho, seja como engraxadores<sup>35</sup>, lavadores de carros, transportadores de mercadorias, chamadores<sup>36</sup> e cobradores de táxis (os vulgos candongueiros), revendedores de diversos produtos, em busca da própria sobrevivência.

Acrescenta-se à realidade das juventudes angolanas - sobretudo no contexto urbano - os problemas da infração, criminalidade, consumo excessivo de bebidas alcoólicas, tabagismo, prostituição e droga, que cada vez mais ganham contornos alarmantes. Podemos afirmar que a situação da juventude angolana caracteriza-se por um elevado índice de desemprego, falta de habitação, inexistência de mecanismos práticos de concessão de créditos, fraco acesso ao ensino, falta de infraestruturas juvenis capazes de promover os direitos e deveres da juventude consagrados constitucionalmente.

Existe um elevado número de jovens com comportamentos marginais ou delituosos, com todas as consequências nefastas daí resultantes, como, por exemplo, elevada percentagem de jovens na prisão e a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, particularmente o HIV/SIDA (ANGOLA, S/D, p. 15).

---

<sup>35</sup> Denominação atribuída aos jovens que se dedicam ao engraxamento de sapatos, tida também como uma das estratégias ou atividade de sobrevivência da maioria deles em Luanda.

<sup>36</sup> Nome atribuído ao lotadores de vans que no contexto angolano são denominados de candongueiros ou táxis.

Tal realidade é uma clara demonstração de que, infelizmente, as políticas direcionadas a esse segmento da população são determinadas sem a reflexão a respeito das peculiaridades ou particularidades desses sujeitos, o que acarreta a exclusão de muitos que estão ainda sob a condição juvenil. Por isso, entendemos que é importante pensar-se em políticas sociais públicas específicas para os problemas das juventudes, levando em consideração os espaços geográficos e a valorização do meio em que estão inseridos, seja o rural seja o urbano.

Historicamente, Angola não possui tradição de investimentos em políticas públicas<sup>37</sup> para os setores juvenis. Também não tem tido preocupação na formulação e implantação de políticas públicas, de realizar estudos diagnósticos que contemplem a diversidade e a heterogeneidade que caracteriza a condição juvenil do país. Em outras palavras, nota-se certa ausência de políticas públicas ou algumas linhas de políticas para os diferentes segmentos da juventude em áreas como trabalho, cultura, lazer, desporto, habitação. Características que, de certa forma, fazem com que as necessidades, os problemas e as questões próprias dos diferentes segmentos da população jovem no país permaneçam, como diz Almeida (2000), em “estado de coisas”.

Ainda segundo esse autor, quando há iniciativas do gênero que, pelo menos, concorrem para esse propósito “em geral, são fragmentadas e, muitas vezes, padecem de comunicação na própria esfera governamental, exprimindo o isolamento intersectorial” (ALMEIDA, 2000, p. 49). Diante desse cenário, concordamos com o autor quanto à responsabilidade dos adultos para atenuar as inúmeras situações vivenciadas pelos jovens que, de certa forma, se tornam um entrave para o pleno desenvolvimento.

Às gerações adultas compete proteger os jovens do mundo, para que possam realizar seus processos de desenvolvimento individual, de inserção e integração social, e, simultaneamente, proteger o mundo das novas ondas de jovens que diariamente o invadem, de maneira que a vida social não se desintegre. Além disso, cabe aos adultos o esforço de desconstruir os estereótipos que são construídos sobre as novas gerações, ao mesmo tempo em que devem **oferecer-lhes modelos para que possam não só**

---

<sup>37</sup> Entende-se por políticas públicas o conjunto de deliberações e práticas que visam a equacionar problemas políticos de uma determinada ordenação social. Tais deliberações e ações que compõem uma política implicam atividades que se expressam por dispositivos formais e informais que objetivam, mediante relações de poder, visando a equacionar conflitos, tensões ou crises quanto a bens públicos. Assim sendo, de um modo geral, as políticas públicas buscam superar problemas, entendidos como demandas da sociedade civil e que disputam politicamente sua incorporação à agenda governamental (ALMEIDA, 2000).

**conservar e reproduzir a sociedade e suas instituições, mas também transformá-las** (grifo nosso). (ALMEIDA, 2000, p.49)

Assim sendo, as políticas sociais públicas têm por característica apontar caminhos no sentido de assegurar e ampliar continuamente os direitos de todos os segmentos da sociedade: homens, mulheres, crianças, jovens e adultos.

Nesse sentido, é importante que tais políticas tenham como fundamento básico dois princípios: primeiro, de que os desiguais sejam tratados diferentemente para que possam tornar-se livres e alcançar uma autonomia igual a todos; segundo, de que os jovens sejam sujeitos de direitos e ação, produtores de práticas múltiplas e distintas, em vários planos do agir, e, ainda, interlocutores válidos na definição da esfera pública e da própria política e seus desdobramentos (ALMEIDA, 2000, p. 50).

Há uma crença segundo a qual as políticas públicas para os jovens só se caracterizarão como tal se refletirem as condições específicas das juventudes e advir de partes que realcem a capacidade e a participação política dos mesmos. Esse propósito não se reflete na realidade concreta de Angola, onde os jovens, por muitos anos, foram relegados à sua sorte: as ações que existem para os jovens são adequados a uma pequena parcela desse segmento populacional, a qual tem acesso ao processo decisório.

Entretanto, a essa altura, em que se discute no país a Política do Estado para a Juventude, é importante que seu documento final possa ilustrar ou abarcar a realidade concreta, das diferentes juventudes angolanas, contida no documento provisório, incorporando seus saberes, expectativas e anseios. Isso porque “as diversas juventudes vivenciam contradições da realidade social e as interpretam ao seu modo de forma subjetiva, mas também com base em suas experiências de vida material” (NETO, 2009, p. 4).

Por outro lado, entendemos que os jovens, vistos como sujeitos de direitos e ativos, podem contribuir para a elaboração de políticas sociais públicas mais integradas, que respeitem a capacidade que eles têm de atuar de forma destacada na criação e difusão de um projeto de sociedade mais justa, fraterna e democrática.

Ressalta-se ser importante que tais políticas públicas garantam espaços e tempos para que os jovens possam se colocar de fato como sujeitos e cidadãos, com direito a viver plenamente a juventude, pois o que percebemos na atual conjuntura do país é que, na sua maioria “as diversas juventudes carecem de

políticas públicas que as incorporem como sujeitos e não como objetos” (NETO, 2009, p. 5).

Para que tais políticas se concretizem, é importante criar um espaço de participação dos próprios jovens em todo o seu processo de elaboração, desde a concepção, planejamento, execução, até a avaliação. Essa iniciativa implicaria mudanças nas relações de poder entre o Estado e a Sociedade Civil. Essa perspectiva é partilhada por Thompson (2005) ao afirmar que políticas públicas para a juventude devem ser implementadas com base nesse modelo participador, amparado tanto em sua capacidade de articular questões pertinentes às áreas públicas, quanto em sua habilidade para legitimar e financiar movimentos juvenis e incentivar a democracia - tão necessária no nosso contexto angolano, voltada, sobretudo, para a valorização do jovem, dando-lhe “respeito, autonomia, estímulo à participação cidadã juvenil” (DAYRELL, 2003, p. 51).

Na verdade, as juventudes angolanas deste século 21 vivem em um país marcado pelas contradições da democracia, que impossibilita sua participação efetiva nos fóruns de decisão, – e onde o restabelecimento da normalidade democrática, via alcance da paz depois de décadas de guerra, – não foi acompanhado de uma distribuição equitativa de renda e da superação das desigualdades sociais que tendem a acentuar-se cada vez mais. Tais juventudes, na sua maioria, vivem em contextos de desumanização, nos quais “o ser humano é “proibido de ser”, privado de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana” (DAYRELL, 2003, p. 43).

Entendemos, portanto, que há necessidade de o Estado assumir com mais responsabilidade o investimento em mecanismos que promovam o fortalecimento do capital social e também cultural dos jovens, assim como a promoção de debates sobre o mundo do trabalho no interior das escolas, com profissionais de áreas distintas. Proporcionar, por exemplo, o diálogo e uma troca de experiências com os jovens vendedores ambulantes, proporcionando melhor conhecimento desse segmento da população, das suas experiências, problemas, dificuldades, anseios, expectativas em relação ao futuro.

Finalmente, é preciso ressaltar que várias vezes escutamos nos discursos políticos, frases como: “os jovens são a força motriz da sociedade”, “homens e mulheres que com sangue novo nas veias vão mudar a sociedade”, “pois são sonhadores, idealistas” ou, ainda, são a “esperança de um mundo melhor”, de “uma

Angola nova e melhor para as futuras gerações”. “Juventude de hoje é o adulto de amanhã”, “os jovens são o futuro de Angola”, Angola é uma nação de jovens”. Essas palavras falam do futuro do país, mas de um futuro que nunca chega e que nunca chegará se continuar o estado de abandono em que se encontra esse segmento da população.

## **2. 2 Reflexões sobre o trabalho informal: revisitando a literatura**

Contextualizadas Angola e Luanda, situando o espaço em que a presente temática da tese se enquadra, urge, neste momento, refletir mais concretamente sobre o trabalho informal, no qual se enquadra o comércio ambulante<sup>38</sup>. Ressalta-se que essa modalidade de comércio se configura como sendo o espaço maior da atividade laboral dos jovens migrantes, em Luanda, segmento da sociedade em que mais recai o peso do desemprego e do trabalho precário. Trata-se de um comércio, inserido no que se determinou chamar, na realidade angolana, de comércio informal, entendido como sendo a:

Prática de atos de comércio de carácter espontâneo, realizado em locais impróprios, nomeadamente na rua, de esquina, de frente aos estabelecimentos comerciais, nos mercados paralelos sem audiência a regras e normas técnico-judiciais, higio-sanitários, obrigações fiscais para com o Estado, estabelecidas pela Legislação Comercial e de Prestação de Serviços Mercantis, bem como o Código Comercial vigente. Contudo na conjuntura atual, económico-financeiro e social que o país atravessa, o comércio informal não deixa de ser “um mal necessário” (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2000, p. 510).

Como se observa no exposto acima, trata-se de uma definição oficial do Estado angolano que, embora coloque o comércio informal - mais concretamente a venda ambulante -, na categoria da ilegalidade, acaba por reconhecer sua necessidade social. Essa mesma visão de ilegalidade do comércio informal é apontada por Lopes (2007), ao defini-lo como “atividades comerciais realizadas total

---

<sup>38</sup> No contexto angolano, o comércio ambulante é regulamentado pelo Decreto executivo 48/2000 de 25 de abril de 2000, cuja definição consta no Decreto 29/2000 que o estabelece como uma das modalidades de exercício da atividade comercial. O Decreto 29/2000 define o comércio ambulante como uma “atividade comercial a retalho exercida de forma não sedentária, por indivíduos que transportam mercadoria, quer através dos seus próprios meios, quer por veículos de tração animal e as vendem nos locais do seu trânsito, fora dos mercados urbanos e/ou municipais e em locais fixados pelas administrações municipais” (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2000, p. 510).

ou parcialmente à margem do quadro legislativo e regulamentar que enquadra o seu exercício no não cumprimento de diversas disposições legais” (p. 36).

Diante da necessidade de analisar essa questão, partimos de perguntas relacionadas ao próprio sentido do trabalho. O que é o trabalho? Qual é a sua importância, seu papel na vida das pessoas? Para responder a tais questões, começamos por ressaltar que o trabalho tem duplo papel: suprir as necessidades básicas dos trabalhadores - como a alimentação, por exemplo, - e permitir que os indivíduos sejam vistos e percebam-se como dignos, honestos e merecedores de respeito (MARTINS, 2002).

O trabalho constitui uma categoria socialmente construída, com significados determinados e em diferentes contextos históricos. Na modernidade, apresenta-se como uma dimensão característica da ação humana, que se estabelece em sua relação com a natureza, modificando-a e, em simultâneo, modificando-se. O trabalho é, ao mesmo tempo, necessidade vital, obrigação social e dever moral, cuja contrapartida é o *status* social que confere e a satisfação pessoal que proporciona. O trabalho engloba uma dimensão instrumental - ganhar a vida - e, apesar de seu caráter penoso, comporta também forte dimensão expressiva: a de realizar-se social e pessoalmente.

Para muitos, o trabalho é visto como condição primordial para uma vida melhor, pois garante mais autonomia, principalmente financeira. Mesmo sendo um ganho pequeno, pode proporcionar o acesso a um mundo diferente de sociabilidade, ampliar horizontes e, muitas vezes, possibilitar a saída da dependência familiar. Há sempre no jovem, principalmente, a esperança de uma experiência que o qualifique para outro patamar de vida, diferenciado e mais elevado, em relação ao dos seus pais. Daí que a inexistência de trabalho representa uma dificuldade que contribui para aumentar a incerteza e a sensação de risco em suas vidas e trajetórias.

Podemos pensar o trabalho como uma atividade útil e elemento fundante da sociabilidade humana, pois, como bem afirma Pastorini (2010) “o processo de emancipação só pode ser do trabalho, no trabalho e pelo trabalho, uma vez que o trabalho enquanto expressão criadora é indispensável para a existência humana” (p. 36).

Porém, os intensos processos de transformação produtiva e de mudança social, que têm ocorrido nas sociedades contemporâneas, de alguma forma, contribuem para que muitos jovens da população economicamente ativa não

usufruem dos benefícios advindos do acesso ao trabalho, bem como àqueles ligados ao trabalho formal: aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade, citando apenas alguns. Esses jovens fazem parte da “população sobranete” - conforme a denominação de Castel (2004) -, que vem aumentando de número a cada ano, da qual fazem parte aquelas pessoas que se inserem no que é conhecido como trabalho informal, não reconhecido por lei.

Entende-se por trabalho informal aquele caracterizado por suas condições precárias, baixa produtividade, marginalização em relação às políticas governamentais, escassa qualificação e ausência de vínculos de trabalho formalizado legalmente (SIEDE, 1994). O trabalho informal é fruto do aumento da desigualdade social, do desemprego e da pobreza: situações que, além de colocarem o indivíduo à margem da sociedade, o impulsionam a encontrar tais alternativas e estratégias para garantir a sua sobrevivência.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2006),

A informalidade é principalmente uma questão de governança. A expansão da economia informal pode muitas vezes ser imputada a políticas macroeconômicas e sociais inadequadas, ineficazes, mal planejadas, ou mal implementadas, em muitos casos formuladas sem consulta tripartite, e à falta de molduras legais e institucionais favoráveis e de boa governança para aplicação pertinente e efetiva das políticas e das leis. (p. 10)

Entretanto, concordar com essa visão é, no mínimo, uma atitude ingênua, desconectada da realidade, quando tal fato está intimamente ligado ao sistema capitalista, uma vez que, segundo Oliveira e Henrique (1990), a “própria dinâmica da acumulação capitalista cria oportunidades para as pequenas atividades mercantis, às quais dedicam-se os trabalhadores informais” (p. 9).

Se o fim da produção capitalista é mais-valia por que o capital é irreformável na sua base causal; se a força de trabalho é a única mercadoria que quando consumida produz valor; e se o trabalho formal, estável em tempo integral, socialmente protegido está se tornando uma categoria do passado, o objetivo do processo de produção capitalista será alcançado através de outra forma de trabalho tendencialmente, o trabalho informal, submetido às mesmas leis econômicas que regem o sistema de assalariamento. (TAVARES, 2004, p. 46).

Vista dessa forma, a informalidade é um processo que está presente no funcionamento da sociedade. Trata-se de uma construção social, que surge num determinado momento histórico da sociedade, que identifica e delimita o sistema

formal, permanecendo sempre latente o sistema informal, realizando ajustamentos sucessivos na evolução do sistema formal (LOPES, 2000, p. 4).

É importante apontar que o trabalho informal é uma realidade em todo o mundo capitalista, inclusive nos países chamados de primeiro mundo. É resultante do próprio processo capitalista em curso, obedecendo aos distintos momentos históricos, ou seja, as particularidades históricas de cada formação econômica e social. Assume, na contemporaneidade, novas dimensões: as mudanças e as transformações apreendidas no processo produtivo capitalista - principalmente quanto à flexibilização e à desregulamentação do direito do trabalho - geraram o aumento do número de trabalhadores informais em todo o mundo capitalista, ou seja, houve um crescimento daqueles que não gozam mais de qualquer proteção da legislação trabalhista.

Urge ressaltar que existem várias denominações para se referir às pessoas que exercem esse tipo de trabalho. Entre essas denominações, destacamos: setor informal, setor não organizado, economia oculta, economia subalterna, trabalho informal, economia informal. Por opção nossa, neste estudo, usaremos as denominações ‘trabalho informal’ e ‘informalidade’<sup>39</sup>, quando formos analisar a precariedade no campo do trabalho, ou seja, os limites do trabalho precário.

Podemos dizer que o trabalho precário é uma realidade que afeta principalmente algumas camadas populacionais, como as mulheres, os migrantes e os trabalhadores jovens, mas não se trata de um tipo de trabalho “que apenas comporta ocupações excluídas do trabalho coletivo e menos ainda que se restringe às atividades de estrita sobrevivência” (TAVARES, 2002, p. 52). Entretanto, é uma realidade que debilita o emprego permanente, impede que as famílias planejem seu futuro e amplia a diferença entre ricos e pobres.

Apoiando-nos em Barbosa e Carvalho (2006), entendemos que o trabalho precário “ameaça a segurança no emprego, os salários e as condições de trabalho, a saúde e a segurança, o direito de unir-se a um sindicato, os direitos à segurança social, à proteção, ao emprego e às pensões” (p. 160). Assim sendo, precariedade é a qualidade do que é precário, pois entendemos que “se a informalidade não é

---

<sup>39</sup> Nossa opção pelo termo ‘trabalho informal’ justifica-se por o considerarmos como o que mais se aproxima das situações dos nossos sujeitos e aos propósitos do presente estudo. O trato da ‘informalidade’ relaciona-se a uma perspectiva mais ampla, que engloba tanto o setor informal como o setor formal, uma vez que em ambos existem acordos de trabalho que não passam necessariamente pelos trâmites legais.

sinônimo direto de precariedade, sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara similitude com a precarização” (ANTUNES, 2010, p. 18).

Segundo Pastorini (2010), a precarização tornou-se um dos principais riscos na contemporaneidade, uma vez que alimenta, sem limites, a vulnerabilidade social contribuindo, ao mesmo tempo, para a ampliação do processo de desfiliação. Ainda na visão do autor, a precarização que se observa na contratação da força de trabalho traz consigo a baixa remuneração, assim como também a precária inserção no sistema de políticas sociais.

Esse autor afirma ainda que “a precarização, a instabilidade e o desemprego estrutural, não são consequências naturais do desenvolvimento das sociedades modernas, mas resultados de uma opção política” (p. 74-75). Nessa mesma perspectiva, diz que não se pode pensar igualmente a globalização, a reestruturação produtiva, o neoliberalismo, o desemprego, como processos naturais, pois todos eles são produto de uma opção política e econômica assumida pela maioria de nossos governantes, a partir da década de 1980 (PASTORINI, 2010, p. 83).

Essa mesma perspectiva fica evidente em Tavares (2004) que, se referindo à produção industrial, dentro ou fora da fábrica, afirma que o trabalho continua produtivo, emergindo um novo tipo de exploração, por meio de relações informais em larga escala, tanto no âmbito da produção quanto no da circulação de mercadorias sendo, essas formas de trabalho precário, partes constitutivas do processo de produção capitalista.

De fato, a simples rearrumação das formas de relações de trabalho não só não altera o conteúdo da ação do capital, como preserva e intensifica a exploração do trabalho. Nesse sentido é que a informalidade deve ser considerada uma arma do capital para auferir mais lucros e, ao mesmo tempo, provocar cisão política da classe trabalhadora. Isso porque, além de mascarar a real dimensão do desemprego, fragmenta a classe trabalhadora, opera o culto ao individualismo, desqualifica as organizações representativas do trabalho, fomenta a ordem ideológica dominante e distancia o horizonte revolucionário (TAVARES, 2004).

Para a autora, é a própria estrutura capitalista que imprime esse caráter, pelo qual se explica a expansão do trabalho informal e o modo como parte dele, mediada pelos processos de terceirização, se articula diretamente com o capital (Idem, 2002, p. 51). Trata-se de uma relação evidente, pois o capital necessita cada

vez mais de diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terciarizadas, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista (ANTUNES, 1999, p. 119). Nessa perspectiva, é que autores como Singer e Pochmann (1996) apontam que o trabalho informal é um fenômeno estrutural do modo de produção capitalista.

Referindo-se concretamente ao trabalho informal, Tavares (2004) afirma que essas novas modalidades contemporâneas de trabalho têm significado precarização e mais degradação das condições de trabalho, em lugar de significarem alguma autonomia ou liberdade perante os ditames do capital. Há, na visão da autora, um enorme contingente de pessoas sem emprego que busca nas ocupações mais precárias um modo de garantir o sustento de suas famílias.

Assim sendo, a informalidade é tanto uma estratégia do capital para baratear os custos da força de trabalho atingindo níveis mais competitivos de produção, como também é uma estratégia dos trabalhadores e de suas famílias, visando à obtenção de rendas mais elevadas, segundo as oportunidades oferecidas pelo mercado e, também, de acordo com as circunstâncias particulares do grupo familiar (SIEDE, 1994).

Lopes, apoiado em Laguerre (2000), diz que a gênese da informalidade dá-se em contextos diferenciados. Na sua lógica de raciocínio, historicamente, a informalidade precede a formalidade, ou seja, as práticas informais são anteriores às práticas formais; a formalidade nunca é absoluta, ou seja, mesmo nos processos mais formalizados, pode-se verificar a intervenção de elementos/práticas informais; a informalidade resulta da imposição do sistema formal e da forma como os atores sociais se adaptam a essas imposições.

Segundo Siede (1994, p. 27), é importante salientar o fato de não haver exclusão entre duas possíveis formas de inserção no mercado de trabalho, na medida em que um mesmo indivíduo pode desempenhar funções como assalariado formal e como trabalhador informal independente. Aliás, isso é muito comum no contexto angolano, principalmente entre os funcionários públicos, devido aos baixos salários que auferem, que não permitem atender a todas suas necessidades, tendo em conta o alto custo de vida do país.

Como resultado da reflexão sobre essas definições em torno da informalidade e tendo em conta a perversidade do sistema capitalista contemporâneo vigente na sociedade, temos a considerar que a essas definições

precisam ser acrescentados outros determinantes como, principalmente, a diferença na distribuição de renda e, conseqüentemente, de acesso às oportunidades, o que, no caso particular de Angola, tem contribuído para o aumento dessa prática.

O fato de o trabalho informal ser uma atividade praticada por um segmento da população que está em vulnerabilidade, exclusão e pobreza, que não é reconhecido, nem protegido por um diploma legal que regulamente suas atividades, faz com que seus componentes sejam tratados como “trabalhadores não reconhecidos e nem declarados, que não se beneficiam da legislação laboral nem de proteção social, o que lhes impossibilita de desfrutar dos seus direitos fundamentais, de os exercer ou de os defender” (OIT, 2006, p. 8).

Trata-se de um tipo de trabalho que congrega uma série de atividades e formas distintas de inserção no mundo de trabalho, e onde estão incluídos tanto proprietários de pequenas estruturas produtivas, quanto trabalhadores que operam total ou parcialmente na ilegalidade, aumentando ainda mais sua condição de exclusão e precariedade. De modo geral, o trabalho informal é mantido por “empregados não registrados, vendedores ambulantes, profissionais irregulares, servidores domésticos, contraventores” (COSTA, 1989, p. 27).

Para Alves (2001), a informalidade abarca “uma grande diversidade de situações podendo ser identificada como uma combinação de atividades informais tradicionais com novas formas de trabalho precário sem contrato de trabalho” (p. 100). Ao analisar as diferentes formas contemporâneas da informalidade, a autora aponta existirem tipos diferentes de trabalhadores informais, nomeadamente: 1º) os trabalhadores informais tradicionais; 2º) os trabalhadores assalariados sem registro; 3º) os trabalhadores autônomos e por conta própria e o pequeno proprietário informal.

Na visão da autora, a primeira modalidade, do tipo 1 de informalidade -, dos trabalhadores informais tradicionais- refere-se àqueles sujeitos que estão inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. São trabalhadores que normalmente vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar do auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes temporários.

Fazem parte dessa modalidade os trabalhadores informais estáveis que possuem meios de trabalho ou um mínimo de conhecimento profissional e, na maioria dos casos, desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços

como: costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedores ambulantes de artigos de consumo mais imediato e de consumo pessoal - como alimentos, vestuário, calçados -, camelôs, empregados domésticos, sapateiros e técnicos de reparos.

São também trabalhadores informais aqueles cuja atividade é instável. Estes, normalmente, dependem de ocupação eventual, do uso de sua força física e de disposição para realizar pequenas e diversificadas tarefas de pouca qualificação como: guardadores de carros, auxiliares de costura, trabalhadores de rua - apenas para citar alguns. Para a autora, os trabalhadores informais instáveis são também aquelas pessoas que trabalham por empreitada e são recrutadas eventualmente: dependendo do ciclo econômico da produção ou do acúmulo de trabalho, são contratados e remunerados por peça ou por serviço realizado.

Já os trabalhadores informais ocasionais ou temporários são aqueles que realizam atividades informais quando se encontram desempregados, mas que pretendem retornar ao trabalho assalariado, ou seja, ao permanecerem eventualmente sem trabalho desenvolvem atividades informais temporariamente, e visam trabalhar como assalariados.

Na perspectiva analítica da autora, essa última categoria tem se mostrado precária, uma vez que esses trabalhadores, que ora estão desempregados ora são absorvidos pelas formas de trabalho precário, vivem uma situação que, sendo inicialmente provisória, pode se transformar em permanente. Há, ainda, casos que combinam o trabalho regular com o ocasional, praticando os chamados *bicos*. Nesses casos, esses trabalhadores obtêm baixo rendimento com essas atividades e são os vendedores de diversos produtos (limpeza, cosméticos, roupas), digitadores, salgadeiras, faxineiras e artesãos, cujas atividades são realizadas nas horas de folga.

No tipo 2 de informalidade estão os trabalhadores assalariados sem registro. São aqueles que, em sua maior parte, são contratados à margem da regulamentação do mercado de trabalho, à margem das regras do contrato por tempo indeterminado e em tempo integral e da organização sindical (CACCIAMALI, 2000, p. 166).

O tipo 3 da informalidade, dos trabalhadores autônomos, ou por conta própria, ou o pequeno proprietário informal, segundo a autora, refere-se àqueles, geralmente mais qualificados, que possuem seus meios de produção e utilizam sua própria força de trabalho e/ou a de sua família. Ressalta-se que há casos em que

empregam um número pequeno de trabalhadores assalariados. Geralmente, esses trabalhadores pertencem a segmentos médios da sociedade, possuem um capital mínimo, representado pelo pequeno estabelecimento comercial e meios de trabalho que lhes asseguram certa estabilidade de ocupação.

Segundo a autora, esse segmento engloba também os trabalhadores que em muitos casos têm sido incentivados pelo grande capital a se incluírem nas categorias de trabalhadores independentes que prestam seus serviços às grandes empresas visando com isso baratear os custos sociais da utilização da força de trabalho.

Esse quadro reflete claramente a situação de vida da maior parte daqueles que estão no trabalho informal, como é o caso dos jovens em estudo nesta tese, que não o fazem por escolha, mas por necessidade absoluta, relacionada a questões de sobrevivência.

É importante assinalar que o trabalho informal discutido nesta tese não se enquadra no conceito de unidade produtiva que caracteriza o “setor informal” definido pela OIT. Isso se deve ao fato de estarmos nos debruçando sobre uma forma de emprego desprotegido, sem vínculo formal e diretamente vinculado à produção capitalista. Na ótica de Alves e Tavares (2006), essas novas “formas de inserção do trabalhador por conta própria na economia informal não são práticas novas, mas foram recriadas pelas empresas capitalistas como meio de possibilitar a extração da mais-valia absoluta e de (...) se liberar dos custos sociais decorrentes das relações empregatícias” (p. 433). Isso para dizer que os trabalhadores por conta própria fazem parte do exército industrial de reserva e, dessa forma, é de interesse do capital mantê-los, desde que o trabalho autônomo não se apresente como oponente do mercado capitalista de mercadorias e serviços (ALVES, 2001).

Assim sendo, no trabalho informal, estão aqueles que desenvolvem as suas atividades por conta própria, sem contrato de trabalho e sem salário. Segundo essa ótica, o trabalho informal é compreendido na perspectiva da precariedade da ocupação - que é o caso dos nossos sujeitos de pesquisa que, na sua generalidade, não gozam de qualquer dos benefícios garantidos no mercado formal de emprego, como férias, 13º salário e outros, importantes para garantir a proteção tão necessária no contexto angolano.

Autores como Silva e Alves (2008) afirmam que a explosão das atividades informais, nos últimos anos, é consequência da reestruturação do mercado de trabalho, como apontamos no início desta discussão, e da política macroeconômica de recessão, esta última, enquanto mecanismo de estabilização econômica. Essa explosão se deve também, segundo Ribeiro et al. (2005), aos novos requisitos de acesso ao mercado de trabalho. Dentre esses requisitos, está a experiência profissional, exigência que é prejudicial principalmente para os jovens, pois há “uma certa incoerência do mercado ao cobrar a tão falada prática profissional daqueles que estão justamente buscando a sua primeira oportunidade de emprego, mostrando desta forma a insuficiência das políticas de inserção dos jovens no mercado de trabalho tanto por parte do governo como das empresas” (p. 31).

O trabalho informal de rua, mais concretamente o comércio ambulante, é parte da extensa gama de ocupações que compõe a informalidade. Esses pequenos negócios informais não têm condições de concorrer com as empresas capitalistas, mas são estas que, de certa forma, definem (por omissão) sua inserção no mercado. Nesse sentido, afirmam Silva e Alves (2008):

O crescimento das ocupações informais é entendido como consequência do elevado nível de desemprego, da desregulamentação exacerbada dos contratos trabalhistas e não uma alternativa à desocupação. Essa inserção precária no mundo do trabalho atende aos desígnios do capital que conta com uma força de trabalho extremamente dócil e maleável por acreditar que não está mais submetido às regras do trabalho assalariado (p. 81).

Nesse sentido, entendemos que o comércio ambulante é, na verdade, a apropriação capitalista de formas primitivas ou pré-capitalistas de trocas comerciais. Dito de outra forma, o comércio ambulante é parte do próprio movimento da sociedade capitalista, como se observa ao longo da nossa abordagem.

Não é novidade escutarmos na contemporaneidade relatos de que vivemos num mundo permeado pela crise do trabalho, ou seja, pela crise estrutural que acentua a precarização do trabalho em escala mundial. Alguns pesquisadores apontam que estamos vivendo o “fim dos empregos” como afirma Rifkin (1995). Isso parece ser verdade quando constatamos uma “expressiva precarização e informalidade do trabalho, que ocorre nas formas de trabalho parcial, subcontratado e precarizado” (ANTUNES, 2010, p. 11). A origem dessa crise, segundo esses estudiosos, está nas mudanças ocorridas no processo de reestruturação produtiva

que vem sendo desenvolvido pelo sistema capitalista em nível mundial, visando à sua revitalização.

Nessa reestruturação produtiva (que ocorreu a partir do final dos anos 70) mediada pela chamada flexibilização das relações de trabalho - que instala as diferenças entre trabalho, desemprego e expedientes de sobrevivência - é que o informal se expande via redes de subcontratação e formas diversas de mobilização de trabalho precário (TELLES, 2009, p. 158), ou seja, novas formas ou mecanismos de exploração.

Essa realidade mostra claramente o intuito da lógica capitalista em revitalizar o capital, valendo-se da superexploração, bem como da precariedade objetiva e subjetiva do trabalho, revertendo assim esses espaços em produtores de valor. Isso fica evidente na visão de Antunes (2010) quando, se referindo às diferentes formas de trabalho informal, aponta que:

Estas modalidades de trabalho – configurando as mais distintas e diferenciadas formas de precarização do trabalho e de expansão da informalidade – vêm ampliando as formas geradoras do valor, ainda que sob a aparência do não-valor, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de auto-exploração do trabalho) (p. 12).

Dentre as consequências advindas desse processo de reestruturação produtiva, está o desemprego, o qual consideramos, nesta tese, como um dos determinantes que explicam o envolvimento dos jovens no trabalho informal em geral e no comércio ambulante em particular.

É importante frisar o lado perverso do desemprego, principalmente para os jovens - notadamente para aqueles que têm famílias constituídas - na medida em que essa situação atinge a sua dignidade, a teia de relações sociais em que estão inseridos, os espaços de relacionamentos em que estruturam suas histórias e identidades<sup>40</sup>: essa realidade de desemprego cria nos jovens os sentimentos de exclusão, inutilidade e de incapacidade, uma vez que são como que barrados de participar nas organizações e instituições da sociedade.

Dados da OIT, divulgados em 2007, apontam que o desemprego atinge mais duramente os jovens (num universo de 86,3 milhões) representando 44% dos desempregados no mundo. Por outro lado, os dados apontam que a região da África

---

<sup>40</sup> A afirmação é verdadeira, em nível mundial. Por exemplo, o número de suicídios na França e em alguns países europeus são amostras concretas dessa realidade.

Subsariana, em que se encontra Angola, tem o segundo índice de desemprego mais alto do mundo, cerca de 8,2%, em 2009, por causa das crises econômica e financeira registradas ao redor do mundo. Essa percentagem perfazia, na época, um total de 212 milhões de desempregados, uma das taxa mais altas já registrada no mundo. O relatório focaliza ainda que 27% dos jovens dessa região da África subsariana não estudam nem trabalham e que 152 milhões, perfazendo 28% de todos os jovens no mundo que trabalharam em 2008, permaneceram na pobreza extrema, ganhando menos de US\$ 1,25 por dia.

Outro relatório da OIT, divulgado em 2009, indica que o número de jovens desempregados no mundo aumentou para 10,2 milhões, o que corresponde a 22% da população economicamente ativa. Esse documento aponta ainda que cerca de 300 milhões de trabalhadores, entre 15 e 24 anos, vivem abaixo da linha de pobreza, num total de 56,3% dos jovens empregados e 25% da taxa da população juvenil mundial (OIT, 2010).

Essa realidade vivida pelos jovens no mundo mostra o que muitos autores vêm chamando de “geração perdida”<sup>41</sup>, diante do contexto de plena barbárie social do capitalismo, no qual as crises contemporâneas aumentam e realçam. O resultado dessa lógica do desenvolvimento capitalista é observado na falta de perspectivas para um número considerável de jovens, no retrocesso social e no aumento do desemprego, como frisamos anteriormente – muitos desses jovens já não têm projetos de vida, por não saberem o dia de amanhã e, os que os têm, os estão adiando.

Em países como Espanha, França, Itália e Reino Unido, por exemplo, a taxa de desemprego juvenil chega a ser pelo menos duas vezes superior à taxa média nacional. Nesse sentido, o novo panorama global convive com ampla exclusão social, mormente dos jovens, a disseminação de diversas formas de trabalho precário e informal, geralmente sem acesso aos direitos trabalhistas e à organização sindical (TAVARES, 2006, p. 26).

Assim, urge ressaltar que é dentro desse contexto que surge o trabalho informal, modalidade que, nas últimas décadas, tem crescido assustadoramente no mundo, respondendo por mais da metade dos novos postos de emprego na África. A

---

<sup>41</sup> Segundo Sara Elder - economista da OIT, “Geração Perdida” é o nome dado a um grupo de jovens desanimado que, após longa e frustrada busca de emprego, se exclui do mundo do trabalho. (OIT, 2010).

estimativa da OIT sobre esses novos postos nesse continente é que seus índices chegam a cerca de 80%. Do ponto de vista dessa organização, 70% desses estão relacionados a trabalhadores por conta própria, principalmente como vendedores de rua e ambulantes. Acrescenta, ainda, que o trabalho informal tem sido o principal responsável pelo sustento de jovens e mulheres trabalhadores no continente-berço, uma vez que são esses os dois segmentos da sociedade atingidos em maior grau pelo desemprego mundial (BARBOSA; CARVALHO, 2006, p. 26).

Dentre os jovens, as mulheres encontram mais dificuldades na hora de procurar emprego. Essa situação tornou-se evidente, em 2009, altura em que a taxa de desemprego entre elas foi de 13,2%, enquanto que, entre os homens, foi de 12,9%. Esse fenômeno, de certa forma, reflete a perspectiva de uma forte discriminação das empresas capitalistas.

As condições que as mulheres encontram criam dificuldades evidentes para a sobrevivência familiar: são pior remuneradas, mais instáveis e vulneráveis em conjunturas de desemprego, mais desqualificadas e desvalorizadas no mercado de trabalho, embora nos últimos anos tenha havido alguns pequenos avanços. Por tudo isso, as mulheres são também as principais candidatas às diversas formas de subemprego e trabalho precário (TELLES, 1990, p. 40).

No caso particular de Angola, a inserção das mulheres no trabalho informal justifica-se pelo fato de muitas delas assumirem papéis de chefes de famílias e não possuírem escolaridade adequada às exigências do mercado de empregos formais. Muitas delas são analfabetas e não possuem formação profissional que lhes permita enquadrar-se em postos de emprego com melhores salários.

De fato, a incapacidade do sistema capitalista de criar empregos decentes apesar do crescimento econômico (que é o caso de Angola), está golpeando com força os jovens e as mulheres. Essa situação, além de gerar *deficit* de oportunidades de trabalho e de elevar a incerteza econômica, ameaça também as perspectivas de vida futura dos nossos principais recursos: as nossas mulheres e os nossos homens jovens - dois dos segmentos da sociedade angolana que mais buscam no comércio ambulante a própria sobrevivência e a de seus dependentes.

No contexto de Angola, as causas do desemprego assentam-se também no fator guerra que devastou o país por décadas, e cujas consequências traduziram-se na quase completa destruição de infraestruturas econômicas e produtivas a que se associam outros fatores, como o baixo nível de formação acadêmica e profissional

da população - razão apontada como causa dos baixos salários auferidos tanto nas instituições públicas como nas empresas privadas.

Assim sendo, é possível afirmar que o desemprego, na sociedade angolana, está intimamente associado a aspectos de âmbitos político, econômico e social, e afeta de modo particular os jovens - como temos afirmado ao longo deste trabalho, com base inclusive nos dados recentes da OIT. A solução do desemprego que afeta a sociedade angolana poderá ser encontrada em investimentos voltados para a diversificação da economia, nos setores primário e secundário - levando em consideração as potencialidades agrícola e industrial do país – acompanhados de investimentos na formação de mão de obra e no incentivo público para a ampliação do emprego formal.

Entendemos que é dentro desse quadro de desemprego crescente que surge o trabalho informal e o comércio ambulante, no contexto africano, e no angolano, em particular. Também o surgimento do setor/trabalho informal e do comércio ambulante, principalmente do segmento juvenil, é uma das consequências diretas do desemprego que, ao limitar aos jovens o acesso ao emprego, impede-os de expressarem aquilo que, no sistema capitalista, lhes cabe: vender sua força de trabalho.

Dados de 2006 dão conta de que 52% da população economicamente ativa de Angola estava inserida no trabalho informal, principalmente a camada juvenil, devido às suas dificuldades para obter o primeiro emprego, visto que as vagas que aparecem exigem certa qualificação e experiência, que muitos deles não possuem. É dentro desse contexto do trabalho informal, mais concretamente do comércio ambulante, que se encontra um número considerável de jovens.

Para Costa (1989), o comércio ambulante é aquele exercido no espaço público e que escapa às regras do comércio oficial, independentemente de sua maior ou menor permanência num determinado espaço. É um tipo de trabalho que de “certa forma reage aos limites da urbanização capitalista, utilizando-se de formas não capitalistas de produção e distribuição e criando novas possibilidades de inserção social” (p. 26). De modo geral, pode-se dizer que esse tipo de inserção de jovens e mulheres, os afetou em suas relações e vínculos.

Essas mudanças no mundo do trabalho, na sociedade contemporânea, em seu processo de extração de valor, têm levado os sujeitos a venderem sua capacidade de trabalho, de forma precária, a diversos setores e espaços. Trata-se

de um processo em que as pessoas correm o risco de perder o direito à sua subjetividade.

Mesmo tendo em conta que o desenvolvimento do comércio informal não é “um fenômeno exclusivo das metrópoles do terceiro mundo, nem mesmo específico das cidades capitalistas, pois em inúmeros países coexistem diversos sistemas econômicos” (COSTA, 1989, p. 27), o fato concreto é que o comércio ambulante foi a solução e a estratégia encontrada por milhares de desempregados angolanos, principalmente daqueles que tinham problemas de acesso ao primeiro emprego.

Nesse sentido é que, nesta tese, não podemos apenas entender a informalidade nos atendo às suas condições históricas - seja no contexto angolano, seja no mundo em geral – onde a acumulação capitalista, o contexto internacional, a recessão econômica e o papel do Estado são elementos fundamentais. Essa compreensão necessita incluir o envolvimento dos jovens nesse tipo de trabalho.

Para Telles (2006), as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho nos impossibilitam de enxergar as diferenças entre trabalho precário, emprego temporário, expedientes de sobrevivência, e atividades ilegais – a zona cinzenta em que operam as “mobilidades laterais” dos trabalhadores urbanos nos principais centros metropolitanos da atualidade. Por outro lado, pensamos nós que tais mudanças também nos impedem de perceber o modo como se processam e são redefinidas as dinâmicas urbanas, relacionadas às novas formas de produção e de circulação de riquezas, que caracterizam as experiências contemporâneas.

Em Angola, o trabalho informal surgiu em razão de vários fatores, que se constituem em determinantes fundamentais para a compreensão do envolvimento dos jovens no comércio ambulante. Primeiramente, o fator guerra, que destruiu o setor industrial do país e paralisou o seu funcionamento, contribuindo para que muitos cidadãos perdessem seus postos de emprego, principalmente entre a camada juvenil. Esse fato, aliado ao aumento populacional da cidade de Luanda, limitou o acesso de considerável número de jovens ao emprego, levando-os a buscar o mercado de trabalho informal.

A guerra também provocou a estagnação da economia, fazendo com que a oferta de empregos no setor formal se tornasse insuficiente para a população desempregada. É importante destacar que, além da guerra, contribuiu, ainda, a ineficiência para a elaboração e execução de políticas econômicas e de gestão de

qualidade da coisa pública, de forma a impulsionar, por sua vez, a política de geração de emprego.

Além do que, o conflito armado, ao reforçar a vinda dos jovens para a cidade, ocasionou um processo de desenraizamento, que culminou com a perda de valores culturais, destruindo, assim, a essência das famílias angolanas, antes atentas para a transmissão de valores. O processo de migração colocou os jovens longe da vigilância e do poder educativo dos pais e da família, ou seja, dos seus “mais velhos”, como são culturalmente concebidos, e deixou-os sem qualquer referência. Essa situação criou um ambiente facilitador de comportamentos de abuso da liberdade, para a assimilação de maus exemplos de companheiros e, até mesmo, de parentes com mais idade. Comportamentos que se resumem, muitas vezes, no uso de drogas, no vício do alcoolismo e na prostituição.

Esses jovens viveram realidades sociais em que os princípios de conduta social foram completamente alterados. Com certeza, a crueldade da guerra e as experiências negativas pelas quais passaram muitos deles durante o conflito armado, hoje se refletem de forma significativa nas suas identidades e na construção de suas vidas. Tal reflexão é evidenciada pela visão de Carlinda (apud UNICEF, 1997) segundo a qual:

Durante a guerra criou-se nas crianças e adolescentes um sentido confuso sobre o que é certo e errado, e a consequência de que certos atos de violência, como matar, são realmente aceitos, o que demonstra de forma clara uma perda do respeito e da sensibilidade pela vida. Por outro lado, as crianças foram crescendo com um pessimismo grande em relação ao futuro, sem confiança nas pessoas, com muitas dificuldades em estabelecer laços afetivos duradouros e estáveis, o que se traduziu na perda da auto-estima e autoconfiança (p. 3).

Esses jovens são as crianças e adolescentes de ontem, que nasceram e se desenvolveram num *ethos* marcado - em importante medida - pela violência nas casas, nas ruas, nos bairros. O aprendizado deles, desde cedo, se fez pela pedagogia da violência. Aprenderam pelo grito e pela surra. O diálogo, o uso da palavra, é percebido como ineficaz e perda de tempo. A virtude é a força e a virilidade, próprias de uma cultura machista. Ser gentil, “educado”, pacificador, é sinônimo de fraqueza. Em casa, nas ruas, e também pela televisão, os jovens vão compreendendo que, nesse mundo de “cão”, só o valentão e o espertalhão sobrevivem (PENATTI et al., 2008, p. 92).

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicado em 1998, aponta a importância do setor informal como fonte e alternativa de emprego, contribuindo com 20% a 30% para o Produto Nacional Bruto Não Petrolífero. A importância dessa informalidade também esteve assente no Programa de Recuperação e Estabilização de Médio Prazo elaborado pelo governo angolano, para 1998-2000, em que citava a sua relevância como sistema de sobrevivência econômica e de reprodução social, além de reconhecer o seu acentuado processo de crescimento.

Nesse relatório, destaca-se também o expressivo peso das atividades comerciais, no contexto do setor informal, com 87%, e o papel desse setor como recurso de sobrevivência das populações urbanas, principalmente daquelas vindas do interior do país; ou seja, a informalidade constitui-se numa estratégia de sobrevivência das populações urbanas mais necessitadas.

O relatório de desenvolvimento humano do Pnud, publicado em 2004, enfatiza a presença heterogênea de vários agentes ativos do setor informal, nomeadamente os vendedores ambulantes e os lavadores de carros. A esses, incluem-se as domésticas, os sapateiros, os taxistas, os restauradores e os agentes de câmbio (as famosas kinguilas)<sup>42</sup>, constituídos, na sua maioria, por mulheres e por grupos de jovens desempregados.

Entre as principais razões apontadas no relatório que induzem ao ingresso nas atividades informais, e que prevalecem até hoje, destacamos: o nível elevado de crescimento da população urbana - como consequência das altas taxas de fecundidade e das vagas sucessivas de deslocados provenientes das áreas rurais - o nível elevado de desemprego, o analfabetismo, a redução do salário real, dentre outros.

A essas questões contidas no relatório, há que se acrescentar a cultura angolana, em relação à organização familiar, compreendida na perspectiva de família extensa, composta na sua maioria por um número elevado de membros. Desse elevado número de membros, muitas vezes, apenas uma ou duas pessoas têm trabalho formal, o que faz com que a família, para garantir a sua sobrevivência, recorra ao trabalho informal e, algumas vezes, ao trabalho infantil. Muitas vezes, a necessidade de complementar os fracos rendimentos familiares, em face da

---

<sup>42</sup> Nome atribuído às mulheres que trabalham com a troca e venda da moeda estrangeira no mercado cambial angolano.

multiplicidade de encargos contraídos, impulsiona e força alguns jovens a procurarem trabalho e a submeterem-se a condições trabalhistas por vezes penosas.

Diante disso, importa ressaltar que, embora a dimensão econômica surja como a face mais visível de um fenômeno complexo, multidimensional, que é a informalidade, não é apenas essa dimensão que fundamenta este trabalho. Há um conjunto de fatores - sociais, culturais, econômicos e políticos - que determinam a construção de experiências específicas de trabalho e de vida desses jovens. Assim como Lopes (2000), entendemos que:

Para além dessa dimensão econômica, a informalidade está também presente ao nível das relações sociais, dos sistemas de comunicação, dos processos de tomada de decisão, desempenhando um papel específico e relevante em relação aos mecanismos de coesão/reprodução das unidades familiares, pondo em jogo redes de solidariedade, modos particulares de sociabilidade, sistemas de valores próprios (p. 4).

Ressalta-se que os jovens vendedores ambulantes (sujeitos deste estudo) se enquadram nas categorias ou características dos chamados excluídos – populações de rua, desempregados, empregados domésticos, pobres, habitantes de zonas periféricas das cidades ou das grandes metrópoles, migrantes -, indivíduos que por possuírem baixos graus de instrução e escolaridade sobrevivem do trabalho informal, no seu rosto mais invisível, o do comércio ambulante.

Na visão de Costa (1989), os vendedores ambulantes constituem sempre um desafio ao comércio oficial. Postados na porta das lojas, eles impedem a entrada de fregueses, ao mesmo tempo em que oferecem mercadoria mais barata, pois não pagam impostos. São concorrentes desleais e chegam a confirmar o pagamento de uma “caixinha” a fiscais corruptos, que, na verdade deveriam inspecioná-los.

Em Angola, o trabalho informal tem sido uma das alternativas e estratégias de sobrevivência da população em situação de pobreza, miséria e exclusão. Segundo dados de 2004, é a fonte de renda de quase 46% da população economicamente ativa (PNUD, 2004), principalmente dos jovens da camada desfavorecida do tecido social, que, cada vez mais, vêem-se impossibilitados de ingressar no setor formal de emprego, tendo em conta as dificuldades em que vivem e os requisitos exigidos atualmente para acesso aos postos de trabalho: dependendo do emprego que estejam procurando, conhecimentos de informática e

domínio de uma língua estrangeira, e, sobretudo, experiência, que, para aqueles que procuram o primeiro emprego, é um requisito difícil de ser cumprido (MARTINS, 2002). Além dessas exigências, Dias (2009) completa:

Ao capital não mais interessa o trabalhador especialista, voltado para o desempenho de uma única ocupação, dotado de capacidade física e habilidades manuais. O paradigma flexível de base técnica renovada exige conhecimentos, destrezas, habilidades intelectuais e polivalência. Novos elementos são valorados na utilização da mão de obra. O trabalhador deve possuir a capacidade de agir, intervir e decidir em situações imprevisíveis e não se limitar à execução de uma única tarefa (p. 108).

Segundo Lopes (2000), o universo de 60% de desempregados do país é constituído principalmente por jovens. A inserção deles nos diferentes espaços de trabalho informal - dentre eles, o comércio ambulante - tem sido a alternativa ao desemprego encontrada pela maioria dessa população. Nesse sentido é que se verifica um contínuo crescimento do trabalho informal em Angola, particularmente em Luanda, em lugar do trabalho formal, regulamentado e protegido por leis específicas do país. O trabalho regular, garantidor da seguridade social, mediado por contratos de trabalho por tempo indeterminado, vem sendo substituído por ocupações “atípicas”, nas quais um conjunto de benefícios e de vantagens não é acessado.

Não se pode negar o fato de que, num contexto e situação de alto desemprego e de pobreza, como a que se vive em Angola atualmente, o trabalho informal tem-se mostrado como uma fonte potencial de ocupação e de rendimento para a maioria da população. Além disso, mesmo os que estão integrados no trabalho formal - devido aos baixos salários - acabam por se inserir também no trabalho informal, desenvolvendo pequenos negócios, dada a facilidade de acesso e pelo fato de não exigir instrução ou qualificação, nem meios técnicos e financeiros (OIT, 2006).

Com poucas exigências de saberes e competências, o trabalho informal é um trabalho que mobiliza familiares e membros dos círculos, parentes, vizinhos e amigos, principalmente mulheres e muitas crianças, todos eles quase sempre pobres, com enorme *deficit* de garantias de tempos, horários e rendimentos minimamente estáveis, sem direitos para lá dos laços comunitários, sem condições sanitárias, sem proteção social que reduza a pobreza, cubra riscos, acidentes e interrupções de trabalho, situações de doença ou velhice. (FELICIANO et al., 2008, p. 23)

As razões para a situação de desemprego vivenciada pela população angolana - acompanhada por intenso processo de precarização das condições de vida e de trabalho que se manifestam em diferentes ramos produtivos - variam desde a dificuldade de encontrar postos de trabalho que absorvam o número de cidadãos que procuram emprego - que é de fato um problema conjuntural em Angola -, até a falta de qualificação dos próprios jovens. É importante frisar que o nível de aprendizagem ou de competência não é, portanto, a única causa desse desemprego, uma vez que é uma realidade na contemporaneidade angolana que o mercado formal de emprego não absorve os jovens, nem as pessoas mais velhas.

Pode-se afirmar, no entanto, que a maior parte dos estudos tem mostrado que há pouca participação dos segmentos mais pobres e de baixa escolaridade da sociedade nos espaços de formação complementar, o que mostra claramente que a desigualdade educacional também se manifesta no acesso às oportunidades de complementação formativa e no acesso a bens culturais, os quais se encontram disponíveis de forma mais abrangente e qualificada para os jovens oriundos das classes de maior poder aquisitivo (RIBEIRO, 2005).

Diante dessa situação, não se pode deixar de frisar que os jovens dos estratos mais pobres acabam por praticar atividades relacionadas ao trabalho informal, o que lhes proporciona uma inserção precária e perversa, contrária ao direito do ser humano de viver em liberdade, dignidade, com segurança econômica e igualdade de oportunidades - exigências assinaladas na resolução da OIT, fundamentada na Declaração de Filadélfia de 1944, sobre o trabalho digno e a economia informal, aprovada na sua 9ª Conferência Internacional do Trabalho.

Daí a Castel (1998) considerar a precarização como um fenômeno tão perverso quanto o desemprego, porque vai gerar a desestabilização dos estáveis, a instalação da incerteza e, por fim, a desfiliação dos trabalhadores, o que certamente compromete a solidariedade e a coesão da sociedade.

Em Angola, o trabalho informal, principalmente o comércio ambulante, se expande, justamente no momento em que cresce a má distribuição da riqueza, se acentua a diferença de classes e as políticas sociais se retraem em benefício das políticas macroeconômicas. Por outro lado, trata-se de um tipo de trabalho que surge da impossibilidade do setor formal de emprego alcançar todos os cidadãos porque, num mundo dominado pelo sistema capitalista, que prega a qualificação

profissional, essa exigência é conseguida após anos de experiência – condição essa que a maioria da população angolana nunca teve.

Entendemos que reconhecer a heterogeneidade, as diferentes formas ou modalidades de inserção do trabalho informal no modo de produção capitalista é fundamental para apreender a totalidade que encerra o vínculo entre os trabalhadores aí envolvidos – nesse caso, os jovens, sujeitos deste estudo – e o acúmulo de capital, já que se trata de um espaço em que se criam e se recriam novas relações e formas de trabalho. A partir dessa percepção é que entendemos o trabalho informal como integrado ao sistema capitalista, uma vez que, “as supostas relações de informalidade se caracterizam de forma semelhante à flexibilidade exigida no contemporâneo momento da acumulação” (SILVA; ALVES, 2008, p. 79).

Sendo a informalidade uma atividade integrada ao sistema capitalista, podemos concluir que os sujeitos nele inseridos vivenciam as diferentes expressões da questão social daí advindas, como pobreza, vulnerabilidade, entre outras. Essa perspectiva é assumida por Ribeiro (2005) quando afirma que os aspectos relacionados à pobreza, à exclusão e às desigualdades sociais têm impacto na maioria das vivências da juventude, principalmente daqueles jovens que cresceram em tempos de agravamento de situações de injustiça social. Situações essas que continuam a caracterizar a sociedade angolana na contemporaneidade e que procuramos abordar de forma mais aprofundada no item seguinte.

### **2.3 Exclusões, pobreza, desigualdades e vulnerabilidades sociais**

Atendo-nos à realidade concreta do país, apresentada nas primeiras abordagens desta tese, as narrativas dos sujeitos da pesquisa e os resultados obtidos nas observações realizadas - nos diferentes focos de venda ambulante em que os jovens, sujeitos desse trabalho estão inseridos, - afirmamos que se vive em Angola as mesmas consequências advindas das diferentes crises, mudanças e transformações que permeiam os diversos contextos societários no mundo contemporâneo. Ressalta-se que mudanças decorrentes de tais crises, principalmente da crise do capital, que se processaram no mundo do trabalho,

atingiram perversamente o trabalhador, precarizando suas condições de trabalho e desprotegendo-o socialmente.

Dentre essas crises, mudanças e transformações, destacam-se aquelas referentes ao aspecto econômico desencadeadas pelos choques do petróleo de 1973 e 1979. Acrescenta-se, ainda, a revolução tecnológica, através da qual a robótica propiciou o processo de trabalho automatizado e provocou aumento considerável do desemprego, do subemprego e a ampliação do trabalho informal. Por essas questões é que entendemos que essas crises são de fato consequência do perverso sistema capitalista, pois se trata de uma lógica que produz riqueza, mas também sociedades desiguais e excludentes.

Partindo desse pressuposto é que Martins (2007) entende que o capitalismo “está criando uma grande massa de população sobranter<sup>43</sup>, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico” (p. 33). Por outro lado, ressalta-se que tais crises econômicas, ao provocarem múltiplos e diferenciados movimentos de estrangulamento dos circuitos formais de reprodução social - desemprego, reduções salariais, aumento do custo de vida, acesso dificultado aos sistemas de saúde e educação - aceleram a fuga e a migração para outros sistemas de reprodução socioeconômica baseados nas estruturas comunitárias e na família alargada.

Neste sentido, não se pode analisar o trabalho informal - mais concretamente, o comércio ambulante no contexto angolano - sem nos atentarmos à questão social, às transformações políticas, econômicas e sociais que vêm ocorrendo nos últimos anos nas sociedades capitalistas em seu estágio monopolista. Isso porque tais transformações e mudanças vão contribuir para a diminuição do emprego operário, o aumento de emprego no setor terciário e a expansão do

---

<sup>43</sup> Segundo Castel (2010) esse drama de sobranter decorre de novas exigências da competitividade e da concorrência, da redução das oportunidades e dos empregos, fazendo com que não haja mais lugar para todas as pessoas na sociedade onde nós nos resignamos viver. Assim sendo, sobranter são pessoas que não têm lugar na sociedade, que não são integrados, e talvez não sejam integráveis no sentido forte da palavra, que é estar inseridas em relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade. Na visão do autor, esses que ele considera sobranter não são explorados. Eles são tidos como inúteis - inúteis ao mundo, como se costumava falar dos vagabundos nas sociedades pré-industriais - no sentido de que não existe um lugar na sociedade, onde eles possam estar com o mínimo de estabilidade. São pessoas que foram invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos anos, pois são indivíduos que estão completamente atomizados, rejeitados de circuitos que lhes poderiam atribuir uma utilidade social. Para o autor, enfrentar essa conjuntura e mudá-la significa traçar medidas de outra ordem, voltadas para o tratamento social do desemprego ou para a inserção no trabalho de populações já invalidadas pela situação econômica e social.

trabalho parcial, temporário, subcontratado, precário, terceirizado, vinculado à chamada economia informal.

Essa perspectiva é partilhada por Pastorini (2010) ao apontar que as transformações não se observam apenas nos métodos de produção, mas acontecem simultaneamente e principalmente na criação de novas formas de trabalho, na contratação de mão de obra através de novos requisitos, nos níveis de desemprego, na organização dos trabalhadores, nas negociações coletivas, no aumento dos níveis de pobreza. Essas transformações podem ser vistas hoje engrossadas por um conjunto cada vez maior de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho e pelo crescimento das desigualdades sociais, retraimento dos direitos sociais, desregulamentação das condições de trabalho, os quais vão configurar expressões da questão social.

Ao conceituar a questão social, Iamamoto e Carvalho (1991) afirmam tratar-se de expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. Assim sendo, a questão social é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. A questão social pode ainda ser entendida como o conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas gerado com o desenvolvimento das relações capital/trabalho na sociedade capitalista.

Também Pastorini (2010) situa a questão social na sociedade capitalista: sua origem data da segunda metade do século XIX, quando a classe operária faz sua aparição no cenário político da Europa Ocidental. É nesse século, no contexto da Revolução Industrial, no desdobramento da grande indústria e da organização da classe trabalhadora (em sindicatos e partidos proletários que lutavam por melhores condições de vida e de trabalho) que é colocada a questão social propriamente dita, vinculada à emergência do pauperismo e ao perigo que ele significava para a ordem burguesa (Idem, 2010).

Analisando a realidade contemporânea, pode-se afirmar que a questão social, em suas atuais configurações, transparece na desagregação ou degradação da função integradora do trabalho na sociedade, no quadro do que podemos chamar de uma sociedade salarial – aliás, essa é a centralidade da análise de Castel (2005) – na desmontagem do sistema de proteções e nas garantias vinculadas ao emprego

e na desestabilização da ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social.

O autor resume essa realidade em três questões: 1. A desestabilização dos estáveis, em que trabalhadores, antes inseridos, perdem seus postos de trabalhos ou por serem considerados velhos, ou para serem reciclados; 2. A inserção na precariedade, em que são oferecidos empregos temporários, em condições precárias, especialmente para os jovens, que enfrentam o desemprego precoce; e, 3. Finalmente, a constatação da existência de um perfil de pessoas que poderiam ser chamados de 'sobrantes'. Para esse autor, a questão social apresenta-se na atualidade metamorfoseada sob distintas formas de expressão.

Ressalta-se que as manifestações da questão social são decorrência das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região, ou seja, os diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da questão social. Uma delas é a exclusão social, fruto de determinações econômicas, sociais, políticas, culturais e, até mesmo, geográficas.

Historicamente, a exclusão social é percebida nos anos 1970/80: os excluídos eram vistos como deserdados temporários do progresso - simples personagens residuais -, ou seja, como resíduos, lixo, resto, pessoa sem direitos e dignidade. Já nos anos 1990, a exclusão social começa a ser debatida pelos intelectuais e políticos, o que contribuiu para que perdesse a conotação de residual e temporária e passasse a ser vista como algo que atinge uma parcela da população que não encontra espaço no mercado de trabalho e vive sem teto, sem as mínimas condições para garantir uma vida digna e humana aos seus dependentes.

É nesse sentido que, para muitos autores, a exclusão social é vista como sinônimo de pobreza, discriminação, injustiça e desigualdade social. Tais autores associam a exclusão social “a problemas produzidos no contexto das sociedades capitalistas, decorrentes do acirramento histórico das desigualdades sociais (...) a situações de ausência de proteção social, de ausência de trabalho remunerado e/ou de recursos, nesse caso configurando condições de pobreza” (GOMES; FERNANDES, 2008, p. 46-47).

A exclusão social tem caráter multidimensional, uma vez que abrange diferentes dimensões da vida do homem. Seus problemas caracterizam-se pelas privações nos diferentes setores da vida, sobretudo nos serviços essenciais e de

proteção, pelas dificuldades de acesso ao trabalho, de participação na vida socio-política, dos baixos padrões de educação e de saúde, da desigualdade social, da exposição à violência. Essas diferentes privações são sofridas e vivenciadas pelos segmentos mais desfavorecidas da população e afetam todo seu ciclo de vida.

Porém, a exclusão não é apenas carência de bens e serviços para a satisfação das necessidades básicas é, sobretudo, falta de acesso à segurança, à justiça, à cidadania e à representação política. Existem dois termos que ilustram bem as dimensões da exclusão - nomeadamente, a marginalização e a segregação de vastas zonas de convivência humana. A exclusão social é, ainda, resultante das interações e da dinâmica de um conjunto de gritantes desigualdades sociais que enfermam a sociedade, criando dois mundos num mesmo espaço, impossibilitando, para determinados grupos, o partilhar dos bens oferecidos pela sociedade, como se observa na afirmação de Kliksberg (2002):

(...) a ação conjunta dessas desigualdades está na origem de um dos sinais mais problemáticos com que a humanidade chega ao final do século XX, o denominado problema da exclusão social. Em diversas sociedades, amplos setores de população não têm acesso a ativos produtivos, créditos, educação de boa qualidade e, por conseguinte, rendas adequadas. Essas exclusões se reforçam mutuamente e conduzem a “círculos perversos” que deixam extensos grupos humanos desprovidos de capacidades de funcionamento básicas. (p. 31)

Podemos dizer que a exclusão compreende também dimensões da desigualdade social: a dimensão ética da injustiça social e a dimensão subjetiva do sofrimento. Nesse sentido é que Sawaia (2011) entende que “a exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado” (p. 100). Isso porque a autora entende que é no sujeito que

“se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente” (p. 100-101).

Ainda na visão da autora, apoiada em Bourdieu (1998), sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e

a subjetividade dos homens, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização. Assim sendo, o sofrimento é entendido como a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetido à fome e à opressão. Esse tipo de sofrimento pode não ser sentido como dor por todos: Sawaia (2011), apropriando-se da reflexão de Heller (1985) ressalta que esse sofrimento é uma situação experimentada como dor apenas por quem a vive ou por “seres humanos genéricos”<sup>44</sup> e pelos “santos” (p. 104) - quando todos deveriam estar sentindo-o, se todos se implicassem com a causa da humanidade.

De um modo geral, Sawaia (2011) afirma que o sofrimento “abrange as múltiplas afeições do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”. Por outro lado, “revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto” (p. 106).

Sawaia (2011) em sua contribuição teórica, lança mão da afetividade, em especial do sofrimento – que qualifica de ético-político - como imagem desestabilizadora para estudar a exclusão. No entender da autora, ao se abordar a exclusão através da afetividade - além de revelar as formas sutis de espoliação humana, da desigualdade social, da injustiça e da exploração que se escondem por trás da aparência de integração social - abre-se a possibilidade de analisá-las da forma como são vividas cotidianamente.

Para alguns autores, como Sawaia (2011) e Pochmann (2003), a pessoa é considerada socialmente excluída quando está impedida de participar plenamente da vida econômica, social e civil, ou quando o seu acesso ao rendimento e a outros recursos (pessoais, familiares e culturais) é de tal modo insuficiente que não lhe permite usufruir um nível de vida aceitável na sociedade em que vive.

---

<sup>44</sup> Segundo Heller (2008), como indivíduo, portanto, o homem é um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano, mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós” (p. 36). Para a autora, também é possível considerar como humano-genéricos, em sua maioria, os sentimentos e as paixões, pois sua existência e seu conteúdo podem ser úteis para expressar e transmitir a substância humana.

Por outro lado, Sposati (1996) afirma que esse impedimento de partilhar os bens da sociedade proporciona aos indivíduos a vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência. Trata-se também de uma situação de privação coletiva, que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acesso e não representação pública.

Em nosso entendimento, tais situações enquadram-se numa situação de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade. A exclusão é parte de um processo sócio-histórico que abrange todas as esferas da vida social desde necessidades, sentimentos, significados e ações. A falta de emprego, por exemplo, automaticamente ocasiona a não satisfação de direitos básicos de sobrevivência.

O pai ou a mãe que não trabalha dificilmente terá condições de sustentar os filhos, de dar a eles as mínimas condições para que possam crescer e se desenvolver harmoniosamente, pois quando não há trabalho, também não há salário. E, faltando rendimento, automaticamente, faltará comida, roupa e tantas outras coisas necessárias à sobrevivência da família. Essa situação contribui para que muitos pais busquem outras fontes de rendimentos, principalmente em atividades informais, como a venda ambulante e a realização de biscates, entre outras alternativas.

Segundo Estivill (2006), a exclusão está relacionada com a insatisfação, o mal-estar ressentido por todo ser humano que não consegue realizar aquilo que deseja e ambiciona para si próprio e para os seus próximos. Nesse sentido é que o autor afirma que a exclusão social pode ser entendida como uma acumulação de fenômenos convergentes que se traduzem em rupturas sucessivas desencadeadas no centro da economia, da política e da sociedade, e vão afastando e/ou diminuindo o estatuto de pessoas, grupos, comunidades e territórios em relação aos centros de poder, aos recursos e aos valores dominantes (idem, 2006). Trata-se de uma perspectiva analítica inspirada na experiência europeia, mas que pode ser aplicada a outros países, desde que se complete a análise, confrontando-a com as formas adotadas pela sua própria exclusão social.

Porém, nem todos os autores concordam com o emprego do termo exclusão social. Um exemplo concreto é Martins (2007) que afirma não existir, sociologicamente, a exclusão social, pois o que existe é um conjunto de dificuldades e problemas de uma inclusão precária e instável, marginal, ou seja, existem vítimas

de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Entretanto, o autor cria a categoria de exclusão integrativa (MARTINS, 2002). Foi apropriando-se dessa categoria que Yazbek (2004), afirma que

“a abordagem conceitual da exclusão, configura-a como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. É uma exclusão integrativa como assinala Martins” (p. 34).

Com isso, o autor acaba por apontar que percebe os excluídos sociais como produtos dos processos de inclusão capitalista, ou melhor, sujeitos que se encontram integrados em um sistema estruturado na desigualdade. A concepção de exclusão integrativa parte do pressuposto segundo o qual os “sujeitos sociais, marcados por uma trajetória peculiar, detêm um lugar na sociedade capitalista, porém ocupam esse lugar de forma precária e excludente” (MELO et al., 2007, p. 36). Assim sendo, a exclusão é um “produto de um sistema desigual que marginaliza, desqualifica e desampara os indivíduos das classes subalternas<sup>45</sup>” (idem).

Já Paugam (2003) e Castel (2006) propõem - como crítica à categoria de exclusão social que, segundo eles, carrega certa indeterminação - as categorias de desfiliação social e de desqualificação social, por considerarem que estes dão uma dimensão do processo que desfaz os universos sociais, em razão principalmente do desemprego prolongado e da precarização do trabalho.

Paugam (1999) entende a exclusão como um processo de desqualificação que se fundamenta na pobreza, nas condições precárias de vida que ameaçam a coesão social. Para esse autor, a categoria de desqualificação social não pode ser generalizada por referir-se a países desenvolvidos, que apresentam fortes degradações do mercado de trabalho. Trata de pessoas que já conheceram situações melhores, e que se sentem humilhadas por recorrer à assistência. Por isso, ele compreende a desqualificação social como “o processo de expulsão do

---

<sup>45</sup> Segundo Yazbek (2004), a subalternidade diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração. A subalternidade, assim como a exclusão, se expressa em amplo e diverso conjunto de perspectivas, características, ações e interesses, pluralidade que configura um amplo leque de desigualdades, injustiças e opressões.

mercado de trabalho e as experiências vividas em relação com a assistência que os acompanham em diferentes fases” (PAUGAM, 1999, p. 63).

Para Castel (2010) os excluídos não constituem, propriamente, um grupo homogêneo. São mais precisamente conjuntos de indivíduos separados de seus atributos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições de moradia precária, grande exposição a todos os riscos da existência, etc. Por isso, entende a exclusão social como

“uma expressão da realidade dos países desenvolvidos, sobretudo, no final do século XX, com a manifestação de grande elevação do desemprego agravada pela progressiva precarização do trabalho e pelo afrouxamento da proteção social que marcaram uma crise de sociedade salarial, com quebra da cidadania, visto que “não se nasce excluído, não se esteve sempre excluído” (CASTEL, 2010, p. 22).

Nesse sentido, sua categoria de exclusão se alia a um processo de desfiliação social, pois, para ele, “na maior parte dos casos o excluído é de fato um desfiliado cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis ou instáveis” (Idem, 2010, p. 28). Para o autor, a desfiliação é o efeito de um desequilíbrio geral cujas causas se encontram no trabalho e em seu modo de organização atual. A forma como os desempregados reagem à expulsão do trabalho formal mostra que eles o consideram como o principal espaço da dignidade e da cidadania.

Por isso, é que o autor afirma ser perigosa a noção de exclusão, uma vez que ela acaba fazendo com que se formalize, nas margens, um problema que se origina em outros espaços. A atenção dada às margens tem frequentemente permitido economizar reflexões sobre o que se passa no centro. O que realmente se configura como a verdadeira questão é a trajetória desses indivíduos. Nesse sentido é que o autor afirma que a noção de desfiliação revela melhor o percurso empreendido individualmente, o que é visto como a unidade de análise por excelência do problema atual, cujo efeito maior consiste em acabar à margem de parcelas crescentes da população.

Para Wanderley (2010) a exclusão social só se transforma efetivamente em questão social quando é percebida e assumida por um setor da sociedade que

busca, por algum meio, equacioná-la, torná-la pública, transformá-la em demanda política, implicando tensões e conflitos sociais.

No contexto da exclusão da participação econômica, emerge a questão da pobreza, que tem como consequência a fome. A fome, quando não mata milhares de pessoas no mundo, acaba com suas esperanças de conquista da própria dignidade, e deixa sequelas, muitas vezes irreversíveis, em suas vidas. Trata-se de um problema que exige respostas imediatas e que precisa ser enfrentado, por meio de políticas sociais públicas consistentes, embora tenhamos consciência de que o combate à pobreza passa necessariamente pelo fortalecimento da economia, pela ampliação do emprego e pelo aperfeiçoamento das políticas sociais.

Para Tavares (2009), o progressivo aumento da riqueza econômica durante o século XX e o começo do século XXI, constitui, também, fator de ampliação da pobreza. Diz que, nesse processo, as modalidades de exploração do capital sobre o trabalho - apesar do enorme avanço tecnológico - são intensificadas pela articulação da mais-valia relativa a diversas formas de trabalho precário. Sobre tais bases, afirma o autor, acumulação e desigualdade são indissociáveis.

Yazbek (2011) aborda a pobreza como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito das relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Nesse sentido é que autora aponta que:

Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social. (2011, p. 2)

Diante do exposto, a autora conceitua a pobreza como sendo

uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista. Expansão que cria uma população sobrando, gente que se tornou não empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas (TELLES, 1998). Expansão que cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade no trabalho. Implica a disseminação do desemprego de

longa duração, do trabalho precário, instável e intermitente, dos biscates e de outras modalidades de relacionamento da força de trabalho com o capital, que em sua essência representa uma mesma ordenação da vida social (YAZBEK, 2004, p. 35).

Com isso os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, o emprego precarizado e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade (YAZBEK, 2004).

Normalmente o estudo da pobreza caminha para duas análises: uma, que concentra o enfoque no padrão de desenvolvimento social e nos mecanismos econômicos determinantes da pobreza - a qual aparece, para muitos analistas, como desigualdade estrutural – e, outra, que concentra sua óptica na desigualdade social fundamentada na distribuição de renda.

Apesar do peso da desigualdade na pobreza vivida pela maioria da população, compreendemos sua natureza complexa e a importância de sua abordagem em uma perspectiva sócio-histórica. Isso significa a compreensão de que as situações de pobreza e aquelas que dela decorrem, se explicam de forma mais significativa pelas determinações estruturais ou seja, de que “as manifestações das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social encontram-se embasadas nos processos estruturais do desenvolvimento capitalista” (PASTORINI, 2010). Isso para dizer que:

O sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais-valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais, são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo (SILVA, 2010, p. 157).

Na nossa ótica, essa perspectiva supera a concepção de pobreza que muitos autores defendem considerando-a apenas como mera insuficiência de renda: apesar da característica econômica revestir-se de elemento fundamental e significativo para definir-se a pobreza, não é o único fator determinante ou que o

carateriza. Ela precisa ser compreendida nas privações referentes a diferentes dimensões sociais, culturais, políticas e, inclusive, econômicas. Nesse sentido é que concordamos com Crespo e Grurovitz (2002) quando afirmam que:

Pobreza é fome, é falta de abrigo, pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e de liberdade. (p. 11)

Yazbek (2005) entende que, embora a renda, o acesso a bens, a recursos e a serviços sociais e outros meios complementares de sobrevivência se configurem como elementos essenciais para identificação da pobreza, apoiando-se em Martins (1991), afirma que a mesma é uma categoria multidimensional: não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças. Essa autora vê os pobres como um universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pela fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação, pela persistência e pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo.

Por outro lado, ainda que configure uma situação econômica, a pobreza, como condição de vida, qualifica-se – no imaginário - como uma experiência real dos limites ou mesmo da ruptura com os parâmetros que constroem a noção de uma ordem legítima de vida. A condição de pobreza é passível de ser transfigurada em marginalização no interior de um imaginário social, o qual pode configurar a pobreza extrema como solo da desagregação moral, da desordem e da desrazão – o que pôde ser observado no período do higienismo social.

Para Telles (1990), essa forma de olhar os pobres continua na atualidade, pois ainda são vistos como “excluídos e deserdados à que se associa o fantasma da convulsão social, da violência urbana e do aumento da criminalidade que aterroriza a elite civilizada da sociedade” (p. 37).

Como podemos observar, apropriando-nos de Borba e Lima (2011) a pobreza pode ser conceituada de diversas maneiras e com divisões em duas categorias distintas: pobreza relativa e a pobreza absoluta.

Sposati (1996) analisa que a pobreza relativa é aquela que se encontra entre as melhores e as piores condições de vida. Essa concepção, no entender da autora, nos permite definir padrões sociais que possam se constituir como parâmetros de distribuição da riqueza social em uma sociedade. Enquanto que a pobreza absoluta, para a autora, é definida por parâmetros que apontam as baixas condições de vida das pessoas, ou seja, que estabelecem o limiar inferior de uma sociedade. Essas condições de pobreza vividas pela população coloca-a simultaneamente em situações de vulnerabilidade social, que nos últimos anos tem fundamentado a maior parte das políticas públicas ao redor do mundo.

Abramovay (2002) entende a vulnerabilidade social como sendo o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores – sejam eles indivíduos ou grupos – e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais, que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Nessa perspectiva é que a autora aponta a existência de três elementos essenciais à conformação de situações para enfrentamento de vulnerabilidade, nomeadamente: recursos materiais ou simbólicos; estruturas de oportunidades dadas pelo mercado, estado e sociedade; e, por fim, estratégias de uso dos ativos.

Por essa ótica, a autora conclui que o não acesso a determinados insumos - como educação, saúde, lazer e cultura - diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento específicos, os quais são fundamentais para que a população aproveite as oportunidades oferecidas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade, para ascenderem socialmente. Esse não acesso restringe também a capacidade de formação, uso e reprodução de recursos materiais e simbólicos, tornando-se fonte de vulnerabilidade e contribuindo para a precária integração dos sujeitos nas diferentes estruturas da sociedade.

A verdade é que a experiência de processos de exclusão, de desigualdade e de vulnerabilidade social, além de gerar privações materiais, fomenta entre os indivíduos sentimentos de desencanto e de frustração, concorrendo para a erosão ou o enfraquecimento dos laços de solidariedade (ABRAMOVAY, 2002).

Essa visão ilustra claramente aquilo que tem sido a proposta do capitalismo contemporâneo que é a aculturação da individualidade, frangilizando a sua dimensão de sujeito coletivo. A falta de condições de acesso aos bens materiais na conjuntura atual faz com que muitos enveredem por caminhos que não dignificam a vida humana, ao contrário, presenciamos situações em que muitos acabam por tirar

a própria vida, o que contribui muitas vezes para os altos índices de suicídio no mundo.

### **2.3.1 Desigualdades, exclusões e vulnerabilidades sociais no contexto angolano**

No caso concreto de Angola, existe um forte processo estrutural de exclusão social, que pode ser verificado pelos índices de carência de acesso a condições mínimas de sobrevivência. Dentre os angolanos que vivenciam essas situações de exclusão, estão aqueles que vivem em pobreza extrema. Problema este que permeia a sociedade angolana e, de certa forma, se apresenta como causa principal da exclusão. Essa situação de exclusão é fortalecida pela fraca governança, pelo conflito armado e pelas gritantes desigualdades e discriminações. Pode-se acrescentar a essa lista o flagelo da HIV/Sida que vem ceifando nos últimos anos um elevado número de vidas humanas, principalmente na camada juvenil.

Carvalho (2008) ao analisar o contexto angolano, afirma que o excluído é não apenas aquele que não consegue superar as barreiras impostas pelo sistema de ensino ou pelo mercado de trabalho, mas também aquele que não adota os pontos de vista dos que estão no poder, que não venera o mesmo Deus, que não pratica os mesmos ritos, que pertence a outro grupo étnico, ou que tem cor de pele diferente. Nesse sentido, a exclusão social na sociedade angolana pode enquadrar-se nos estudos mais amplo das desigualdades sociais a que estão sujeitos indivíduos e grupos sociais em outras partes do mundo.

A exclusão social em Angola é um problema político, ético e moral que coloca a maior parte da população privada de emprego, de meios para participar do mercado de consumo, de bem-estar, de direitos, de liberdade e de esperança. Essa privação atinge principalmente os grupos de mulheres, de órfãos, de crianças abandonadas, de deslocados, de refugiados, de desmobilizados, de desempregados, de pessoas com deficiência física, e outros. Ressalta-se que esses grupos, em virtude de alguma privação específica - devido à sua etnia, ao seu gênero, à má nutrição na infância, à violência ou, mesmo, à negação secular de

seus direitos - são ainda menos capazes de usar oportunidades sociais, econômicas e educacionais ou de poderem se beneficiar delas, quando elas existem.

Podemos afirmar, de um modo geral, que a exclusão social em Angola está intimamente ligada à negação de direitos de cidadania na trama das relações sociais, não permitindo que as pessoas vivam em condições dignas. Nesse sentido, a exclusão passa a configurar-se como sendo “um processo perverso na medida em que condiciona os excluídos a criarem situações que garantam a sua própria sobrevivência através do trabalho informal ou da ilegalidade” (TSUGUMI, 2006, p. 21).

Ainda vivemos em Angola aquilo que Wanderley dos Santos (1987) chama de “cidadania regulada”, aquela que se limita apenas aos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho - os quais se constituem em uma minoria, se considerarmos que a maioria da população economicamente ativa do país encontra-se no trabalho informal, sem direito a qualquer proteção social. Essa maioria situa-se na qualificação “cidadania mutilada”, dada por Milton Santos (1997), para se referir àqueles sujeitos submetidos à negação de quase todos os direitos garantidos constitucionalmente e nos diferentes diplomas jurídicos nacionais e internacionais.

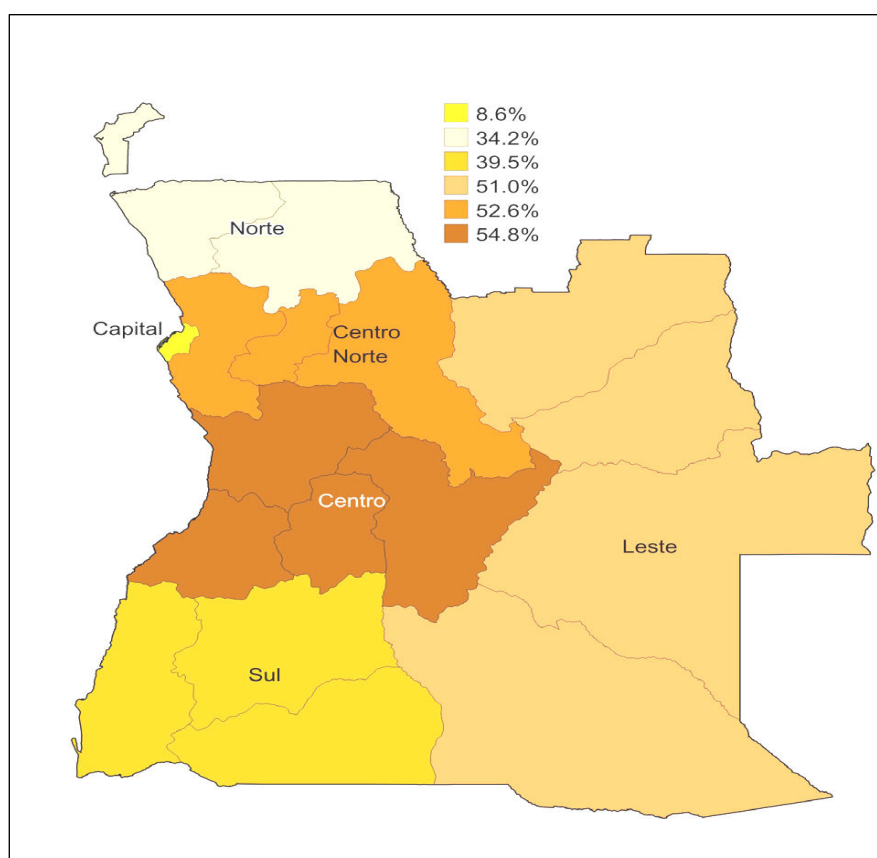
Isso mostra que vivemos em Angola uma realidade em que os direitos constitucionalmente consagrados permanecem sem uma aplicação efetiva. Os direitos fundamentais, como saúde e educação, ainda não alcançaram, em nosso país, o patamar desejável de universalização, como o concebido na Carta Magna. Aliás, a proliferação dos colégios e demais escolas privadas, assim como de clínicas, pelo país a fora, para usufruto daqueles que podem pagar, são exemplos e provas concretas dessa análise conjuntural.

A realidade ilustra que, para a redução significativa do quadro da pobreza, em Angola “exige continuidade e intensificação de acções bem concebidas em termos transversais e intersectoriais” (Ana Dias Lourenço, 2011). Entende-se que, de certa forma, o programa de combate à pobreza existente no país ainda encontra-se assente “numa perspectiva marginal e assistencialista, desvinculada das questões macroeconômicas servindo mais à regulação ou administração da pobreza num dado patamar” (SILVA, 2010, p.158).

Dados do Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População, realizado nos anos de 2008/2009 e divulgado em agosto de 2010, indicam que a incidência de

pobreza está na ordem dos 36,6%<sup>46</sup>. Quando esses dados são analisados em termos de áreas de residência, apontam a zona urbana com 18,7% e a rural com 58,3%. Em relação à desigualdade de renda, o mesmo estudo indica que 59% das receitas estão concentradas nas mãos de 20% da população mais rica do país e somente 3% das receitas estão nas mãos dos 20% da população mais pobre do país (INE, 2010).

Ainda, segundo esse estudo, é nas regiões do centro norte e sul do país - que compreende as províncias de Benguela, Kwanza-sul, Huambo e Bié - que se concentram as maiores taxas de pobreza da população angolana, como podemos observar no mapa abaixo.



**Figura 9: Mapa de Incidência da Pobreza por Região de Angola**  
Fonte: IBEP – 2010

<sup>46</sup> Entretanto colocam uma observação importante segundo a qual as estimativas de pobreza obtidas a partir dos dados do referido inquérito não são comparáveis com as obtidas em inquéritos anteriores, por causa das diferenças significativas na cobertura geográfica da amostra, dos instrumentos e dos períodos de recolha, bem como na metodologia de estimativas adoptadas. Assim sendo, nessa tese trabalhamos com a taxa de pobreza de 68% apresentada no documento referente a estratégia de Combate à Pobreza (ANGOLA, 2005, p. 5), por estar mais próxima da realidade concreta do país.

A Estratégia de Combate à Pobreza elaborada pelo governo angolano adota como concepção de pobreza “a insuficiência de recursos para assegurar as condições básicas de subsistência e de bem-estar, segundo as normas da sociedade” (ANGOLA, 2005, p. 18). Compõem a pobreza a

“falta de capacidades humanas básicas, reflectidas pelo analfabetismo, pela má nutrição, pela mortalidade infantil elevada, pela esperança de vida reduzida, pela falta de acesso a serviços e infraestruturas necessárias básicas (saneamento, água potável, energia, comunicação) e, mais genericamente, pela incapacidade de exercer os direitos de cidadania”.

Segundo o documento “é qualificado como pobre aquele que possui más condições materiais de vida, que se reflectem na dieta alimentar, na forma de vestir, nas condições habitacionais, no acesso à assistência sanitária e nas condições de emprego” (Idem, 2005, p. 18).

Como estratégia de combate à pobreza que afeta a sociedade angolana o governo definiu dez áreas prioritárias de intervenção, nomeadamente: Reinserção Social; Segurança e Proteção Civil; Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural; VIH/SIDA; Educação; Saúde; Infraestruturas Básicas; Emprego e Formação Profissional; Governança e Gestão Macroeconômica. Porém, o que temos percebido é que o governo dessas áreas priorizou a reconstrução de infraestruturas como aeroportos, escolas, postos de saúde e estradas que, embora sejam os meios principais para atenuar as desigualdades existentes no país - principalmente as regionais - não abrangem, nem resolvem as necessidades mais concretas e imediatas da população, particularmente aquelas referentes a situações de sobrevivência. Os investimentos no capital humano mostram-se frágeis.

Com isso, o documento acaba por reconhecer que, além do conceito baseado nas condições materiais, há também definições mais abrangentes, que vão além das características do nível de rendimento ou consumo. Assim, a pobreza é uma situação de privação e de vulnerabilidade material e humana, enquanto que os pobres são vulneráveis a situações de crise política, ou econômica, para além de se encontrarem extremamente susceptíveis a doenças e a calamidades naturais (Idem, 2005, p.18).

Feliciano et al. (2008, p. 25), analisando a realidade angolana, afirmam que a pobreza coloca indivíduos e grupos em situação de mais exposição aos riscos e vulnerabilidade, impossibilitando-lhes ascender aos recursos, reproduzindo as

situações de pobreza, agravando a sua exclusão social e econômica, afastando-os dos circuitos dos recursos da economia formal e, conseqüentemente, dos esquemas formais de proteção social. Ainda, para os autores, adicionalmente, concorre para a sua exclusão do exercício pleno de participação social e política, criando e aprofundando desigualdades sociais - uma realidade inquestionável em nosso contexto angolano.

Trata-se de um contexto em que os direitos se transformaram em ajuda, a participação em tutela estatal, a justiça em caridade e a condição de pobreza em estigma que diferencia o pobre de todos os outros trabalhadores que estão supostamente capacitados para garantir sua sobrevivência com o fruto de seu trabalho. Isso não diz a verdade, pois o salário ínfimo que a maioria dos trabalhadores angolanos recebe, não satisfaz todas as suas necessidades básicas para garantia de sua sobrevivência e de sua família, fazendo com que, mesmo que estejam enquadrados no trabalho formal, ainda tenham que exercer atividades informais para a complementação da renda, devido ao alto custo de vida e ao número de agregados familiares.

Essa desigualdade social não é um problema apenas de Angola, afeta atualmente a maioria dos países, principalmente os menos desenvolvidos. É fruto da distribuição desigual da renda advinda dos bens socialmente produzidos. Neste trabalho estamos partindo da perspectiva de que o problema da informalidade que envolve os jovens migrantes luandenses está intimamente ligado às gritantes desigualdades que se observam na sociedade angolana.

Segundo Azeredo (2010), do ponto de vista econômico e social, a desigualdade não pode ser pensada enquanto uma categoria em si, só tendo sentido se forem estabelecidas suas relações históricas e, estas, inter-relacionadas com os papéis sociais e as estratificações, que colocam os sujeitos em posição favorável ou desfavorável em termos de lugar social.

Muitas das desigualdades sociais, no contexto angolano, são herdadas do processo de 500 anos de colonização portuguesa. Essas desigualdades apresentam várias facetas, que vão além da simples disparidade de receitas. Dentre as formas existentes pode-se enumerar a desigualdade de renda, as desigualdades regionais - a divisão urbana e rural - as desigualdades raciais, de classe e de gênero, as desigualdades de acesso às políticas públicas e aos serviços sociais disponíveis.

As desigualdades raciais e de classe surgem, no tempo colonial, como consequência da divisão da população indígena entre assimilados e não assimilados, criando-se assim duas classes antagônicas, cujos traços penduram até os dias atuais. Assimilados era o título atribuído a quem os portugueses garantiam o acesso à educação (principalmente ao ensino superior, através das escolas do Estado e das escolas missionárias), ao emprego (como funcionários públicos) e que adotavam os valores e os costumes coloniais. Já os não assimilados eram os considerados indígenas. Estes tinham menos direitos que os assimilados: eram como que cidadãos de segunda categoria.

Essa divisão reforçou ainda mais as já difíceis relações entre os diferentes grupos etnolinguísticos que formavam o mosaico angolano no tempo colonial. Tratou-se de uma política que alienou, desintegrou, separou e marginalizou o povo, ou seja, criou desigualdades. Tal política, além do seu carácter desumano em relação aos nativos, contribuiu fundamentalmente para que estes mudassem as suas atividades produtivas e hábitos culturais. Por outro lado, causou uma divisão de classes e a marginalização de muitos, no seio da população indígena angolana (COSISA, 2010).

Devido a essa política, o modo de vida tradicional angolano - que compreende a língua, os costumes, a religião, os sistemas políticos e a perspectiva social - foi sistematicamente destruído, no intuito do povo incorporar valores e costumes europeus.

Analisando a sociedade contemporânea de Angola, pode-se dizer que a “desigualdade racial e étnica continua a marcar o perfil socioeconómico do país e tem impacto na distribuição de renda e nas desigualdades regionais” (COSISA, 2010, p. 50). Tal realidade indica que a lógica colonialista, baseada no fomento da intriga e do tribalismo para melhor reinar, foi mantida, pois, passados quase 36 anos de independência, essas questões tribais ainda estão patentes, principalmente envolvendo as diferentes formações políticas do país.

Isso é tão verdadeiro que estudos de pobreza e vulnerabilidade realizados antes do fim da guerra - ocorridos em 2002 - demonstram que existe pouca mudança na desigualdade tradicional encontrada sob o jugo colonial, quando as cidades costeiras recebiam a maioria dos investimentos de desenvolvimento do governo e, as partes Central, Ocidental e Oriental do país, continuavam sendo as mais negligenciadas (COSISA, 2010, p. 46). Assim, vive-se no país uma realidade

na qual o lugar de nascimento e de procedência é mais importante que o Bilhete de Identidade (RG) que o configura como cidadão angolano.

A desigualdade de gênero, já nos tempos coloniais, traduziu-se na prioridade dada aos rapazes quanto à educação e à mobilidade social em detrimento das meninas. Essas deveriam ser preparadas para os trabalhos domésticos e assim, futuramente, seriam boas esposas, cuidadoras de seus maridos e de seus filhos. Quando haviam vagas de acesso à educação para as mulheres, na maioria dos casos, estas eram limitadas ao ensino primário, no intuito de fornecer-lhes o essencial para que depois pudessem contrair matrimônio.

Outro aspecto visível da desigualdade social em Angola é o que Rocha (2010) denomina de assimetrias regionais, que persistem a cada ano que passa exigindo do Estado políticas concretas e eficazes para sua superação. Segundo o autor:

As assimetrias regionais são assustadoras, provocando uma estratificação social indecente e imoral ao relegar para planos secundários e terciários de consideração social e condições económicas de vida, franjas consideráveis da população. Existem situações de fome endémica em muitas zonas do país – condição, de resto, corroborada pelo Governo nos seus diferentes documentos de política económica – onde as acessibilidades materiais são inexistentes (p. 20).

Segundo o autor, os fatores explicativos de tão fortes assimetrias no país são: a organização político-administrativa centralizada; a estrutura territorial desequilibrada existente (que tende a reproduzir-se em cada ciclo econômico); a tendência centralizadora na localização das atividades econômicas e produtivas empresariais privadas - explicada pela dimensão relativa do mercado da Grande Luanda em proporção ao todo nacional; e a especialização setorial de determinados espaços em face da sua dotação em recursos naturais.

Além desses fatores, o autor aponta também os 27 anos de guerra que acentuaram o êxodo rural e colocaram a migração em níveis nunca acontecidos no país. O modelo de crescimento aplicado desde a independência – centrado no enclave do petróleo e na exportação da maior parte dos respectivos benefícios econômicos - a natureza da política econômica seguida até meados dos anos 90 e, finalmente, o comportamento político ostensivamente cego perante os problemas do interior do país, explicam o estado assimétrico do crescimento econômico em Angola (ROCHA, 2010, p. 18).

Essa situação tem contribuído para a persistência das desigualdades regionais. Isso é tão invisível quando se nota que as províncias que concentram os dois produtos considerados motores da economia angolana, responsáveis pelo crescimento econômico do país dos últimos anos, são as que menos apresentam desenvolvimento em quase todos os aspectos. Apropriando-nos das palavras de Rocha (2010), são as “províncias enteadas”, alienadas da riqueza que produzem para engordar os bolsos de outrem.

Na visão do autor, só uma política regional com discriminação positiva em relação à captação de investimentos privados, concessão de subsídios para o desenvolvimento e implementação de investimentos públicos (estatal e empresarial) pode ajudar a reverter a situação e colocar as diferentes regiões do país à mesma mesa de repartição dos frutos do crescimento econômico (ROCHA, 2010, p.53). Diante do exposto, o autor afirma que o investimento público é um dos melhores instrumentos que o Estado pode usar em Angola para mitigar as assimetrias regionais, promover sinergias econômicas regionais, consolidar a reconciliação nacional e tornar a economia nacional mais integrada – fato essencial para a dimensão economicamente válida do mercado interno e para o processo de diversificação produtiva (Idem, 2010, p. 79).

A desigualdade, no momento atual, refere-se especificamente a questões de renda, de oportunidades de trabalho, de acesso à saúde, à justiça, à escola, à cultura<sup>47</sup>, ao lazer, à segurança e à cidadania política. Nessa perspectiva é que Tavares (2009) afirma que “as desigualdades sociais são inerentes ao sistema de acumulação” (p. 242) em curso nas sociedades contemporâneas. No caso concreto de Angola, esse sistema de acumulação dá-se principalmente a partir da concentração de recursos na indústria petrolífera e nas atividades extrativistas de diamantes e, ainda, através da corrupção, da sonegação de impostos, do “apadrinhamento”, entre outros.

Maciel (2006, p. 291) aponta que os estudos sobre a desigualdade têm se dividido em torno das temáticas do trabalho e da exclusão como meios para uma explicação cabal da pobreza material de milhões de pessoas no mundo inteiro. Ademais, investigações sobre a reconfiguração contemporânea do capitalismo

---

<sup>47</sup> Segundo Oliveira et al. (2006) as atividades culturais e de lazer ou voltadas ao mundo cultural “representam oportunidades privilegiadas para os jovens exercitarem a imaginação, a expressão oral, a criação, a sensibilidade estética, a ampliação do repertório, a relação com as artes, com as tradições, com a história” (p. 64).

também têm procurado explicar o acirramento das desigualdades mundiais. Entretanto, no caso concreto de Angola, além desses aspectos apontados acima, as desigualdades, inclusive a própria pobreza, teriam que ser analisadas por outros parâmetros e viés, que explicariam a contradição existente ao tratar-se de um país potencialmente rico e possuir uma população majoritariamente pobre. A superação dessas situações de pobreza passa principalmente pelo acesso à educação, ou seja, pelo investimento no capital humano.

Como já sublinhamos, a construção de novos estabelecimentos de ensino no país e a reforma de tantos outros, possibilitaram o aumento da inserção de crianças, adolescentes e jovens no ensino público. Porém, esse aumento na oferta de vagas não foi acompanhado por um controle da qualidade da educação oferecida. Convém dizer que, em 2002, foi implementada no país uma reforma educativa que comportava cinco fases, nomeadamente: Preparação (2002-2012), Experimentação (2004-2010), Avaliação e Correção (2005-2012), Generalização (2006-2011) e Avaliação Global (2012). O intuito dessa reforma era elevar a taxa de escolaridade bruta em 10 a 15 pontos acima da média dos países de IDH médio e reduzir o número de alunos por sala de 35 para 20 (PESTANA, 2011, p. 129).

Essa reforma educativa

“tem como principal incidência a expansão da rede escolar, a melhoria da qualidade de ensino, a eficácia do sistema de educação e sua equidade. O que implicou a reformulação dos planos curriculares e a melhoria das condições do processo de ensino/aprendizagem, com vista a dotar o sistema de infraestruturas suficientes e bem equipadas, disponibilizando para os alunos manuais escolares em quantidade e qualidade e dotando de instrumentos de avaliação contínua, permitindo uma melhor valorização das capacidades cognitivas e criativas dos alunos” (Idem, p. 129).

A verdade é que muitos desses aspectos não passaram do papel, condicionando assim a tão desejada pretensão anteriormente apontada, comprometendo ainda mais a qualidade do ensino. Tal situação é preocupante se considerarmos que a educação é uma componente importante para a garantia da qualidade de vida da população juvenil.

De modo geral, a vulnerabilidade vivenciada pelos jovens no contexto angolano vem se traduzindo em altas taxas de desemprego, cujas cifras chegam aos 45% do total da população dessa faixa etária. E os que estão empregados, muitos deles enfrentam problemas de uma inserção precária no que se refere à

garantia de direitos e à satisfação das necessidades básicas e de sobrevivência dos seus dependentes.

Nessa conformidade, os jovens que estão no trabalho informal, na condição de vendedores ambulantes, expressam um aspecto da questão social que se verifica no mundo, e na sociedade angolana em particular. Podemos dizer que “são jovens que apesar de atuarem na informalidade, se utilizam de sua força de trabalho em função da atividade que desenvolvem, neste caso da venda ambulante, com um objetivo específico, o de sustentar a si e sua família” (LOPES, 2010, p. 41). A esse objetivo, pode-se acrescentar que essas pessoas, além de trabalhar para suprir suas necessidades básicas, o fazem para que sejam vistos e percebidos como dignos. Esse cenário, tão visível nas ruas de Luanda, assume maior expressão em horas que com os engarrafamentos, a disputa de espaço para a oferta de ampla gama de produtos, evidencia a luta desses jovens pela sobrevivência - sempre com expressões de alegria e com o gingado que lhes é próprio.

Diante do cenário exposto, esses jovens, enquanto cidadãos deste país, sentem-se com a obrigação de reivindicar os seus direitos nos diversos campos da vida, como: educação, saúde, alimentação, vestuário, emprego, etc., para que a Constituição possa realmente sair do papel. Não estão pedindo qualquer favor, mas reivindicando um direito, do qual estão excluídos. Têm que estar conscientes de que a condição de jovens vendedores ambulantes não lhes tira a dignidade de seres humanos e cidadãos legítimos do país, merecedores dos direitos consagrados na Constituição.

Claro que todo esse processo, só se concretizará se realmente conhecerem seus direitos, pois não se exige o que não se conhece, daí a importância da busca de informações para qualificar suas lutas e suas reivindicações. Com isso, reafirmamos que a principal energia da luta é o reconhecimento das condições de vida e da necessidade de satisfação das necessidades concretas de existência.

Não podemos nos esquecer de que falamos de uma sociedade

“que resiste em reconhecer as classes populares como sujeitos de reivindicação legítima, que construiu uma peculiar concepção de cidadania que exclui a liberdade pública como valor político e que se confunde com o respeito à ordem e a autoridade, de forma que a reivindicação, a movimentação e os problemas coletivos sempre estão na fronteira daquilo que é percebido como transgressão, como desordem, como subversão ou ainda como convulsão” (TELLES, 1990, p. 38).

A proibição de manifestações pacíficas, assim como a pressão sobre alguns cidadãos tidos como vetores de tais atos, são exemplos concretos do que apontamos acima.

Assim sendo, concordamos com Telles (1993) que, embora centrada na sociedade brasileira, faz uma análise na qual muitos dos aspectos são evidentes também em nossa sociedade angolana. Ela afirma que “o que espanta, sobretudo, é como o aumento visível da miséria – embora com o crescimento econômico galopante do país – não foi suficiente para a constituição de uma opinião pública crítica capaz de equacionar a questão da pobreza e da justiça social nos termos da cidadania, e não da tutela estatal” (p. 38), como vem ocorrendo na atualidade angolana, em que o direito virou favor que o Estado presta à população. Aliás, isso ficou muito evidente durante a inauguração de obras, em 2008, nas vésperas das segundas eleições em Angola.

Nesse mesmo sentido, Pastorini (2010) aponta situações em que a prestação de bens e serviços não é definida como direito de cidadania, e, sim, como uma dívida ou uma concessão do Estado, do capital ou dos partidos políticos, etc., reiterando as desigualdades, a exclusão e a subalternidade. Assim, continua a autora, os usuários, portadores de direitos, são reduzidos a beneficiários, assistidos, requerentes, etc., que receberão os serviços e benefícios sob a forma de políticas sociais e/ou de programas compensatórios, paliativos e/ou auxílios temporários, emergenciais e focalizados.

Para melhor ilustrar essa afirmação, apoiamo-nos nas palavras de Telles (1990) que, apropriando-se de considerações feitas por Sposati (1988), afirma que as multidões daqueles que são classificadas como carentes não se constituem em interlocutores políticos e não mobilizam a opinião pública já que, pela sua condição de vida, são excluídos da vida civilizada e, na sua relação com o Estado, são reconhecidos como necessitados e não como cidadãos. Ainda segundo a autora, as privações das condições materiais de vida da grande maioria são a contra face da ausência de um espaço público de pertencimento, em que seus interesses, razões e vontades possam ser elaborados e reconhecidos como problemas legítimos (Idem, 1990).

De modo geral, e de acordo com a realidade concreta de Angola, podemos afirmar que as expressões da questão social nesse país, se manifestam através da maior concentração de renda e de riqueza, da desigualdade social, da pobreza e da

miserabilidade. Tal realidade torna-se evidente tendo em conta o número significativo da população - principalmente no interior das províncias - que concentra alto índice de desemprego estrutural, de modo particular entre os jovens e elevados índices de analfabetismo, de modo particular na camada feminina.

Esses fatos revelam a falta de políticas sociais eficazes e efetivas que contribuam para a diminuição do círculo de pobreza das camadas populares, bem como para a superação da exclusão social, econômica, política e cultural. Nesse sentido, entendemos que as políticas sociais, para serem eficazes, precisam estar articuladas às políticas macroeconômicas, de forma que garantam um crescimento econômico sustentado, geração de emprego, elevação da renda proveniente do trabalho e, sobretudo, distribuição de renda – que é altamente concentrada em Angola.

No nosso entender, o trabalho informal, bem como as demais situações vivenciadas pelos jovens no país - apontadas ao longo deste trabalho - possui íntima relação com as desigualdades e com o não acesso por esse segmento populacional à riqueza e à cidadania. Diante dessa realidade, pensamos que o combate a esses problemas crescentes que envolvem os jovens, requerem políticas sociais públicas que busquem superar suas vulnerabilidades. Para tal, é importante tomar os jovens a partir de uma dupla perspectiva: por um lado, como receptor de serviços públicos na busca de equação das desigualdades sociais e da exclusão social; por outro lado, como ator estratégico no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Sintetizando nossa abordagem, podemos dizer que apresentamos nesta discussão a pobreza, a exclusão, a vulnerabilidade e a desigualdade por constituírem-se em algumas das expressões resultantes da questão social que, de uma forma ou de outra, como bem afirma Yazbek (2004), permeiam a vida das classes subalternas em nossa sociedade e com as quais nos defrontamos cotidianamente em nossa prática profissional. Por outro lado, essas expressões configuram-se igualmente em determinantes explicativas do envolvimento dos nossos sujeitos no trabalho informal, enquanto parte integrante do seu cotidiano.

Tais processos foram compreendidos sob a perspectiva da dinâmica capitalista, uma vez que a forma de integração social caracteriza os sujeitos a partir da posição que ocupam nas relações sociais. Nesse sentido, a

pobreza, a exclusão e a subalternidade configuram-se como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc.) expressando as relações vigentes na sociedade. São resultantes de relações que produzem e reproduzem a desigualdade no plano econômico, político e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade (YAZBEK, 2004, p. 34).

Como já apontamos também numa das passagens desta tese, esses jovens ao vivenciarem esses processos, têm, no trabalho informal - e mais concretamente na venda ambulante - alternativas e estratégias para sua superação. São processos cuja abordagem demanda que se considere em sua complexidade.

Por outro lado, adentrando na realidade vivenciada pelos sujeitos deste estudo, trabalhamos neste item as categorias de exclusão social – apontando suas contradições de abordagem a partir das perspectivas apresentadas por Paugan (2003), Castel (2006) e Martins (2007) – de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade social. Essas categorias além de melhor adequarem-se ao contexto dos jovens estudados, como evidenciam os seus depoimentos, cuja análise apresentamos no próximo capítulo, também se configuram de certa forma como explicativos do envolvimento dos mesmos no trabalho informal. Assim sendo, tais categorias são também percebidas como expressões da questão social, uma referência para o estudo do trabalho informal.

### CAPÍTULO III: VIDAS VIVIDAS – HISTÓRIAS NÃO CONTADAS

Ele olhava para mim como ambulante e, ao mesmo tempo, como um marginal, que tinha intenção de roubar. São estas as dificuldades que sentimos. Você sai com as coisas com intenção de ir vender e os clientes te vêem como marginal. Eu te vejo como meu cliente e tu me vêes como gatuno. Isso é difícil!<sup>48</sup>



**Figura 10 – Zungueira vendendo na passarela de pedestres dos Congolenses**  
Foto: Edinesio Tavares - 2011

<sup>48</sup> Depoimento de devidamente autorizado de J. P. zungueiro, 32 anos.

### 3.1 Procedimentos metodológicos da investigação

A pesquisa que fundamenta esta tese foi orientada pela perspectiva do materialismo dialético crítico de Karl Marx, que permite ao pesquisador ir à raiz das causas que permeiam o objeto de estudo. Sua categoria central de análise dos fenômenos sociais é a totalidade, a qual possibilita conhecer as determinações sócio-históricas do fenômeno em estudo.

Entendemos que o objeto deste estudo, enquanto manifestação do enfoque social, só pode ser explicado com base no movimento histórico de confronto de interesses contraditórios, que trazem como consequência as desigualdades nas sociedades capitalistas. Isso porque, como a realidade muda permanentemente, capturar seu movimento e a historicidade dos processos sociais implica conhecer as múltiplas determinações e relações dessa totalidade viva, dinâmica e contraditória (PASTORINI, 2010). É no contexto dessa totalidade contraditória que situamos o trabalho informal, mais concretamente, o comércio ambulante em que os sujeitos do presente estudo estão envolvidos.

Trata-se de pesquisa empírica fundamentada na abordagem qualitativa, a qual toma o contexto em sua realidade dinâmica e permite o contato direto do pesquisador com as motivações, atitudes, valores, crenças e tendências dos sujeitos (TRIVIÑOS, 1995). A abordagem qualitativa “envolve aspectos objetivos e subjetivos de vivência das pessoas como sentimentos, desejos, opções de vida, atitudes, expectativas” (BERTHOUD, 2004, p. 44), bem como valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas.

Por outro lado, a abordagem qualitativa incorpora “os significados que os próprios sujeitos atribuem à sua experiência social cotidiana” (MARTINELLI, 2005, p. 121). Sua realização demanda “necessariamente o contato direto com os sujeitos, pois se queremos conhecer a experiência social, modos de vida, temos que conhecer as pessoas, sem desvinculá-las de seu contexto” (Idem, 2005, p. 120). Esta é, de fato, a perspectiva deste trabalho. Assim, a abordagem qualitativa parte da realidade concreta dos sujeitos e a ela retorna, pela via da análise, de forma crítica e criativa.

Assim, além da pesquisa qualitativa proporcionar o contato direto com os sujeitos da pesquisa, permite também melhor compreensão das experiências, trajetórias e histórias de vida e de trabalho, bem como os significados que os sujeitos atribuem às suas vivências e experiências sociais cotidianas. De modo geral, podemos dizer que é um tipo de pesquisa que constrói momentos e espaços para que os sujeitos se expressem como seres políticos, culturais, sociais e históricos.

A pesquisa qualitativa desenvolvida para esta tese baseou-se na técnica de história oral. A história oral consiste no registro da experiência vivida, no depoimento de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade. Nesse trabalho, assumimos como fonte oral aquela que se expressa por depoimentos orais, por centralizar-se nos fatos referentes à experiência dos sujeitos entrevistados.

Essa modalidade de depoimentos orais é usada na pesquisa qualitativa

quando se busca obter dados informativos e fatuais, assim como o testemunho do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações, ou a participação em determinadas instituições que se quer estudar. No depoimento, busca o pesquisador referências mais diretas aos acontecimentos em estudo. (LANG, 1996, p. 35)

Para a autora, “nas Ciências Sociais o depoimento oral não tem o sentido de esclarecimento da verdade, mas de conhecimento de uma versão devidamente qualificada” (LANG, 2000, p. 124), diríamos nós, a partir de quem realmente as viveu de forma concreta. Nesse sentido, a história oral constitui-se de uma metodologia qualitativa que permite conhecer as realidades passada e presente, pela experiência e pela voz daqueles que a viveram. Não se limita à ampliação de conhecimentos e de informações, mas visa conhecer a versão dos sujeitos a respeito de sua vivência nessa realidade.

Nessa perspectiva, não objetivamos, nesta pesquisa, apenas valorizar as narrativas dos sujeitos, mas sobretudo, quisemos dar centralidade a eles, procurando conhece-los além dos rótulos, que são difíceis de tirar, ou seja, criar espaços e oportunidades de expressão, escutá-los sobre o que tinham a dizer acerca de sua condição e experiências de vida e de trabalho. Com isso, possibilitamos que os sujeitos se revelassem, por detrás das estatísticas, porque os dados que nos forneceram têm rostos, têm vida. Ao mesmo tempo, esta oportunidade nos permitiu o desenvolvimento da nossa capacidade de ouvir. Porque

como bem afirma a professora Martinelli o que comanda a narrativa não é apenas a voz, mas a capacidade de ouvir, de escutar os sujeitos. São sujeitos que têm muitas histórias para contar, histórias que têm suas particularidades e temas que nos remetem a reflexões. Vidas vividas entre relações de violências.

A aplicação da técnica de história oral teve, também, o intuito de obter dos sujeitos, por meio de seus depoimentos, os significados que atribuíam as próprias experiências de trabalho, as contribuições e dificuldades encontradas, seus sonhos e suas perspectivas de vida e de futuro. É nesse sentido que Gallian (1991) vê a história oral: como método e técnica de coleta de informações que “permite a invenção de um discurso que se estabelece na interação entre o pesquisador e narrador – nesse caso o sujeito -, enquanto sujeitos culturais e históricos e que recriam o passado a partir do presente” (p. 102).

Trata-se de uma técnica que - em nosso entendimento – permite captar o significado das experiências vividas por pessoas que compõem um coletivo; as determinações que as levaram ao envolvimento em atividades relacionadas ao trabalho informal. A história desses jovens migrantes, trabalhadores informais em Luanda, expressa também a história de vários outros jovens que se encontram na mesma situação, na sociedade angolana: é a partir de sua singularidade que podemos visualizar, a particularidade das experiências desse segmento da população e também a universalidade das diferenças de situação por questões de classe.

Como aponta Reis (2010), o principal recurso da história oral é a sua identificação com a outra história. Assim sendo, as discussões em grupo, realizadas com os sujeitos do nosso estudo, permitiram a troca das diferentes histórias por eles vividas, dando voz a experiências silenciadas nos diferentes espaços sociais e políticos da sociedade. Com isso, as narrativas e os depoimentos destacaram experiências vividas pelos sujeitos, enquanto individualidade, e pode ser percebida em seu sentido coletivo, particular, em relação ao meio social. Nessa perspectiva, valorizamos neste estudo as narrativas dos sujeitos no intuito de conhecer sua realidade em relação ao tema que nos propusemos a estudar.

Tratando-se de um objeto que visa apreender o significado que os jovens migrantes e vendedores ambulantes atribuem à sua experiência de trabalho, não se poderia optar por outra abordagem que não a qualitativa, pois, como bem afirma Martinelli (2005), tanto a realidade quanto as relações humanas são qualitativas,

ambas implicam sons, aromas, cores, arte, poesia, linguagem, os quais só podem ser alcançados pela mediação do sujeito e predominantemente de modo qualitativo, pois demandam atribuição de significados.

Para a autora, essa atribuição de significado apenas o sujeito é capaz de realizar, pois significados se constroem a partir da experiência. Assim sendo, nossa finalidade equivale àquela que sustenta a pesquisa qualitativa *que* “é conhecer a experiência do grupo pesquisado e os significados que atribuem a tal experiência” (Idem, 2005, p. 109).

A realização desse trabalho obedeceu a determinadas etapas. A primeira delas foi a coleta de estudos e informações referentes ao tema que pudessem dar fundamentação teórica ao trabalho. Essa coleta foi feita por meio de pesquisa bibliográfica e documental, que consistiu no levantamento, seleção e análise das referências bibliográficas e outros documentos afins, nacionais e estrangeiros, em diversas áreas de conhecimento, que se enquadravam nos objetivos e no caráter investigativo da pesquisa. Dentre o material consultado, apontamos também: jornais, sites, artigos científicos publicados em revistas e periódicos de diversas áreas das ciências humanas, teses, dissertações, relatórios de pesquisa, documentos institucionais, etc.

A leitura desse material foi acompanhada pelo registro de seus pontos importantes, enquanto suporte teórico, numa ficha elaborada pelo pesquisador para esse efeito. Tais informações foram complementadas pela observação participante e sistemática. O intuito foi dar mais praticidade ao estudo, realizando uma leitura crítica e o devido fichamento dos pontos considerados significativos dos textos que, posteriormente, subsidiaram as reflexões e análises. Essas leituras ajudaram na elaboração dos instrumentos de coleta de informações, principalmente do roteiro<sup>49</sup> que norteou as entrevistas, realizadas em pequenos grupos.

A segunda fase consistiu no contato com a direção da Associação dos Amigos de Dom Bosco, sendo que a apresentação do pesquisador foi feita pelo padre Marcelo Ciavatti, pároco da Paróquia de São José de Nazaré, localizado no bairro da Lixeira, município do Sambizanga, pertença da referida associação. Essa Associação foi criada com o objetivo de congregar e dar suporte aos vendedores ambulantes, dentre os quais alguns foram sujeitos na pesquisa que realizamos.

---

<sup>49</sup> Para os roteiros de pesquisa utilizados nas discussões em grupo consultar os Apêndices A, B e C.

Nesse encontro, o pesquisador apresentou à coordenação do grupo a pesquisa pretendida e seus objetivos. Foi discutida também a forma de participação dos sujeitos. O pesquisador ainda esteve em outro encontro dos membros da Associação, em dia normal de suas atividades: um domingo, após a missa das 6h30 da manhã. Na ocasião, que foi também o contato inicial do pesquisador com os sujeitos, tratamos dos motivos da nossa presença na reunião, apresentamos os objetivos da pesquisa e ressaltamos a importância da colaboração dos mesmos no decorrer do estudo, principalmente nas entrevistas em grupos, que seriam realizadas com alguns deles.



**Figura 11 - Encontro dos Amigos de Dom Bosco**

Foto: Gabriel Soleiro - 2011

A recepção foi boa, por parte dos presentes no encontro, o que deixou o pesquisador de certa forma mais confortado, sobretudo pela disponibilidade demonstrada em ajudar no processo de coleta de informações, assim como de participar nas entrevistas - como aconteceu efetivamente. Os primeiros contatos serviram mais concretamente para firmar os vínculos com os sujeitos, o que facilitou a realização das entrevistas e os contatos posteriores. Possibilitou, ainda, o encaminhamento das assinaturas das cartas de consentimento e autorização do uso de seus depoimentos e fotografias na presente tese.

Enquanto organizávamos as entrevistas em grupo, decidimos manter contato direto com os sujeitos de pesquisa, por meio de observação em quatro

pontos de maior concentração de venda ambulante da cidade de Luanda. Para essa observação, tomamos como referência Prates (2004) para quem observar não é um simples olhar, mas destacar do conjunto aquilo que é específico, prestando atenção em suas características: é abstrair do contexto as dimensões singulares. Nesse mesmo sentido, Martinelli afirma que “os nossos olhos, dão-nos uma dimensão da realidade muito grande e nos abrem possibilidades de construir e reconstruir identidades e ações interventivas num movimento contínuo<sup>50</sup>”.

As observações tiveram o intuito de apreender a realidade e, assim, nortear as questões das entrevistas. Entre os quatro pontos visitados, destacamos os entornos dos mercados de São Paulo e os Congolezes, as áreas do largo 1º de Maio e as imediações da Rádio Nacional de Angola (RNA). Nesses quatro pontos, os vendedores oferecem uma heterogeneidade de produtos e ocupam de tal forma os espaços que alteram as características físicas e a imagem da cidade. Ressalta-se que as visitas de observação a esses pontos foram assumidas a partir do conhecimento da recomendação feita por Berthoud (2004) ao afirmar que a observação e a entrevista são formas de investigar em profundidade a realidade social.

Em seguida, seguiram-se as entrevistas em grupos de cinco sujeitos previamente selecionados, (excepto o grupo das jovens que teve 6 sujeitos) a partir dos seguintes critérios: ter de 18 a 35 anos (idade considerada para a definição de juventude, em Angola) e ter, no mínimo, cinco anos de vivência no comércio informal. Participaram das entrevistas em grupos jovens vendedores ambulantes, num total de 16 sujeitos. Neste trabalho, a entrevista<sup>51</sup> foi concebida e utilizada como instrumento para captar as histórias que compõem as experiências e vivências cotidianas desses jovens, por entendermos ser esta uma técnica de coleta de informações que possibilita maior interação do pesquisador com os sujeitos de

---

<sup>50</sup> Comentário proferido em sala de aula, pela professora Maria Lúcia Martinelli, na disciplina de Serviço Social: identidade e contemporaneidade I no dia 19 de setembro de 2006.

<sup>51</sup> Partindo do pressuposto de que as pesquisas que envolvem seres humanos devem atender aos objetivos sociais e padrões éticos, as entrevistas realizadas em grupo foram antecedidas da assinatura de documento previamente elaborado pelo pesquisador com a autorização e consentimento para a utilização de seus depoimentos no presente trabalho de doutoramento - esses documentos assinados encontram-se anexos - obedecendo assim às normas da Resolução 196/1996, do CNS, propostas pelo Comitê de Ética em pesquisa, que dispõe sobre a necessidade de obter o consentimento livre e esclarecido para toda pesquisa que envolve seres humanos. A resolução assegura a garantia de esclarecimento aos participantes da pesquisa, dos procedimentos, riscos, benefícios do mesmo; acesso aos resultados; liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo algum; a segurança do sigilo - quando necessário - e do caráter confidencial das informações obtidas no intuito de proteger a imagem dos mesmos.

pesquisa, e permite captar as subjetividades das experiências dos sujeitos. Na verdade, a entrevista está presente em todas as formas de coleta de relatos orais, pois implica sempre um diálogo entre pesquisador e narrador (sujeito de pesquisa).

Na visão de Neto (2004), as entrevistas permitem obter informes contidos no diálogo dos sujeitos que participam da investigação e dados objetivos e subjetivos que possibilitam entender melhor os aspectos rotineiros, as relevâncias, os conflitos, os rituais. A entrevista é, também, para Vergara (2009), uma interação verbal, uma conversa, um diálogo, uma troca de significados, um recurso para produzir conhecimento sobre algo. Para essa autora, a entrevista, quando é adequadamente planejada, executada e interpretada pelo pesquisador, alimenta a investigação com informações coerentes e consistentes conduzindo-o a conclusões adequadas.

Assim sendo, nas entrevistas procuramos apreender como os sujeitos vivenciam suas relações de trabalho e familiares; como concebem suas experiências de vida, seus sonhos e suas expectativas para o futuro.

Essas entrevistas em grupo configuraram-se como semi-estruturadas, e orientadas por um roteiro previamente elaborado que continha algumas questões norteadoras. Esse roteiro foi definido a partir do levantamento bibliográfico realizado ao longo dos primeiros dois anos do estudo e possibilitou identificar os principais temas a serem abordados.

O roteiro, que norteou as discussões realizadas nos grupos foi antecedido de um pré-teste com dois jovens vendedores ambulantes que não faziam parte daqueles contemplados pela amostra definida. O pré-teste teve o intuito de evidenciar possíveis falhas ou lacunas, inconsistências, complexidades das questões formuladas, ambiguidades, perguntas embaraçosas, linguagem inacessível, erros, e até mesmo a necessidade ou não de acrescentar mais algumas questões que se mostrassem importantes para o êxito da pesquisa.

Por outro lado, o pré-teste possibilitou aumentar a confiança e a validade do roteiro como instrumento de coleta de informações em relação à finalidade da pesquisa e à realidade dos sujeitos - embora tenha partido do pressuposto de que mesmo que a realidade cotidiana seja a mesma para todos, cada grupo ou pessoa recebe-a do seu modo. Nesse sentido, para cada um, a realidade é um mundo que tem suas singularidades.

As três sessões de discussão em grupo foram compostas de cinco jovens cada, no grupo de rapazes, e de seis jovens no grupo das moças. A constituição

desses grupos, ou seja, a escolha dos sujeitos que participaram das discussões foi feita de forma intencional, contando com a ajuda de um dos coordenadores da Associação que melhor conhecia o grupo. A primeira sessão aconteceu no dia 18 de abril de 2010, com jovens do sexo masculino que ainda exercem a venda ambulante; a segunda sessão, ocorreu no dia 20 de junho do mesmo ano, desta vez com os jovens ex-ambulantes; e a terceira e última sessão realizou-se no dia 29 de agosto de 2010, com os jovens do sexo feminino que ainda exercem a venda ambulante.

A divisão por sexo, dos grupos dos jovens que atualmente estão na venda ambulante, foi uma proposta da própria direção da Associação por causa da cultura angolana em relação à diferença de gênero (quando há predominância de homens, as mulheres se calam), pois, assim, possibilitaria às mulheres falarem de suas experiências com mais tranquilidade e confiança.

Neste trabalho, os jovens que participaram das discussões, com suas narrativas, puderam construir e reconstruir suas realidades social e individual, seu presente e seu passado.

Entendemos que conhecer a realidade concreta dos jovens migrantes em Luanda - suas experiências de trabalho e o significado por eles atribuído, bem como os determinantes que explicam o envolvimento deles na atividade ocupacional informal - passa necessariamente pelo diálogo que se estabelece entre os sujeitos que têm a mesma vivência, no encontro dos seus discursos e no cruzamento de seus universos culturais. Para facilitar o processo, as sessões em grupo realizaram-se aos domingos, no horário da reunião da Associação, numa das salas do Complexo Escolar Dom Bosco.

A discussão em pequenos grupos proporcionou a captação, por meio das trocas realizadas, de sentimentos, atitudes, crenças, experiências, reações dos sujeitos – já que todos eles vivem a mesma realidade cotidiana. Os assuntos foram abordados de forma muito mais enriquecedora, ou seja, de um modo que não seria possível com outras técnicas. As discussões em grupo permitiram “fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vistas e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, possibilitando, desta forma, a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de se manifestar” (GATTI, 2005, p. 9).

No decorrer das discussões, nas entrevistas em grupo, os espaços criados incentivaram os sujeitos a contarem suas histórias, suas dificuldades, seus problemas, seus sonhos, as violências que sofreram no contexto informal de trabalho. Também no decorrer da pesquisa, foi permitida a inclusão de formulações de outros temas, por parte dos sujeitos.

Entre os assuntos abordados nas discussões em grupo, apontamos, apenas para citar alguns: os motivos da saída das províncias de origem e do envolvimento na venda ambulante, os produtos comercializados, as dificuldades encontradas, os sonhos e as perspectivas para o futuro. Dentre essas informações recolhidas constam, ainda, aquelas relacionadas à vivência e à visão dos sujeitos sobre as questões que compõem a sua experiência de trabalho e a familiar, e ao significado que atribuem a elas.

As conversas e as discussões em grupo mantidas com os sujeitos foram gravadas e posteriormente transcritas, para garantir sua originalidade nas análises e, desta forma, “preservar o discurso e as expressões dos informantes” (YAZBEK, 2003, p. 30), ou seja, para manter ao máximo as próprias expressões dos sujeitos e a sua maneira de encadear os fatos. Isto porque a transcrição conserva com maior precisão a linguagem dos sujeitos e a ordem que dão às suas ideias.

Todas as informações obtidas por observação foram devidamente registradas em um diário de campo, elemento imprescindível e complementar para a compreensão da totalidade do objeto estudado.

Após a pesquisa de campo, seguiu-se a análise dos resultados. Para tal, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, por se aproximar mais de nossa opção metodológica. A análise de conteúdo é uma técnica de organização, interpretação, compreensão e explicação da comunicação. Trata-se de uma proposta de sistematização e categorização de informações obtidas pelo discurso. Requer a ajuda da análise sócio-histórica para ultrapassar as evidências imediatas, e aprofundar a percepção das múltiplas determinações que conformam os fatos explicitados.

Nesse sentido, o conteúdo das entrevistas foi analisado a partir de categorias previamente determinadas, enquanto formulações reflexivas, intelectuais, existentes na realidade e expressão de “modos de ser, de determinações de existência” como as concebe Marx (1978, p. 121) fundamentado em sua perspectiva ontológica e histórica.

No percurso do presente estudo, que compreende a visão social de mundo por parte dos sujeitos – autores do material textual em análise – a partir das suas experiências no envolvimento com o trabalho informal e com a venda ambulante, a análise sócio-histórica foi feita a partir da contextualização dessa prática no universo da história angolana. Isso por que entendemos que “é por meio da compreensão das dinâmicas que ocorrem na esfera do cotidiano que podemos encontrar pistas para pensarmos mudanças na sociedade contemporânea” (GOMES; FERNANDES, 2008, p. 53).

Neste trabalho, foram definidas as seguintes categorias empíricas de análise: Educação; Desemprego; Trabalho e seus significados para os jovens vendedores ambulantes; Violência institucional versus discriminação; Repressão policial; (Factores determinantes do trabalho informal em Luanda); Guerra civil; Redes de solidariedade e proteção; Mudança de cidade – migração, sonhos e perspectivas de futuro.

Na análise dessas categorias, estão presentes tanto o trabalho intelectual de percebê-las a partir das categorias teóricas do método dialético - referidas à teoria que está dando suporte à pesquisa: totalidade, história, contradição - quanto a partir da apreensão dos depoimentos como expressões de categorias empíricas, as quais emergiram das narrativas ou dos depoimentos orais nas entrevistas em grupos.

Essas categorias, no processo da compreensão da realidade, possibilitaram-nos apreender o fenômeno estudado como um todo, vivo, dinâmico e histórico, assim como, permitiram-nos desvendar do real algo que não está explícito, que não é imediatamente verificado. É partindo dessa compreensão que Lanni, apropriando-se de Marx, afirma: “explicar a realidade não é só descobrir os nexos que a constituem, mas fazer um esforço no sentido de reconstituí-los no pensamento na busca do concreto pensado, como síntese de múltiplas determinações”<sup>52</sup>. Neste estudo buscamos, sobretudo, compreender as estruturas complexas do objeto, da sua unidade na diversidade, nos sentidos dialético, dinâmico e contraditório de apreensão da realidade social.

As narrativas, ou os depoimentos orais, possibilitaram uma análise a partir do método adotado enquanto suporte teórico. Na perspectiva desta tese, o indivíduo

---

<sup>52</sup> Texto extraído da aula sobre A Relação Teoria/Método na Pesquisa Social, proferida pela Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Myrian Veras Baptista no dia 9 de setembro de 2010, no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes do Programa de Estudos Pós-graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

que conta sua história, ou dá seu relato de vida, não constitui, ele próprio, o objeto de estudo, é a narrativa ou o relato “a matéria-prima” para o conhecimento sociológico que busca, através do indivíduo e da realidade por ele vivida, apreender as relações sociais em que ele se insere em sua dinâmica. Assim sendo, o foco dos depoimentos orais ou das narrativas não foi o entrevistado e sua vida, mas sua experiência de trabalhador informal e o significado dessa atividade nos âmbitos pessoal, familiar e social.

Segundo Martinelli (2005) ao narrar, o sujeito se revela, organiza a sua memória e relata a sua história. Nesse sentido, fazendo uso das palavras da própria autora, afirmamos que esse trabalho constitui-se em “um documento de inestimável valor histórico, social e político tecido com as histórias, das histórias que podemos conhecer através das narrativas dos sujeitos. São histórias plenas de vida, são vidas plenas de histórias, que dão visibilidade aos sujeitos, ao mesmo tempo em que revelam as múltiplas determinações da questão social” (Idem, 2005, p. 125). São essas determinações sociais que esta tese estudou: nesse caso, o trabalho informal e, mais concretamente, a venda ambulante exercida por jovens migrantes em Luanda.

Por tratar-se de um trabalho baseado na história oral, mais concretamente nos depoimentos orais, a análise e a reflexão desenvolveram-se ao longo de todo o processo de estudo, ou seja, não se restringiram apenas aos aspectos apreendidos no decorrer das entrevistas em grupo, mas pela observação e pelos estudos complementares feitos, que permitiram dar historicidade e concretude ao trabalho no sentido dos objetivos previamente definidos.

### **3.2 O trabalho informal em Luanda: uma estratégia de sobrevivência**

Historicamente, os marcos do surgimento do trabalho informal em Luanda, especificamente do comércio ambulante - que atualmente vem ganhando amplos contornos - são atribuídos aos anos de 1990. Essa atividade surge como alternativa de sobrevivência, principalmente daquelas pessoas que não encontram emprego no setor formal, em razão das transformações ocorridas no mundo do trabalho e do desenvolvimento tecnológico.

É importante frisar que o trabalho informal em Luanda desenvolveu-se rapidamente em resposta aos bloqueios provocados pelo sistema de direção central e planificada da economia no período pós-independência (DUCADOS; FERREIRA, 1998). Esse desenvolvimento deu-se mais em empresas voltadas à prestação de serviços, principalmente no setor de comércio. Entretanto, urge apontar que a aproximação do Estado angolano em relação ao setor informal como área que merecia atenção, foi algo recente, pois se deu mais precisamente em 2000, quando, em função dos estudos realizados pelo PNUD (1998/1999) - que demonstraram a força desse setor na garantia da sobrevivência de parte significativa da população - foi emitido o Decreto 48/2000 que regulamentou o exercício da venda ambulante no país.

Precisamente nessa época é que se começou a falar da atuação da mulher fora do lar. Além da mulher peixeira - que já desenvolvia essa atividade da venda ambulante em Luanda - começa-se a perceber, nas várias ruas da cidade, a existência de outras mulheres vendendo diversos produtos. Foi nesse cenário que, nessa cidade, as mulheres, principalmente das áreas peri-urbanas, começaram a desenvolver estratégias complexas que podem ser caracterizadas essencialmente como luta por sua existência, quer dentro ou fora do agregado familiar, com a finalidade de assegurar a sobrevivência de seus membros. Nesse esforço desesperado para manter a sobrevivência de suas famílias, as mulheres aumentaram simultaneamente sua criatividade e riqueza, passando a desfrutar, em alguns casos, de uma situação econômica bem melhor do que a dos seus maridos (DUCADOS; FERREIRA, 1998).

Essa situação fez com que, em Luanda, no princípio, o trabalho informal, principalmente o comércio ambulante, tenha sido amplamente dominado pela mão de obra feminina. Relatório da OIT, publicado em 2005, aponta que os grupos mais vulneráveis e marginalizados da sociedade são também os mais susceptíveis de integrar o setor informal, principalmente as mulheres e crianças - caso visível na cidade onde, cada vez mais, cresce o número de jovens ambulantes de ambos os sexos (negociantes informais do mercado das ruas), que mesmo:

(...) à margem de qualquer tipo de legislação que as proteja, na labuta diária, seja nos mercados informalmente institucionais e fixados em determinadas áreas próximas aos centros urbanos ou mesmo caminhando pelas ruas, de casa em casa, a gritar alto e em bom som, como se fosse

uma canção, que a distância se identifica a qualidade e o produto a ser comercializado (LOPES, 2010, p. 42).



**Figura 12 – Jovem Zungueira**  
Foto: Edinesio Tavares - 2011



**Figura 13 - Zungueiras nas ruas de Luanda**  
Foto: Edinesio Tavares - 2011

Portanto, em um mercado de trabalho cada vez mais exigente, a atividade informal tem sido uma alternativa à fome, à miséria e à exclusão. Esse país, que não tem resposta ao desemprego, cria um verdadeiro paradoxo: é rico, com uma população muito pobre, constituindo-se assim num exemplo dramático de como a riqueza em recursos de um país não se traduz automaticamente em prosperidade para a maioria do seu povo, mesmo depois da independência do poder colonial (COSISA, 2010).

No entanto, essa atividade é combatida com medidas de repressão policial, como a dispersão, a detenção de vendedores e a apreensão de mercadorias, com a justificativa de que os mesmos estão estragando a imagem da cidade - como evidenciam os depoimentos dos sujeitos contidos no item seguinte, onde trataremos desse assunto com mais profundidade.

Em Luanda, a situação do desemprego aumentou nos últimos anos, principalmente entre a camada juvenil. Há um número considerável de jovens na informalidade e, em razão disso, houve significativo crescimento da precariedade de suas condições de vida e de sobrevivência. Essa realidade representa, de alguma forma, a regressão da garantia dos direitos sociais e a ausência de proteção social, principalmente para aqueles que buscam novas alternativas de sobrevivência nas várias ruas que compõem a estrutura geográfica da cidade.



**Figura 14 – Venda pelas ruas de Luanda**

Foto: Bernardino Cuteta - 2011

Convém assinalar que, nas novas exigências do mundo do trabalho, a escolaridade é apenas mais um critério entre outros - como idade, idiomas, conhecimento específico, conhecimento geral, competências - para os processos seletivos, devido à grande quantidade de mão de obra para poucos postos de trabalho. Também é importante assinalar que o desemprego ocorre por fatores relacionados à forma de organização política, econômica e social do espaço em que os jovens vivem e tem a ver com o estágio em que se encontra o capitalismo mundial (PEREIRA, 2003).

Isso para dizer que o trabalho informal está intimamente ligado ao capitalismo. Tal visão fica evidente nas palavras de Costa (1989), ao afirmar que o trabalho informal se encontra agora mobilizado a serviço do capitalismo, “preservando, apenas em alguns casos, a relação direta do produtor com o consumidor o que permite que o preço do produto seja repassado sem o processo de especulação usual, visto que não há, como regra, taxas, impostos ou licenças a pagar” (p. 28).

Martins (2002), quando analisa as condições de vida das populações de baixa renda, considera que o desemprego não é consequência apenas da mudança dos padrões produtivos, mas também resultado da ausência do Estado no processo de regulamentação do mercado e das relações entre trabalhadores e empresas. Nessa perspectiva, em Luanda, há que se exigir do Estado mais responsabilidade, uma vez que essa situação compromete a vida de milhares de pessoas.

O trabalho informal, especificamente o comércio informal à porta ou em pequenas “pracinhas”, é o principal responsável pelo sustento familiar de um crescente número de pessoas. Nele, a renda familiar varia de US\$ 1, 5 até US\$ 7,0 diários, o que resulta insuficiente, principalmente quando se tratam de famílias geralmente numerosas – essa renda não permite duas refeições diárias para a maioria, principalmente em Luanda, cidade considerada, nos últimos anos, a mais cara do mundo.

As evidências empíricas, por sua vez, apontam que a contribuição das atividades informais tem sido de “possibilitar apenas uma renda necessária à sobrevivência dos trabalhadores” e a inserção dos mesmos no mundo do capital, na medida em que “contribuem para que se efetive a circulação e o consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas” (ALVES; TAVARES, 2006, p. 432- 433).

Essa visão foi antecipada por Alves (2001), ao apontar que as tendências ‘mais recentes’ – relacionadas à época em que escreveu - indicavam que as ocupações informais têm um papel muito importante, não apenas por ocupar os interstícios deixados pelo grande capital, mas também por desempenhar outras funções no processo de acumulação capitalista. Alves analisa que essas atividades podem se concentrar na produção, nas áreas de comércio e de prestação de serviços, englobando desde os empregos familiares do setor artesanal, até os pequenos comércios e atividades ocasionais diversas.

O trabalho informal, ou melhor, o comércio ambulante, no contexto luandense, tem contribuído fundamentalmente para a sobrevivência da maior parte das famílias angolanas e, principalmente, dos jovens desempregados – inclusive de alguns que têm certa formação básica e fundamental. Em algumas famílias, essa atividade é a única geradora de renda. Para outras, e até para um número considerável de pessoas que trabalham na função pública e em empresas privadas, tem se constituído como atividade complementar ao salário. De fato, é o setor informal que se torna o principal “empregador” da maioria da população, particularmente daqueles limitados em termos de habilidade, ou analfabetos, residentes em centros urbanos como Luanda (COSISA, 2010).

Esse cenário nos leva a dizer que a inserção no trabalho informal ocorre por duas razões: movida pela estratégia de sobrevivência ou, em muitos casos, como alternativa de vida. Tal situação se explica pelo fato desse tipo de trabalho possuir como característica a heterogeneidade, ou seja, encontramos nesse trabalho informal tanto aqueles que estão inseridos por opção como aqueles que foram obrigados, pelas circunstâncias da vida, a ingressar nesse tipo de atividade visando sobretudo a garantia da sobrevivência de si próprio e da família. Esse aspecto está bastante evidenciado nos depoimentos dos sujeitos, contidos no próximo item.

Diante do exposto, pode-se concluir que o trabalho informal configura-se realmente como uma estratégia de sobrevivência em face da perda ou do não alcance de uma ocupação formal. Pode ser analisado, por vezes, como uma opção de vida de alguns segmentos de trabalhadores, que preferem desenvolver o seu “próprio negócio”. Entretanto, essa estratégia enquadra-se naquilo que Santos (2009) vai denominar de “estratégia perversa da vida” (p. 172). Isso ocorre na medida em que o trabalho informal é uma forma precária de sobrevivência, assumida pelo contingente de desempregados como a única maneira de objetivar a sua existência.

É quase um dado incontestável que no atual contexto da cidade de Luanda predomina o trabalho informal que, durante décadas, vem garantindo a sustentabilidade e a sobrevivência de um número considerável de famílias. Nessa ótica, Luanda, a exemplo de outras cidades africanas e do mundo, apresenta, segundo Lopes (2000), sintomas evidentes e diversificados de um processo de informalização crescente, que emprega, produz, distribui rendimentos e assegura a sobrevivência da maioria das respectivas populações.

No caso particular da mulher e, especificamente, da angolana, ela está sujeita e obrigada a desempenhar diferentes jornadas de trabalho, conciliando múltiplas responsabilidades, como cuidar da educação dos filhos, garantir a subsistência da família, aumentar a renda familiar. Essa situação foi evidenciada nos depoimentos dos sujeitos em relação ao que faziam além da venda, como podemos observar abaixo:

*Eu, além de vender, faço também serviço em casa e tenho também coisas a fazer. Mas nessas coisas de trabalho de casa, eu vivo com muitas moças em casa, mas antes de sair para ir trabalhar eu deixo tudo... tenho 6 moças, então, para cada pessoa eu divido o seu serviço: 'quero encontrar isso limpo' – uma leva a criança na escola, outra prepara a criança que vai para a escola... Então, quando há reunião... eu nunca participei nas reuniões das minhas crianças porque em casa tem moças... Eu saio às 6 horas e deixo orientações: 'leva caderno e lapiseira e vá à reunião e tudo o que falarem você anota. E as minhas colegas... Por exemplo, o que eu vendo no nosso sítio... eu sou a única que vende aguardente. A maioria vende coisa especial... Mas isso de ódio eu nunca vi com as minhas colegas. Nos damos muito bem, eu com elas e elas comigo (T. C., zungueira, 25 anos).*

*Antes de ir nas minhas vendas, acordo muito cedo, às 5 horas. Faço 'mata-bicho' e, ao mesmo tempo, faço o almoço porque não tem quem cozinhe. Deixo orientações para a minha sogra para que ela possa fazer as refeições e depois vou fazer minhas vendas. No caso do relacionamento com as minhas colegas na venda, nos damos muito bem porque apenas nos encontramos na zunga, cada uma tem a sua vida (A. E., zungueira, 22 anos).*

*Além das vendas, também faço os meus trabalhos de casa, acordo mais cedo. Tenho um cunhado mais velho que me ajuda a levar as coisas na bancada lá fora, arrumo, depois de arrumar vou levar as minhas duas crianças na creche onde passam o dia. E no caso das reuniões, eu mesmo é quem vou, por exemplo, na creche temos reuniões duas vezes, na primeira semana do mês e na última, então eu mesmo é quem me encarrego de ir para lá. Na hora que as crianças largam, o meu cunhado menor é quem vai lhes buscar. Nas vendas nos damos muito bem (M. N., zungueira, 26 anos).*

*Eu vendo e para além de vender de manhã as 7h30 vou trazer a minha filha na escola, depois disso arrumo a minha casa, depois vou para venda. A relação é boa, é só mesmo rir, comer e brincar (A. T., zungueira, 32 anos).*

*Na minha venda entro às 8 horas porque de manhã tenho que preparar as crianças. Tenho 3 filhos que vão à escola. Depois disso tenho que varrer, lavar a louça, depois é que entro no mercado. Mas tenho uma filha de 13 anos: às vezes começo às 6 horas e ela fica em casa a fazer o trabalho. Com as minhas colegas, nos damos bem, cada uma com o seu negócio. Quem dá ódio no outro, ela é quem sabe. Compramos no armazém, mas estamos a nos dar bem (B. W., zungueira, 30 anos).*

*Vivo sozinha com os meus dois filhos. Se é a parte de cozinhar eu é quem faço e deixo no fogão. Como tenho uma filha de 7 anos, ela ajuda a cuidar do irmão mais novo. No caso das vendas com as colegas, não há problema nenhum é só mesmo ir e brincar (G. N., zungueira, 27 anos).*

É importante também sublinhar que esse envolvimento das mulheres no trabalho informal reside no fato de que muitas delas acabam por assumir a chefia da família - 23,1% das famílias angolanas são chefiadas por mulheres (PESTANA, 2010) - devido à morte dos maridos durante o conflito armado, ou por sua ausência devido à constituição de outra família – sem prestar a mínima ajuda no sustento dos filhos da família anterior – ou, ainda, em muitos casos, devido à situação de desemprego de seus companheiros.

Em relação a esse aspecto, dados de um estudo realizado com 110 mulheres inseridas no trabalho informal em Luanda mostraram que o marido de 53,42% delas não exercia nenhuma atividade laboral; de 28,76%, o marido trabalhava por conta própria, de 9,58%, trabalhava no setor público; e 8,24% afirmaram que o marido trabalhava no setor privado (MANUEL, 2010), ou seja, a maior parte dos maridos dessas mulheres estava desempregada, cabendo apenas a elas a responsabilidade pelo sustento da família.

Além disso, as mulheres sofrem discriminação em termos de acesso à educação, à formação e ao emprego - o maior número de desempregados recai

sobre as mulheres -, o que faz com que elas se arrisquem mais do que os homens a optar pelo trabalho informal, mais concretamente, do comércio ambulante<sup>53</sup>.

Essa situação da atividade maioritariamente feminina foi se mudando no decorrer dos anos, registrando e acolhendo também um número significativo da mão de obra masculina, principalmente de jovens vindos das diferentes regiões do país, com mais destaque para as províncias de Benguela, Huambo e Bié que, devido a um contexto da guerra, de busca de melhores condições de vida, de desemprego advindo das exigências atuais do mundo de trabalho, não conseguem o tão desejado primeiro emprego no mercado formal e precisam trabalhar para se sustentar e às suas famílias<sup>54</sup>.

Os produtos vendidos pelos jovens são, na sua maioria, adquiridos em armazéns de comerciantes libaneses, indianos e chineses existentes na capital do país. Dentre os produtos comercializados, destacam-se: cabides de plástico e de madeira, malas de viagem, relógios, óculos de sol, sapatos, roupas, jornais, revistas, acessórios de automóveis e de celulares, aparelhos celulares, tapetes, cadeiras de quarto, bebidas, tábuas de passar a ferro, gasosas (refrigerantes), água engarrafada e em sacos plásticos, cartão de telefone (unitel, movicel, etc.), forros, entre outros.

Na sua maioria, os jovens não gostam de ser fotografados, por medo de represálias por parte da polícia e dos agentes de fiscalização do governo provincial que passam o dia a persegui-los de um lado para o outro.

Diante dessa realidade, concordamos com Costa (1989) quando afirma, que a cidade grande – como Luanda – é, para os indivíduos que deixam suas regiões, uma alternativa para suas dificuldades. A integração no mercado de empregos, nessa cidade grande, é também difícil e acaba fazendo com que o migrante busque novas alternativas de trabalho, dentre eles, o comércio nos logradouros públicos.

Enfrenta essa inserção no trabalho informal, limita os jovens do usufruto dos benefícios do trabalho enquanto um direito básico que deve permitir o acesso não apenas aos bens de subsistência – alimentação, água, moradia, saneamento, cuidados médicos, vestiário, educação, transporte e energia -, mas também aos recursos tecnológicos e aos bens culturais e simbólicos de uma sociedade (LEON, 2009).

---

<sup>53</sup> Muitas vezes, aquelas que não se inserem no trabalho informal ingressam nas fileiras da prostituição, como forma de solucionar as várias privações de suas vidas.

<sup>54</sup> Ressalta-se que as duas últimas províncias foram palco dos confrontos mais intensos da guerra pós-eleitoral de 1992.

Isso porque, segundo o autor, o trabalho é entendido como uma das principais vias de realização pessoal e de construção de identidades, criador de relevantes vínculos sociais. Além de ser percebido também como fonte de criatividade e de inovação pela sua capacidade de produção de conhecimento, ciência e tecnologia, possibilitando às sociedades contínuas modificações sociais, políticas, econômicas e culturais (Idem).

Diante desse contexto, entendemos que as experiências e vivências de trabalho e vida desses jovens são determinadas pelas trajetórias e tramas da cidade em que estão inseridos. Assim, pode-se afirmar que os jovens vendedores ambulantes constroem e reconstróem seus percursos, suas experiências de vida e de trabalho nas tramas do mundo social que os circunda, ou seja, sua experiência de trabalho “entrelaça-se com a experiência da própria cidade” (TELLES, 2006, p. 192). Isso porque, ainda segundo essa autora, é na dinâmica da sociedade - feita na interseção entre a lei e a cultura, a norma e as tradições, a experiência e o imaginário - que se circunscreve a pobreza como condição de existência (Idem, 1993).

Porém, o surgimento do trabalho informal, no contexto de Luanda, tem outros determinantes, como a escassez de atividades remuneradoras e de perspectivas de futuro no meio rural, o que, de certa forma, contribuiu para que as populações migrassem para a cidade e se integrassem a esse tipo de trabalho, submetendo-se a viver em bairros com graves problemas de saneamento básico, falta de iluminação pública e urbanização. Essa situação é bem patente em Luanda, como se observa no Capítulo 1 desta tese.

É importante frisar também que o aparecimento do comércio e do trabalho informal em Luanda está intimamente ligado ao colapso de situações socio-econômicas que o país viveu ao longo dos últimos anos. Essa realidade evidencia a razão porque as pessoas envolvidas na informalidade são “sujeitos sociais que vivenciam no seu cotidiano a pobreza, a miséria, o desemprego estrutural, a informalidade do mercado, a moradia precária, a privação dos serviços de saúde e educação de qualidade, a expulsão do campo, a urbanização descontrolada e ao mesmo tempo agentes de processos sociais desiguais” (MELO et al., 2007, p. 37).

Diante desse pressuposto, acreditamos que o grande desafio no contexto contemporâneo angolano é a superação dessas desigualdades existentes, possibilitando, dessa forma, que todos, além de se beneficiarem do usufruto dos

benefícios produzidos no país, possam igualmente ter acesso aos serviços sociais públicos e de qualidade, de modo que se efetive a “criação de uma sociedade de justiça e progresso social” contida no artigo primeiro da Lei Constitucional da República de Angola (CRA).

Para melhor compreensão dessa realidade aqui abordada sobre o trabalho informal em Luanda, apresentamos, a seguir, a análise dos resultados obtidos nas discussões em grupo realizadas com os jovens migrantes trabalhadores informais, sujeitos do nosso estudo.

### **3.3 O significado do trabalho informal em Luanda para os jovens migrantes**

Como vimos, Luanda é um contexto permeado pela exclusão social, pela pobreza, por desigualdades sociais e por vulnerabilidades e é nessa realidade que se encontram inseridos os jovens migrantes trabalhadores informais, sujeitos deste estudo, cujos depoimentos analisaremos nesse item. Sua inserção no trabalho informal e precário, ou seja, a venda ambulante, constitui-se em expressão de sua luta por vencer os processos em que estão submersos, de modo a serem reconhecidos como pessoas dignas, tanto na família quanto na comunidade e na sociedade como um todo. Tem-se assim, um grupo social

extremamente marginalizado do ponto de vista econômico, social, político inclusive cultural que tem se constituído em massas de trabalhadores autónomos ou assalariados com rendimentos ínfimos que os levam a uma vida precária e sem proteção social, considerados potencialmente perigosos (SILVA, 2010, p. 157).

Nas observações realizadas ao longo do presente estudo, foi possível perceber que a maior parte da população envolvida nas atividades informais, em Luanda, são jovens e, quase na sua maioria, provenientes de outras províncias do país, com maior destaque para as províncias do sul, como Benguela - considerada a segunda cidade econômica de Angola, o que traz algumas inquietações - e, outras como Malanje, Bié e Huambo. Ressalta-se que, em algumas dessas províncias, o conflito armado foi muito intenso.

Essa realidade ficou evidente nas nossas observações de campo e nos relatos dos sujeitos que participaram das entrevistas grupais, realizadas durante o período da pesquisa. De fato, dentre às províncias apontadas acima, Benguela é a que mais apresenta jovens ambulantes em Luanda, cerca de 70% dos jovens migrantes envolvidos no trabalho informal. Foi nesse intuito que buscou-se saber o que explica o fato de Benguela ser a 2ª economia do país e possuir 70% de jovens ambulantes à cidade capital. Para essa explicação, subscrevemos abaixo o depoimento de um dos nossos sujeitos:

*De fato, Benguela é a 2ª economia do país. O que faz com que 70% de vendedores ambulantes em Luanda seja benguelense, deve-se primeiro à fraca formação da camada juvenil da província. Porque Benguela é constituída por vários Municípios e estes por Comunas e, às vezes, fica difícil dar emprego a milhares de jovens. Até hoje, lhe digo que as ruas de Benguela estão cheias de ambulantes porque o Governo está a trabalhar, mas a 40% - porque se a juventude de Benguela estivesse a estudar e a trabalhar não teriam necessidade de vir para Luanda. A maioria vive do campo, o que também é importante. Agora, graças à Odebrecht que já se encontra lá a abrir estradas e a dar emprego aos jovens... mas... imagine um jovem que entra na Odebrecht para fazer estrada, com 18 anos - não tem tempo de ir à escola e, quando sair de lá, é porque o contrato terminou. Já estará adulto e não se formou.*

*O grande problema é que para entrar no Serviço Público... é o caso do porto: são empresas que para se ingressar nelas, tem que haver um esquema [uma indicação] e, se não tiver, fica-se à espera de um dia ser chamado. Diante deste cenário, os jovens preferem vir a Luanda trabalhar na zungua. Por isso, eu digo: tudo isto é por falta de emprego e por culpa dos governantes que não têm responsabilidades, não estão a ser bons pastores para a juventude. Dizia São Paulo a Timóteo: "Não se deve desocupar a juventude porque se não ocupá-la [os jovens] vão procurar o seu próprio divertimento". Já que o governo de Benguela não ocupa a juventude, eles encontram a sua ocupação. Em Luanda, o governo está a mostrar o que pode fazer e, por ser um local com vários povos angolanos e estrangeiros, há uma forma comercial em que eles conseguem obter alguma coisa para apoiar a família. Se Benguela desse formação e emprego aos jovens não haveria lógica neles virem para Luanda. Nunca se viu que 45% dos luandenses se deslocasse para Benguela à procura de melhores condições de vida, é somente do Huambo para cá, de Benguela para cá. Praticamente Angola é Luanda, mas cada um deve ter orgulho da sua província.*

*Enquanto a realidade continuar assim, nunca haverá uma contribuição para uma Benguela melhor (F. F. – ex-ambulante, 35 anos).*

No depoimento fica explícito a falta de emprego e de espaços de formação como principais motivos da migração dos jovens benguelense para Luanda, ou seja, a incapacidade da província de dar estudo e de empregar todos os jovens da província, atendendo ainda ao baixo nível acadêmico dos mesmos. Por outro lado, é importante ressaltar que essa escassez de postos de trabalho, que ocupe o tempo dos jovens sobretudo nas capitais de províncias também contribui para o aumento do alcoolismo, da infração e da prostituição - já que a ociosidade (como foi apontada no depoimento) é porta aberta para muitas coisas - assim como tem impedido muitos destes jovens a constituírem suas respectivas famílias. Analisando o contexto de Luanda pode-se afirmar que a falta de programas e de políticas concretas que garantam a inserção dos jovens a curto prazo no mercado de trabalho abre muitas possibilidades destes enveredarem por caminhos que posteriormente poderão comprometer seus futuros.

Dos 16 sujeitos deste estudo 14 deles são provenientes de Benguela. Destes, 13 expressaram suas origens e situação nos depoimentos que apresentamos abaixo:

*Eu sou F. K., natural de Benguela e tenho 25 anos. A minha atividade diária é de zunga. Vivo com a minha mulher e um filho aqui em Luanda. Não tenho pais e a razão que me trouxe a Luanda são os maus tratos dos familiares. Não estou a estudar e parei na 5ª classe. Este ano não estou a estudar porque na minha agenda havia planificado uma saída para ir visitar a família que está na província. Quer dizer: você matricula-se e mal começam as aulas abandona, acho que fica muito feio. Senão, eu também gosto de estudar, por isso é que estou a esperar um período que me permita estudar. Esta é a razão que faz com que à tarde eu não faça nada, até porque, você pode vir à rua a andar e ver as mulheres que ficam ali, os gatunos também estão por ali e acolá - é complicado.*

*Eu sou J. B., natural da província de Benguela, estou cá em Luanda, sou casado, tenho 27 anos de idade, estou a estudar na 3ª classe, e a minha vida é a zunga.*

*Sou A. S., natural de Katumbela, província de Benguela, casado por união de fato, tenho 2 filhos. Tenho 28 anos. Estou em Luanda a procura de melhores condições de vida e sou ambulante.*

*T. C., tenho 25 anos de idade, mãe de dois filhos, vivo com o marido, duas moças e sou da província de Benguela. - Eu vendo e estudo. O ano passado repeti a 6ª classe e este ano estou a estudar na 7ª classe.*

*Sou B. D., da província de Benguela, tenho 22 anos e estudo na 5ª classe. Vivo com a minha esposa e um filho e sou ambulante. Estou em Luanda devido à guerra.*

*Sou a M. N., tenho 26 anos, vivo com três filhos, marido e dois cunhados e sou da província de Benguela. Eu vim de Benguela para cá, para visitar a minha irmã, em 2000. Posta cá, comecei a trabalhar numa cantina do Dom Bosco durante 1 ano e meio. Depois, encontrei-me com o meu marido com quem estou até agora. Não estou a estudar, mas estudei até a 6ª classe.*

*Sou a A. E., vivo com o marido, uma filha, a minha sogra e uma irmã, tenho 22 anos de idade e sou da província de Benguela. Estava a estudar mas parei em 2005 na 6ª classe. Saí de Benguela para cá porque vim visitar o meu irmão. Quando cheguei, comecei a trabalhar. Depois encontrei-me com o meu marido. Ele é da província de Kuanza-norte e ainda não me casei.*

*Sou a B. W., tenho 30 anos, cinco filhos. Estou solteira há 2 anos e sou da província de Benguela. Cheguei aqui em 1996 com o meu marido. Estou a vender. Parei de estudar na província de Benguela, mas este ano me matriculei na 4ª classe.*

*Sou a G. N., tenho 27 anos, tenho três filhos, marido e sou da província da Benguela. Saí de Benguela para cá para trabalhar. O meu marido, nos encontramos [conhecemos] também aqui em 2000, até agora estamos juntos. Eu estudava na 4ª classe e ainda estou a continuar na mesma classe.*

*Sou J. A., solteiro e natural de Benguela. Tenho 28 anos e sou solteiro. Vivo sozinho. Estou em Luanda também em busca de melhores condições de vida. Sou ambulante há 14 anos.*

*A. T., natural do Kalondo, município do Kaimbabo, província de Benguela, tenho 32 anos, tenho quatro filhos: duas meninas e dois rapazes. O pai deles vive no Cazenga e eu vivo no Sambizanga. Estudei até a 7ª classe. Vendo: as vezes as vendas saem bem, as vezes não. Tenho mesmo vontade de estudar, mas o tempo não permite.*

*Sou C. J., tenho 33 anos de idade, vivo com dois filhos e dois sobrinhos. Sou da província de Benguela. Estou a fazer 2º ano do curso de pedagogia. Saí da minha província para cá ao encontro do meu marido em 1995 e, em 2003, infelizmente ele faleceu e até agora estou viúva. Estou a estudar e a trabalhar. Este é o meu dia-a-dia.*

*Eu sou o L. J., tenho 28 anos e natural de Benguela. Estudo a 10ª classe e sou solteiro, mas amigado. Vivo com a mulher e os filhos. Vim a Luanda a procura de melhores condições de vida e sou ambulante há 6 anos.*

Os demais entrevistados vieram de Malanje, Huambo e assim uns deles expressaram suas origens e sua situação familiar:

*Eu sou J. P., natural de Malange, solteiro e vivo na casa dos salesianos.. Eu estudo 5ª classe aqui na sede e tenho 32 anos. Vim a Luanda durante o tempo de guerra e sou natural de Katumbela.*

*Sou F. F. natural do Huambo. Vivo maritalmente. Tenho 5 filhos e sou coordenador de catequese há 2 anos.*

Tais depoimentos ressaltam, por um lado, o êxodo da população rural para as cidades - principalmente para a capital do país - em busca de proteção e segurança, de melhores condições de vida, de habitação e de emprego condigno. Esse êxodo é fortalecido pela ideia de que a cidade proporciona melhor qualidade de vida em relação à zona rural - o que não deixa de ser verdade, num país que investiu mais nas cidades, mormente na capital, Luanda, e menos nas zonas rurais. Essa opção do Estado criou grandes desigualdades, que são persistentes no país e cujas consequências tornam-se cada vez mais visíveis no atual contexto, causando um fosso social e uma desintegração socioeconómica nunca antes vista.

A vinda desses jovens para Luanda, está ligada a vários fatores. Analisando os seus depoimento podemos apontar que a atratividade de Luanda foi muito

reforçada pelas disfuncionalidades que a guerra acarretou e que fizeram desta o grande destino das populações que devido o conflito militar e movidas pela procura de melhores condições de vida deixaram suas regiões de origem.

Por outro lado, os depoimentos também ilustram um outro dado importante: de que os jovens envolvidos no comércio ambulante, em sua maioria, têm baixo nível de escolaridade. Essa realidade condiciona a participação dos mesmos em processos decisórios, bem como na inserção ao mercado de trabalho que, como já apontamos anteriormente, tem se mostrado cada vez mais competitivo e exigente. Defini esse aspecto como dado importante por considerá-lo um elemento a ser tido em conta na elaboração e execução de qualquer política, programa, projeto ou serviço que seja dirigido às pessoas inseridas em tais contextos de informalidade.

Além dessas pessoas, outras também apresentam dificuldades para o acesso aos serviços sociais disponíveis. São aqueles considerados vulneráveis, em Angola, após o fim do conflito armado de 2002, nomeadamente: ex-militares e suas famílias, portadores de deficiência (vítimas de minas), crianças de rua, deslocados e retornados, e comunidades rurais com insegurança alimentar. Ressalta-se que Angola possui uma população estimada em 68%, que vivem abaixo da linha da pobreza e 23% considerados extremamente pobres (COSISA, 2010).

No caso concreto de Luanda, a questão da migração está intimamente ligada ao conflito armado que o país viveu durante três décadas. Sendo os jovens a maioria que constitui a população do país foram também os que mais sofreram as consequências das décadas do referido conflito. Essa pode ser ao nosso ver, uma das primeiras característica que diferencia as juventudes angolanas das demais juventudes do mundo. Essa visão é compartilhada por Tati (2009) ao apontar que a juventude “foi a precursora e que mais sofreu nos conflitos, pois todos os exércitos beligerantes eram constituídos por jovens convocados compulsoriamente, ficando a mercê dos políticos, das estruturas militares, para defesa, devastação dos territórios, destruição e morte de seus compatriotas” (p. 25).

Foi neste cenário que muitos que hoje são jovens nasceram, cresceram e construíram suas identidades, num ambiente completamente marcado pela guerra, pela miséria, em situações adversas que exigiam dos mesmos capacidade criativa e estratégias de sobrevivência. Entretanto, há também uma certa ilusão dos jovens em viver na metropole, mas tal ilusão da grande cidade começa a se desfazer à medida que eles vão se incorporando, cada vez mais, na estrutura e nas exigências do

mercado de trabalho. Essa questão fica ilustrada no depoimento do B.D (zungueiro, 22 anos): “Vivo em Luanda desde 2000. O que me fez vir a Luanda foi a ilusão dos outros. Passei muito tempo a ver os outros...”.

Esse depoimento ilustra de forma clara que as pessoas envolvidas nas práticas de trabalho informal, fazem-no como uma estratégia de sobrevivência. Essa estratégia se opera, tanto através da migração para os centros urbanos em busca de oportunidades econômicas, quanto pelo ingresso no trabalho informal da cidade. Sem acesso a empregos formais, sem qualificações e sem as competências necessárias para competir no mercado de trabalho urbano, resta-lhes um campo de possibilidades muito limitado: ou a via da exclusão e da criminalidade, ou o retorno às comunidades rurais de origem e à mesma situação de pobreza, ou a sua inserção no mercado informal:

*De fato, o que a pessoa deve fazer é seguir o que eles fazem, senão [corre o risco de] seguir um caminho que te vai levar a 'gatunisse'. Por isso, optei pela vida de ambulante, apesar de não conseguir muito, mas o pouco serve para sustentar a minha esposa normalmente (B. D., zungueiro, 22 anos).*

*O trabalho de ambulante, de princípio, é importante, só que não é digno. É importante porque previne a pessoa de enveredar na vida de marginal. Já imaginou o que seria de mim se não fosse ambulante hoje? Seria um amigo de roubo, com pensamento de marginal ou algo que não sei! Só que nós não temos uma ciência. Senão seríamos pessoas submetidas a montar bombas para destruir quem está no poder! Por isso eu considero que se não tivéssemos este trabalho, que considero lazer através da zunga, teríamos uma mentalidade má e, iríamos contribuir para um mal (A. S., zungueiro, 28 anos).*

Para aqueles jovens que não encontram em tal contexto uma perspectiva de futuro e oportunidades de ocupação, uma das alternativas encontradas e referida no depoimento acima, é a inserção em atos considerados ilícitos, principalmente na infração e no roubo. Isso pesa mais para os jovens que já têm famílias constituídas e sem as mínimas condições para sustentá-las, já que ainda são muito fortes os aspectos culturais que conferem ao marido a responsabilidade de chefe de família e, assim sendo, o responsável pelo sustento da mulher e da família de um modo geral. Aqui fica evidenciado como o ambiente social em que o ser humano está inserido

influencia significativamente suas escolhas e as posições que toma diante das circunstâncias da vida.

É nessa difícil passagem para a maioridade que a infração surge no horizonte desses pois “é esse o momento em que os jovens, se espelhando na vida de seus pais e vivendo os obstáculos que o mercado lhes impõe, podem questionar um projeto de vida estruturado em torno da família organizada e do trabalho regular” (TELLES, 1990, p.45). É aí que o trabalho pode perder qualquer sentido positivo para esses jovens.

Entretanto, “apesar de tudo, a vida urbana, mesmo pobre, apresenta uma maior diversidade de possibilidades de sobrevivência e aspirações, tanto para os indivíduos como, sobretudo, para os colectivos familiares” (FELICIANO, et al., 2008, p. 24).

No caso concreto de Luanda, seu processo de urbanização

“não apenas tornou o pobre ainda mais pobre devido ao conflito, mas uma grande parte da população passou da pobreza rural com os seus próprios mecanismos de sobrevivência e estruturas de apoio comunitários, para enfrentar a pobreza urbana com questões básicas como o saneamento, superpopulação e falta de oportunidades de emprego formal” (COCISA, 2010, p. 49).

Essa realidade ilustra por outro lado, a dificuldade que as pessoas têm no país de acesso aos serviços básicos - principalmente em setores vitais como saúde, educação e habitação - tão necessários para que sua população viva dignamente. Situações apresentadas no primeiro capítulo do presente trabalho.

No que se refere especificamente aos jovens migrantes, urge primeiramente apontar que, a princípio, essa migração se justifica pela busca incessante de afirmação da vida através de estratégias, alternativas ou de novas formas de sobrevivência, enquanto espaços de oportunidades.

Em geral, a falta de oportunidades - principalmente de oferta de trabalho - estimula a mobilidade dos jovens, em busca de outras formas de ganho suficientes para suprir os grandes custos de suas necessidades básicas pessoais e de sua família. Por outro lado, tem contribuído - em muito - para a migração desses jovens, questões relacionadas não apenas à falta, mas também à precariedade de condições de habitabilidade nos lugares de procedência, associada à falta de infraestrutura, em termos de educação, saúde e trabalho.

*Conforme ia dizendo, nós somos obrigados a pagar grandes custos pelo transporte, grandes custos nos hospitais e em questões pessoais, mas nem sempre o trabalho do campo rende tanto quanto custam as necessidades. Por isso é que se observa nas nossas comunidades, que aquele que pratica a zunga tem melhores condições do que o que vive da agricultura. Dai surge a ideia de todos quererem zungar pelas ruas para garantirem o equilíbrio no patamar dos outros. Isso tem acontecido, por exemplo ao realizar atividade agrícola, a colheita é feita semestral ou anualmente e, muitas vezes, esse agricultor, ao vender o produto, pode optar pela zunga - ele é capaz de vender tudo e ser insuficiente para iniciar o negócio. É assim que muitos [jovens] provenientes das províncias de Benguela, Huambo e Bié, e outras províncias do Norte, aglomeram-se em Luanda a vender pelas ruas como ambulantes para ver se as condições de vida mudam. Mas está difícil porque estamos a encontrar uma vida cara em relação à que vivíamos no campo, apesar de que o campo não fornecia tanto para uma vida condigna. Mas a realidade é que estamos a encontrar uma vida difícil de lidar - o nível do custo de vida que encontramos na sociedade de Luanda (A. S., zungueiro, 28 anos).*

A migração é vista, portanto, por alguns jovens como uma possibilidade para reunir condições que lhe permitam viver com dignidade. Para muitos deles, partir para a cidade é seguir uma viagem de incertezas: não sabem o que vão encontrar. Partir é também uma tentativa de conquistar algo desconhecido. Essa linha de fuga traçada pelos jovens em direção à cidade não tem o sentido do medo ou da covardia, mas, como diz Deleuze, é uma ação, é uma forma de descobrir o mundo (SALES, 2006, p. 142).

Segundo Sales (2006) a mobilidade da juventude para as grandes cidades tem um conjunto de explicações indissociáveis: a pobreza, a falta de oportunidades no campo, o desejo de maior autonomia, de mais liberdade para consumo, o mercado de trabalho mais atrativo e a ilusão de ter um trabalho seguro. Junta-se a isso, as transformações advindas da modernização do meio rural e a situação crítica do trabalhador do campo, que vê cada vez mais o seu mercado de trabalho diminuir.

Para alguns jovens a cidade é vista como o lugar das oportunidades, pelo maior número de ofertas de emprego, de escolas, de lazer e mais acesso a bens e serviços. Por outro lado, reconhecem que existe muita concorrência e necessidade de mais capacitação para obter o que a cidade pode oferecer. Para outros jovens, a cidade é uma possibilidade de sucesso pessoal e, conseqüentemente, pode ser uma

forma de habilitá-los a alcançar uma melhor condição de vida para sua família. Aliás, esse aspecto ficou bem patente nos depoimentos dos jovens vendedores ambulantes, sujeitos do nosso estudo.

Na visão de Sales (2006), ao chegar à cidade, os jovens trazem expectativas e sonhos, mas logo são obrigados a enfrentar determinadas competências exigidas pelo mercado de trabalho. Por não atingir o perfil exigido - por exemplo, a falta de formação escolar e de domínio de informática - os jovens não conseguem emprego, e passam a se dedicar a outras formas de trabalho, como o trabalho informal. Para essa autora os jovens, ao chegarem à cidade, elaboram novas concepções, desejos e expectativas, como adquirir um emprego e melhorar as condições de vida, e, conseqüentemente, ascender socialmente. Muitas vezes assumem uma profissão diferente daquela que tinham na sua terra de origem (p. 145).

Os depoimentos dos nossos sujeitos apontam também outros motivos para sua migração para Luanda e para o seu envolvimento no trabalho informal. Apontam também para dificuldades que esse trabalho vem encontrando, principalmente em relação ao controle do Estado sobre uma atividade considerada inadequada para a conformação de uma 'imagem' evoluída da cidade, como abordaremos mais adiante. Os relatos abaixo ilustram este fato e algumas outras dimensões da questão, que consideramos igualmente relevantes.

*Acontece que íamos observando que os primeiros que vinham para Luanda para este negócio voltavam em condições diferentes em relação aos que viviam na Província. Então, optamos por vir fazer o mesmo para ver a vida melhorada. Mas nem sempre, da nossa zunga, resultam coisas boas, porque estão sempre a nos tirar [a policia] daqui e acolá e, apesar da procura de melhores condições de vida, continuamos com uma vida difícil (J. B., zungueiro, 27 anos).*

*A minha ideia de vender começou quando passei a viver com o meu marido. O meu marido trabalhava mas, falava: ficas em casa e não podes vender. Mas eu pensava: não posso esperar do outro, porque também o outro pensa nos seus planos e eu tenho que pensar nos meus planos. Comecei, então a vender, e não tenho negócio certo, qualquer negócio que me aparece eu vendo. (A. E., zungueira, 22 anos).*

*Comecei a vender em Luanda, mas só depois de ter o meu primeiro filho, ví que não tinha saída, não tinha como fazer então comecei a vender. Vendo wiskh, vinho, água e outras coisas (M. N., zungueira, 26 anos).*

*Estou em Luanda a procura de melhores condições de vida e sou ambulante. As razões que estiveram na base da minha deslocação à Luanda são as necessidades de melhores condições de vida. Na província a minha ocupação era sobretudo atividade agrícola. Os produtos advindos dali eram pouco rentáveis pela fraca aderência. Os que se dedicavam ao comércio tinham mais dinheiro do que os que praticavam a agricultura. Foi por esta razão que tive que abandonar a agricultura para aderir à zunga. Uma das coisas que nós podemos comparar é: no trabalho agrícola obtínhamos o milho cujo preço era 25,00kz no mercado. Ora, se alguém da família se encontrasse doente e da consulta resultasse a necessidade de pagar 20.000,00Kz, nós éramos obrigados a vender toda produção para um único tratamento, para além da medicação (A. S., zungueiro, 28 anos).*

*Comecei a vender com 12 anos quando estava em Benguela com a minha mãe, ela me levava na praça para vender e depois comecei a me virar sozinha. Faço compras no Roque e vendo no São Paulo na corrida. A vida mesmo é assim. O negócio anda normal, hoje vendeu, amanhã não, é mesmo assim, vendo pão. Muita gente prefere a vida de ambulante ou vender nas ruas, porque ele vai ao encontro do cliente, ele não espera que o cliente venha. Porque se na zunga ele vende para 10, 8 pessoas; as vezes na bancada ele só vai vender para 2 ou 1 pessoa e não vai conseguir satisfazer as necessidades dele. Então prefere andar atrás do cliente, zungando mesmo na corrida, ele prefere andar atrás do cliente. Tem pessoas que estudaram, mas por não terem emprego, preferem dedicar-se a essa vida, para aguentar a família em casa para conseguir o pão de cada dia, porque nem todos ambulantes são pessoas que não estudaram, tem mesmo pessoas que estudaram até a 10ª classe, as vezes têm o ensino médio, mas por não terem emprego ele vai atrás do negocio para poder sustentar a sua família (G. N., zungueira, 27 anos).*

*Comecei a zungar porque fui abandonado e, como sabem, quando uma pessoa é abandonada, não consegue comer, vestir, estudar. Tive que me socorrer na zunga, onde estou há 6 anos. Mas nada de melhor consegui até agora porque, à medida em que, na zunga, se é corrido e é retirado tudo o que tens pela policia... Mas a vida é mesmo assim: vamos aguentando assim (J. P, zungueiro, 32 anos).*

*Eu, pelo menos, vou vender porque passar o dia em casa não dá, porque há coisas que você precisa, nomeadamente: comer, vestir e cuidar da família que está na sua responsabilidade. Então és obrigado mesmo a vender para não ficar assim. O lucro não é muito não, mas o pouco que sirva para comer, comprar uma calça, sim, é possível (B. D., zungueiro, 22 anos).*

Há um elemento importante nesses depoimentos que é a desvalorização - se assim podemos dizer - das atividades agrícolas e com isso, está implícito também a desvalorização das zonas rurais. O que esses depoimentos também ilustram é que as histórias e trajetórias de vida da maioria desses jovens são marcadas por inúmeras perdas. É a partir do sentido dessas perdas em suas vidas que os mesmos buscam alternativas e são criativos na definição de estratégias de sobrevivência para satisfação das próprias necessidades e de suas famílias. Isso para dizer que a busca da satisfação e da superação das necessidades e outras vicissitudes da vida transforma o ser humano.

Os depoimentos apontam ainda um dado importante que não pode ser negligenciado que é o fato de boa parte dos sujeitos da pesquisa terem iniciado esse trabalho na infância e na adolescência, evidenciando a questão do trabalho infantil como uma realidade em Angola. Essa é uma das questões mais relevante na pauta dos países em desenvolvimento: o ingresso prematuro e precário dos jovens mais vulneráveis em atividades económicas, com o conseqüente abandono dos bancos escolares, o que acaba por comprometer o desenvolvimento da capacidade desses jovens para toda vida, perpetuando e ampliando o ciclo da pobreza em que grande parte das famílias encontram-se imersas. Essas marcas, perdas e sofrimentos, principalmente causados pela ausência paterna ou materna e pela situação de guerra, estão explícitas quando falam de suas infâncias e adolescências, como podemos observar nos depoimentos abaixo:

*Digo que, por um lado, tive uma infância boa, porque fui acompanhado pelos meus pais que nunca se cansaram de me educar até atingir este patamar de ser jovem. Mas também tive uma infância negativa devido às conseqüências da guerra. Nasci em 1983 e, naquele momento, Angola ainda se encontrava em guerra. E eu sofri uma parte da guerra até 1992. Graças aos meus pais que ajudaram-me bastante na minha caminhada, desde a adolescência até a juventude, que educaram-me muito: como lidar*

*com essa sociedade, com o próximo... e, assim, estamos a caminhar (A. S., zungueiro, 28 anos).*

*Eu digo que não vim cá de criança e também não conheço o meu pai. A mãe dizia-me que: o seu pai deixou-te com 5 meses e, por causa da guerra, ele foi para outro município. Aconteceu que eles vinham juntos [a mãe e o pai], talvez tenham esquecido algo e ele disse que ia voltar na lavra para buscar a outra parte do produto - ali mesmo, os inimigos chegaram e mataram-no. Desde pequeno eu sempre cresci com a mãe. Com os 13 anos, decidi ir à cidade de Benguela, já que o pai disse que já era grande e que eu não podia mais ficar no mato porque já tinha esta idade. Porque, na casa em que vivia tinha muita gente, não conseguia estudar. Ao ver isso, decidi vir à Luanda. Mas aqui a vida de ser jovem é mesmo complicada. Porque você vê os outros a andarem por ali e acolá - se você não tiver bom comportamento também vai seguir naquela... e aqui vai começar a perder a rotina (F. K., zungueiro, 25 anos).*

*Desde criança eu sofri muito porque a minha mãe deixou-me pequeno. Fiquei com o meu pai e fui criado por uma mãe do outro, com todo sofrimento. Você pode ir à igreja, à escola e, obrigatoriamente, tens que ir à lavra trabalhar. Quando completei os 15 anos continuei a viver com ela, mas era quase uma escravatura. Quando a minha mãe decidiu ir buscar-me na casa do meu pai, eu tinha 20 anos e era tarde e má hora. Com todo aquele sofrimento, chegamos onde ela vivia, a guerra entrou e, sem escolas, sem carros, tudo era sofrimento. Passei algum tempo lá, até 1992 quando recebi o batismo e, apesar da guerra e do sofrimento, cheguei cá em Luanda. Quase que a guerra é a mesma com a zunga. Por aí e assim sucessivamente (J. P., zungueiro, 32 anos).*

De uma forma ou de outra a guerra afetou completamente a vida das pessoas, desestruturou famílias inteiras e limitou as possibilidades e oportunidades de um número incontável de angolanos, que hoje buscam sobreviver à custa de sacrifícios. Diante disso não faltaram heróis e heroínas que, mesmo diante das dificuldades e circunstâncias adversas, souberam educar os seus filhos, orientando-os sobretudo nos valores que consideravam fundamentais em sua relação com os outros. Esses valores, aos poucos, vão sendo substituídos em função das transformações que vão ocorrendo nas nossas sociedades, como podemos observar no depoimento abaixo:

*Hoje na sociedade angolana cada um se preocupa consigo mesmo e não quer saber do outro. Desta forma, como a nossa vida vai mudar se nem Bilhete conseguiram e, para conseguir emprego têm que ter padrinho na cozinha. Muitas vezes, mesmo os que têm Bilhete, têm dificuldade de conseguir emprego e, quando se fala em padrinho, em Angola, é preciso entregar algum dinheiro para que ele possa te empregar. E, mais, eles não querem que primeiro entres para depois dividir com ele o primeiro salário: tens que primeiro entregar a quantia que ele te solicitar. E, para você que vem do zero? Não é hoje. Em outros casos eles já têm os seus familiares que colocam nessas vagas. Pior ainda para nós que viemos de outras províncias e andamos por aí: é muito difícil (A. S., zungueiro, 28 anos).*

Muitos dos nossos sujeitos - embora passados 9 anos de paz - entendem que nada mudou em suas vidas e, por isso mesmo, comparam o sofrimento vivido na guerra com aquele que tem marcado as suas experiências de trabalho na venda ambulante.

A vivência desses jovens na capital do país foi possibilitando-lhes a compreensão da realidade que anteriormente viviam, entendendo assim como a vida urbana é muito mais cara e difícil do que aquela que tinham no meio rural. Por outro lado, apreendem as consequências advindas das mudanças e transformações que ocorrem no atual contexto, trazidas tanto pelo processo da globalização como pelos meios sofisticados da comunicação que leva à valorização do ter em detrimento do ser. Trata-se mais concretamente – conforme a visão dos nossos sujeitos – da valorização do dinheiro, como algo que pode comprar tudo, até a felicidade alheia. Um dos jovens entrevistados fez uma interessante reflexão sobre o modo de trabalho com o qual decidiram 'praticar a vida' - a zunga - fazendo sua correlação com a conjuntura social e histórica:

*Como surgiu a ideia de vender na zunga? Dizia meu pai na língua materna umbundu - o cabrito come o papel e a pessoa come o dinheiro. Em termos literários, significa que cada um deve comer aquilo que seu trabalho possibilitou. Por isso, eu digo que a comunicação social e a globalização também contribuíram para o surgimento da zunga. Porque através da comunicação social nós fomos vendo como as pessoas foram praticando as suas vidas no dia -a- dia, nos ilustrando com imagens de que, afinal, nem tudo parou, todos praticam esta vida. Digna... como não? O mais importante é conseguir algo para a sua sustentação. Foi nesta perspectiva que um*

*amigo que tanto andou por esta cidade de Luanda, nas coisas de brincadeira disse-me: nós, se temos casa, é porque, lá em Luanda, a vida é essa. Como vêm hoje temos esposa e, como sabem ter uma esposa não é só pegar e casar, é preciso ter alguma coisa para poder motivar a família da esposa. Foi assim que fui me interrogando - como vou adquiri-la? Como me enquadrar nesta sociedade em que, em primeiro lugar, está o dinheiro? Então, foi assim que este amigo disse: vamos ver se vamos juntos na ndonga - que significa pegar negocio, isto é, pegar na ndonga – pegamos aqui, a menos preço, vendemos a outro e vamos ganhar normalmente. Então, este mesmo amigo, que se chamava Negrão, trouxe-me aqui para a província de Luanda, isto, desde 2004, lá vão 6 anos de zunga... E eu não digo que mudou, mas que está um pouco diferente do que quando éramos agricultores e [em relação à] agora que somos vendedores ambulantes - isto porque os produtos das províncias custam menos do que os importados, por isso é que vimos que não adiantava [continuar naquela cultura]. Por exemplo na província da Huíla nós cultivávamos maçã e víamos que a maçã de Angola custa menos do que a de outros países, então, para que insistir em algo que custa pouco? Então, abandonamos os pomares. Foi assim que começou a ideia de vender na zunga. Apesar de aprendermos que o tomate produzido em Angola tem mais vitamina do que o tomate que passou na indústria, o nosso tomate custa mais barato que do exterior. Foi assim que começamos vender também o tomate de fora. Esperamos que a vida amanhã venha a ser melhor (A. S., zungueiro, 28 anos).*

Normalmente uma das vantagens apontadas ao trabalho informal é o fato de proporcionar às pessoas nela envolvidas a oportunidade de serem autónomas e poderem controlar o seu próprio horário de trabalho. Segundo Tavares (2002, p. 55) trata-se somente de uma falsa autonomia, marcada pelo des-assalariamento e pela precariedade, mas onde o tempo de trabalho socialmente necessário continua determinante. Convém lembrar que essa é uma questão bastante relativa, uma vez que muitas vezes o horário de trabalho daqueles que estão no trabalho informal é mais elevado que daqueles que estão inseridos no setor formal - aspecto que ficou bastante evidente nos relatos dos sujeitos desse estudo, como podemos observar nos depoimentos abaixo:

*Começo as vendas às 10h e largo às 17h, estou há 7 anos (A. T., zungueira, 32 anos).*

Acordo as cinco horas e vou tomar banho, mas se não tiver água vou mesmo assim. As seis horas, começo a caminhar, porque vendo tapetes. Tapetes exigem acordar muito cedo. Aqueles que saem de manhã são os que mais compram. Os que ficam em casa podem dizer que os que trabalham podem sair de manhã. Por exemplo um kilapi eu só aceito de manhã, se for à tarde eu não aceito porque você não trabalha e está aqui as oito horas. Que trabalho se faz depois das oito? Por exemplo, você deixa o kilapi a quem trabalha depois das oito, é maior o risco de que vais perdê-lo. Você tem que acordar cedo e vende-lo àqueles que saem também cedo e, ainda que não tenham dinheiro, pelo menos no seu regresso após termos combinado a entrega do artigo e, ele, [a entrega] do dinheiro. Agora, o que entregas depois das oito, a que horas te vai entregar o dinheiro? É caso perdido. Há casos em que até as onze não vendeste nada. Ficas no sol, ao lado da bomba de gasolina no Futungo. Basta alguém te chamar e você corre atrás dele e ele muitas vezes nem pára. Uma vez ficamos num pau {na sobra de uma árvore}, afinal o outro já estava atrás de nós. Lá, ele disse que: *aqui não se vende porque eu já estou a vender a kilapi, eu acordei tarde, mas...* é pá, o dinheiro é diabo... digo assim, não dá para discutir, por isso nós ficamos na nossa paz. Dali para cá, eu não faço nada à tarde. Conforme eu disse, nós vendemos até as 15horas e, às vezes, até as 16 horas (F. K., zungueiro, 25 anos).

*Estou há 6 anos nas vendas. Começo a vender às 6 e largo às 18h (M. N., zungueira, 26 anos).*

*Começo a vender as 6h e 30 min e largo às 17h, vendo há 9 anos (T. C., zungueira, 25 anos).*

*Estou há 6 anos. Entro às 7h porque o meu negocio depende da hora e a hora de terminar varia das 15 ou 16h (A. E., zungueira, 22 anos).*

*Começo às 6 horas e largo 18h. Vendo há 12 anos (B. W., zungueira, 30 anos).*

*Vendo há 9 anos. Esse meu negocio é de perder sono, não tem hora. As vezes 3h, 4h ou 5h, largar também não tem hora. As vezes ás 11, 12, 13 ou 14 horas (G. N., zungueira, 27anos).*

*Normalmente, acordo as 5h00, 5h30 e, de vez em quando, saio as 5h40. Vendo material escolar, nomeadamente borracha, cadernos, régua, lápis, lapiseira, cartolina, porta mina, afia lápis, folha de 25 linhas... Geralmente, eu volto para casa às 22horas. Isto deve-se ao fato de eu primeiro ir trabalhar um pouco, isto é, vender, e às 18h00 ir à escola. Momentos há que não consigo voltar para casa devido ao engarrafamento, então, prefiro ir diretamente e regressar àquela hora, assim sucessivamente (A. S., zungueiro, 28 anos).*

Diante do contexto de desemprego, os jovens submetem-se a condições de trabalho por vezes penosas e enfrentam “longas jornadas de trabalho, contratos temporários e informais, baixos salários, poucos benefícios sociais, quando estes existem, capacitação mínima e falta de voz no trabalho” (OIT, 2010). Isso para dizer que o emprego não alcançou o status de valorização humana pelo trabalho, não foi possível “filiar” homens e mulheres conferindo-lhes a proteção a que deveriam ter direito. O trabalho consolidou-se sob o signo da informalidade, da precarização e da desproteção. Desse modo, o acesso a condição de empregabilidade desenhou-se como privilégio, e não como condição. (AZEREDO, 2010, p.584). De acordo com Madeira (2003)

Em última instância, e de forma bem sucinta, os índices de desemprego representam a falta de capacidade da economia de um país em oferecer todo o trabalho produtivo que a sua população deseja. Diferentes segmentos da sociedade apresentam dificuldades diferenciadas de acesso ao trabalho produtivo, por um conjunto diversificado de situações. Entretanto, os indicadores de desemprego juvenil sempre foram os mais elevados, não só no Brasil, como em, todo mundo. O mais instigante é que essa situação persiste mesmo nos períodos de expansão económica (p. 9).

Para uma compreensão melhor dessa realidade descrita acima, questionamos os nossos sujeitos sobre o significado e o sentido, em suas vidas, do trabalho que desenvolvem. Vários foram os aspectos levantados, tanto positivos quanto negativos. De um modo geral, ficou evidente que, apesar das dificuldades encontradas no percurso de suas experiências, há benefícios que valem a pena considerar. Os depoimentos abaixo possibilitam múltiplas interpretações e análises, mostrando as contrariedades desse tipo de trabalho nas histórias e trajetórias dos jovens migrantes.

*Devo dizer que este trabalho de vender, em si, é importante. Mas é bom que se diga que vender é bom e, ao mesmo tempo, é complicado porque, a pessoa anda a pé todos os dias e, apesar de que a pessoa se desenvolve fisicamente, é difícil devido ao peso que levava. Às vezes você leva uma quantidade de produto, com peso superior ao teu, então o que a pessoa faz? Eu, pelo menos, vou vender porque passar o dia em casa não dá, porque há coisas que você precisa, nomeadamente: comer, vestir e cuidar da família que está na sua responsabilidade. Então és obrigado mesmo a vender para não ficar assim. Caso apareça uma empresa onde a pessoa possa trabalhar, tudo bem. Se não, essa vida de ambulante não dá... porque, andar por andar... Sim, como ia dizendo, se não tivéssemos esta tal oportunidade de zunga íamos ter uma mentalidade muito má, íamos contribuir para um mal. Então, eu não digo que é importante. Mas, é importante neste momento porque é algo que nos faz guiar neste sentido de vida. Há certos ambulantes que, por praticarem esta vida, com cabeça e juízo, conseguiram organizar a vida, e estão aí, graças a este trabalho. Uns casaram e outros conseguiram emprego. [As dificuldades que encontram é] por causa da corrupção, juntaram algum dinheiro e entregaram àquelas pessoas que se encontram a trabalhar à troca da vaga e aí estão. É importante só que não é digno para continuar e ter uma vida perfeita se assim posso considerar. O lucro não é muito não, mas o pouco que ganha serve para comer, comprar uma calça, sim, é possível. (B. D., zungueiro, 22 anos).*

*O negócio vai um pouco conforme a irmã falou, depende de você saber o que você mete. Quanto você ganha... os problemas aqui são mesmo assim... mas estamos a continuar... as outras pessoas continuam porque sabem que é de onde saí o pão. Aquele pouco que saí, dá para se virar um bocado (B. W., zungueira, 30 anos).*

*O trabalho da zunga é bom porque não tem outro por fazer. Porque é a hora de ir trabalhar ou de cair nas mãos dos bandidos ou nas mãos dos polícias. Quer dizer, é um trabalho cansativo mesmo. Quase é mesmo [um modo de] arriscar a vida. Por isso é que - se fores trabalhar e regressares no fim do dia e não te acontecer algum problema, e sem ser mexido pela polícia ou pelo bandido - agradeça a Deus. Por que há horas em que aparecem polícias e outras, em que aparecem bandidos. Por isso, é uma grande dificuldade vender na rua (J. P., zungueiro, 32 anos).*

*Eu digo que não é muito importante porque é muito cansativo. Há vezes que nem sequer comes uma coisa boa, sem vitamina, as vezes não mata-bichas<sup>55</sup> e só almoças. Essa vida de corre e corre, também prejudica a saúde. Isso para mim é difícil, é muito difícil mesmo você gostar dessa vida de zunga, porque acordar as 5 horas, ir à zunga e, para o mata-bicho, por exemplo, você só leva 250 kz. E o transporte que segues até o Roque, cedo é 250 Kz e depois das 10h00 é 300Kz. Então, quinhentos Kwanza não são nada. Imagina 250kz e com o mata-bico custando 300 kz e a gasosa [refrigerante] que é 100kz. Então, no mínimo, você tem que gastar 1000kz. Às vezes o que você levou fica em kilapi<sup>56</sup>. Eu não posso negar o que os outros dizem, mas, para mim é difícil. Eu não gosto deste trabalho. Lembra-me, em 2005, quando a minha cunhada disse-me ‘olha, vou tirar esta calça’ e eu disse: “devolva-me o dinheiro que eu comprei. Porque independente de sermos uma família, o trabalho é trabalho”. Eu vi, então, que já que ela não me quer pagar é melhor ir à Luanda e fazer o meu negócio à vontade. Eu comecei este trabalho lá em Benguela - o meu primo me tinha dado dinheiro com o qual comprei e vendi cigarros e outras coisas. Depois, achei melhor vir à Luanda para ver se eu conseguia algo melhor. Foi assim que, quando cá cheguei, comecei a zungar. Eu sou casado há 4 anos e vivo em Luanda há 3 anos (F. K., zungueiro, 25 anos).*

*As vendas saem mesmo bem, mas você própria tens que confiar kixikila<sup>57</sup>, tens que planificar uma parte joga kixikila e outra parte para jantar, sucessivamente assim. Também tenho desejo de estudar, e eu vou estudar (A. E., zungueira, 22 anos).*

*Para mim, eu digo que é importante o trabalho de vender na rua, mas não tão importante porque os outros [que] estudaram, estão a vir e são estes que terão uma vida boa e um viver mais tranquilo. Por isso é que estou a dizer: se o governo pensar em aumentar mais escolas e que passem a ser gratuitas, aí sim, veremos mudanças para o desenvolvimento. Procurar o pão de cada dia vendendo é importante, mas não estou a caminhar, porque as coisas estão um pouco fechadas (J. B., zungueiro, 27 anos).*

---

<sup>55</sup> Pequeno almoço

<sup>56</sup> Venda à crédito

<sup>57</sup> São esquemas desenvolvidos como tentativas de respostas que as pessoas mais desfavorecidas da sociedade angolana encontram para gerarem rendimentos que assegurem a sua sobrevivência. Trata-se de um tipo de esquema desenvolvido principalmente por mulheres e “ocorre, assim, naquilo a que se designa por sector financeiro informal” (DUCADOS & FERREIRA, 1998, p. 2).

*Ganhei muita experiencia com a zunga, diz-se que: aquele que não bate à porta nunca te vão abri-la: é preciso enfrentar a vida. É preciso enfrentar a vida e ter experiencia na vida, é preciso enfrentar a vida e ter uma experiencia de algo que nunca sonhaste na adolescência. A vida como ambulante foi difícil, mas valeu a pena. Foi difícil porquê enfrentamos muitas dificuldades. Nós tivemos muitas perdas de negócios e, na verdade, tivemos perdas [de produto]. Valeu a pena porque, no mínimo, tudo isso que eu vivi ontem, para mim, hoje já é uma história que tem vantagens e desvantagens. As desvantagens são, [ser] acusado, espancado e maltratado, as vezes por nada. A vantagem foi que, adquirir o que tanto desejei, que é a minha formação, o que me dá prioridade de fazer alguns cursos. Também às vezes isso de trabalhar e por ter menos conhecimento... então trabalha-se mais mesmo que o salário seja baixo. Mas, já com o meu negócio, depois d'eu crescer psicologicamente e financeiramente, criei o mecanismo de fazer os meus negócios, mas também de estudar. Então, acho que tudo terminava com a minha satisfação. Mas, como conclusão, negócio é como tudo na vida: não há nada na vida que tenha sempre vantagem. Tudo tem as suas vantagens e desvantagens. No fundo, no fundo, negócio é sempre negócio: é incomparável com outras coisas. A vida do ambulante é essa mesma: é ser mal olhado e mal visto, apesar de que, às vezes, você consegue obter alguma coisa. (P. J. – ex-ambulante, 27 anos).*

*No meu ponto de vista, da maneira que vejo como é a vida de um ambulante... é difícil. Você encontra roubo, encontra [aqueles que] te tiraram o negocio e o dinheiro. Não é fácil, se formos ver. Nós todos, cada um, se trabalhasse seria melhor, mas - através do emprego que está difícil - é um sofrimento. Porque você sai de manhã sem comer às 7h00, anda caminho por caminho, és espancado, espera quem te dê água, quem te dê comida ou quem vai comprar o seu negócio, não é fácil. A pessoa sai de manhã e volta a tarde sem sequer apresentar o luwei (dinheiro). Espera-se por uma senhoras ou amiga que tenha bom coração que te dê [a água] e as outras dizem: você é zungueiro sai daqui. Alguns perguntam: você não tem casa? Se não tens, volta para onde saíste. Agora, você veja: só pediste água, não pediste comida. A vida do ambulante é difícil é muito difícil (L. J. – ex-ambulante, 28 anos).*

*Eu como vendedor ambulante a vida de ambulante foi difícil mas valeu a pena, digo isso porque ganhei muita experiência na vida. Com essa experiência toda já consigo narrar uma história para os meus filhos, onde o pai passou, eu vim chegar e onde posso ir, e onde comecei, onde tirei os*

*gastos para eles estarem crescidos, tirar a mesada para os gastos para da escola, comecei tudo daí. Eu espero que os meus filhos não passem onde eu passei, porque a história não pode ser repetitiva, onde passei com os filhos eles também devem passar, espero que eles passem por outros caminhos (J. A. – ex-ambulante, 28 anos).*

Como podemos observar, todos os depoimentos dos jovens acima mostram o contraditório que existe no trabalho informal, na medida em que entendem tratar-se de uma inserção que tem vantagens e desvantagens. Entre as vantagens apontam o fato de vivenciarem uma experiência nova em suas vidas e a viabilização de estudos e formação. Já em relação às desvantagens, dizem prenderem-se a questões relacionadas à violência, à falta de valorização do próprio trabalho realizado, pois ao mesmo tempo que o trabalho é importante para eles, a valorização das outras pessoas é pouca. São praticamente mal vistos e mal compreendidos pela sociedade, numa clara demonstração da invisibilidade desse trabalho pois “eles olham e não me vêem” (J. P., zungueiro, 32 anos).

Por outro lado, afirmam que esse trabalho só é bom porque não tem outro, pois além de prejudicar a sua saúde – em razão do cansaço - apresenta outras situações que são, ao mesmo tempo, vexatórias e perigosas. Configura-se, então, num modo apenas de amenizar a vida, os sofrimentos e a falta de perspectiva em relação ao futuro. Por meio desse trabalho os jovens estão expostos às ações da polícia e dos bandidos as quais, muitas vezes, criam situações que afetam a dignidade de suas vidas, como pode-se observar no depoimento abaixo:

*Quando vendia, na cidade, sofri muito porque quando saía de casa para ir à cidade o coração já não estava no lugar e, se o negócio andasse bem, era de dar graças a Deus e só rezar. Já nessa parte, se não encontrasse com os fiscais, encontrava-se com os bandidos que, se não nos tirassem o negócio, tiravam-nos o dinheiro e voltava-se para casa sem dinheiro ou sem negócio (P. J. – ex-ambulante, 27 anos).*

Os jovens acreditam que a verdadeira mudança de suas vidas vai ocorrer pela educação, ou seja, pela qualidade e aumento de seus níveis de formação acadêmica.

É importante apontarmos o fato de que, esta atividade pode até garantir a sobrevivência momentânea, parcial ou total das pessoas nela inseridas, mas não é provável que tenha um alcance que supere a pobreza, a exclusão, a miséria e as desigualdades - processos esses que consideramos graves no contexto angolano, advindos de décadas da guerra civil que assolou o país e que deixou consequências nefastas para a maioria da população. Em função desses fatos, tornou-se alternativa de sobrevivência para grande parte dos jovens, mas colocou-os em situações perversas e subalternas, trazendo contornos inaceitáveis e desfavoráveis para a construção de suas identidades e de suas trajetórias de vida.

Dentro desta perspectiva podemos afirmar que o trabalho informal é visto como uma passagem: o que lhe dá sentido é o caminho que permite essa passagem. é um estágio transformador de vidas, de histórias marcadas por perdas sucessivas, possibilita inovações nos negócios e fomenta a solidariedade entre os vendedores ambulantes - sujeitos centrais deste estudo – aspecto que abordaremos com maior propriedade ao longo dessa nossa análise.

De modo geral, a questão do trabalho informal, está relacionada a problemas de ordem socioeconômica em que se ressaltam dois aspectos fundamentais: o dever de sustentar a família e a necessidade de investir na própria formação - única alternativa apontada por nossos sujeitos para a superação do circuito de pobreza e exclusão social que permeia suas histórias e trajetórias de vida. Neste sentido concordamos com Yazbek (2004) que, citando Martins (1991), aponta que viver como excluído é a forma de inclusão possível em um mundo desigual.

É partindo dessa perspectiva que autora entende que as sequelas da questão social permeiam a vida das classes subalternas destituídas de poder, trabalho e informação e que suas ações e representações correspondem a uma realidade caracterizada pelo lugar que ocupam na trama de relações sociais (YAZBEK, 2004, p. 39). Assim, “os pobres representam a herança histórica da estruturação econômica, política e social da sociedade” (Idem, 2007, p. 22) – aqui, diríamos, da sociedade angolana.

Há um reconhecimento pelos jovens de que essa atividade que desenvolvem é também um trabalho digno como qualquer outro. Nessa reflexão comparam, inclusive, seus trabalhos com os dos homens que fazem o ordenamento dos arruamentos da cidade. Em uma das nossas observações de campo, um dos

jovens disse: *“Nós também estamos a trabalhar como os outros, como esses que estão a arranjar os jardins e as ruas da cidade. Com o dinheiro que ganho nas vendas consigo satisfazer as necessidades de casa e investir nos meus estudos”* (zungueiro 1)

Em seus depoimentos por ocasião de minha observação de campo, os jovens relataram que estão na rua não por vontade própria, mas por circunstâncias de suas vidas: *“Não é nossa vontade vender na rua, mas a situação exige, pois muitos de nós temos famílias para sustentar e as mulheres não trabalham. A vida nos leva a vender na rua para garantir a sobrevivência da família, satisfazer as nossas necessidades e da família no geral”* (zungueiro 2). E para fundamentar essa fala, o jovem ao seu lado diz *“Não há emprego para os jovens neste país, por isso a venda ambulante não vai acabar assim tão cedo. Só se o governo oferecer emprego a todos os jovens”* (zungueiro 3). Um outro jovem que estava junto completou: *“Comecei a vender por falta de trabalho, não estamos a ver trabalho nenhum. O trabalho que é feito aqui é para poder remediar, conseguir alguma coisa e sustentar a família”* (zungueiro 4). Ainda, outros jovens em entrevista completaram:

*Na campanha para as eleições, o MPLA dizia que ia criar emprego para a auto-suficiência do angolano. Mas já estamos em 2 anos e nem centro [de emprego] foi feito. Agora, em Angola, o povo vive do seu jeito: poucos são empregados. Se, na realidade, o governo se empenhasse e decidisse acabar com a zunga, acredito eu que haveria revolta. Eu acho que eles conhecem as razões da zunga, por isso, não levam isso a 100%. Mas como eles têm uma ideologia de reduzir a população de Luanda, então fazem essas ameaças, retiram negócios e, alguns eventos culminam em mortes de colegas, utilizando armas de fogo e [armas] brancas. São estas situações que a polícia tem criado para o ambulante, mas em tudo temos tido colaboração – eles dizem-nos, por exemplo: olha, hoje por esta estrada vai passar o presidente e como ele não quer ver ambulantes é melhor saírem daqui. Quer dizer, eles não nos tiram mas nos antecipam e nós saímos e depois que o presidente passa, nós continuamos (A. S., zungueiro, 28 anos)*

*Na propaganda das eleições, o MPLA dizia que iria criar 1.000.000 de empregos para os jovens, iria construir 1.000.000 de casas, mas até agora não estamos a ver nada de novo. Antes pelo contrário, desde que se realizaram as eleições, a vida piorou e nem sequer sabemos em quem vamos votar nas próximas eleições (J. P., zungueiro, 28 anos).*

Ressalta-se que alguns dos jovens que estão envolvidos no trabalho informal, mais concretamente na venda ambulante, já trabalharam na construção civil. Aliás esse tem sido o campo que, nos últimos anos - devido ao projeto da reconstrução nacional em curso no país – mais tem recrutado jovens. No entanto, muitos deixaram esse trabalho devido aos baixos salários que auferiam e por não aguentarem a espera para receberem o dinheiro no fim do mês. Essa diferença do trabalho formal e informal, mais concretamente, das vendas ambulantes, foi apresentada por um dos nossos sujeitos, como podemos observar no depoimento abaixo:

*A diferença que noto entre o trabalhar e vender na zunga consiste no fato de que, quem trabalha, apesar de mal ou bem, ao fim de cada mês tem sempre alguma coisa desde que tenha marcado a presença, ao passo que, quem vende depende das circunstâncias. Existem dias em que as coisas não andam e quando assim acontece... se existir algum amigo que te auxilie emprestando um valor... tudo bem, caso contrário, vai dormir com fome. Então, a pessoa que trabalha, só se reza, se no próprio dia estiver de saúde. O mais importante é a saúde. É marcar presença. Chega no fim do mês, recebemos o valor que trabalhamos. Há muita diferença com as coisas que eu vi no negócio e as coisas que eu estou a ver no trabalho. Estou a ver que é pior em relação a quem está no negócio, porque no negócio quando se sai e se ganha dinheiro, tiram-nos ou então perde-se o negócio, essa é a coisa que eu vivi na minha vida (P. J., ex-ambulante, 27 anos).*

A precariedade vivida pelos trabalhadores informais em Luanda, além dos riscos (muitos deles inerentes à própria atividade informal, como a ausência de regulação e a desproteção social e outros referentes à virulência policial ou à violência de bandidos), estão também vulneráveis ao oportunismo econômico, à corrupção política, ao clientelismo e à violência do Estado, que muitas vezes se manifesta pela repressão, ou seja, pela expulsão sistemática dos mesmos das zonas consideradas estratégicas para o desenvolvimento de suas atividades. O governo atua expulsando-os ou deslocando-os das áreas mais valorizadas ou de futura valorização, confinando ou controlando aqueles que “põem em risco” a ordem no espaço público e no privado. (ITIKAWA, 2006, p. 143).

De modo geral, ficou evidente nos depoimentos e relatos dos sujeitos da pesquisa que, a relação entre os órgãos públicos - representados neste caso pelos

agentes da ordem pública (policiais) e pelos homens da fiscalização do governo provincial de Luanda - e os jovens vendedores ambulantes, teve sempre um carácter conflituoso. Os jovens denunciaram as agressões físicas e, inclusive, psicológicas sofridas, os negócios perdidos ou as 'propinas' pagas aos policiais e agentes da fiscalização, os quais muitas vezes valeram-se do suborno como exigência para devolverem os produtos confiscados. Em seus relatos ficou evidente o fato de que quando não conseguem atender às exigências dos polícias, estes acabam por apropriarem-se de suas mercadorias. A corrupção apontada por esses jovens tem sido um dos entraves, ao nosso ver, ao desenvolvimento do país. Essa denúncia fica mais evidente nos depoimentos abaixo:

*Angola, conhecido como um país corrupto... digo isto porque o próprio presidente reconheceu isto e lançou a tolerância zero contra a corrupção... Sendo um país corrupto, nós temos tido oportunidade de receber a mercadoria das mãos da polícia por meio da corrupção. É que ela sabe que há zungueiros com negócio de qualidade - e grande - calçados, troca de dólar... e a função pública paga menos, apesar de hoje estar relativamente melhor. Mas há o ditado que diz: o homem quanto mais tem mais quer. Suponhamos que o negócio custa 50,000,00 Kz. Ele te diz - leva 15000,00 naquele carro com a matrícula já retirada e deixa x. Então, passa a haver uma negociação entre o cidadão e a polícia. Outras vezes, eles são rigorosos, quando o chefe manda: mandou, ele leva mesmo. Mas o chefe também pede a sua parte e, assim passou a ser um emprego associado à polícia. Eles recebem de você, você leva, e assim sucessivamente. Por isso, a zunga não vai acabar - e não acaba mesmo. Por outro lado, eu acho que o próprio governo tem reconhecido o esforço do angolano porque, apesar de dizer que a zunga tem que acabar, eles sabem que não têm capacidade para empregar todo mundo que está na zunga. Apareceu um posto para que eu fosse motorista de um senhor, mas o próprio intermediário queria que eu pagasse algum valor por isso. Eu disse: de onde eu iria tirar esse dinheiro, se já tenho feito muito esforço para conseguir pagar a escola? Ele não quis continuar a intermediação e eu fiquei assim. Por isso, se eu me encontro na rua não é simplesmente pela minha vontade, mas também porque a própria sociedade está a contribuir para que estejamos aqui. (A. S., zungueiro, 28 anos).*

*Todos que estão aqui a zungar não estão porque querem cá estar, é porque não têm Bilhete de Identidade e para trata-lo é complicado Eu tenho um mais velho, que trabalha no banco, que é meu cliente. Um dia deu-me dinheiro e disse-me: esse dinheiro que estou a te dar vem do banco mas, para tira-lo do banco tens que acordar às 4h00 e com uma pedra<sup>58</sup>, ocupar espaço à frente, para conseguir tira-lo mais cedo. Caso não quiseses acordar cedo, pagas para que alguém que ocupe para si ou compras o lugar àquelas pessoas que vão as 4h00 ocuparem a 'bicha' [fila] para vender os lugares mais dianteiros para os que vêm mais tarde, ou pagas ao guarda para te facilitar a entrada no banco. Tudo agora é dinheiro, por isso, eu estou a chorar para que eu tenha uma casa, para que a minha filha não venha a passar o que estou a passar (F. K., zungueiro, 25 anos).*

Para minimizar as situações de pobreza, de vulnerabilidade e driblarem as inseguranças sociais, os jovens - mais concretamente as mulheres - envolvidos no trabalho informal acabam “tecendo redes de apoio, em geral com outras mulheres, e por meio dessas relações sociais com os mais próximos ocupam o lugar onde o Estado e o mercado não chegam, prestando relevantes serviços no enfrentamento das condições de pobreza” (AZEREDO, 2010, p. 577). Dentre as redes de apoio existente está o Kixikila, presente nos depoimentos acima.

Esse cotidiano dos jovens está marcado por aquilo que Veronesa (1998, p. 11) chama de violência institucional do aparato repressivo, aquela promovida pela própria polícia. Dentre as várias situações está o da necessidade de fuga constante da repressão diária dos agentes da Polícia Nacional e de homens afetos à fiscalização do governo provincial que, não raramente, é violenta; ou à negociação econômica da permanência no espaço público via corrupção, ou seja, via pagamento aos agentes, como nos ilustram os depoimentos abaixo:

*Falar da polícia é muito complicado. Quer dizer: uma vez, o meu irmão, no Palanca, foi chamado por um agente da polícia e eu, por dentro. Perguntei - me: hum? Há pouco tempo que o chamaram e pediram dinheiro, mais esta vez não vai dar? Lá, ele disse que não podia dar os 100%, talvez a metade do dinheiro que lhe pediram. Foram buscar o dinheiro em casa. Embora não sejam todos... essa vida é complicada (F. K., zungueiro, 25 anos).*

---

<sup>58</sup> Há um costume de que, quem chega mais cedo na fila de espera do banco deve levar uma pedra que o representa e que pode ser negociada com alguém que esteja disposto a pagar pelo lugar.

*Quando nos retiram as coisas - a polícia – nós não fazemos nada. Eles nos proibem dizendo que não podemos vender coisas porque sujamos a cidade. Onde há agentes é onde justamente há maior concorrência. Quando retiram o seu negócio [suas mercadorias], se não tiveres sorte, também és levado e, ao chegar lá, te dão “porrada” ou mandam-te limpar o chão. Se andamos para cima e para baixo com o nosso negócio, sem insultar alguém, são eles que andam à nossa traz [em nossa busca], principalmente quando se apercebem que o negócio que este vendedor está a levar é de muito dinheiro. Ai, ele segue-te até apanhar-te. Não são todos os polícias que apresentam na unidade as coisas que recebem, guardam para levarem para casa no fim do dia. Podemos dizer que se trata de roubo o que eles fazem - porque não levam as coisas para a unidade, simplesmente, guardam para eles (B. D., zungueiro, 22 anos).*

*Falar da polícia: é verdade que quando és encontrado, ela pode levar-te o dinheiro, as coisas e, caso não tenhas sorte, também seres preso e, para saíres, vais ter que pagar outro dinheiro. Para reiniciares, caso existir alguém que te faça o empréstimo, tudo bem, mas ainda assim ficas a rezar para que não te voltem a levar o negócio, porque a acontecer, é sofrer outra vez e, para seres solto pedem outro dinheiro. A verdade é que os zungueiros estão a passar mal. Por exemplo, a um amigo meu, levaram-lhe o negócio que estava vendendo, no valor de 6,000 Kz e, a seguir, pediram-lhe novamente 6000,00 Kz e ele ficou sem nada. Para voltar a vender, ele tomou emprestado outro dinheiro. Por isso, o que há a fazer é rezar para que apareça algum empresário que ajude o governo angolano a garantir emprego e para possamos estar empregados, porque os angolanos estão a sofrer e não temos como fazer (J. P., zungueiro, 32 anos).*

*Falar a questão da polícia, quanto ao seu comportamento, implica em falar do governo, porque o governo exprime-se pelos senhores da lei. Mas eu devo antes dizer que o angolano é humilde porque quando éramos crianças aprendemos alguns princípios morais apesar de que não os praticamos todos. Quando o polícia nos tira nossas coisas, não fazemos confusão, apesar de ficarmos triste - lamentamos no nosso interior, nunca tivemos principio de agressão, com excepção daqueles que já se encontram bêbados e daqueles que são marginais e criam atitudes de agredir. Todos comportam-se normalmente diante da polícia. Sucedem que há alguns chefes que se enriquecem – nós avisamos que o presidente vai passar aqui e vocês ainda estão aqui. Então, retiram-te tudo e entregam a um grupo de jovens que eles mesmo criam e que passam a vender o que foi retirado, a*

*um preço mais baixo. Por outro lado, posso dizer que o governo criou um conjunto de gatunos identificados. Então, esta atividade é um sacrifício. E dizer que a polícia, por um lado nos prejudica pelas más atitudes, por outro, nos tem ajudado através de policiais que conhecem o dia dessas pessoas que vivem da zunga (A. S., zungueiro, 28 anos).*

*Na vida de vender essas coisas da corrida no São Paulo é normal. Hoje te dão chicote, mas você não pode desistir por saber que, em casa, você tem família para dar de comer, tens os bebês em casa, e se você não vender está mal. Então vamos só aguentar a corrida dos policiais, para dar de comer. Até, quando você desistir do São Paulo, procurar um outro sítio para você começar a vender. Eu, por exemplo, me apanharam duas vezes no São Paulo. No primeiro dia, levaram o meu negócio e como não tinha dinheiro para pagar aos polícias deixei lá o negócio, fui para casa a chorar e o meu marido me disse para não chorar e que isso passa, me perguntou se eu ia precisar de outro dinheiro para vender. Eu disse que sim. No dia seguinte eu fui lá de novo, vendi e Deus me ajudou, cheguei em casa. No dia seguinte, fui lá mas me apanharam de novo, dai desisti e nunca mais fui pra lá (A. E., zungueira, 22 anos).*

*Aí há muita corrida mesmo: te apanham, te batem. Mulheres grávidas também são batidas. Houve um dia em que bateram em um bebê e lhe inflamaram os olhos e o polícia fugiu. É assim mesmo. São muitas mulheres que têm marido e os maridos não trabalham, mas a mulher, como sabe que o marido não trabalha, tem que se atirar mesmo no São Paulo. Hoje te agarram, amanhã não te agarram. Só pra ajudar as crianças, as propinas dos que estão a estudar. A mãe não tem emprego, muita corrida. No São Paulo é onde sai algo para pagar as propinas para as crianças. A vida é assim mesmo. É vender mesmo na corrida. Mas eles querem parar com o São Paulo. Mas como sabemos que é onde sai o pão de cada dia para nós comermos, para ajudar os nossos maridos, as crianças... A vida é mesmo assim... mas também as pessoas não vão parar, vão continuar a vender no São Paulo, mesmo na corrida, não vão parar (G. N., zungueira 27 anos).*

*Em 2004 vendia no São Paulo com a minha bebê, toda hora a polícia me recebia [retirava] o meu negócio, depois saí do São Paulo para vender no Roque. A polícia me recebia o meu negócio porque eu vendia na rua (A. T., zungueira, 32 anos).*

*Por outro lado, dos policiais que recebem o negócio dos zungueiros, no meu caso, nunca tinha acontecido comigo, [quando] eu vendia linha e agulha. Então, quando entrei no negócio de lenços de bolso, foi quando comecei a me encontrar com eles. Mas eles, quando apanham, não pedem, porque pedir é dizer 'faz favor, não tenho dinheiro, podes facilitar e me dar um lenço de bolso'? Mas eles não fazem isso. Seguram o negócio, puxam e dizem: 'esse lenço de bolso vai ficar com o chefe' e colocam-no logo no bolso. Como somos civis, é só olhar. Vamos fazer mais como? Se ele está fardado, então é só olhar e ele, assim, 2 ou 3 lenços está a levar. Eles dizem que está a fazer muito calor e que o chefe tem que andar com 2, 3 ou 4 lenços de bolso. Então, é agüentar. Mas, a maneira como o policial recebe as coisas do zungueiro, eu acho que é uma coisa muito perigosa, porque deveria ser primeiro uma forma de pedir, talvez. Porque isso é roubo. Podemos falar mesmo que estão a roubar, porque o cidadão acha mesmo que o policial me rouba: não pediu, roubou. É isso o que eu vivi (L. J. – ex-ambulante, 28 anos).*

*(...) vejo os outros que vão nas vendas e voltam e se queixam que a polícia lhes tirou o negocio, lhes bateram. Eu tenho uma vizinha que já dormiu na cadeia por causa do seu negócio, ia vender, ao chegar lá lhe apanharam, puseram-lhe presa e ainda dormiu lá. Eu acho que isso pra mim não está bom, é uma dor também, porque a pessoa sabe que eu vou trabalhar procurar o pão de cada dia, mas chega lá encontra essas circunstâncias. É uma dor, por isso é que a pessoa tem mesmo vontade de sair disso, mas não tem como (M. N., zungueira, 26 anos).*

*Digo que a vida de ambulante é muito difícil e a causa que aumenta o nosso sofrimento é mesmo a polícia, porque o trabalho em si, já é cansativo e a polícia aumenta o sofrimento porque tira-nos mais o negócio. A pessoa podia ter, se calhar, uma vida melhor e procurar um trabalho, mas sem estudo fica difícil. Até porque a vida sem escola não caminha, não há emprego (J. B., zungueiro, 27 anos).*

*Eu vendia na cidade em 1996. Quase vendi apenas durante um mês e meio, mas naquele tempo os fiscais eram normal, haviam fiscais bons. Por dia você dá 50 kzs e pronto. Mas aqueles que estão a vender até agora, conforme estão a se queixar dos fiscais... Eu tenho uma vizinha que vende pão. Já foi apanhada várias vezes. Eu acho que é muito mal, mas as pessoas não têm como fazer, porque sentar no chão não dá. Aí é onde você*

*consegue procurar o pão das crianças. É mesmo assim, mas a vida está mal, muito mal (B. W., zungueira, 30 anos).*

*No meu caso, por exemplo, na altura das vendas de Omo e sabão, nunca caí nas mãos da polícia, porque, às 5h30 já estava no terreno e 7 ou 8 horas já estava fora. Então a polícia dificilmente estava neste horário para poder fazer recolha, assim como os fiscais. Eu era sempre perseguido pelos bandidos: eram sempre os bandidos acostumados a tirarem as minhas coisas. Agora, quando passei para a venda de relógios, era uma mistura: bandidos e policiais, porquê? Porque o bandido queria andar bonito e não tinha dinheiro. Então, tinha que me tomar o relógio. Agora, o policial, quando me via - podia estar fardado e as vezes vinha no seu carro - vinha ao meu encontro e perguntava sempre se eu tinha o cartão de ambulante (e eu até agora não sei em que lado me devo dirigir para tratar um cartão de ambulante, porque sempre que pergunto a algumas pessoas onde me dirigir para tratar, vou para lá a situação é outra) como eu não tinha, era o assunto forte para eles: eu até já cheguei a perder um relógio de 10 mil kzs para um policial que me apanhou e depois pediu o cartão de ambulante e eu disse que não tinha o cartão. Então, ele levou-me para dentro de sua viatura e estava para me levar para a unidade, quando eu disse: olha, o meu pai também é policial. Então perguntaram o nome do meu pai. Quando eu disse o nome do meu pai, soltaram-me. Só que o relógio era muito bonito e caro, já não queriam largar. Disseram: esse relógio fica e tu vais. Eu perguntei: porque é que me levaram o relógio se o causador desta cena sou eu? Eles disseram: não, este relógio tu já não o podes levar; agora, se quiseres queixar, vai queixa-te ao teu pai. O relógio fica e tu vais. Então, comigo só não eram os bandidos, mas a polícia também porque às vezes a polícia, por este meio dos negócios, também se beneficia a retirar algumas coisas para a sua propriedade. Eu não acredito que aquele relógio será apresentado ao governo, porque, na mesma hora, o mesmo policial que recebeu o relógio, colocou-o no seu pulso. Quer dizer que ele gostou da coisa e recebeu. Então, no caso do Omo e do sabão, eu não vi polícia a me receber, eram simplesmente bandidos. Agora, no relógio, já eram bandidos e policiais a me receberem (P. J. – ex-ambulante, 27 anos).*

*A polícia, ao receber os meios do ambulante... eu tenho uma visão contra a dos outros, porque dizem que a polícia está a fazer mal, também eu não digo que está a fazer bem, só que aí tem que haver um equilíbrio entre o policial e o negociante. Como? Porque é de aceitar que, hoje em dia, no nosso país, ainda não se tem condições de enquadrar todo o mundo, ou*

*seja, de dar emprego a todos. Pelo visto, o nosso país sofreu muito, e esse sofrimento continua ainda, até hoje, e continua porque nós temos muita gente escura (que não estudaram) (...) mas não há ainda emprego para o ambulante. Quando se diz que é ambulante, não é aquele que é formado no ensino acadêmico e profissional, é apenas aquela pessoa que consegue sobreviver e sustentar a sua família do seu negócio tendo sua primeira, segunda ou terceira classe. Então, se o policial diz que se tem que trabalhar e que não se pode vender, é complicado, porque eu não estou capacitado para trabalhar, acho melhor vender. Agora, me dá um lugar no mercado onde eu possa vender. Só que dentro do mercado há um desafio de produtos: os produtos correspondem a meios financeiros porque, se eu tiver 500 ou 1000 kzs - na rua eu posso zungar com 1000kzs eu posso conseguir 1500kzs mas, agora, se eu pegar 1000kzs e comprar 10 discos para vender dentro do mercado, eu não vou vender nada, porque lá dentro há variedades do produtos. O produto que eu tenho, alguém tem muito mais, porque ele tem mais dinheiro e tem mais capacidade de comprar produtos com mais qualidade. Então, não vou competir com esta pessoa. Lá fora, quem tem muito não vai lá, quem tem muito fica dentro onde tem mais, e eu que tenho pouco, tenho que partir para fora, para angariar aqueles pouquinhos, que é para ampliar o meu dinheiro. Eu, por exemplo, conheci alguém que começou a fazer negócios: ele levava 5 a 6 relógios. Depois de um tempo, ele adquiriu um bom relógio e, agora, tem uma relojoaria - ele construiu e vende bem. Quer dizer que se começa de fora para dentro, porque se se começar de dentro, então, terá que se começar com bwé (muito dinheiro) e se eu não tenho esse bwé, eu não consigo (J. A. – ex-ambulante, 28 anos).*

A maioria dos jovens ambulantes já passaram por essa repressão e perda de mercadoria, quem não passou, pelo menos conhece alguém próximo que tenha passado por estas situações ou transtornos que a vida ambulante os coloca. Quase todos os jovens algum dia tiveram os seus produtos retirados pela Polícia ou pelos agentes da fiscalização mas, mesmo assim, não desistiram de continuar com as suas vendas. Eles encontram sempre uma forma de conseguir dinheiro para comprar nova mercadoria, para recomeçar - numa demonstração de resistência frente à posição do governo de acabar com o seu ganha-pão. Muitas vezes, a solução encontrada pelos jovens reside no pagamento de uma quantia monetária aos policiais para reaver a mercadoria retida, contribuindo assim para a perpetuação

da corrupção que, podemos afirmar, é já endêmica no país, como nos ilustra o depoimento abaixo:

*A polícia diz que não se pode vender na estrada e que, uma vez encontrado em boa fé, eles podem pedir-te dinheiro. Ora, ao fazer sempre isso, a pessoa não se desenvolve [seu negocio não pode crescer], porque esta atitude não acontece uma única vez, mas sim, pode repetir-se várias vezes durante a semana. Quando assim acontece, tens que receber emprestado algum dinheiro de outro e, depois de recuperar, devolver. Por isso é que estamos sempre por baixo. Há muita gente que diz que os que vendem pela rua são 'baldeados' [enrolados], têm razão. Por causa disso, a vida não vai em frente (B. D., zungueiro, 22 anos).*

Diante desse cenário concordamos com Yazbek (2004, p. 39), ao afirmar que não há rupturas no cotidiano sem resistência, sem enfrentamento e que se a intervenção profissional do assistente social circunscreve um terreno de disputa, é aí que está o desafio de sair de nossa lentidão, de construir, reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania. Assim como a visão de Costa (1989), segundo a qual, os vendedores ambulantes de hoje já não podem ser vistos como uma presença “nefasta”, como se ousadamente viessem macular a boa imagem de uma cidade em franco progresso. Eles são também, como a própria cidade de Luanda, confusa e contraditória, centro de negócios, falso oásis de emprego. Atuam nas ruas como um duplo refúgio: o mercador e sua mercadoria. Porém, servem ao consumidor que, privado de outros meios, entrega-se conivente a tão antiga forma de comércio.

A maior dificuldade dos jovens vendedores ambulantes tem sido a perda da mercadoria e a fiscalização apertada da Polícia de que são alvos. Há também o risco de serem atropelados pelos carros, porque muitos deles, para venderem os seus produtos, colocam-se entre os carros - algumas vezes em andamento. Ressalta-se que essa forte repressão para a retirada dos vendedores ambulantes nos diversos espaços espalhados na cidade de Luanda – onde os jovens efetuam as suas vendas - não é acompanhada de alternativas de políticas públicas que pudessem realmente substituir a atividade por eles desenvolvida para a garantia da própria sobrevivência e de suas famílias.



**Figura 15 - Zungueira vendendo entre os carros**  
Foto: Edinesio Tavares – 2011



**Figura 16 - Zungueira vendendo entre os carros**  
Foto: Edinesio Tavares – 2011

Nesta vertente, percebe-se que o uso da repressão para acabar a venda ambulante, passa a ser o recurso mais utilizado, porém “a expulsão em última instância tem eficácia nula, porque os trabalhadores acabam retornando aos mesmos locais e burlando a fiscalização” (ITIKAWA, 2006, p. 138). Isso acontece mesmo quando lhes é indicado um local para venda, porque muitas vezes esses locais escolhidos pelo governo não têm interesse comercial para os vendedores ambulantes. Tudo isso, mostra claramente que “a violência é parte da injustiça e da ineficiente gestão da informalidade, que ganha contornos cada vez mais alarmantes” (Idem, 2006, p. 138).

Relativamente a essas ações da polícia, os jovens são conscientes de que é ilegal vender na rua, como podemos observar no depoimento desse jovem, que o fez por ocasião de nossa observação participante:

*“Nós sabemos que é ilegal vender aqui na rua. Aqui não é espaço ou lugar para vendermos, mas não temos outras alternativas, temos que procurar formas de conseguir alguma coisa para colocarmos em casa. Pelo menos não estamos a roubar, estamos a trabalhar e a conseguir as coisas com o*

*nosso próprio esforço. Por isso, arriscamos mesmo, nos recebem [retiram] as coisas hoje, mas amanhã voltamos de novo". (zungueiro 5).*

Nesse depoimento há um aspecto explícito de que há uma certa resistência e persistência, pois apesar da forte pressão da polícia, dos agentes de fiscalização e da perda às vezes da mercadoria, eles insistem em continuar com o seu trabalho, numa clara demonstração da luta pela sobrevivência, não apenas deles, mas sobretudo daqueles que dependem do ganho advindo de suas vendas. No depoimento abaixo fica evidente essa resistência dos vendedores a esses atos de pressão perpetuados pelos agentes da polícia e de fiscalização:

*Quanto ao ato criado pelo governo, de retirar as coisas de ambulantes, em Luanda eu não digo que seja reprovado ou mau. Ele pode ser um bom princípio - porque eles podem ter uma ideologia, se calhar, de diminuir a população ao nível da província de Luanda. Isto porque podemos ver que a província de Luanda é aquela que tem mais gente. Se calhar ao usurpar e tirar as coisas do zungueiro pode ser uma forma de obrigar as pessoas a voltar [para suas terras]. Mas o governo está a esquecer uma coisa: está a criar mais conflito à população de Luanda, porque essas pessoas, quanto mais lhes retiram as coisas, mais elas se reforçam e voltam à mesma forma - isso tem acontecido com nós zungueiros. Quer dizer, eles são cínicos e nós somos também cínicos, porque não temos outro lugar como alternativa e, [tem que ser] esse lugar, não há outro. Agora, o que tem acontecido é que, o polícia só o é enquanto ele meter o fardamento, mas, dentro dele existe aquilo que chamo de humanismo - isto quer dizer humano - ele só faz aquilo porque no seu serviço existe um chefe que manda, e como o chefe o manda, ele só tem que cumprir. Por isso, naqueles casos em que o chefe está distraído, há policiais de boa fé que te dizem - sai já daqui, mas se o chefe o vir ou der conta, ele te leva sem querer. Mas algumas vezes eles são bons. Muitas vezes retiramos os nossos negócios nas mãos da polícia (A. S., zungueiro, 28 anos).*

Apoiando-se em Itikawa (2006, p. 143), ao analisarmos a realidade de Luanda, podemos afirmar que realmente o uso da força para limpeza social nos locais ou pontos de maior influência e concentração dos vendedores ambulantes em Luanda, é uma das características mais perversas da atuação direta do poder público na segregação de diferentes grupos sociais. Tal realidade é uma clara

demonstração do autoritarismo político reinante na resolução de conflitos. Por outro lado, é uma prova de que, em Angola, não estão consolidados os instrumentos democráticos que a própria Constituição - enquanto Lei Magna do País - garante aos seus cidadãos. Na visão de Chauí (2000) esse componente autoritário é um poderoso instrumento de manutenção das desigualdades.

Por outro lado, tal intensidade da repressão ao comércio ambulante que se regista em Luanda, reflete, em certa medida, o peso da influência desigual das diferentes camadas da população nos canais decisórios. Na verdade, percebe-se que não há espaços de negociação ou pacto em larga escala. Ao contrário, há um investimento maciço no controle, na monitorização e na repressão, em detrimento de políticas efetivas de inclusão social para o segmento mais vulnerável da sociedade (ITIKAWA, 2006, p. 114).

Diante desse cenário afirmamos que o Estado angolano vê a questão social - no caso concreto do trabalho informal e da venda ambulante em particular - como “um caso de polícia”, já que pensa tratar-se de uma atividade que deve ser combatida e reprimida, uma vez que desfigura a imagem e a dinâmica da cidade, quando a preocupação deveria ser de busca de alternativas que garantissem de forma digna a sobrevivência desses jovens.

Ao nosso ver, tal atitude mostra claramente a violação de direitos fundamentais do ser humano - sobretudo daqueles referentes à sua dignidade e sobrevivência - na medida em que são negados os meios de garantia de satisfação de suas necessidades vitais. Por outro lado, essa situação mostra que o Estado está mais preocupado com a imagem e com a dinâmica da cidade do que com a própria sobrevivência dos seus cidadãos, mostrando de certa forma que certas pessoas - cidadãos - estão relegados a segundo plano, como homens e mulheres de segunda categoria.

Concordamos com Costa (1989, p. 46) – em sua análise da sociedade brasileira, mas que pode ser aplicada à sociedade angolana - que mais que a estética da cidade, a preocupação do governo deve centrar-se na compreensão das causas que têm proporcionado o crescimento vertiginoso do comércio - causas essas que fizeram do comércio ambulante um fenómeno intrínseco ao contexto urbano atual.

Relativamente à questão da repressão policial, um dos motivos que têm sido apresentados pelos policiais e, mesmo, pelo Governo da Província de Luanda é o

fato de existirem, no nível dos municípios que compõem a província, mercados, espaços onde os jovens podem praticar suas vendas. Por outro lado, o estudo também mostrou uma certa rotatividade dos vendedores ambulantes quanto ao espaço e pontos de venda, assim como na comercialização dos tipos de produtos. Tal situação muitas vezes é propiciada pela relação de procura e oferta, assim como devido a rigorosa pressão dos agentes de fiscalização do governo provincial. Foi com base nesse pressuposto que questionamos os nossos sujeitos, sobre os motivos que os levaram a vender pelas ruas, uma vez que existem mercados espalhados pela cidade. Suas respostas estão subscritas abaixo:

*Temos mercado sim. O nosso presidente nos deu mercados sim, mas para nós, que podemos ser considerados visitas, estamos cá por motivos de trabalho. Trabalhar no mercado é um atraso devido à renda [aluguel] da casa. Sem pagares a renda, o dono não te vai permitir viver na casa. Por isso, nos atiramos [vendemos] na zunga a procura de condições de vida. Suponhamos um corta unhas, no mercado custa 25 Kz, todo mundo já conhece e sabe disso, se você vai lá vender à 50 Kz no mesmo sitio, ai é difícil! E, claro, que não vai conseguir fazer algo e nem vai pegar algum Kwanza. Por isso é que eles tiram o produto do armazém já que têm dinheiro suficiente e vendem nos mercados. Nós pegamos esse produto e vamos revender na zunga. Por isso é que fugimos dos mercados. É para dizer que, adquirimos o produto dos vendedores do mercado onde é mais barato para revendermos na zunga e assim retirarmos um pouco de lucro. Existem vendedores ambulantes na rua com capacidade para adquirir o produto nos armazéns e venderem no mercado. Mas pelo contraste do preço baixo do mercado em relação à rua, preferem vende-lo na rua. Também é verdade que, por outro lado, vender no mercado em parte resulta aquela situação em que uns vendem e outros não, por isso é que muitos optam por andar pela rua porque ao caminhar aparecem diversos clientes. Outros tiram o produto no mercado, como querem ganhar o dobro ou triplo como acontece mesmo, não se submetem ao mercado, por isso vão lá longe onde os outros têm dificuldades de chegar (J. B., zungueiro, 27 anos).*

*Tem muitos mercados para vendermos de fato, mas acontece que em Luanda não são em todos que a pessoa pode ir, vender e o negócio correr devidamente. O que seria muito bom para os que vivem cá há muito tempo. Para nós, que viemos de outras províncias, acho que é muito difícil vender*

*nos mercados porque, ficar a esperar [ganhar] 5 ou 10 kwanzas, é muito complicado, na medida em que as casas em que vivemos temos que pagar a renda de 6 meses e, vezes há que tens que pagar até um ano. Se eu estiver a vender no mercado e, ainda, se eu entregar os meus haveres a alguém que não me vai pagar, prefiro procurar alguém que me vai comprar e pagar no momento aquilo que estou a levar. Eis a razão que faz com que nós tenhamos que andar atrás daqueles que compram [e pagam] o negócio na hora e não ficarmos no mercado à espera de 10 ou 20 kz, até nos habituar pela natureza da venda (B. D., zungueiro, 22 anos).*

*Em relação aos sítios, no mercado grande, já me tiraram duas vezes a mercadoria - os fiscais do Roque. Ao vender, eles apareceram e me disseram: o senhor tem que pagar 500 Kz . Eu disse que ainda não tinha vendido nada e eles disseram: temos que levar a mercadoria. E assim aconteceu – levaram-me até a Administração e, no caminho, ainda pediram o dinheiro que eu não tinha. Por isso é que achei melhor abandonar o mercado e vender na zunga. Porque, no mesmo, os fiscais vão sempre me incomodar. Por isso que muitos de nós abandonamos os mercados. A diferença é que, na zunga, um dia ou outro os fiscais vão te incomodar, mas nos mercados todos os dias eles estão ali e, se não tiveres dinheiro naquele instante, levam-te o negócio. Eu acho que é a mesma coisa (J. P., zungueiro, 32 anos)*

*Eu não tenho a visão atual do porquê se vende na rua e não nos mercados, mas, pelo que eu vivi, acho que o ambulante sente-se melhor andando à procura do cliente. Porque, primeiro, o rendimento é outro, ou melhor, ele vende mais: se no mercado você vende 1 ou 2 pacotes, na zunga vender-se-á 4 ou 5, porque se vai ao encontro do cliente. Se estiver a vender a 100kzs no mercado, na zunga vende a 105 ou 110 kzs. Então, tem sempre acréscimo de qualquer coisa. Segundo, porque o preço é outro. Vejamos, agora, 2 discos piratas aqui no mercado são 150kzs, quem vende dentro do mercado vende a 100kzs, mas quem vai fora, zungar, vende a 150kzs cada disco. Então eu digo que, quem zunga procura sempre um acréscimo. Isso é que nós zungueiros procuramos, ganhar sempre um acréscimo porque nós compramos dentro do mercado, vender no mercado não ia ser nada, porque isso de comprar a 100 e vender a 110... não acho certo. Então, tinha que comprar a 100 no mercado e vender a 105 fora do mercado, onde eu faço uma percentagem, que é o meu próprio lucro (P. J. – ex-ambulante, 27 anos).*

*Por outro lado, se a polícia já pegou o seu negócio você não consegue fazer mais nada, porque... lembro quando nós começamos a vender, a fiscalização só chutava, aconselhava para não vender na cidade, diziam que 'têm que sair daqui', e as pessoas, mesmo assim, eram teimosas, até produzir lixo na cidade. E o que aconteceu na cidade? O governo disse: 'já que esses estão a sujar tudo, vamos correr à pancada e receber todo o negócio'. Então, foram dando assim algumas corridas, alguns porretes, e foram recebendo os negócios. Mais tarde, quando decidiram abrir uma associação de zungueiros dentro da cidade de Luanda... Eu até tinha me inscrito nesta associação e tenho o cartão de ambulantes, mesmo assim, algumas pessoas da fiscalização não respeitavam esse cartão de ambulante: assim que o indivíduo apresenta esse cartão, pedem-te primeiro uma gasosa. Quer dizer, você entrega uns 100 ou 200 kzs... e a gente não se importava. Mais tarde, foi quando disseram e resolveram fazer um conselho, que a governadora fazia no cine São Paulo com todos os zungueiros e zungeiras. Mesmo assim, era para ver se desapareciam, para irem para o mercado paralelo. Mas mesmo assim os zungueiros disseram não ao mercado Roque, o mercado do Cazenga, mercado do Aza Branca. Já não tinham espaço para esse tipo de zungueiros, por isso nós vamos continuar aqui. Até que por fim, o governo desconseguiu eliminar com os zungueiros dentro da cidade de Luanda. A partir daí a fiscalização e a polícia, quando apanhavam os zungueiros começavam a bater. Até, inclusive, aqui no São Paulo, zungueiros já perderam a vida através disso. Sempre que batem... O polícia descuidado da arma, disparou e tocou numa zungueira; o fiscal bateu numa moça grávida; então, por dia acaba por morrer muitas pessoas. Aí mesmo, porrada nos zungueiros (J. A. – ex-ambulante, 28 anos).*

*Eu gostaria que, pelo menos, nos construíssem um mercado. Mas, no mercado [que existe] para você vender, tem que pagar. Para cada bancada paga-se 150 USD. E você tem que ter os documentos como ambulante e, se você não tem, és obrigada a ir vender na rua. Se você tirar 150 USD, para pagar uma bancada e tirar mais outro dinheiro para tratar dos documentos de ambulante, não é a mesma coisa do que você pegar no negocio [mercadoria] e vender na cidade. Também, não só dentro do mercado, o negocio não anda bem, porque toda cidade está cheia de vendedores, por isso muita gente prefere ir vender na cidade do que dentro do mercado. E não sei como é que o governo vai acabar com isso, porque vai ser muito difícil para acabar com isso (T. C., zungueira, 25 anos).*

*Eu não gosto de vender na rua, gosto é de vender na sombra. Para mim, uma vez que já existe mercado, as pessoas já não precisariam estar na zunga. Mas o que acontece é que no mercado o produto que estás a vender é difícil de ser comprado. Não se diz que é bom vender na zunga, mas eu já estou habituado a vender na zunga – costuma-se dizer que onde você trabalha é onde sai o seu pão, na zunga e no mercado (F. K., zungueiro, 25 anos).*

*(...) porque é que o ambulante tira o produto dentro do Roque para ir à rua? O caso é o seguinte e é simples: é que no mercado a oferta é pouca e a procura é maior. Como isso acontece? Primeiro, é que no próprio mercado há muitos negócios iguais, então, a oferta de produtos é maior e a procura é pouca, o que faz com que haja produtos que podem demorar na minha bancada 3 ou 2 meses. Já o zungueiro não: o zungueiro vai buscar o produto no mercado para zungar onde a procura do produto é maior. É um grande passo no próprio negócio: não temos que nos preocupar em nos deslocar do Cazenga para o Roque – [o que] já é uma poupança do seu dinheiro. [Também] porque nós vamos ao encontro do cliente e não é o cliente que vem atrás do vendedor (L. J. – ex-ambulante, 28 anos).*

Para A. S., para se entender o fato dos jovens venderem na zunga e não no mercado apóia-se em três vertentes:

- 1. A sociedade angolana tem algo que já se pode considerar cultural, que é o fato de não se viver do salário, ou seja, existem funcionários mas que são indivíduos que eu considero 'hematológicos' [sic], proprietários dos lugares. Nós, como somos oriundos das províncias, às vezes somos aqueles peixes miúdos comidos pelos peixes grandes, isto é, não temos lugar e, se os tivermos, somos obrigados a pagar o mesmo preço daqueles que têm negócios de grande dimensão e, como é óbvio, nem sempre conseguimos.*
- 2. Existem muitos contrastes e são justamente estes que nos levam à zunga, ao encontro daquele que está à espera de nós. No mercado, há outros princípios botânicos também, quer dizer, uma coisa botânica<sup>59</sup>. Como é possível pessoas diferentes na mesma fila, mas só uma conseguir vender? Existe alguns segredos, se não, mesmo, feitiçaria: porque não se entende como é que, de manhã até a tarde, as pessoas*

---

<sup>59</sup> O sentido desse termo é ligado às questões da feitiçaria.

*só compram no seu lugar. O produto é o mesmo, mas parece que algo está escrito: comprem só aqui. São estas coisas que levam a criar a ideia de ir vender na rua. Porque não tem explicação uma pessoa ir, hoje, amanhã, depois de amanhã e não vender nada. Então, para não pagar a mesma taxa entre os grossistas e retalhistas, entre os que vendem e os que não vendem, é melhor ir à zunga.*

3. *Outra coisa é que, se o governo quisesse saber as razões, daria conta. Porque, as coisas que estão no mercado, são dos mesmos dirigentes e, como nós não temos capacidade, somos excluídos – esta pode ser uma das razões que faz com que não aderimos a venda nos mercados. Se o governo quiser que todos vendam nos mercados, tem que criar uma política em que não haja rivalidade - o que não acontece na zunga. Quando um cliente chama-te, ele é somente seu. Já no mercado, quando um cliente está na sua bancada, outro aparece e diz: esse já é meu cliente antigo! Mas não o conhece. Então, essa pessoa acaba o dia sem vender nada, mas é obrigado a pagar a mesma taxa. Também é bom dizer que, nos mercados, os lugares estão sempre cheios. Quanto maior é a procura de lugares, até os administradores dos mercados fazem disso um comércio e, quando chega-se ao fim do dia, acabas por ter que dividir o lucro. Lhe dou o exemplo do mercado do Roque, onde há aquele que cobra o espaço e aquele que cobra pelo lixo. Quer dizer, por dia a pessoa é susceptível de pagar três ou mais vezes para a mesma pessoa e, ainda, veres o lucro dividido ao meio. Ao contrário da zunga onde você só tem a complexidade do fiscal e do polícia. Por isso é que muita gente recorre à zunga. Se existissem mais lugares nos mercados talvez fosse outra coisa (A. S., zungueiro, 28 anos).*

Pelo relato dos nossos sujeitos evidenciou-se que não há espaços suficientes nos tais mercados que o governo da província diz existir e também os que existem estão muito distante da cidade e de suas residências, como é o caso do mercado do 30 e Panguila, neste último, onde foram transferidos os vendedores do mercado Roque Santeiro, tido como um dos maiores mercados informais de África.



**Figura 17 – Venda informal no Mercado Roque Santeiro**

Foto: [http://www.casadasafricanas.org.br/banco\\_de\\_imagens/zoom/pais/Angola/2137](http://www.casadasafricanas.org.br/banco_de_imagens/zoom/pais/Angola/2137)

Segundo os jovens vendedores é complicado se deslocar para esses mercados, pois muitas vezes gasta-se muito dinheiro com táxi para pouco negócio: *“Para chegar no Panguila você gasta quase mil e quinhentos kwanzas e chegas lá não vendes e se vender os gastos acabam por ser maiores que o dinheiro da própria venda”* (zungueiro 6).

Por outro lado, os jovens entendem que os mercados estão cheios, por isso, que alguns produtos por eles comercializados não têm saída e, outros, só dá mesmo para serem vendidos na zunga: *“Por exemplo eu vendo forros de bancos de carros. Só dá para vender mesmo aqui na rua, porque os motoristas passam, vêem o produto e compram. Até porque eles dificilmente vão ao mercado. Então, eu prefiro vir ao encontro do cliente”* (zungueiro 7).

Para os jovens, o trabalho que desenvolvem não tem sido fácil pois, além das dificuldades e situações de pressão policial já apontadas acima, também têm que superar as questões de discriminação. Essas mesmas dificuldades e situações também foram vivenciadas e apontadas pelos ex- ambulantes - como podemos observar nos depoimentos abaixo:

*Na vida de ambulante eu já fui maltratado muitas vezes porque o ambulante é que vai ao encontro do cliente, só que o cliente pensa que quem zunga não é igual às outras pessoas, porque o negociante ou ambulante dificilmente anda limpo e em condições. Porque o trabalho dele é andar, não é de carro nem de outro tipo de veículo é a pé, enfrentar todo tipo de lixo, enfrentar toda poeira, enfrentar os empurrões. Quer dizer, ele não está só a vender o seu negócio, mas também está a sofrer corporal e espiritualmente. Eu, por exemplo, já fui chamado de nomes que eu não consigo chamar a ninguém – isso, porque eu estava a vender. Eu que estava a andar e vender, não estava a falar mal de ninguém, nem a fazer mal a ninguém, simplesmente tinha o meu objetivo de vender, mas o cliente chama-me de maneira negativa, disparatou directamente a minha mãe que não estava a vender e nunca foi vendedora. Então, para mim, ser ambulante é sofrer muitas consequências, disparates, chapadas, do nada. Te atacam e, do nada, te recebem [tiram] o negócio. Nós sofremos muitas consequências: chapadas do nada, disparates do nada, empurrões do nada, fui odiado e ignorado. (...) mas, para mim, a pessoa tem que ter uma história (L.J. – ex-ambulante, 28 anos).*

*As dificuldades que o zungueiro encontra na via - conforme as suas vendas - são várias. Porque aí, nós nos encontramos com várias pessoas de camadas variadas: pessoas ricas, pobres e miseráveis. E cada um tem a sua maneira de olhar o ambiente. Eu já fui olhado de maneira maldosa por muitas pessoas. Fui chamado por várias pessoas que não precisavam do meu negócio. Uma vez, estava a vender Omo e sabão e estava mal apresentado. A roupa que eu usava estava muito suja. Uma vez que o Omo e o sabão servem para cuidar da roupa, eu reconheci, neste dia, que eu estava mal vestido e o cliente chamou-me e disse: você está a vender Omo e sabão, o negócio é teu e você anda assim tão sujo? Como convencer as pessoas que o Omo e sabão servem para limpeza? Eu disse que ele tinha razão, porque o Omo e o sabão é mesmo para o uso da limpeza. Só que eu vejo isso como perda porque, tirando um pacote para lavar a minha própria calça, eu perco porque o meu negócio é pouco - se eu tirar esse pacote pode ser que seja o meu lucro do dia. Então: será que prefiro dormir com fome ou passar fome? Isso não será conveniente. Portanto, dificilmente consigo tirar um pacote para lavar a minha própria roupa. Depois, ele disparatou a minha mãe e empurrou-me. Eu acho que com esse seu comportamento, ele agiu mal, porque depois de me ter dado uma boa ideia, não era necessário ofender a minha mãe e empurrar-me. Porque eu não respondi mal e nem foi a minha mãe a culpada ou a responsável pelo*

*trabalho que faço, para ele a ofender. Então, são estas dificuldades que encontramos. Não é só ser batido, ou ser mal falado, mal olhado, porque há clientes que te veem como um animal. Uma vez, quando eu vendia perfume, havia uma senhora que queria comprar, mas o seu marido não quis que eu entrasse na casa deles porque eu me vestia de uma maneira muito suja. Mas isso não foi convincente, porque era um ambulante e, as vezes, por eu ser ambulante ele teve uma outra ideia, de que eu podia roubar qualquer coisa. Então, em vez de ser olhado como vendedor, eu era olhado como um marginal que, a qualquer altura, podia roubar. Então, são essas dificuldades que encontrávamos. A pessoa diz: vou pegar um negócio e vender, mas, os clientes nos olham como vendedores e, ao mesmo tempo, como gatunos. Também, uma dificuldade é que nos encontramos no mercado de trabalho. Porque se te procuro, você - como meu cliente - me vê como gatuno, ainda que eu esteja a vender. Não faço ideia [de como seria] se me vissem sem nada. Se com o negócio que apresento, que estou a vender, sou visto como gatuno.... então não sei o que eu sou. Eu acho que são essas as dificuldades que nós, como ambulantes, encontramos, neste campo (P. J. – ex-ambulante, 27 anos).*

*Em relação aos maus tratos, eu achei graça porque eu fui zungueiro e vivi muita discriminação na zunga. Nós somos humanos, mas apesar de sermos humanos, o cliente vem e pergunta: quanto é isso? É X. Você não entra, espera, e ele vai buscar o dinheiro e te fecha a porta na cara, e ele não gosta quando lhe fecham a porta na cara. Às vezes, ele dá o dinheiro pela janela e recebe o produto pela janela. Com isso, quem tem um bom nível académico pode perceber como a discriminação é: só a forma de atender alguém... se você não atende bem as pessoas também é discriminação. É o que eu vinha notando. Notei que as pessoas que me discriminavam eram minhas amigas, porque eu vendia secador de cabelo, para elas sem que elas soubessem que aquele dinheiro que elas me pagavam eu usava para pagar os meus estudos. Estava a entrar num outro mundo. Depois, deixei de ser zungueiro e entrei na vida da fotografia. O que acontece é que hoje algumas dessas pessoas são professores e quando me viram na sala de aulas assustaram. A Dra. Paulina Semedo - para quem eu já tinha vendido um secador e um micro-ondas - no primeiro dia em que deparamos na administração da saúde, assustou-se. Ela me reconheceu e disse: você não era zungueiro? Eu disse que sim. De zungueiro para fotógrafo? Ela não acreditou e foi chamar outros doutores que são colegas dela para passar o meu testemunho. Eu disse que estudava e as pessoas elogiaram o meu pensamento. É para dizer que muitos me desprezavam*

*com quem diga esse nunca vai chegar onde estamos sem saberem o que eu fazia com o dinheiro que ganhava na zunga (J. A. – ex-ambulante, 28 anos).*

Foram notórias as dificuldades dos jovens vendedores ambulantes no seu dia-a-dia no desenvolvimento do seu trabalho. Tais dificuldades configuraram-se desde o perigo com os carros - pois colocam-se no meio, entre os carros, para poderem oferecer aos automobilistas seus produtos - até a forte fiscalização da polícia, em seu esforço para que os jovens não pratiquem a venda em um determinado espaço.

*Na vida de ambulante, a maior dificuldade é a polícia porque, como dizem, ninguém pode vender mais na cidade. Nós temos esperança em uma eventual ideia do governo de empregar os jovens. Mas caso isso não aconteça, a zunga nunca vai acabar. Convém dizer também que Deus esta sempre conosco porque, neste negócio, ao andarmos daqui e acolá, muitos morrem. No fundo o que fazemos hoje é procurar formas de aguentarmos os filhos para que eles amanhã não estejam aqui como nós e, que não sejam mais ambulantes (J. B., zungueiro, 27 anos).*

*O maior perigo que encontramos na zunga, em primeiro lugar, são os carros. Isto porque, quando a polícia esta a correr consigo, para atravessar a estrada tens que saber faze-lo. A segunda, quando estás a passar ao lado de uma escola, pode aparecer alguém da escola e mandar o guarda te prender. E a própria polícia é uma das grandes dificuldades que encontramos. Por exemplo, fui ao São Paulo e encontrei uma senhora com um bebé nas costas a ser batida pela Polícia. O trabalho da zunga é bom porque não tem outro por fazer. Porque é a hora de ir trabalhar ou de cair nas mãos dos bandidos ou nas mãos dos polícias. Quer dizer, é um trabalho cansativo mesmo. Quase é mesmo [um modo de] arriscar a vida. Por isso é que - se fores trabalhar e regressares no fim do dia e não te acontecer algum problema, e sem ser mexido pela polícia ou pelo bandido - agradeça a Deus. Por que há horas em que aparecem polícias e outras, em que aparecem bandidos. Por isso, é uma grande dificuldade vender na rua (J. P., zungueiro, 32 anos).*

*Sobre as maiores dificuldades, começo por dizer que nós somos angolanos como os outros mas parece que somos excluídos porque, por um lado, o próprio governo não nos dá direitos, nós não vivemos o que se chama a angolanidade, não temos cédulas de identidade e, para conseguir uma delas, temos que pagar dinheiro. Se fores à casa de alguns dirigentes há-de encontrar ambulantes que foram atropelados e estão lá sem nenhuma documentação (A. S., zungueiro, 28 anos).*

*Você acorda muito cedo. Por exemplo, eu entreguei uma mercadoria à crédito e, passado algum tempo, [o comprador] não aparecia e quando eu ligava, ele não atendia o telefone. Outro dia, quando ele atendeu, perguntei-lhe: porque não me atendes ao telefone? E ele disse que estava na unidade, a fazer um trabalho da faculdade e não podia atender o telefone. Então, perguntei: vocês, [que fazem parte do grupo de pessoas] que entendem da lei, porque não me dão o meu dinheiro? (F. K., zungueiro, 25 anos).*

*Só pra dizer que a vida de ambulante, conforme já disse, é sacrificante. Podíamos deixar um apelo aos nossos governantes para que houvessem mais escolas para dar possibilidade da camada baixa também estudar. Porque, as vezes, muita gente também quer estudar e não tem como ingressar nas escolas. E essa vida de ambulante não vai acabar hoje, porque há policiais e fiscais corruptos: podem apanhar o teu negocio mas, indo lá com dinheiro, você pode salvar o teu negocio. Ele vai dar [de volta] e, amanhã, eu vou de novo ao encontro do negocio. Vou comprar outro. Não vou dizer que não vou porque eu sei que, se eu corromper a policia ela vai me entregar o meu dinheiro - é a policia que faz isso, é o governo que faz isso. E o apelo que vamos deixar é que o governo faça escolas, dê possibilidades a todo mundo de estudar, para que também consigam uma outra vida, como as pessoas que vivem... e sair da vida de ambulante (C. J., ex. ambulante, 33 anos).*

A vulnerabilidade no contexto das grandes cidades como Luanda, é tida como sinónimo de precariedade urbana: desprotecção a riscos ambientais, riscos sociais, como violência, e até riscos mais subjetivos. Assim sendo, a vulnerabilidade passa a ser vivida não apenas em função dos diferentes riscos aos quais os jovens vendedores ambulantes e trabalhadores informais estão expostos, mas também em graus diferentes.

Para superarem essas dificuldades os jovens contam com o apoio de seus colegas de trabalho que estando na mesma situação também vivem os mesmos problemas. São esses colegas de trabalho que configuram sua rede de proteção e solidariedade. Cada um deles é responsável pelo outro e isso ficou bem patente nas discussões em grupo, apesar de algumas vezes existirem algumas complicações nos relacionamentos entre eles.

No decorrer da discussão em grupo, o pesquisador solicitou aos jovens que falassem um pouco de como tem sido a relação deles com os colegas de trabalho. As respostas advindas dessa questão podem ser organizadas em dois grupos distintos. No primeiro grupo estão os que apontam dificuldades nas relações, muitas vezes por causa de situações que surgem no próprio ambiente da venda, sobretudo quando alguns, ao não venderem a sua mercadoria, entendem existir alguém no grupo que tem 'forças ocultas' que impedem que sua mercadoria seja comprada.

*Alguns colegas... vezes há que quando temos que fazer trabalho fora da empresa me deparo com muitos jovens que zungavam comigo e dizem olha o fulano agora que esta numa grande empresa já não nos comprimenta. Mas sempre existiu este relacionamento de saudar: como vai a família? a venda? Não tem nada de olhar raça, proveniência - se este é de que província, Huambo, Bié ou Benguela. Não sou deste tipo de pessoa e, quanto ao relacionamento com os colegas de trabalho, praticamente, na zungua, só tive um colega. Esse colega era da mesma religião. Éramos todos da associação dos jovens Dom Bosco. Nos encontrávamos de manhã para comprar o negócio e voltávamos juntos. Com as nossas vendas conseguíamos pagar as nossas propinas. Atualmente ele se encontra na Bélgica a fazer curso de engenharia. Em relação aos amigos, na casa onde vivíamos, bastava alguém vender alguma coisa para os problemas começarem: que o fulano fechou a casa... que ele quer ser o único a regressar para a província... que ele quer que nós fiquemos cá em Luanda a zungar... Na província, ele não tinha feitiço, mas é provável que tenha comprado cá em Luanda... O pai dele é grande mas ele aqui anda a fechar os outros. Por isso, me separei deles. Quando nos reencontramos uns tem vergonha, mas eu continuo a mesma pessoa. (J. A. – ex-ambulante, 28 anos).*

*A relação com os meus amigos vendedores, com os quais vivia, era boa com alguns e negativa com outros porque, conforme disse atrás éramos 23 e destes, na empresa criada, há sempre 2 queridos e outro odiado. Nós éramos 23, mas tinha 2 amigos, dos quais 1 me deu a ideia de deixar a bebida e enveredar na vida de Deus e assim foi. Agora [em relação] aos restantes, éramos inimigos de uns e amigos de outros. Isto porque, nós dormíamos num único quarto onde estendíamos 7 ou 8 esteiras, 12 aqui e 12 do outro lado e virávamos as cabeças uns aos outros. E quem estivesse a passar tropeçava na cabeça do outro. Aquilo era um treino daqueles para que você aprendesse a passar sem pancar na cabeça do outro. Eu já fui acusado de feiticeiro: a minha mochila era revistada quase todas as semanas. Se fosse lá encontrado um pau, nem que fosse de fósforo, eu seria logo conotado e acusado: como você tem pau? Aquelas acusações sem sentido... Aquilo acontecia porque é pensar coxito (pensar pouco) como se diz na gíria. É ter uma mentalidade muito baixa. Então, vocês saem para ir vender, só um consegue e os outros não... então, aí há uma perseguição. Quem consegue mais é acusado de estar a puxar ou a prejudicar os outros, que é feiticeiro e, por isso é que o outro não vendeu hoje. Então começa a briga entre nós. E isso acontece entre muitos jovens ambulantes. Isso não aconteceu apenas comigo, mas com os outros meus amigos, vizinhos, ambulantes. Não faltava pancada, disparates, pragas porque uns vendiam e outros não. Assim acontecia. Estes eram os maus comportamentos que existiam (P. J. – ex-ambulante, 27 anos).*

*Eu, praticamente, com os meus amigos, quando vivíamos juntos, éramos 8 pessoas - se vendia um pouco aí começa os problemas. Se o fulano está a vender muito, ele é que nos fechou, porque ele quer que ele vá e nós fiquemos aqui em Luanda, então naquilo começa-se a dizer que na província não tinha feitiço, mas aqui em Luanda comprou feitiço para fechar os outros para eles não ajudarem os pais que deixaram na província. Tudo isso aguentei até quando me separei e até agora quando nos encontramos, a saudação mudou e eles têm vergonha, mas eu sempre estou o mesmo, embora eles tenham me fugido (L. J. – ex-ambulante, 28 anos).*

Ressalta-se que essa crença na feitiçaria é muito forte na cultura angolana, com maior realce para as províncias do norte e sul do país. Dentre as vítimas dessa crença encontram-se principalmente as crianças e os idosos que, na maioria das vezes, são expulsos do ambiente familiar e acolhidos em centros de acolhimento existentes nas províncias. No caso das províncias em que tais espaços são

inexistentes, estes ficam abandonados a sua sorte. Por ser uma situação já impregnada na cultura das pessoas – também muitas vezes fomentadas por algumas seitas religiosas – está difícil a sua superação, até porque, em termos jurídicos, não existe lei específica que possa condenar os autores de tais atos, embora haja uma indignação da sociedade. Cada ano os casos tendem a aumentar exigindo desse modo uma intervenção mais concetânea entre os diferentes atores sociais.

Já no segundo grupo, encontramos os depoimentos de jovens que afirmaram terem mantido uma relação favorável com os seus colegas, embora também algumas vezes tivessem surgido algumas divergências, brigas e outras situações.

*Agora, sobre o relacionamento, eu e os meus amigos estamos bem, sem nenhuma intriga, voltamos para casa, tudo bem. Sempre sonhamos que um dia esta vida vai passar porque apesar do emprego ser difícil, nós também não estudamos... (J. B., zungueiro, 27 anos).*

*Com os meus colegas, eu não tenho problema. Antes eu vendia sozinho, então, esse ano, estou a vender com o meu irmão, sem problema nenhum. Os colegas, quando têm clientes e não há o produto que precisam vêem ter comigo e vice e versa. E, nisso, combinamos, que eu trouxe o cliente aumenta o preço para x e o resto é para mim. Assim vamos indo: problema nunca tive com ninguém (F. K., zungueiro, 25 anos).*

*Eu e os meus colegas temos tido uma boa relação, desde que não se esqueça os princípios morais. Temos uma boa relação. Mesmo vendendo o mesmo negócio a relação é boa. Há casos em que tu dizes: vai atender. E o outro: não, vai você! A nossa relação tem se baseado na compreensão – o outro já vendeu e agora é minha vez. Temos tido boa relação. Caminhamos juntos e até nos sentimos confortáveis. (A. S., zungueiro, 28 anos).*

*Nos relacionamos bem. Assim, cada dia que nasce, rimo-nos uns aos outros. Nos encontramos e conversamos normalmente, muitas vezes sobre a vida que estamos a levar. Cada um dá a sua opinião - é pá esta vida que estamos a levar é muito difícil, por isso, temos que trabalhar para amanhã deixarmos esta vida! Entre nós não há brigas, nos relacionamos normalmente - cada dia que nasce rimos uns com outros e assim sucessivamente! (B. D., zungueiro, 22 anos).*

*Existem dias em que acontecem pequenas complicações, sobretudo por causa do lugar, mas tudo acaba por passar. E assim é a vida (J. P. zungueiro, 32 anos)*

Centralizando-nos na categoria juventude, solicitamos aos nossos sujeitos que falassem um pouco do que entendiam do fato de serem jovem. Os depoimentos abaixo, ilustram aquilo que tem sido as suas experiências de vida e de trabalho. Experiências essas marcadas por momentos difíceis e de muita luta, com intuito de garantir a própria sobrevivência. Como podemos observar em seus depoimentos, muitos dos jovens se sentem responsáveis pelo país, mostram grande interesse em contribuir para o seu desenvolvimento, embora esse país não tenha feito nada, ou dado algo para que possam dignificar suas vidas e construir um futuro mais digno e promissor, sobretudo para seus filhos.

*Sobre o que é ser jovem, vou buscar um bocado aquilo que dizia João Paulo II. Ele dizia assim: 'basta ser jovem e não terás medo da justiça - enfrenta a justiça'. É isso que dizia João Paulo II. Me marcou muito. Ganhei experiência na zunga, porque se diz que aquele que não bate à porta, nunca a porta se abrirá. Ser jovem é enfrentar a vida, é ter uma boa experiência de vida. E, para ter experiência, é preciso as vezes passar por onde você nunca sonhou na adolescência, porque você um dia sonhou que irias chegar a este nível. Por isso, para ser jovem em Angola é preciso muita luta. Os mais velhos dizem que - se hoje tenho cabelo branco é preciso saber andar! É preciso respeitar o outro porque muitos jovens hoje já não se respeitam, fazem o que querem perdendo-se nas drogas e acabam por morrer cedo, sendo ainda jovens - enquanto este país esperava por eles, até porque a nossa linguagem e experiência em Angola, os jovens e as crianças são o futuro do amanhã, e se somos o futuro do amanhã então, devemos nos cuidar darmos o nosso contributo no processo do desenvolvimento do nosso país (J. A. – ex-ambulante, 28 anos).*

*Onde vivia era só ilusão. Há muita gente que passa em casa e no mercado. É preciso que haja alguém que te puxe de um ambiente para outro. Nós, que viemos do mato para aqui, temos outra atitude [diferente] do que os daqui. Então, eu vi que entre ficar em casa ou ficar na rua, é melhor ir à igreja. Mas, na igreja, a pessoa tem que ter fé e, por aquilo que estou a ver, é que me faz dizer que ser jovem não é fácil (F. K., zungueiro, 25 anos).*

*Ser jovem não é fácil. É um pouco difícil e também depende muito dos pais saberem educar bem os filhos. No meu caso, se não me formei, não estudei é porque o meu pai faleceu muito cedo e fiquei com a mãe. Quando íamos para a lavra, carregava muito peso e também ao ir à escola, via-se que os outros vestiam-se bem e eu não. Riam-se de mim e, achei melhor abandonar o bairro e vir para a província. De lá, sai pequeno - com 13 anos. No Lobito, vivia com um dos meus tios, mas sempre com esse trabalho de tentar negócios para conseguir uma vida melhor. Tão logo cheguei em Luanda - isto em 1988 - também o caminho fechou e os carros já não iam para a província por motivos da guerra. Então tive que ficar aqui. Mesmo vivendo em grupo, a vida aqui era muito diferente, com amigos. Eu bebia, me drogava, uma vida livre. O que veio mudar a minha vida, foi um 'pai' da nossa Igreja Católica que sempre vinha aqui. Foi ele que me incentivou, ensinou-me a conhecer a bíblia. Mesmo não sabendo ler nem escrever, ele ensinava-me e eu sempre aprendia a palavra de Deus. É essa mensagem que transformou a minha vida até que, hoje, estou a aguentar a minha casa e estou com a minha esposa, tentando melhorar a vida e, nesses nossos negócios, com um pouco de lucro, sustento a família e a casa também. Eu digo que é Deus que me incentivou a conhecer Jesus e, por isso, estou vivo, senão... ser jovem não é fácil, é difícil. Tem que ser mesmo com uma formação para mudar a pessoa, senão é muito difícil (J. B., zungueiro, 27 anos).*

*Ser jovem não é mais do que uma transição do ontem para o hoje, do ontem para o amanhã, é uma transição a decidir a infância até a juventude. Ser jovem é ter um futuro para o amanhã, é uma preparação para que amanhã sejamos capazes para lidarmos com essa sociedade, para governarmos esta sociedade. É uma fase em que se começa o processo de preparação para a maturidade, em que se começa o processo de governação da vida (A. S., zungueiro, 28 anos).*

*O que é ser jovem? Para mim, significa passear junto com os outros. Se você vê que o outro já está a andar mal, você já não lhe atrapalha mais. Você sabe que você é jovem, e que ele também é jovem. O juízo não se compra, então, anda com os outros jovens para te darem uma boa experiência que te ajude no teu negócio ou nos planos que você tem no teu coração. Ser jovem é passear com os outros, andar com os outros e reconhecer o mal e o bem e, onde estiver o mal, você deve sair e ir onde estiver o bem. Procurar sempre o bem, procurar os amigos que são bons,*

*que têm ideias que te ajudam, que reconhecem as coisas más (L. J. – ex-ambulante, 28 anos).*

*O que significa ser jovem para mim? Eu digo e um dos músicos angolanos diz, assim, enquanto houver vida os problemas farão sempre parte. O padre Marcelo dizia que o homem, desde o seu dia de nascimento até à terceira idade, tem pouco tempo para envelhecer, tem mais oportunidade para o trabalho e para viver a juventude. Eu digo que ser jovem não é mais nem menos a não ser trabalho e dedicação, quando o jovem contribui para o desenvolvimento familiar e do seu próprio país. Eu acho que, para mim, ser jovem é representar aquilo que o jovem tem que fazer na sociedade; ser jovem é trabalhar como jovem, porque ele tem capacidade - o jovem tem capacidade de sustentar o adolescente e o idoso. Então, eu acho que o jovem é o ramo fundamental do país no momento. O jovem é trabalho, o jovem é para frente, é o objetivo, é a raiz mais fundamental entre as idades – criança – jovem – idoso. Ser jovem é trabalhar.*

*São estes os problemas que hoje nos levam a reflectir. Na verdade, o que é ser jovem? Isso tudo é o que eu vivi durante esta vida que eu passei. Será que é isso mesmo que tem que ser um jovem? ou é ser alguém com capacidade para o desenvolvimento próprio e do seu país ou da sua família? Isso impede? Ou não impede? Então, como conclusão, ou seja, tudo isso que vivi como experiência de vida... o homem tem sempre uma história na vida... Tudo isso que contei, do princípio até este momento, eu digo que são etapas de experiências de vida que eu vivi ontem. Agora, hoje, sou jovem. Amanhã, já não serei jovem. Então, neste momento, tenho que aproveitar e dar o meu contributo na vida do meu país. Agora, é trabalhar, trabalhar, trabalhar e mostrar o que eu sou, e quanto mais jovem, mais conseguimos enfrentar as coisas. Porque, se com a nossa adolescência enfrentamos muitas coisas, não significa que, quando formos jovens, não iremos enfrentar dificuldades. Ainda teremos dificuldades para trabalhar em qualquer lugar onde estivermos. Por isso, acho que ser jovem é trabalho, é ser firme, é dedicação e é seguir os nossos ideais (P. J. – ex-ambulante, 27 anos).*

*A questão que se coloca é: com tudo isso que eu passei, será que eu não estou ou sou jovem com capacidade de contribuir para o desenvolvimento do meu país? Isto tudo foi experiência de vida durante a adolescência, hoje o jovem tem capacidade de ajudar o país a desenvolver e sabemos que em qualquer parte em que estivermos vamos encontrar sempre muitas dificuldades. Eu acho que tudo quanto foi dito é passado, ser jovem é ser*

*firme, é trabalho, é dedicação e é também seguir as suas ideias. Até hoje em dia eu tenho visto que ser jovem não é fácil, é muito difícil mesmo. Mas, graças a Deus, que nos abençoou... Por isso, eu digo: para crescer e chegar a uma idade, é preciso saber andar, saber falar e saber proteger-se a si próprio (J. P., zungueiro, 32 anos).*

O aspecto da religiosidade também foi bastante apontado pelos sujeitos. Acreditam que a superação das dificuldades que o trabalho informal lhes impõe deve-se a interseção de um ser supremo, que olha para os seus sofrimentos e acompanha os seus trabalhos, daí a necessidade de agradecimento por tudo que tem feito em suas vidas: *“Quero dizer que não podemos deixar de agradecer por tudo, já que ao longo do nosso trabalho Deus tem estado conosco. Ao levantar e sair de casa, ao vender e voltar. E nesse negócio, Deus tem estado”* (J. B., zungueiro, 27 anos).

Na visão dos sujeitos, essa vida difícil que a juventude vive no atual contexto só poderá ser superada com a mudança do sistema de governo no país, o qual dê atenção aos problemas e às necessidades da população desfavorecida.

*Mas eu gostaria que o nosso governo mudasse mais, porque ele sabe que todo mundo aqui está mesmo mal. Para a pessoa viver, tem que ir mesmo zungar e eu gostaria que o nosso governo olhasse mais para isso. Porque muita gente sofreu e muita gente também não teve tempo de estudar durante a guerra. A nossa terra nunca viveu em paz (T. C., zungueira, 25 anos).*

A temática da educação foi bastante debatida nos três grupos de discussão. Para os jovens, na atual conjuntura do país, a educação se constitui em uma estratégia para um futuro promissor e também em estágio essencial nessa passagem de suas vidas marcadas por sucessivas perdas. Constatou-se, tanto nos grupos de discussão como nas nossas observações de campo realizadas nos diferentes espaços de exercício de tais actividades informais, que na sua maioria os jovens apresentam baixos níveis de escolaridade. Daí talvez às dificuldades para pleitearem uma vaga de emprego, numa realidade como Luanda onde as exigências são cada vez maiores. Isso ficou evidente no fato da maioria dos sujeitos apontarem a necessidade e o desejo de darem continuidade aos seus estudos e, apontarem a escola como uma de suas principais reivindicações.

Porém é importante sublinhar que por outro lado, os depoimentos nos mostram a capacidade crítica dos sujeitos e o conhecimento profundo que têm da realidade do país e do próprio cotidiano a partir de suas experiências de trabalho e vida - o que muitos profissionais com maior formação, desconhecem. Trata-se de uma clara demonstração de que o fato de não possuírem uma cultura letrada não lhes tira a possibilidade de fazerem uma leitura apurada do mundo e do próprio cotidiano e da experiência de trabalho em que estão inseridos.

*O negócio que eu faço, eu acho que me dá qualquer coisa. Eu, de momento, vou continuar... Também, pela classe que eu tenho, não sei se amanhã conseguirei um emprego. Mas eu vou continuar a estudar até chegar o meu momento de conseguir um emprego. De momento, eu estou a estudar e sempre a vender, até quando, amanhã, com os meus estudos, fazer um curso e chegar ao momento de encontrar o emprego para mim. Porque, de momento, tenho que confiar nas minhas vendas para pagar as propinas até quando chegar ao fim (A. E., zungueira, 22 anos).*

*As minhas vendas dão pra fazer qualquer coisa, mas só que não me dá saída de estudar. Mas a vontade de estudar eu tenho. Para mim, as vendas não me caem mesmo bem, faço por não ter alternativas mas, pra mim, é mesmo trabalho. Eu vejo que estudar é muito importante para mim, porque os meus irmãos e irmãs que estudaram hoje têm uma vida normal. Para mim, estudar é mais importante porque se eu estudar mais estarei melhor, conforme outras estão (M. N., zungueira, 26 anos).*

*Antigamente, quando vivia com os meus pais, não me interessava em estudar. Os meus pais, quando se separaram, eu era muito pequena e comecei a crescer como qualquer pessoa. Também, as pessoas com quem vivi, não se importavam em me inscrever na escola, mas quando tive uma idade normal, eu própria me matriculei e estudei até a 6ª classe. Então, quando vi que sozinha já não conseguia, desisti e comecei a vender. Até aqui, continuo a vender. Eu vi que, ao vender, a pessoa não vai em frente. Eu agora me dei conta de que a pessoa que estuda, tem mais facilidade para encontrar emprego, ela vive à vontade e qualquer coisa que lhe perguntam ela responde. Por isso é que eu quero estudar até o meu fim. Nunca mais vou parar (T. C., zungueira, 25 anos).*

*Estudar é importante mesmo. Eu parei muito cedo porque adoenci muito. Fiquei quase 4 anos com dores do peito. Parei até que engravidei. Até não consegui amamentar a minha primeira filha. Quem deu de mamar foi a mãe. A doença que eu tinha, o bebê me fugia. Eu cheguei aqui e estou a continuar a estudar e quero estudar até ao fim. Para eu também melhorar a vida, como os outros (G. N., zungueira, 27 anos).*

*Estudar é muito importante na vida do ser humano. Visto que a vida do ambulante é uma vida sacrificante - a pessoa tem que sair de manhã as vezes sem destino, aquele que comprar compra... as vezes o dinheiro que mete não é o dinheiro que sai. A polícia por trás de ti. As vezes chega a te receber: você vai com 2 000, compra negocio [mercadoria] a policia te recebe [pega], chicote atrás! Por mim, essa vida de ambulante é uma vida na qual a pessoa ingressa por não ter nenhum recurso. Mas, o mais importante é estudar para conseguir um emprego e viver um pouco mais estável (C. J. – ex-ambulante, 33 anos).*

*As minhas irmãs todas estudaram e eu só estudei até a 7ª classe porque adoenci muito. Depois, por causa das doenças, deixei de estudar e vim aqui para Luanda. Acho importante estudar porque, na vida de vender, estou a sofrer muito - as vezes não consigo nada (A. T., zungueira, 32 anos).*

*O que é ser jovem? Para mim, significa passear junto com os outros. Se você vê que o outro já está a andar mal, você já não lhe atrapalha mais. Você sabe que você é jovem, e que ele também é jovem. O juízo não se compra, então, anda com os outros jovens para te darem uma boa experiencia que te ajude no teu negócio ou nos planos que você tem no teu coração. Ser jovem é passear com os outros, andar com os outros e reconhecer o mal e o bem e, onde estiver o mal, você deve sair e ir onde estiver o bem. Procurar sempre o bem, procurar os amigos que são bons, que têm ideias que te ajudam, que reconhecem as coisas más (L. J. – ex-ambulante, 28 anos).*

Como pode-se observar nos depoimentos acima, há unanimidade entre os jovens quanto a importância dos estudos, ou seja, da educação na atual conjuntura do país. A educação é vista como passaporte imprescindível para o acesso e inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a melhoria de suas condições de vida. Essa importância da educação e da formação profissional foi bastante

evidenciada em quase todos os depoimentos dos jovens como requisito de acesso ao emprego, inclusive dos jovens que contactamos nas observações de campo como este:

*O país está a mudar e cada dia que passa sentimos que é importante aumentar os níveis de conhecimentos, ter mais estudo. Muitos de nós estudamos pouco, por causa da guerra, por isso estamos a continuar a estudar para acrescentarmos mais um pouco de conhecimento na cabeça (zungueiro 8).*

Como podemos perceber quase todos os depoimentos dos jovens apontam que a educação é uma chave que possibilita transformações na vida das pessoas. Nesta perspectiva transcrevemos um trecho extraído no site da Secretaria de Educação da Praia Grande (São Paulo – Brasil) que concorre para os sentimentos expressos pelos sujeitos. Esse trecho diz o seguinte:

A educação é uma chave. Chave que abre a possibilidade de se transformar o homem anónimo, sem rosto, naquele que sabe que pode escolher, que é sujeito participante de sua reflexão, da reflexão do mundo e da sua própria história, assumindo a responsabilidade dos seus atos e das mudanças que fizer acontecer. Esta chave nos permite modificar a realidade, alterando o seu rumo, provocando as rupturas necessárias e aglutinando as forças que garantem a sustentação de espaços onde o novo seja buscando, construído e refletido. Num país com imensas desigualdades e contradições, a educação se apresenta como um fator de esperança e transformação para a sociedade, não apenas permitindo o acesso ao conhecimento, à participação, mas propiciando condições para que o indivíduo construa sua cidadania.

No caso das mulheres, ao evidenciar esse ponto - referente à educação ou à formação escolar - elas acabam por denunciar a desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino existente no país, muitas vezes, fortalecida pelas questões culturais, que sempre privilegiaram os rapazes em detrimento das meninas.

Ao ressaltarem a importância da educação, os sujeitos o fazem, comparando com a vida de outras pessoas que, por terem estudando, encontram-se em melhores condições que eles: estão melhor inseridas no mercado de trabalho o que não é

regra de todos pois, mesmo no contexto angolano, encontramos muitos que tendo altos níveis de escolaridade também encontram-se inseridos na informalidade, em trabalhos precários e temporários.

De fato, ser zungueiro ou vendedor ambulante é o caminho que resta, muitas vezes, ao jovem, por ser a atividade que mais absorve esta camada etária, principalmente os que não tiveram oportunidades de acesso a uma formação escolar e profissional. Dentro desta perspectiva é que Pereira (2003, p. 289) apoiando-se em Frigotto, afirma que “no mundo do trabalho atual exige-se um profissional polivalente, ou seja, flexibilizado, apto para desempenhar inúmeras funções, por apresentar algumas características” - para ser considerando como tal, o trabalhador deve ter domínio dos fundamentos científicos subjacentes às técnicas do processo de produção, como um especialista.

Na realidade angolana e de Luanda em particular ressaltar-se que os índices elevados de analfabetismo tem sido também um dos fatores da não inserção da maior parte da população, principalmente da camada juvenil, no setor formal de trabalho do País. Nessa conformidade, a educação tornou-se então uma chave importante e capaz de abrir possibilidades para transformar o homem anônimo - como são os jovens que deambulam nas várias artérias da cidade de Luanda e não só - num sujeito participante em sua inserção no mundo e em sua própria história.

Ainda em relação à qualificação, é importante dizer que a formação em Angola é um diferencial na disputa pelos empregos escassos, principalmente no que se refere à informática, ao conhecimento de alguma língua estrangeira, com maior realce para o inglês e o francês. Por isso, a educação, sobretudo a escolar, é vista como passaporte para um futuro mais estável e promissor, pois é por meio dela que os jovens ainda vislumbram possibilidades tanto de qualificação e inserção profissional quanto de mobilidade social.

Por outro lado, a realidade de Luanda tem demonstrado que, à medida que se tem mais escolaridade há, teoricamente, mais possibilidades de acesso ao mercado de trabalho formal. Isso porque, ainda que se tenha boa qualificação para conseguir um emprego, precisa-se ter alguém que faça os “corredores”. Isto acontece mesmo em situações em que o acesso seja via concurso público: é preciso ter-se um conhecido que faça a intermediação com o ‘chefe’ da instituição. De qualquer forma, entendemos que numa cidade como Luanda, com imensas desigualdades e contradições, a educação apresenta-se como um fator de

esperança e transformação para a sociedade, assim como para as histórias e trajetórias de vida das pessoas que nela vivem, porque propicia condições para que o indivíduo se torne sujeito e construtor da sua cidadania.

Justo (2003) entende que o desenvolvimento de um país é diretamente proporcional aos índices de escolaridade e à capacidade produtiva da sua população. Segundo esse autor, investir na educação significa combater a pobreza, o desemprego e a desintegração social. Entendemos que a falta de escolaridade limita a oportunidade e a possibilidade real de trabalho digno e protegido. A realidade tem mostrado que aqueles que têm oportunidade de estudar têm maiores possibilidades para compreender as mudanças que ocorrem no mundo e para se preparar para obter condições adequadas em um mercado de trabalho que se mostra cada vez mais competitivo e restrito.

Ao analisarmos os depoimentos dos jovens, vemos que os mesmos não têm dúvidas de que o grau de escolaridade aumenta as perspectivas de trabalho dos jovens e que a educação ainda é a melhor forma para se conseguir melhores posições no mundo do trabalho. Entretanto, segundo Soares (2010, p. 13), a disputa cada vez mais intensa por espaço no mercado do trabalho tem provocado mudanças nestas visões do ser jovem e intensificado o debate sobre o lugar e o papel desta população na vida dos países.

Diante do exposto entendemos que a não inserção no mercado de trabalho muitas vezes é acompanhada também por outras situações que colocam ainda mais os jovens num horizonte de poucas perspectivas e expectativas. Isso para dizer que a perversidade de tais processos ficou visível para o pesquisador em sua vivência cotidiana com os sujeitos da pesquisa, na medida em que permitiu perceber que as situações de exclusão e as condições de pobreza em que eles vivem - cujas consequências são tão evidentes em suas histórias e trajetórias de vida - geram neles o aumento da insegurança e, portanto, da vulnerabilidade<sup>60</sup>. Nesta vertente é que se diz que a vulnerabilidade é comumente associada à exposição a riscos que fogem do controle e ameaçam a integridade de uma pessoa ou de um grupo.

Por outro lado, é importante ressaltar que a vulnerabilidade dos jovens, na sua maioria, se expressa ou surge, principalmente, pelas dificuldades de acesso ao

---

<sup>60</sup>Para Abramovay (2002, p.34-35), o conceito de vulnerabilidade está associada a insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não acesso a insumos estratégicos.

ensino público como direito e, quando conseguido esse acesso, por sua baixa qualidade e, ainda, pelos múltiplos problemas que têm que ser enfrentados para sua frequência - tais como a necessidade de trabalhar, as dificuldades para compra do material escolar, o cansaço em razão do trabalho, etc. - os quais concorrem para diminuir a procura por este serviço público pelos jovens.

Os depoimentos dos sujeitos abaixo visualizam essa questão da exclusão. Na maioria das vezes eles acabam por sentirem-se estrangeiros no seu próprio país, numa clara denúncia de como as desigualdades regionais criam não apenas desequilíbrio em termos de desenvolvimento, mas também entre cidadãos: não dando a todos as mesmas possibilidade para usufruir os seus direitos, levando-os a buscar com suor do seu próprio trabalho a sua sobrevivência e, mais do que isso, a dignificação de suas vidas.

*Temos mercado [para venda] sim. O nosso presidente nos deu mercados sim, **mas para nós, que podemos ser considerados visitas, estamos cá por motivos de trabalho**, trabalhar no mercado é um atraso devido à renda {aluguel} da casa. Sem não pagares a renda, o dono não te vai permitir viver na casa, por isso nos atiramos na zunga a procura de condições de vida (J. B., zungueiro, 27 anos)*

***Um outro problema é que somos de outras províncias** e não temos condições para conseguir uma casa ou para construí-la, somos obrigados a viver em aluguel. Para outras pessoas, a sociedade de Luanda é diferente das restantes de Angola e muito declinada no sentido de superioridade. Quando tiveres que alugar uma casa, tens que pagar 6 meses ou, senão, 1 ano. Essa é a primeira dificuldade que vives quando vens da província, antes mesmo de começar a vender (A. S., zungueiro, 28 anos).*

***Nós, oriundos das províncias, habituamo-nos a vender e não a roubar.** E, como Deus é bom, apesar da nossa vida não desenvolver como a dos outros, normalmente, vamos indo (B. D., zungueiro, 22 anos).*

***Para nós, provenientes {das províncias}, ser negociante é ser alguém que faz parte de uma 'camada do ninguém' na sociedade.** Simplesmente, você presta para o seu negócio e para o seu colega que é negociante (P. J. - ex. ambulante, 27 anos).*

Outro ponto que os depoimentos acima nos indicam é que apesar desses jovens estarem há bastante tempo em Luanda, apenas consideram-no um lugar de estar, de ganhar a vida para garantir a sobrevivência e não um espaço de pertencimento, tanto é que quase sempre regressam para suas províncias depois de algum tempo, quando entendem que juntaram o dinheiro necessário para o sustento da família no lugar de origem.

A partir dos depoimentos dos sujeitos percebemos que o trabalho informal, mais concretamente o comércio ambulante, é uma atividade que se realiza na rua e, por isso, esse espaço configura-se como meio de sobrevivência. Como se trata de atividade não reconhecida legalmente, além de seus trabalhadores não terem a garantia da proteção social, sofrem diariamente com a fiscalização e a repressão do Estado. Assim sendo, é nas ruas de Luanda que - apropriando da análise de Telles (2006) - os jovens constroem e reconstróem suas experiências de trabalho e de vida: nesses circuitos, redesenham os espaços urbanos, redefinem as dinâmicas locais, redistribuem bloqueios e possibilidades, criam novas clivagens, provocando mudanças importantes nas dinâmicas familiares, nas formas de sociabilidade, nas redes sociais, nas práticas urbanas e em seus circuitos.

É dentro desses circuitos globalizados que os jovens fazem seus percursos, muitas vezes descontínuos e instáveis, no mercado de trabalho. Vivem também sua experiência da cidade, entre a brutalidade das desigualdades e a sedução encantatória do moderno mercado de consumo, de possibilidades e bloqueios para o acesso a uma vida urbana ampliada.

Pelo que escutamos dos jovens vendedores há uma orientação do governo provincial de Luanda para uma fiscalização com o objetivo de acabar com a venda ambulante - algo que muitos jovens com os quais mantivemos contactos afirmaram ser difícil de acontecer devido a realidade que eles próprios vivem. Pela falta de emprego, a venda ambulante se efetiva como uma única alternativa para garantir a sobrevivência desses jovens e de seus dependentes, uma vez que a maioria deles já têm família constituída.

*Por mim eu penso que as vendas com o andar do tempo vai acabar, como diz o governo! Todas as zungueiras vão parar de vender. Por isso é que aí no São Paulo dão corrida nas zungueiras: porque querem acabar com o São Paulo, só porque algumas zungueiras são teimosas. As pessoas já*

*habituarão no São Paulo. Quem acha que estudar é melhor que vender, vai estudar e quem acha que vender é melhor que estudar, também fica a vender. Eu acho que as vendas vão terminar, vamos continuar a estudar. Eu nunca vendi no mercado. As minhas vendas faço mesmo na zunga porque já habituei vender na cidade. Porque, no mercado, não aguento vender na bancada esperando quem vem: eu vou atrás do cliente. Muita gente se queixa do mercado. Por exemplo: eu hoje não vendi, apenas vendi 500 kzs e, a primeira coisa pensei foi na kixikila. Pensei no pão de cada dia, que vou deixar em casa. Porque, também, o que eu não vou fazer, é ir vender, chegar em casa e ir dar chá com pão na minha sogra. Eu vou atrás do cliente: com o bocado que eu vou conseguir, vou conseguir dar jantar na minha casa (A. E., zungueira, 22 anos).*

*Sobre esta questão se a zunga vai acabar ou não, eu digo que, por um lado, ela vai acabar sim, mas por outro, o governo vai ter que apostar [investir] muito. Vai acabar sim, mas para a nossa camada vai ser difícil, porque estamos a atingir uma idade que, para ser empregado público, não seremos aceitos<sup>61</sup>. Quer dizer que nós estamos condenados a ser zungueiros. Para conseguir emprego tens que ter o Bilhete de Identidade e, em Angola, para conseguir esse bilhete é muito difícil. Nós somos angolanos mas está difícil obter o bilhete. Ponto 2: estamos a atingir uma sociedade que exige escolaridade e nós somos aqueles que, além de não terem escolaridade, muitos dos nossos pais já não vivem e, pelas circunstâncias da vida, a família já não se importa conosco. Então, se o governo quiser acabar com a zunga deve começar pelas crianças porque há famílias em que a criança, a mãe e o pai estão todos na zunga – daí, ela passa a ser um ciclo. O governo deve apostar na formação do homem, começando pelas crianças. Eu lhe vou dar um exemplo: eu sou estudante e, como tal, faço parte do mercado e pago a minha escola. E, de onde tiro o dinheiro para pagar a propina? Por isso que eu digo que a zunga não vai acabar agora. Os zungueiros hoje têm uma mentalidade diferente: estudam e, alguns, concluíram os estudos. Mas para ter acesso ao concurso público é um problema sério, porque, ainda assim lhe cobram 500 ou 6000 USD. Para que ele consiga este dinheiro precisa de um ano ou mais de trabalho e, até ali, o posto de emprego já se foi. Por isso, a corrupção é outro fator que faz com que a zunga não acabe, apesar de que um dia ela vá acabar (A. S., zungueiro, 28 anos).*

---

<sup>61</sup> Em Angola, há um limite de 35 anos para o exercício de um emprego público.

*Dizem que as vendas vão acabar, mas também ainda não é agora. Por exemplo, ao lado do mercado que vendo, as pessoas se queixam. Eles vão se queixar na direção que as zungueiras estão a vender muito e eles não estão a conseguir vender, que têm que expulsar as zungueiras. As vezes, são as pessoas que vendem no mercado que vão queixar para os policiais para nos 'darem corrida'. Porque nós vendemos na rua, vendemos mais do que os que vendem no mercado. Porque os que vendem na bancada, esperam um por um, e nós habituamos que os clientes vêm dois, três, quatro - já estamos acostumados. Se alguém nos falar que vamos no mercado 'sentar' [montar banca]: hoje vamos 'sentar', mas amanhã não. E também não é só: o dinheiro que mete lá não é o que sai. Por exemplo, no meu negocio, meto lá cinco mil, as vezes sai, 8, 9, 7,5 por diante... você pode ganhar uns 3, 4,5, 6, as vezes uns 8 mil diariamente. Agora, se eu falar que vou esperar no mercado não vou conseguir. E quanto a essa vida de vender se acabar, [isto só vai acontecer] quando o governo construir mais escolas e der possibilidade de mais pessoas trabalharem e abrir centros de emprego para toda gente poder trabalhar... (G. N., zungueira, 27 anos).*

*Eu acho que as vendas vão acabar, mas se o governo ajudar as pessoas para melhorar essa vida. As vendas vão acabar e as pessoas têm que estudar para amanhã poder encontrar emprego e deixar de vender. Mas, neste momento, nós que não estudamos, para conseguirmos emprego e trabalhar... ainda não temos certeza que as vendas vão acabar, por isso estamos nesse sofrimento (B. W., zungueira, 30 anos).*

*O Papa João Paulo II quando chegou a Angola, no Aeroporto, disse que Angola é grande e é rico, por isso ninguém deveria sofrer. Mas, hoje, tudo isso não passa de uma mentira. Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola dizia: o mais importante é resolver o problema do povo. Mas hoje, ninguém sente ou vê isso ser realizado. Essas palavras eram do Agostinho Neto, mas será que o José Eduardo não pode resolver? No tempo do Agostinho Neto, ninguém pagava para estudar, nem para ser atendido no hospital. Hoje, o sistema da gasosa [corrupção] não acaba se não fizerem como no tempo dele: porque toda mulher, se não vender um saco de água fresca não come, não paga propina das crianças na escola. Se não for a zunga, apesar da corrida da polícia, as pessoas não comem em casa. Por isso, a zunga não acabará enquanto não se fizer o que fazia o Agostinho Neto (J. P., zungueiro, 32 anos).*

*No meu caso, dizer que vai acabar... vai acabar um dia, conforme estão a prometer: que o país um dia vai mudar, que esta vida de vender vai passar. Isto é o governo que diz!!! Então, se um dia vai acabar a vida de vender, eu penso que é mesmo hora de estudar. Temos que estudar porque, se um dia acabar, não temos para onde ir: esta é a minha proposta. E, também, se não acabar, cada um faz aquilo que achar melhor (M. N., zungueira, 26 anos).*

*A vida de ser ambulante vai acabar, mas não vai ser hoje nem amanhã, porque nem todos estudaram e, hoje, para conseguir emprego numa empresa tem que ser com estudo. Nós estamos a fazer este sacrifício de vender, mas eu gostaria que o governo construísse escolas para as pessoas estudarem, porque, em Angola, por exemplo, eu não tenho Bilhete de Identidade porque, para solicitar a emissão aqui, é muito trabalho. Por isso, para mim, a zunga não vai acabar agora, mas um dia sim (B. D., zungueiro, 22 anos).*

Como observamos nos depoimentos acima, todos os jovens apontam que essa concretização do objetivo do governo de acabar com a venda ambulante só ocorrerá num período de longo prazo e, para tal, sugerem que antes se invista na formação educacional e profissional, para dar outras possibilidades aos mesmos de inserirem-se em outros campos de trabalho. Entendem que esse processo de formação deve abarcar também as crianças, para que no futuro elas possam ter melhores condições e não precisarem zungar. Com isso, estaria-se a quebrar o ciclo que se verifica na atualidade, em que muitas crianças estão a zungar juntamente com os pais. De modo geral, no entendimento dos jovens, a superação ou solução dessa questão passa pela criação de centros de formação e encaminhamento para emprego, possibilidades e facilidades de acesso a documentação, entre outros aspectos visualizados nos próprios depoimentos dos sujeitos, como esse abaixo:

*A zunga não está diminuindo porque a própria sociedade, incluindo o governo, está a contribuir. Enquanto um formado não puder encontrar um mercado de trabalho que possa recebe-lo, a zunga vai continuar a ser a saída... caso o governo continuar a não apostar na formação dos jovens e crianças que estão a crescer, também a zunga não vai acabar. Existe agora uma zunga especial - os que não se encontram com os fiscais mas estão na rua e, pela antiguidade, vendem por via telefónica - porque tem muitos números telefónicos que ligam à procura da mercadoria que os clientes*

*querem. Ele só sai para levar a mercadoria para as pessoas que o solicitam - sai de casa para fazer a entrega e, como o governo vai dar conta se até a forma de vestir já é quase igual a de um rico? (A. S., zungueiro, 28 anos).*

Por outro lado, entende-se que essa medida do governo da província de Luanda - de acabar com a venda ambulante - decorre do fato desses sujarem as estradas e as avenidas. Esse ponto trouxe divergências entre os jovens ambulantes: um grupo concorda com a tese de serem os responsáveis pela sujeira que se verifica em alguns espaços da cidade e outro grupo discorda completamente dessa justificação do governo. Os depoimentos abaixo ilustram essas divergências:

*Agora, por outro lado, o que eu acho: porque nos correm da zunga? Bem, eu digo assim: numa parte, eles têm razão, mas numa outra parte, o Estado deve criar condições para esse povo ir, os zungueiros. Como? Eu não estou aqui a dizer que não é verdade, é verdade. Os zungueiros, na verdade, sujam a cidade. Numa parte, dou razão. Nós sujamos a cidade, porque vamos buscar o produto no mercado dentro duma caixa e, quando tiramos o produto, abandonamos a caixa aí. Então, já não estamos a fazer a limpeza da cidade, estamos a contribuir para a sujeira da cidade. Por isso, os fiscais têm o grande trabalho de correr com os zungueiros. Mas se não criarem condições para tirarem os zungueiros de onde eles estão para irem para um bom sítio, será muito difícil, muito difícil mesmo... Porque é na zunga que muitos e muitas zungueiras estão a sobreviver. Eu até tenho experiência de grandes empresários hoje – chama-se Kaly, ele é do Congo Democrático - e tornou-se empresário através da zunga, era um grande zungueiro que vendia lâminas, tesouras, secador de cabelo. Hoje, teve sucesso na vida e tornou-se um grande empresário. Ele nem acredita que saiu da zunga (J. A. - ex. ambulante, 28 anos).*

*Por exemplo, aqui mesmo onde estamos: não há contentores de lixo. Se você comer algo onde colocas o lixo? Claro que é no chão. E isso todo mundo faz, inclusive os que andam de carro. Quantas vezes vimos pessoas que beberam gasosa ou comeram algo no carro e deitaram no chão? O problema é que há falta de locais para se depositar o lixo na cidade e, onde há contentores, fica-se uma semana sem se recolher o mesmo, ao ponto das pessoas deitarem o lixo no chão por falta de espaço, por os poucos contentores que ficam no local estarem já cheios” (zungueiro 9).*

De fato, essas situações colocadas nos dois depoimentos são realidades que se vivem na província de Luanda, daí a justificação das divergências expressas pelos sujeitos. Isso exige tanto do governo como dos próprios vendedores maior cuidado com o saneamento básico da cidade: uma providência tão importante não só no sentido do embelezamento e da boa imagem da cidade, mas também para a promoção da saúde e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos habitantes da província.

Em seus depoimentos, os jovens vendedores ambulantes, mostram-nos de forma clara e significativa que, além de jovens, também são seres humanos, amam, sofrem, pensam a respeito de suas condições e experiências de vida, posicionam-se, possuem desejos e propostas de melhoria de vida. Isso nos leva a acreditar que é nesse processo que cada um deles vai se “construindo e sendo construído como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém” (DAYREL, 2003, p. 43-44) enquanto sujeito coletivo.

Nesta conformidade, os jovens, apesar das dificuldades, das situações complexas que constituem o seu cotidiano, da vida dura que a realidade do país e da província em si proporciona, ainda aspiram sonhos, que embora muitos deles sejam simples, têm um significado muito peculiar em suas histórias e trajetórias de vida, e envolvem inclusive seus filhos e demais dependentes. Como podemos observar, mais uma vez os jovens destacam em seus sonhos a importância da educação como elemento chave no processo de transformação de suas vidas, como um passaporte para o alcance da melhoria de vida.

*O meu sonho é o nosso presidente pensar em aumentar mais e muitas escolas. Só assim é que o melhor sonho pode ser alcançado, até porque não estou numa classe avançada. Estou na 3ª Classe e em casa já sinto peso: tenho mulher e tenho filho e procurar as condições da casa e conciliar com os estudos é muito difícil. Às vezes chego atrasado, outras vezes falto mesmo, por isso, o melhor sonho não existe. Com o tempo, caso o senhor presidente achar que deve aumentar mais escolas e não nos cobrar muito dinheiro, aquilo que chamam ‘gasosa’<sup>62</sup> talvez tenhamos melhor sonho. Eu acredito que as coisas venham a mudar através de estudos. Sem estudos a pessoa não caminha (J. B., zungueiro, 27 anos).*

---

<sup>62</sup> Dinheiro de corrupção.

*Os meus sonhos são vários mesmo que não tendo estudado. Mas eu louvo a Deus, até porque eu sou rapaz com os 22 anos que tenho. Estou a tentar ver se consigo o que sempre sonhei: ser um engenheiro (B. D., zungueiro, 22 anos).*

*O sonho depende do nosso governo. Eu não tenho casa, bilhete, não tenho nada. Se um dia as coisas mudarem, sim. Por exemplo, eu não tenho B.I o presidente quando inaugurou aquele posto disse que o Bilhete será grátis. Mas hoje ainda custa dólar e nós, como zungueiros, não temos nada. Não existe melhor sonho para nós. Há, sim, dificuldades (J. P., zungueiro, 32 anos).*

*Para já, ninguém gostaria de continuar esta vida de ambulante. Todo mundo quer se beneficiar de momentos de lazer e ter uma vida digna. Eu não acredito que a vida de ambulante seja uma vida digna porque submete-se à polícia, aos fiscais e, as vezes, aos chamados marginais. Como sonho, temos de lutar para mudar de categoria, estudando. [Espero] que o governo procure um lugar digno para nós. Porque estudante tem o sonho de ser alguém na sociedade amanhã, para avaliar, no futuro, esta situação que muitos de nós estamos a viver. Por isso, eu gostaria de ser alguém, no futuro, socialmente. Ter um lugar que me permita discutir, debater os problemas que afectam a sociedade (A. S., zungueiro, 28 anos).*

*O meu sonho é de ter uma casa, sair do sofrimento da casa de renda, porque doi muito quando o outro recebe o dinheiro da casa arrendada. E a segunda coisa é de formar as minhas duas meninas e também rezar para que Deus nos ajude nessa situação (A. E., zungueira, 22 anos).*

*O sonho que eu tenho de agora para diante, primeiro, é ter a minha casa própria, sair da casa de renda. Segundo, dar formação para os meus filhos, visto que eu já me encontro nessa situação e estou a ver conforme é está vida. Não quero que os meus filhos fiquem também na vida de correr. Então, o meu maior sonho é, primeiro, procurar uma casa própria, e também formar os meus filhos para que não sejam ambulantes (M. N., zungueira, 26 anos)*

*O sonho que eu quero é estudar, trabalhar para conseguir formar os meus filhos (A. T., zungueira 32 anos).*

*Saí de Benguela para vir trabalhar e procurar o bem viver, estou a viver com alguém não casado pela igreja. Comecei a vender a partir da província de Benguela, quando tinha 12 anos, eu já vendia e quando tinha 14 anos - eu já vendia lataria na praça do Chapanguele, então quando tive o meu primeiro filho. Saí de Benguela para cá. Quando cheguei aqui em Luanda vendia ovos e agora estou a vender aguardente. Compro no hotel Marinda e vendo no Roque Santeiro e as minhas vendas tem dado qualquer coisa para fazer algo. Até agora estou sempre a vender um pouco para minha casa, um pouco para fazer qualquer coisa para mim. Então, desde que eu comecei a fazer coisas, comprei o meu terreno, construí e estou quase... (T. C., zungueira, 25 anos).*

*O meu sonho quando vim para cá era ter a minha casa. Como já consegui realizar esse sonho, agora o sonho que eu tenho é de fazer com que os meus filhos estudem para amanhã também não fiquem como qualquer um. Já não tenho mais sonho para mim, já consegui o pouco que queria, agora só sonho para os meus filhos (B. W., zungueira, 30 anos).*

*Olhando os sonhos eu não sei. Eu cheguei a ler um livro que fazia a seguinte pergunta: será que os sonhos se vêm? Será que aparecemos dentro de um sonho? E como resposta, [no livro] vinha que sim. E eu também digo que sim, porque o futuro vem quando nós aproveitamos. E eu digo que o futuro tem que ser construído, é como uma casa [que, ao ser construída vem] por cima de alicerces, sem alicerces nenhuma casa aguenta e, de repente, caí. Eu acho que o futuro tem que ser preparado, no dia em que nos encontramos firme e forte para o trabalho. Eu acho que o que eu sonho, o que eu desejo para amanhã ou depois... primeiro, tenho que trabalhar para alcançar aquilo que eu espero um dia eu ter. Eu, desde sempre, desde os 30 anos... - quando trabalhei no centro de saúde, achei que ser médico seria o caminho ideal, meu desejo ideal... - Depois de tudo isso que eu sofri e de tantas dificuldades que eu encontrei na minha vida, agora que sou adulto e mais disposto para o trabalho, só tenho que estudar para, futuramente, licenciar-me - não importa que idade eu terei naquela altura. Este é o meu sonho, sendo ou não sendo com dificuldades, eu já comecei e já estou aqui - este é o meu desejo (L. J. - ex-ambulante, 28 anos).*

*O sonho que eu tinha, já consegui graças a Deus: que era o terreno. Até o próximo ano, vou conseguir construir a minha casa para os meus filhos. Amanhã ou depois de amanhã vou desaparecer e aquele lugar fica para os meus filhos (G. N., zungueira, 27 anos).*

*Sobre os meus sonhos: eu sendo jovem graças a Deus, com essa idade que eu tenho, estou a fazer a 9ª classe e tenho a certeza que vou passar para a 10ª classe. O único sonho que tenho é concluir o ensino médio e posteriormente vou decidir como será a minha vida. A minha esposa já está a fazer 11ª classe, isto é o INE [Instituto de Educação], ela já está mais avançada que eu, por isso vou batalhar. Quero fazer o Ensino Médio e só assim vou decidir o que fazer em diante, mas a vida é mesmo assim... (J. A. – ex-ambulante, 28 anos).*

*Sobre os sonhos que eu tenho, para mim, [meu desejo] é ser catequista, porque o meu pai e os meus irmãos todos são catequistas e eu estou a lutar para seguir o mesmo caminho. A minha esperança e o meu sonho é mesmo este: ser catequista (evangelista) porque os que me passaram à frente já me mostraram esse caminho e eu quero acompanhar (P. J. – ex-ambulante, 27 anos).*

Os depoimentos dos jovens em relação aos seus sonhos ressaltam sobretudo a questão da obtenção da casa própria e da própria formação, embora a prioridade sejam os filhos. A questão da casa própria, ou seja, da habitação, é um problema vivido pela maioria dos jovens em Angola e não apenas dos jovens migrantes inseridos no trabalho informal em Luanda. Essa situação tem contribuído para que muitos deles ainda permaneçam na casa dos pais, mesmo depois de formarem suas respectivas famílias. Isso ocorre pelo fato de existirem no país um número limitado de casas disponíveis diante de uma demanda crescente de cidadãos, não apenas jovens, em busca da concretização desse sonho da casa própria. O problema é ainda mais complicado devido aos preços exorbitantes praticados na venda da mesma, o que não difere muito no caso de aluguel, como nos ilustra os depoimentos abaixo:

*Pelos preços das casas, os zungueiros optaram por alugar uma casa em grupos de 5 ou de 6, que pagam e vivem em comum, para fazerem face a esta situação. Mas a sociedade de Luanda devia aprender muito com quem deslocou-se: porque igual a todos, gostamos do bom ambiente, de lazer e por ai fora... Mas, o que acontece é que quando vocês vivem numa casa, por mais que paguem à tempo e à hora, quando o senhorio vê que compraram uma ventoinha, uma panela, uma arca para beber uma água fresca, a renda sobe. Este é um dos fatores. O outro, é a bandidagem. Sendo hóspedes e, por sermos diferentes em termos de atitude em relação aos que são natos em Luanda, quando voltamos da zunga, aguentamos a polícia, o fiscal com tanto porrete e ainda nos deparamos com delinquentes que têm recebido dinheiro, telefones e outras coisas que sobram da venda. Por isso, para além de rezar para que a polícia não te pegue, também tens que contar com os delinquentes. E, finalmente, a falta de segurança: porque nós somos espancados em plena rua e ninguém faz nada. Quer dizer, tens que vender sempre porque não tens casa, não podes apanhar nenhuma doença e rezar sempre para que não sejas apanhado pela polícia (A. S., zungueiro, 28 anos).*

*Nesta vida sem dinheiro para pagar a renda, como conseguir comprar terreno e ter uma casa? Se eu quiser comprar terreno, só pode ser naquelas partes do Cacuaco ou do Viana, porque há muita gente que esta a chorar no Rocha Pinto, onde as famílias construíram com sacrifício e ainda assim seus quintais são pequenos que nem dá para o número de pessoas que vivem nelas. Ainda assim, o Governo chegou e partiu. Para começar um negócio com 10.000,00 kz não é fácil, agora Imagina construir! Mas eu tenho um amigo que disse: a minha filha conseguiu a casa dela. E eu perguntei, como conseguiu se ela vende água fresca amarrada em embalagem e cada uma custa 10,00kz? Ele respondeu-me que as mulheres que vendem água fresca no Roque têm dinheiro. Por isso, eu digo que cada um que está a vender tem que saber onde pretende chegar e para onde este trabalho levará a sua vida. Porque esta vida é difícil e não dá para ir além do que tem de ser - isto para alguém que leva a vida a sério. Porque isto é mesmo complicado. Por exemplo, tu tens 25 anos, vives da zunga e não tem alguém que te aconselhe - como vais pensar em sair dela? É difícil. No meu caso eu só rezo todos os dias dizendo – ó Deus ajude-me porque não pode acontecer que onde estou a passar, amanhã os meus filhos venham a passar o mesmo. A minha filha, que hoje tem 12 anos, amanhã também será zungueira e a viver em casa de renda? Não. Eu nasci na cabana, mas os meus filhos não (F. K., zungueiro, 25 anos).*

Como podemos observar ao longo da nossa abordagem, os motivos do envolvimento dos jovens no trabalho informal são vários e complexos. Entretanto, há que ressaltar a relação que os jovens fazem entre a necessidade do dinheiro e o processo de globalização. Essa relação foi assim apontada por um dos nossos sujeitos:

*A mundialização nos ensinou que, afinal, cada homem, para ser livre, tem que ter um pouco de dinheiro. Uma vez que tem o dinheiro, é livre para comprar isto ou aquilo e, se calhar, de resolver alguns problemas que têm a ver com questões financeiras. Por isso é que eu digo que a mundialização nos levou até aqui. Porque, os nossos pais nos diziam que, no tempo colonial, as crianças não podiam conhecer dinheiro, dedicavam-se somente à agricultura. Mas, o nosso mundo atual, ensinou-nos a conhecer o dinheiro, porque a vida social nos obriga a guardar o negócio do pai enquanto ele vai fazer outros negócios ou ndonga e nos deixa ali dizendo: olha, fica aqui, isto custa x Kwanza. E foi assim que fomos conhecendo que, afinal, vender é uma forma que nos pode levar a resolver certos problemas da vida (A. S., zungueiro, 28 anos).*

É importante ressaltar que esse processo de globalização económica que vivemos na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que possibilita ou gera alguns avanços no desenvolvimento dos países, proporciona por outro lado crises de natureza social, econômica, ética e moral que se expressam pelo agravamento do desemprego estrutural, pelo aumento da pobreza, da violência urbana, do terrorismo, da corrupção política e institucional, da desagregação da família, da destruição do meio ambiente, entre outras, cuja sua visibilidade pode ser menos concreta. Essas crises também se refletem de alguma forma nos jovens que buscam, na sua vivência quotidiana, caminhos e perspectivas para o futuro. Além da globalização, existem outros motivos e determinantes, que são ressaltadas nos depoimentos abaixo, muitos deles, já frisados ao longo da nossa abordagem.

*O motivo que leva os jovens à venda ambulante: primeiro, é o baixo nível académico e a falta de apoio. Ser ambulante é a forma mais fácil [de trabalhar]. Eles vêm a Luanda para conseguir pão e voltar para Benguela. Por outro lado, eles exercem esta atividade porque conseguem o dinheiro*

*fácil e o trabalho fácil. Alguns deles têm vontade de trabalhar. ADB<sup>63</sup> tinha vontade de ajudar os jovens a enquadrarem-se nos Centros de Emprego mas foram invadidos por outro grupo e até agora não há resposta. Com isso, eles sentem-se injustiçados, incapaz de maior resposta (F. F. – ex-ambulante, 35 anos)*

*Como disse o Irmão F. F., houve um dia em que estavam a dar crédito, mas como estes jovens não têm formação e toda documentação se perdeu ou foi queimada durante a guerra, eles não conseguiram fazer nada. Não aparece emprego para eles e como antigamente para conseguir emprego tinha que se ter Bilhete de Identidade então não conseguiram. Hoje, é mais difícil ainda porque tem-se que ter Cédula e depois Bilhete de Identidade - o que eles não tem (J. A – ex-ambulante., 28 anos).*

Diante dos depoimento concluiu-se que em contextos como o de Luanda onde o jovem vive uma dupla exclusão: do mercado de trabalho e do acesso à educação, resta-lhe o trabalho informal, sem garantias, mas que também, como vimos no decorrer da nossa abordagem, tem sido proibido e impedido pelo governo de Luanda por meio dos agentes da polícia e da fiscalização, que não aceita trabalhadores informais, principalmente vendedores ambulantes, no centro da cidade, com intuito de preservar sua imagem.

Nesses depoimentos os jovens denunciam não apenas, a falta de emprego ou da formação profissional que lhes permitiria a inserção no mercado de trabalho, mas também as dificuldades de acesso à documentação, ou seja, denunciam toda uma burocracia criada para que os direitos de cidadania se efetivem na desenfreada luta pela sobrevivência - o que, aliás, foi apontada pelos sujeitos por unanimidade como sendo o principal motivo de seu envolvimento no universo do trabalho informal. Com isso concordamos com Telles (1999) ao afirmar que a realidade contemporânea:

Apenas nos permite, nesses tempos de capitalismo globalizado, uma modernização que não cria o emprego e a cidadania prometida, mas que engendra o seu acesso na lógica devastadora de um mercado que desqualifica - e devasta – povos e populações que não tem como se adaptar à velocidade das mudanças e às atuais exigências da competitividade económica (p. 86).

---

<sup>63</sup> Amigos de Dom Bosco.

Perguntamos também aos nossos sujeitos quanto aos lucros obtidos nas vendas, mais concretamente, se eles conseguem obter algum lucro no trabalho que desenvolvem e onde normalmente o dinheiro é gasto. Suas respostas estão contidas nos depoimentos abaixo:

*O meu lucro, no dia a dia é o cansaço. Quer dizer, sair de casa e andar... vezes há que familiares, nomeadamente, irmã, primo e sobrinhos, quando têm problema, recorrem a mim dizendo: olha eu estou doente você que tem que me ajudar. De outro lucro, eu digo assim: Deus é pai: no ano passado consegui comprar um terreno lá em Benguela. Peço que Deus bata-me à porta conforme aconteceu no ano passado, ou seja, com o lucro que venha a conseguir possa levantar um quarto. Que, se amanhã eu morrer, eu consiga deixar pelo menos um quarto para os filhos. Esse é o meu desejo em relação ao lucro (F. K., zungueiro, 25 anos).*

*Sim, nós temos tido lucros. Agora sobre o que fazemos com ele, isso depende porque cada um sabe como gerir ou administrar o que tem. Por exemplo: existem aquelas pessoas que o lucro é administrado de tal forma a garantir a educação aos filhos, economia de casa e adquirir alguns bens pessoais. No meu caso, o meu lucro primeiro serve para investir nos meus estudos, isto é, para comprar livros, fascículos, táxi, investigar no trabalho que os professores tem mandado e, segundo, para sustentar a casa e o pessoal. Os lucros têm esse fim. Para aquelas pessoas que não têm como gastar-lo, metem-se na vida de bebedeira. Eles vendem ao longo da semana e no fim-de-semana, vão pular, beber. Quer dizer, a vida está melhor assim para eles. Com quem diga, já trabalhei agora é **tchilar**<sup>64</sup> todo dinheiro até porque segunda-feira terei mais. Em relação ao lucro, fazemos com ele coisas da vida. Por exemplo, sustentar a casa - nunca dormimos com fome - e ir comprando alguns artigos domésticos. De forma específica, eu consegui comprar uma moto. Como no interior não se compra terreno, então, o lucro é para estes artigos (J. B., zungueiro, 27 anos).*

*O lucro de cada negócio que faço, é para pagar a propina da escola, comprar roupa. Temos que comer e quando alguém pede algo para pagar é ali onde vai o lucro. Não lucrámos muito, mas o pouco que ganhamos vai ali (J. P., zungueiro, 32 anos).*

---

<sup>64</sup> Dançar, divertir-se

*Quando comecei a trabalhar eu tinha um sonho. O sonho que tive é que quando o meu pai faleceu deixou uma casa, e a família dele vendeu a mesma sem me explicar nada. Mas o sonho que tive na minha vida era de ter uma casa própria. Nas minhas vendas consegui uma casa de 6 quartos, 2 salas e uma varanda. E, agora que consegui realizar este meu sonho, daqui pra diante eu só quero realizar o meu sonho de estudar e fazer os meus cursos, para amanhã eu também ser alguém na sociedade (T. C., zungueira 25 anos).*

Os nossos sujeitos consideram lucros muitas vezes aquilo que irá permitir a realização de seus sonhos, como a compra de um terreno, a construção ou aquisição da casa própria – que é o desejo de muitos deles -, que lhes proporcionem o bem-estar. Por outro lado, são considerados lucros os recursos resultantes de seu trabalho, usados na maioria das vezes, para alimentação e outros gastos que garantem a própria sobrevivência e de seus dependentes, o pagamento das propinas de seus estudos e, em alguns casos, de seus filhos.

Na análise dos depoimentos feitos pelos jovens percebe-se que as políticas sociais que são implementadas, pouco contemplam a heterogeneidade e a diversidade de suas trajetórias e histórias de vida. Por isso, concordamos com Blass (2006, p. 63) ao apontar que a voz dos jovens deveria nortear, e não ser silenciada, quando são discutidas questões relativas ao trabalho e ao emprego ou quando se implementam programas governamentais destinados à formação profissional. Isso “nos elevaria da condição de sujeitos passivos, apáticos, à de sujeitos atuantes, sensíveis ao nosso momento histórico” (VERONESE, 1998, p. 11).

De modo geral, podemos dizer que os sujeitos da presente pesquisa são jovens imersos em desigualdades históricas tanto em relação aos seus modos de ser e quanto aos de viver. Vivenciam a realidade do desemprego ou de inserções precárias marcadas por ausências - ausência do Estado, de políticas sociais públicas e de escolas - cujas consequências são os baixos rendimentos, a falta de oportunidades educacionais, o acesso limitado, a baixa qualidade dos serviços de saúde, a falta de infraestrutura habitacional e a segregação socio-espacial. Tudo isso conforma, no dizer de Azeredo (2010, p. 580), um conjunto de desvantagens sociais. Nesse sentido, além de residirem em lugares com difícil acesso a recursos materiais e simbólicos, vêem suas condições de pobreza serem produzidas e reproduzidas, num círculo perverso que conforma a falta de melhores oportunidades,

confinando-as num lugar muito distante dos padrões minimamente aceitáveis (AZEREDO, 2010, p. 583).

Assim, diante do exposto, podemos considerar os jovens envolvidos no trabalho informal como sendo um “universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação e resistência e, sobretudo, pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo” (YAZBEK, 2004, p. 1-2). Por outro lado, seus depoimentos revelam, mesmo que de forma implícita, que reconhecem a necessidade de superar a prática de uma vida subalterna e, ao mesmo tempo, de garantir o acesso à educação formal como instrumento de libertação para si e seus filhos. Apropriando-nos das ideias de Telles (1999) podemos considerar esses jovens como que fazendo parte das “classes inacabadas” (p. 108), que se constituem no contingente que compõe esse imenso e hoje crescente mercado informal.

Para finalizar a nossa reflexão relativa aos depoimentos referentes à temática abordada, entendemos ser importante ressaltar que o trabalho permanece como centralidade do processo de inserção e integração dos indivíduos na estrutura social. Silva (2009), apropriando-se dessa ideia, diz que

o trabalho na modernidade é o eixo que organiza as relações sociais, possibilita as configurações culturais, simbólicas e identitárias, já que permite a socialização e a integração dos indivíduos; de modo que, o trabalho permanece como central no processo de inscrição dos indivíduos na estrutura social (p. 142).

Concordamos com essa reflexão *embora* tenhamos clareza de que, no contexto angolano, essa socialização e essa integração, para muitos, ainda se dá de forma precária e desumana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da abordagem realizada, na qual foram analisados os significados que os jovens migrantes, trabalhadores informais em Luanda, atribuem às suas experiências de trabalho e de vida, bem como aos motivos que os levaram ao envolvimento em tais atividades, passamos, nas linhas seguintes, a tecer considerações, resultantes tanto das leituras realizadas ao logo do estudo, como dos depoimentos dos sujeitos, cujas análises referenciamos no item anterior.

Como qualquer trabalho de pesquisa, inúmeras foram as dificuldades encontradas ao logo do percurso. A primeira delas foi conseguir a autorização para abordar a temática inicial sobre adolescentes infratores em Luanda. Depois de conseguir tal autorização, enfrentamos barreiras na sua operacionalização, o que nos obrigou a optar pela mudança da temática para esta que apresentamos na presente tese. A segunda, prendeu-se à obtenção de material que abordasse esse tema em Luanda, o que fez com que a maior parte da bibliografia de apoio que fundamenta esta tese fosse estrangeira. Tivemos, no entanto, o cuidado de adequá-lo ao contexto do estudo.

Nesse sentido é que acreditamos que as universidades em Angola têm uma contribuição a dar, sobretudo na criação de centros de estudos voltados para as questões sociais, assim como na realização de fóruns de debates e discussões para equacionar esforços e fomentar o diálogo em torno dessas situações que enfermam as sociedades angolana e luandense. Ressalta-se que a falta desses equipamentos e de informações sistematizadas sobre o assunto discutido nesta tese dificultaram, em certo sentido, nosso estudo, como referenciamos acima.

Mas, como se diz, no meio de espinhos também há rosas. Isso para dizer que, apesar de todas as dificuldades encontradas, contamos com a colaboração da coordenação e dos membros da Associação de Amigos de Dom Bosco, assim como dos jovens, que aceitaram conversar conosco nos diferentes espaços de venda, quando das nossas observações de campo, contribuindo, desta forma, para a riqueza dos depoimentos e do trabalho ora apresentado. Pensamos, nós, que essa riqueza dos depoimentos se constitui em um valioso subsídio para qualquer iniciativa - seja do Estado, seja do setor privado - de impacto no âmbito das políticas sociais e públicas que possam ser concebidas, planejadas e implementadas para esse

segmento da sociedade envolvido no trabalho informal, mais concretamente, no comércio ambulante, como apontaremos mais adiante.

Entrando mais concretamente nos resultados da pesquisa, é importante ressaltar que, embora os jovens não apontem diretamente, em seus depoimentos evidenciaram que têm conhecimentos de cidadania e de direitos. Por outro lado, seus depoimentos expressam indignação quanto à perda – em nível social - de alguns valores que caracterizam a sociedade angolana, principalmente os da solidariedade e do respeito ao próximo. Convém dizer também que, em suas falas, estão explícitas as diversas formas de discriminação que muitos deles sofrem ou sofreram no exercício de seu trabalho informal, principalmente como vendedores ambulantes.

Embora reconheçamos, em alguns aspectos, o esforço empreendido pelo governo na atual conjuntura do país, urge ressaltar que observamos também que a recuperação de edifícios públicos importantes, a reforma de praças, parques e avenidas, o combate ao crime e a tentativa de atrair investimentos da iniciativa privada, assim como os projetos do programa de reconstrução nacional em curso no país, não estão sendo acompanhados de políticas públicas que incluam, de forma significativa e qualitativa, os grupos marginalizados e vulneráveis da sociedade.

Diante do exposto, o que se tem verificado no contexto de Angola, e de Luanda em particular, é que a maior parte dos trabalhadores informais - neste caso concreto, os vendedores ambulantes, sujeitos do presente estudo - vivem uma situação de exclusão total dos benefícios do amparo e da seguridade social, configurando-se em segmentos populacionais a quem são recusados os direitos de cidadania. Muitos ainda encontram-se excluídos em relação a qualquer acesso a crédito das instituições financeiras do país, que exigem, na maioria das vezes, a comprovação de determinada renda para a concessão de algum empréstimo.

Os depoimentos ilustram que o número incontável de jovens que engrossam as estatísticas de desemprego no país clama por oportunidades de trabalho e, na ausência deste, de um subsídio de desemprego que ajudaria a atenuar suas dificuldades de foro socioeconômico – ainda que tenhamos consciência de que as consequências advindas do desemprego ultrapassam as questões meramente econômicas. Claro que muitos diriam que tal regalia acomodaria os jovens, que receberiam um benefício sem ter feito nada para o merecer, esquecendo a escassez e as dificuldades que caracterizam o mercado de trabalho para jovens, -

principalmente para os que se encontram na condição de migrantes - com pouca instrução e poucos conhecimentos na cidade. Convém lembrar também que o subsídio talvez seja uma alternativa adequada caso se queira diminuir o número de jovens infratores no país e na província de Luanda em particular, cuja incidência tende a aumentar cada vez mais.

Por outro lado, a literatura aponta diferentes razões globais e regionais para a relevância da informalidade nas sociedades modernas. Dentre essas razões, estão a reestruturação das cadeias produtivas nacionais e internacionais e, em alguns casos, as especificidades das estruturas socioeconômicas. No caso concreto de Luanda, os motivos do envolvimento dos jovens em atividades informais são muitos, dando, assim, o caráter da complexidade ao tema. Entretanto, os resultados deste estudo revelam não apenas a complexidade e heterogeneidade que essa atividade alcançou no contexto de Luanda, mas também os conflitos diários e as ações de repressão perpetuadas pelos agentes da polícia e pelos homens da fiscalização do governo. Essa observação aponta para o fato de que o Estado reprime o trabalho ambulante, mas não oferece alternativas que realmente possibilitem aos jovens prover sua sobrevivência e de seus dependentes, enquanto chefes de família.

É importante ressaltar que essas ações de repressão do trabalho informal, bem como das situações de discriminação - dentre outras que constituem o cotidiano dos jovens - são exemplos concretos de que as experiências de trabalho, assim como suas histórias e trajetórias de vida são perpassadas por vivências de violência.

Dentre os motivos que justificam que os jovens trilhem o caminho do trabalho informal, evidenciados nos depoimentos dos sujeitos, apontam-se: o conflito armado de mais de três décadas, que assolou o país, cujas consequências traduziram-se na migração da maior parte da população, principalmente dos jovens, das zonas rurais para as cidades capitais; e a destruição da indústria e de toda a cadeia produtiva do país, contribuindo para o aumento do desemprego da população economicamente ativa - uma situação ainda permanente no atual contexto do país.

Por outro lado, temos que incluir, nessa lista de motivos, a pouca formação acadêmica e profissional dos jovens diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho, incrementando-se novas exigências para o acesso ao emprego, que tende a ser cada vez mais competitivo. Os próprios depoimentos dos jovens evidenciam essa relação estreita entre o envolvimento dos mesmos no trabalho

informal e seu nível de escolaridade e apontam para a importância da educação como possibilidade para atingir outro patamar de vida.

Dentro dessa ótica é que os jovens fazem inclusive uma recomendação ao Estado, de realizar mais investimento nessa área para que as crianças e os adolescentes de hoje não passem pelas mesmas situações por eles vividas. Isso evidencia que os jovens pesquisados não têm o trabalho informal como projeto de vida, tanto é que a maior parte deles está se empenhando em estudos que, na perspectiva dos mesmos, poderão abrir outras oportunidades em suas vidas. Assim, tais resultados confirmam os pressupostos desta tese de que situações como a pouca formação acadêmica (escolar) e profissional de qualidade, as transformações ocorridas no mundo de trabalho, cada vez mais competitivo e com incremento de novas exigências para o acesso ao emprego, contribuíram também para que os jovens migrantes em Luanda trilhassem esse caminho da informalidade e, de certa forma, interferindo na construção de suas histórias e trajetórias de vida.

Como podemos observar nos depoimentos, seu envolvimento no trabalho informal está intimamente ligado a questões de sobrevivência e de satisfação de suas necessidades básicas e de seus dependentes. Isso mostra a negação da nossa hipótese inicial, segundo a qual a cultura do consumismo existente no segmento juvenil angolano teria interferência na escolha dos jovens para o trabalho informal: seus depoimentos expressam que as motivações para sua inserção nesse tipo de atividades, que conformam o trabalho informal, estão diretamente relacionadas a questões relacionadas à sobrevivência.

Nesse sentido, trata-se de uma necessidade de consumo voltado para as necessidades básicas de sobrevivência e não a um consumismo exacerbado, voltado para a obtenção de produtos de marca, entre outros, que lhes conferisse um certo *status*, embora se configure, muitas vezes, em pré-requisitos para que sejam aceitos em determinado grupo social - seja de amigos ou de outra natureza – o que lhes conferiria um certo vínculo de pertencimento. É importante frisar que se encontram, também, realizando essas atividades informais, funcionários públicos que, devido aos poucos salários auferidos na função pública, buscam rendimentos adicionais, tendo em conta o alto custo praticado na cidade de Luanda.

Ainda, é importante destacar a incapacidade do Estado em prover novas alternativas e estratégias que contribuam para a resolução dos diferentes problemas enfrentados pelas juventudes angolanas e luandense em particular. Nessa

perspectiva, podemos afirmar que esses jovens, envolvidos no trabalho informal, procuram soluções para sua exclusão e para superar as contradições culturais: falam de política, de desigualdade e buscam opções de lazer, criam alternativas, recriam e legitimam espaços. Tais realidades foram bem acentuadas e evidenciadas por nossos sujeitos, em seus depoimentos, ao descreverem as suas experiências de trabalho, de vida, bem como ao falarem de seus olhares e de suas visões do país: o país que têm e aquele que esperam que seja construído num futuro não tão distante. É preciso frisar que os conteúdos vindos desses depoimentos causaram-nos certa surpresa, por expressarem uma percepção da realidade que não esperávamos obter desses sujeitos.

A realidade vivenciada por esses jovens está, de certa forma, consignada na própria conjuntura atual, que tem nos mostrado um padrão de desenvolvimento econômico e social fundamentalmente concentrador, desigual e incompleto, excluindo do progresso parcelas significativas da população que ainda vivem em estado lastimável de pobreza e desprovidas das condições mínimas para o exercício de sua cidadania. Tal fato é uma clara demonstração de que o processo de industrialização pelo qual os países passaram não contribuiu para a superação de questões relacionadas à exclusão social, à miséria e às desigualdades sociais, que não somente continuam a manifestar-se atualmente, mas que se tornam cada vez mais agudas e acentuadas.

A realidade aqui apresentada confirma a nossa hipótese segundo a qual as precárias condições socioeconômicas resultantes do processo crescente da exclusão, pobreza, desigualdades - em suas diferentes dimensões e aspectos - e as elevadas taxas de desemprego entre os jovens que o contexto luandense apresenta, de fato, contribuem e obrigam que esses sujeitos enveredem pelo mundo do trabalho informal precário.

Assim sendo, Luanda, como qualquer outra cidade capitalista, também vive essas questões; fundamentalmente, uma grande crise decorrente do chamado desemprego estrutural, não apenas enquanto resultado das diferentes crises e metamorfoses sofridas no mundo do trabalho - conforme afirma Robert Castel na sua obra intitulada *Metamorfoses da Questão Social* - mas, sobretudo, devido às décadas de guerra civil em que o país esteve mergulhado.

Ressaltar que Luanda, a exemplo de outras sociedades do mundo, tem vivido também as consequências advindas do sistema capitalista, sobretudo no que

concerne às situações de desemprego, de agravamento das desigualdades sociais e econômicas, assim como do surgimento de novas e diferentes formas de pobreza, muitas vezes, associadas à perda de emprego ou à sua precarização. Essa realidade tem vindo a constituir-se no que podemos denominar de “*apartheid* social”, na medida em que os jovens migrantes passam a ser vistos como um segmento social à parte, sem direitos mundialmente garantidos.

O que os resultados do estudo nos apontam é que a informalidade não contribuiu para a melhoria das condições de vida e de emprego dos grupos vulneráveis e marginalizados da sociedade. Trata-se de uma realidade que tende a acentuar-se cada vez mais, pois aumenta o número de pessoas que diariamente se inserem nas atividades informais em Luanda e no país, ganhando contornos nunca antes vistos no contexto local. Diante disso, reafirmamos nossa posição, apontada no decorrer de nossa tese, que o trabalho informal está estritamente associado ao capitalismo e às suas formas de exploração e precarização.

Por outro lado, entendemos que as precárias condições de vida em que se encontra a maioria da população luandense, sobretudo as pessoas das camadas mais desfavorecidas, principalmente os jovens, estão associadas a uma das características marcantes da sociedade contemporânea, que é o seu caráter de massificação. Essa característica advém dos processos de urbanização, de migração, do êxodo rural, da explosão demográfica e do desenvolvimento das grandes cidades, que alteram os padrões de sociabilidade e de interação entre os sujeitos.

Diante desse cenário, há o fato de que as pessoas, principalmente os jovens, estão criando novas formas de sobrevivência, novas formas de cidadania. Embora essa cidadania não seja aquela desejada, mas uma cidadania que ainda se encontra mutilada, como afirma Milton Santos (1997). Por isso, entendemos ser importante apreender as necessidades dos diferentes segmentos juvenis nos quais a questão do emprego é o problema central. Aliás, o direito à educação de qualidade e ao emprego está muito longe de ser assumido pelo Estado angolano. Entretanto, são apontados pelos jovens como alternativas necessárias para superar a condição dos trabalhadores informais e prevenir para que as crianças e adolescentes de hoje, futuramente, não passem por essa mesma trajetória.

Ao apontar o investimento na educação, cremos ser importante lembrar que não é a única solução, mas é importante para a construção da cidadania, sobretudo

quando possibilita a autonomia dos sujeitos e formação de sua consciência crítica - elementos fundamentais para a emancipação social e a humana dos sujeitos. Nesse sentido, entendemos ser necessário uma educação e uma escola que formem cidadãos conscientes e críticos, ou seja, que ensinem as pessoas a pensarem de forma crítica, a posicionarem-se diante da realidade do mundo em que estão inseridos e a discutirem essa realidade. Isto é, que tenham a sua palavra. Esse pensamento crítico é fundamental. Aliás, esse é o objetivo da educação e da escola em si, mas que infelizmente está longe de ser concretizado, numa sociedade que busca a alienação e a subalternização dos cidadãos.

O que os depoimentos evidenciam é que, nessas atividades informais, os jovens constroem e reconstróem suas identidades e são reconhecidos enquanto chefes provedores, na medida em que, com seu trabalho, garantem a sobrevivência de suas famílias. Podemos dizer, como afirma Telles (2006), que são jovens que realizam suas vivências num mundo já revisado, em que o trabalho precário e o desemprego já se compõem como estado de coisas com o qual têm que lidar e estruturarem o solo de uma experiência em tudo diferente da geração anterior.

Aqui aproveitamos, então, para responder à nossa primeira questão norteadora da pesquisa que levou a esta tese: os jovens envolvidos no trabalho informal em Luanda, particularmente na venda ambulante, são maioritariamente migrantes. São jovens que, devido à complexidade das situações da realidade do país, apontadas no decorrer deste trabalho, como o conflito armado de mais de três décadas, o fenômeno do desemprego - que ainda atormenta a vida e o futuro de muitos jovens e frustra oportunidades de ocupação que lhes conferisse uma certa dignidade em suas regiões ou províncias - a pouca formação acadêmica e profissional, muitas vezes advinda de processos de exclusão social, buscam na capital do país novas alternativas e estratégias que contribuam para a melhoria e a superação de suas condições de vida e de existência. Por outro lado, buscam também alternativas que lhes possibilitem a realização de seus sonhos e suas expectativas de futuro, cujos significados foram muito bem apontados em seus depoimentos.

Partindo da literatura consultada concluiu-se que as possíveis políticas sociais públicas, para esse segmento da população, no contexto angolano e de Luanda em particular, devem atender às diferentes juventudes que compõem a sua estrutura social, ou seja, devem levar em consideração a cultura do meio no qual

tais juventudes estão inseridas. Dito de outra forma, precisam ser políticas com uma perspectiva contemporânea da realidade, contemplando temáticas de seu interesse e de interesse do país.

Segundo Martins (2002) é “preciso considerar a diversidade social, econômica e cultural que a categoria juventude encobre” (p. 20). Para esse autor, é importante entender a diversidade entre os jovens: para saber com que discurso atingi-los, para descobrir o que os está movendo, o que os impele, na verdade, a se juntarem a determinadas coisas e a se afastarem de outras. Essa diversidade está evidenciada nas próprias histórias e trajetórias de vida contidas em seus depoimentos.

Os depoimentos dos sujeitos ilustram que o mundo do trabalho pouco contribuiu para o processo de humanização desses jovens, não lhes abrindo perspectivas para que pudessem ampliar suas possibilidades, seu repertório sociocultural, muito menos construir uma imagem positiva de si mesmos. Trata-se de um espaço do mundo adulto que se mostra impermeável às suas necessidades de construir-se como sujeitos – sujeitos estes entendidos sob a perspectiva de Charlot (2000) como ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade, portador de desejos e movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos. Nesse sentido, um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar e se encontra inserido em relações sociais.

No entanto, o trabalho proporciona uma rede de relações. Os depoimentos dos sujeitos expressam isso, muito embora em alguns casos surjam divergências. Há mesmo, se assim podemos considerar, entre os vendedores ambulantes, uma interessante vertente de solidariedade, principalmente entre as mulheres - embora as questões de gênero e da solidariedade não tenham sido exploradas nas discussões em grupo, mas foram notáveis nas observações de campo – isso porque, na própria cultura angolana e na africana, em geral, tomar conta do negócio e do filho do outro é algo reservado à mulher e não ao homem – situação que tem se invertido nos últimos anos, mas não com expressão significativa.

O que percebemos é que, quando a pessoa se encontra desempregada, não só perde suas relações de trabalho como acaba se afastando das suas redes de amigos, por conta do sentimento de vergonha e de desvalorização de si mesmo. Nesse sentido é que concordamos com Torrossian e Rivero (2009), quando afirmam

que o desemprego é uma realidade produtora de condições de vulnerabilidade, não somente pela sua situação de exclusão econômica, mas pela despotencialização subjetiva, com a conseqüente criação de sujeitos culpabilizados pela sua própria sorte. Essa situação, muitas vezes, gera um isolamento que cria tensões nas relações familiares, levando às vezes à ruptura do grupo familiar e ao surgimento de comportamentos extremos, como agressividade, depressão, alcoolismo, gerando comportamentos que levam à morte de jovens (caso de concurso para ver quem bebe mais e acaba em morte) – aliás, problemas que envolvem a juventude em Luanda, o que é uma mostra clara dessa realidade.

Outro aspecto a ser ressaltado é que esta pesquisa levou-nos à conclusão de que precisamos intensificar mais os estudos dessa natureza, no país, de modo a encontrarmos - a partir da participação e da visão dos próprios sujeitos - as melhores alternativas e estratégias para reduzir progressivamente a informalidade entre os jovens. Em nosso entendimento, essas estratégias não passam por medidas policiais e de repressão, como as que pudemos observar ao longo da pesquisa, tanto nas visitas realizadas nos espaços de trabalho, como nos depoimentos advindos das entrevistas em grupo. A solução dessa questão deve se apoiar na eficácia dos serviços administrativos do Estado e em políticas públicas que dêem aos jovens oportunidades, por meio de uma educação de qualidade e da ampliação do mercado de trabalho, que contemplem as possibilidades desse segmento da população.

Tal conclusão surge da consciência de que, com esta pesquisa, não se esgotou a discussão da temática estudada, apenas fez-se um processo introdutório, razão pela qual consideramos a necessidade de continuidade dessa discussão com novos estudos e ações políticas que contribuam para o aprofundamento da questão, trazendo outros elementos analíticos, por meio de outros focos, sem perder de vista a centralidade dos sujeitos que as vivenciam. Assim, a partir do cotidiano vivido e partilhado, pode-se equacionar a elaboração de propostas alternativas e estratégias que se orientem para a superação de muitas das questões postas nesta tese.

Todas as situações aqui apontadas e ilustradas nos depoimentos de nossos sujeitos, mostram-nos que precisamos, em curto prazo, que sejam implementadas, no contexto angolano, políticas sociais públicas e de trabalho, que sejam abrangentes e pautadas em critérios universais de cidadania, ou seja, vistas na ótica

dos direitos e não da benemerência, do favor - como estamos habituados nas ações que atualmente são implementadas no país.

Por outro lado, entendemos ser necessária a promoção de um conjunto de programas, projetos e serviços sociais capazes de garantir - como aponta Sposati (1995) - certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam riscos e vulnerabilidades sociais, tão evidentes nas histórias e trajetórias de vida da maior parte da população angolana e da luandense, particularmente dos jovens envolvidos no trabalho informal, como muito bem evidenciaram seus depoimentos.

Para que isso seja possível, é importante que a população beneficiária se ache e se reveja em tais políticas e em seus diferentes programas, projetos e serviços - o que só poderá acontecer caso sejam vistos como sujeitos participantes e não apenas como receptores de propostas definidas e elaboradas em gabinetes climatizados, sem janelas para observar o real e o cotidiano de quem está fora contemplando o sol ardente ou a chuva que a mãe natureza nos oferece, sem no entanto colher o fruto que dela deveria brotar para iluminar as ações.

Para que essas propostas não venham já enlatadas, defendemos a criação de fóruns de debates em todas as esferas da administração da vida social, com a participação ativa de todos que delas fazem parte; de espaços verdadeiramente democráticos e de representação, abertos para a participação de organizações da sociedade civil apartidárias, que possibilitem uma gestão partilhada de todas as iniciativas que sejam aprovadas, no sentido de garantir os direitos de todos os cidadãos.

Pensamos que o Serviço Social, deve assumir um espaço de responsabilidade, nesse processo de enfrentamento dos desafios que o contexto de Luanda nos revela cotidianamente: são desafios que devem ser enfrentados a partir de uma conjugação de esforços, na qual participem a população e os diferentes profissionais, por meio de ações e práticas multidisciplinares e multisetoriais, sem que cada profissional ou cada cidadão perca sua própria identidade. Entendemos, ser essa uma contribuição que o Serviço Social, pode oferecer no contexto angolano - no processo embrionário da profissão no país - o que, de certa forma, justifica a abordagem dessa temática no âmbito da formação profissional.

Acreditamos que, pela formação acadêmica e profissional que os assistentes sociais possuem, podem dar um impulso fundamental na efetivação dos direitos constitucionalmente garantidos, contribuindo, dessa forma, para a construção de

uma cidadania ampliada, principalmente da população desfavorecida da sociedade angolana.

Pensamos que este estudo deu certa visibilidade ao trabalho informal e mostrou os verdadeiros rostos daqueles jovens e de seu envolvimento em tal realidade - de modo particular da venda ambulante - antes invisíveis, como muitos deles denunciam em seus depoimentos. Por outro lado, revelou os significados desse trabalho em suas histórias e trajetórias de vida, bem como suas expectativas e sonhos em relação ao futuro que - para muitos deles - passa sobretudo pela formação acadêmica e profissional e pela realização do sonho da casa própria.

Entendemos que o caminho para enfrentamento da questão do trabalho informal passa principalmente pela superação das gritantes desigualdades regionais no país. Os depoimentos dos sujeitos apontam a necessidade de que haja uma política de investimento e de desenvolvimento igualitário e equilibrado entre as províncias que compõem o mosaico angolano, assim como contemple oportunidades de trabalho e emprego para os jovens nas diferentes regiões. Pensamos, nós, que isso contribuiria muito para que eles não precisassem se ausentar de seus ambientes familiares para buscar oportunidades de trabalho e sobrevivência em outras paisagens e recantos, longe de suas culturas.

Isso contribuiria ainda para a descentralização da população, atualmente localizada em Luanda, pois muitos deles, embora estejam há anos na cidade, consideram-na apenas um lugar de estar e não de pertencimento. Nesse sentido é que acreditamos que muitos dos jovens migrantes, que estão em Luanda, gostariam de voltar para suas províncias e só não o fazem por falta - nesses lugares - de oportunidades de trabalho e de condições dignas de vida. Para muitos, embora a vida em Luanda seja dura, sacrificada e, muitas vezes mesmo, desumana, preferem aí estar por lhes proporcionar, por pouco que seja, algo que lhes garante a própria sobrevivência e de seus dependentes.

De modo geral, podemos concluir - reportando-nos aos depoimentos e à literatura que fundamentam esta tese - que a experiência de trabalho e de vida dos jovens migrantes envolvidos no trabalho informal, mais concretamente na venda ambulante em Luanda, é marcada por perdas, dores, angústias, sofrimentos, incertezas, lutas pela própria sobrevivência e de seus dependentes, mas é também marcada pela esperança e pelos sonhos de um futuro melhor e promissor, sobretudo para seus filhos.

Nesse sentido, o trabalho informal acaba por constituir-se em estratégias e alternativas de sobrevivência para a maioria da população. É uma possibilidade, embora precária, de inserirem-se no mundo de trabalho, cada vez mais perverso e competitivo. Ou seja, configura-se na única forma de, no curto prazo, sentirem-se cidadãos. Diante de tudo aqui abordado, resta-nos apenas finalizar dizendo que:

É necessário resgatar o homem, resgatar a humanidade perdida de um sem-número de pessoas reduzidas a nada. E isto só é possível numa organização social que promova vida digna, condições de emprego, de educação para todos. Só será possível quando deixarmos de ser um número somado a tantos outros, quando tivermos a ousadia de uma pólis, que se identifique com a solidariedade, o respeito, a tolerância e o amor. (VERONESE, 1998, p.48)

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Anped. São Paulo, n. 5, 1997. p. 25-36

\_\_\_\_\_. **Dois Mundos**. Revista USP, n. 13, mar./maio 1992. p. 15-25.

\_\_\_\_\_. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta/Página Aberta, 1994.

\_\_\_\_\_. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.) **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Juventudes: panoramas e iniciativas com foco na juventude de São Paulo**. Pesquisa Técnica do Cenpec. São Paulo: Peirópolis, 2007. 127 p.

\_\_\_\_\_; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. 447 p.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO, Leonardo de Castro; LMA, Fabiano de Sousa; MARTINELLI, Cláudia da Costa (Orgs.) **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: Unesco, 2002.

\_\_\_\_\_; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.) **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2009.

ADAD, Shara Jane Holanda Costa; JÚNIOR, Ernani José Brandão. **Sociopoetizando a juventude: conceitos filosóficos produzidos por headbangers em Teresina/PI**. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de; ADAD, Shara Jane Holanda Costa; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo (Orgs.) **Jovens e crianças: outras imagens**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. 2. reimpr. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 235 p.

ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho**. Coleção Primeiros Passos, 171. São Paulo: Brasiliense, 2008. 102 p.

ALMEIDA, Elmir de. **Políticas públicas para os jovens em Santo André**. In: SOUTO, Anna Luiza Salles; ALMEIDA, Elmir de. **Jovens: políticas públicas – mercado de trabalho**. São Paulo: Pólis, 2000.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Orgs.) **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Transformações Estruturais e desemprego no capitalismo contemporâneo**. In: SERRA, Rose (Org.) **Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Petres-FSS/UERJ, 2001.

ALTUNA, Pe. Raúl Ruiz de Assua. **Cultura tradicional bantu**. 2. ed. Luanda: Arquidiocesana Pastoral, 1993. 622 p.

ALVES, Maria Aparecida. **“Setor informal” ou trabalho informal?: uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade**. 2001. 166f. (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001. 166 p.

\_\_\_\_\_. TAVARES, M. A. **A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**, São Paulo: Boitempo, 2006.

ALVES, Luciene Andrade; GARCIA, Maria Franco. **Itinerância do comércio informal: a precarização do trabalho ambulante nas praias de João Pessoa/PB**. XI JORNADA DO TRABALHO, 12 a 15 de out. 2010, UFPB: Centro de Estudos da Geografia do Trabalho.

ALVES, Ana Elizabeth Santos; LIMA, Gilneide de Oliveira Padre; JÚNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti (Orgs.) **Interfaces entre história, trabalho e educação**. Campinas/SP: Alínea, 2009. 275 p.

AMADO, F.; MUANAMOHA, R. **Dinâmicas do crescimento populacional em Luanda e Maputo**. In: OPPENHEIMER, J. RAPOSO, I. **Subúrbios de Luanda e Maputo**. Relatório síntese do projecto urbanização acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90). Lisboa: CesA, 2003.

ANDRADE, Aline; MUSSI, Mónica. **Juventudes contemporâneas**. Cadernos Cenpec: Educação, Cultura e Ação Comunitária, n. 5, 1º sem. 2008.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; NETO, Miguel Farah. **Juventudes e trajetórias escolares: construindo o direito à educação**. In: ABRAMOVAY, Miriam;

ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009.

ANGOLA, República de. **Estratégia de combate a pobreza: reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização econômica**. Luanda: Ministério do Planeamento, 2005.

\_\_\_\_\_. **Comércio ambulante**. Decreto Executivo n. 48/2000. In: DIÁRIO DA REPÚBLICA. Órgão Oficial da República de Angola, I Série, n. 22, 2 de jun. 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planeamento. **Monografia de Angola: versão bilingue e actualizada**. 2. ed., s/d.

\_\_\_\_\_. **Projeto da política do estado para a juventude**. Luanda: Ministério da Juventude e Desportos, s/d.

\_\_\_\_\_. **Anteprojeto da lei de bases da política do Estado para a juventude**. Luanda: Ministério da Juventude e Desportos, s/d.

ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?** Revista Praia Vermelha, v. 20, n. 1, p. 11-20. Rio de Janeiro, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 103, p. 576-590, jun./set. 2010.

BALSA, Casimiro; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henry (Orgs.) **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. Ijuí: Unijuí, 2006. 240 p.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; CARVALHO, Daniela Sampaio de. **O trabalho precário no mundo, na América Latina e no Brasil**. Revista Observatório Social, n.10, maio, 2006. p. 25-34.

BERTHOUD, Cristina Mercadante Esper. **Grupos focais como método qualitativo de pesquisa em psicologia: desafios e perspectivas no ensino e na utilização do método**. Psicologia Revista, v. 13, n. 1, São Paulo: Educ, p. 41-58, maio 2004.

BLASS, Leila Maria da Silva. **Juventude e trabalho**. In: COSTA, Márcia Regina da; SILVA, Elizabeth Murilho da (Orgs.) Sociabilidade juvenil e cultura urbana. São Paulo: Educ, 2006.

BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

BOSCO, Carlos Alberto. **Trabalho informal: realidade ou relação de emprego fraudulenta?** 5. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A “juventude” é apenas uma palavra**. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social**. In: \_\_\_\_\_. **A particularidade histórica da pesquisa no serviço social**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **A particularidade histórica da pesquisa no serviço social**. São Paulo: Veras; Ponta Grossa/PR: UEPG, 2008. 232 p.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz (Orgs.) **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: Edipuc, 2004. 247 p.

CABRAL, Maria Alice dos Santos. **O sector informal em Angola: a solidariedade como tradição e estratégia de sobrevivência no mercado da capote em Benguela**. Colecção Estudos 1. Benguela: GAL, Gráfica Aguedense Ltda, 2006.

CACCIAMALI, M. Cristina. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e sociedade. Campinas: Unicamp. I.E., n. 14, p. 152-174, jun.2000.

CADERNOS CENPEC. **Educação, Cultura e Ação Comunitária**. Juventudes Urbanas, n. 5, 1º sem. 2008. 127 p.

CAMPOS, José Paulo de. **Chocolate, amendoim, biscoito: uma leitura do espaço do comércio ambulante no interior dos trens metropolitanos (CPTM – ex. FEPASA)**. 1994. TCC (Bacharelado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1994.

CARVALHO, Paulo de. **Exclusão social em Angola: o caso dos deficientes físicos de Luanda**. Coleção Ciências Humanas e Sociais, Série Sociologia e Antropologia v. 3, Luanda: Kilombelombe, 2008.

CASTEL, Robert; WANDERLEY; Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Desigualdade e a questão social**. 3. ed. São Paulo: Educ, 2010.

CASTEL, Robert. **As transformações da questão social**. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Maria Carmelita (Orgs.) **Desigualdade social**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Educ, 2004. p. 165-234.

\_\_\_\_\_. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social**. In: BALSÁ, Casimiro; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henry (Orgs.) **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. Ijuí: Unijuí, 2006.

\_\_\_\_\_. **As armadilhas da exclusão**. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Maria Carmelita (Orgs.) **Desigualdade social**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Educ, 2010.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Unesp, 2008. 113 p.

CAVALCANTI, Clóvis. **Viabilidade do setor informal: a demanda de pequenos serviços no grande recife**. Recife: Massangana; Sudene, 1983.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA - CEIC. **Relatório econômico anual de Angola 2008**. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório econômico anual de Angola 2009**. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2010.

CERQUEIRA, Monique Borba. **Pobres, resistência e criação: personagens no encontro da arte com a vida**. São Paulo: Cortez, 2010.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHIZZOTTI, António. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

CLAVEL, Gilbert. **A sociedade da exclusão: compreendê-la para dela sair**. Coleção Educação e Trabalho Social, v. 4. Portugal: Porto Editora, 2004. 189 p.

COELHO, Alonso Nunes. **Juventude e políticas públicas**. Revista Mundo Jovem, São Paulo, out. 2003.

COSISA. **Relatório desigualdade social em Angola**. Luanda: Fundação Open Society Angola, 2010. 88 p.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nova Stella; USP, 1989. 125 p.

COSTA, Márcia Reginalda; SILVA, Elizabeth Murilho da. **Sociabilidade juvenil e cultura urbana**. São Paulo: Educ, 2006. 300 p.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA - CRA. Luanda, 2010. 92p.

CRB. **O mito do jovem violento**. Disponível em:  
<[http://www.crbnacional.org.br/paginas/juventudes\\_artigo\\_mito.html](http://www.crbnacional.org.br/paginas/juventudes_artigo_mito.html)>.  
Acesso em: 29 jan. 2011.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE-Eletrônica, v.1, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em:  
<<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>>.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Orgs.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

DAMASCENO, Maria Nobre. **Formação da juventude: educação e cidadania no contexto da diversidade cultural**. V CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.

D'ANGELO, Hamilton. **Camelo, trabalho informal e sobrevivência: levantamento, caracterização e análise no centro da cidade de São Paulo**. 2000. 188f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, n. 24, set./dez. 2003.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. Órgão Oficial da República de Angola, I Série, n. 22, 2 de jun. 2000.

DIAS, Ana Patrícia. **Trabalho, precarização e qualificação profissional**. In: ALVES, Ana Elizabeth Santos; LIMA, Gilneide de Oliveira Padre; JUNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti (Orgs.) **Interfaces entre história, trabalho e educação**. Campinas/SP: Alínea, 2009. 275 p.

DUCADOS, Henda Lucia; FERREIRA, Manuel Ennes. **O financiamento informal e as estratégias de sobrevivência econômica das mulheres em Angola: a kixikila no município do Sambizanga (Luanda)**. Documentos de trabalho, n. 53, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão (CEsA), 1998.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas**. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.) **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

ESTIVILL, Jordi. **A face não reconhecida da sociedade: o debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina**. In: BALSÀ, Casimiro; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henry (Orgs.) **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. Ijuí: Unijuí, 2006.

FABRIZ, Daury César. **A crise do direito fundamental ao trabalho no início do século XXI**. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, n. 1. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória – FDV/ Florianópolis: Boiteux, jan./dez. 2006. p. 15-38.

FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (Orgs.) **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1991. 244 p.

FELICIANO, José Fialho; LOPES, Carlos Manuel; RODRIGUES, Cristina Udelsmann. **Proteção social, economia informal e exclusão social nos Palop**. Lisboa: Principia, 2008. 175 p.

FILIPE, Nathalia Russier. **Economia informal: uma nova forma de garantir a sobrevivência no Brasil**. Revista Augustus, n. 26, ago. 2008. Disponível em: <<http://apl.unisuam.edu.br/augustus/livres.php?ed=25&art=79>>. Acesso em: 19 ago. 2009;

FERNANDES, Renato Sieiro. **Educação não-formal: memória de jovens e história oral**. Campinas-SP: Unicamp/CMU Publicações; Artes Escrita, 2007. 287 p.

FERREIRA, Maria D'Alva Macedo (Orgs.). **Jovens e crianças: outras Imagens**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. 3. reimpr., 2010.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs.) **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREITAS, Silvia Antunes de. **O trabalho do educador social em Angola: um espaço de construção de direitos humanos**. 2005. 245f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

FREITAS, Maria Virgínia de (Org.) **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

\_\_\_\_\_; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.) **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. 231 p.

GALDINI, Danilca Rodrigues; BERZIN, Juliana. **O sofrimento do jovem psicólogo na busca do primeiro emprego: uma análise psicossocial da exclusão**. In: OZELLA, Sérgio (Org.) **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 315-345.

GALLIAN, Dante Marceño Claramonte. **O historiador como inquisidor ou como antropólogo?: um questionamento para os “historiadores orais”**. Revista História, n. 125-120, p. 93-103, ago. 1991.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005. 77 p.

GIL, Carlos Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GERALDO, Caliman. **Paradigma da exclusão social**. Brasília: Universa, Unesco, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; FERNANDES, Lenise Lima. **Questão urbana e exclusão social: o que mudou nas favelas de Praia da Rosa e Sapucaia uma década após o Programa Bairrinho?** Revista de Políticas Públicas/Universidade Federal de Maranhão. Centro de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, v.12, n. 2, jul./dez. 2008.

GOMES, Romeu. **A Análise de dados em pesquisa qualitativa.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** 3. ed. Campinas/SP: Alínea, 2003.

GONZAGA, Almira Maria. **O desenvolvimento do comércio informal no município de São Paulo na década de 90.** 2003. 55f. Monografia (Especialização em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: Difel, 2000. 301 p.

\_\_\_\_\_. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas.** Revista de Educação do Cogume, ano 13, n. 25, dez. 2004. p. 9-22.

GUERREIRO, Alexandre de Abreu Dallari. **Cotidiano trazido a luz: entrevistas visuais com trabalhadores das e nas ruas paulistas.** 2004. 163f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 10. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. **The power of shame.** London: Routledge & Keagan Paul, 1985.

\_\_\_\_\_. **Teoria de los sentimientos.** 3. ed. Madri: Editorial Fontamara S.A., 1979.

HUSSERL, Edmund. **A crise da humanidade europeia e a filosofia.** Introdução e Tradução de Urbano Zilles. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2002, 96p. Coleção Filosofia.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

INE. **Inquérito integrado sobre o bem-estar da população (Ibep) 2008-09: principais resultados definitivos – versão resumida**. Luanda: Ministério do Planeamento/Instituto Nacional de Estatística, ago. 2010.

ITIKAWA, Luciana. **Vulnerabilidade do trabalho informal de rua: violência, corrupção e clientelismo**. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, jan./mar. 2006. p. 136-147.

KAVAYA, Martinho. **A interdisciplinaridade do Serviço Social na atuação profissional no Brasil e em Angola: estudo comparativo de caso “Casa Lar Santa Cruz em Pelotas, RS/Brasil” e “Casa do Gaiato Padre Américo em Benguela/Angola”**. Pelotas: Educat – Editora da UCPel, 2009.

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 108 p.

JORNAL DE ANGOLA. **Empreender e diversificar**. Editorial. Luanda, p. 6o, 31 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. **A era do conhecimento e a qualidade de vida**. Editorial. Luanda, p. 7o, 1º fev. 2009.

\_\_\_\_\_. **Ensino para desenvolvimento**. Editorial. Luanda, p. 6o, 6 jan. 2009.

JÚNIOR, Celso Ferrarezi. **Guia do trabalho científico: do projeto à redação final**. São Paulo: Contexto, 2011. 153 p.

JUSTO, Carmem Sílvia Sanches. **Os meninos fotógrafos e os educadores: viver na rua e no projeto casa**. São Paulo: Unesp, 2003.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta**. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.) (Re)introduzindo história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalhando com história oral: reflexões sobre procedimentos de pesquisa**. Cadernos Ceru/ Centro de Estudos Rurais e Urbanos, série 2, n. 11. São Paulo: Ceru/USP, 2000.

LEHMANN, Lúcia de Mello e Souza; MEDEIROS, Sandra Albernaz de; PINHEIRO, Diógenes. **Linguagem, espaços e práticas: outras formas de falar da juventude**. In: GOUVÊA, Guaracira; BITTENCOURT, Cristiane; MARAFON, Giovanna; MONTEIRO, Helena Rego (Orgs.) *Pesquisas em educação*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

LEITE, Elenice Moreira. **Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. 231 p.

LEON, Alessandro Lutfy Ponce de. **Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira**. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009 ou 2007.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

LIRA, Izabel Cristina Dias. **Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade**. In: SILVA, Maria Ozamira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.) **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís/MA: Fapema, 2006. p. 130-160.

LOBATO, Carmen Regina Poli Sayão. **O significado do trabalho para o adulto no mundo do provisório**. *Revista de Psicologia da UnC*, v. 1, n. 2, p. 44-53. 2004.

LOPES, Carlos Manuel Mira Godinho Fernandes. **Luanda, cidade informal? Estudo de caso sobre o Bairro Rocha Pinto**. 2000. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Comércio informal, transfronteiriço e transnacional: que articulação? Estudo de caso no mercado de São Pedro (Huambo) e nos mercados dos Kwanzas e Roque Santeiro (Luanda)**. *Revista Economia Global e Gestão*, v.12, n. 3, Lisboa, set. 2007.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica do associativismo na economia informal: os transportes de passageiros em Angola**. *Análise social*, v. XLV (195), 2010. p. 367-397.

LOPES, Cláudio Bartolomeu. **Trabalho feminino em contexto angolano: um possível caminho na construção de autonomia**. 2010. 167f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 2010.

LOPES, Rodrigo. **A economia informal no Rio de Janeiro: problema ou solução.** Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

LUCENA, Carlos. **Trabalho, precarização, capitalismo monopolista e seus impactos no Brasil.** In: ALVES, Ana Elizabeth Santos; LIMA, Gilneide de Oliveira Padre; JUNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti (Orgs.) **Interfaces entre história, trabalho e educação.** Campinas/SP: Alínea, 2009.

MACIEL, Fabrício. **Todo trabalho é digno?: um ensaio sobre moralidade e reconhecimento na modernidade periférica.** In: SOUZA, Jessé (Org.) **A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MADEIRA, F. R. **Jovem cidadão: meu primeiro trabalho.** Sl.:sn, 2003.

MANUEL, Rita Francisco. **A inserção da mulher no mercado informal e suas implicações na educação dos filhos: o caso do mercado dos trapalhões.** 2010. 65f. TCC – Luanda: Instituto Superior João Paulo II, 2010.

MARCONI, Maria de; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa.** 3. ed, São Paulo: Atlas, 1996.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La construcción social de la condición de juventud.** In: CUBIDES, Humberto J.; TOSCANO, Maria Cristina Laverde; VALDERRAMA, Carlos Eduardo H. (Ed.) **“Viviendo a toda” – jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades.** Série Encuentros, Fundación Universidad Central, Santafé de Bogotá: Paidós, 1998. p. 1-21.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Reflexões sobre o serviço social e o projeto ético-político profissional.** Revista Emancipação. Ponta Grossa/PR: UEPG, ano 6, n. 1, v. 1, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os métodos na pesquisa: a pesquisa qualitativa.** Revista Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss/Pesquisa e Conhecimento em Serviço Social. Ano V, n. 9, jan./jun. Recife: UFPE, p.117-129, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999. 143 p.

MARTINS, Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997. 140 p.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, Heloisa Helena T. Souza. **A juventude no contexto da reestruturação produtiva.** In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia de; SPOSITO, Marília Pontes (Orgs.) **Juventude em debate.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos – filosóficos e outros textos escolhidos.** Coleção Os Pensadores. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política.** Lisboa: Difel, 1983.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; ADAD, Shara Jane Holanda Costa; FERREIRA, Maria d'Alva Macedo (Orgs.) **Jovens e crianças: outras imagens.** Fortaleza: Edições UFC, 2006. 218 p.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 11. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas; 2010. 321 p.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabiola. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007. 175 p.

MELO, Ediléia; SANTOS, Lúcia Miranda dos; FERRO, Marcela Colodello; OLIVEIRA, Patrícia Regina Los de. **Serviço social e questão agrária, entre as marcas da exclusão, a apreensão de demandas socioprofissionais e o caminho de ações socioeducativos, sob a perspectiva do desenvolvimento como liberdade: um estudo de caso no projeto de assentamento Porto Velho.** 2007. 102f. (Graduação em Serviço Social) - Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente/SP: 2007.

MENDES, Jussara Maria Rosa; BULLA, Leonia Capaverde; PRATES, Jane Cruz; MEDEIROS, Maria Bernardete de Moraes. **A exclusão social como uma das Manifestações da Questão Social no Contexto Brasileiro.** In: BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz (Orgs.) **As múltiplas formas de exclusão social.** Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: Edipuc, 2004.

MESQUITA, Sonia Tebet. **Abordando a pesquisa qualitativa.** In: LEHFELD, Neide Aparecida de Souza; FILHO, Pe. Mário José. **Prática de pesquisa.** São Paulo: Unesp - Franca, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MIRANDA, Flaviana Gomes de; PACCHIONI, Margareth Maria. **O papel dos grupos jovens na formação dos adolescentes**. Revista de Ciências da Educação, ano VII, n. 12, São Paulo: Santuário, 1º sem. 2005.

NASCIMENTO, Vilma Maria do. **Trabalho árduo e liberdade: o cotidiano dos vendedores ambulantes em Salvador (1968 - 1990)**. 1999. 231f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1999.

NETO, Otávio Cruz. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NETO, Paulo Romão Meireles. **A juventude como sujeito social: elementos para uma problematização**. Revista Pesquisa em Foco: educação e filosofia, v. 2, n. 2, abr. 2009.

NOVAES, Regina Célia Reyes. **Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas**. Sociologia Especial, Ciência & Vida, São Paulo, ano 1, n. 2, 2007. p. 7-15.

\_\_\_\_\_; VITAL, Christina. **A Juventude de hoje: (re)invenções da participação social**. In: TOMPON, Andrés A. (Org.) **Associando-se à juventude para construir o futuro**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

\_\_\_\_\_. VANNUCHI, Paulo (Orgs.) **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. 303 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT e a economia informal**. Portugal: Lisboa, 2006.

\_\_\_\_\_. **Relatório tendências mundiais de emprego**. 2007.

\_\_\_\_\_. **Relatório tendências mundiais de emprego das mulheres**. 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório tendências mundiais de emprego**. 2009

\_\_\_\_\_. **Relatório tendências mundiais de emprego para a juventude.** 2010.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de; HENRIQUE, Wilnês. **Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo.** Cadernos do Cesit, Unicamp, jul. 1990.

OLIVEIRA, Júlia Ribeiro de; SILVA, Lúcia Isabel C.; RODRIGUÊS, Solange S. **Acesso, identidade e pertencimento: relações entre juventude e cultura.** Democracia Viva, n. 30, p. 62-65, jan./mar. 2006.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis.** 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.

\_\_\_\_\_. **Construção sociológica da juventude: alguns contributos.** Revista Análise Social, v. XXV, p. 139-165, 1990.

PARO, V. H. **Parem de preparar para o trabalho: reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica.** Trabalho apresentado no Seminário Trabalhos, Formação e Currículo, realizado na PUC-SP de 24 a 25 de agosto de 1998.

PARREIRA, Adriano. **Dicionário de biografias angolanas (séculos XV-XVII).** Luanda: Edições Kulonga, 2003.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** Coleção Questão da Nossa Época, v. 17, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 124 p.

PAUGAN, Serge. **O conceito de desqualificação social.** In: VÉRAS, M. P. B.; SPOSATI, A.; KOWARICK, L. (Ed.) **O debate com Serge Paugan. Por uma sociologia da exclusão social.** São Paulo: Educ, 1999. p. 63-79.

PAUGAN, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza.** Coleção Educação e Trabalho Social, v. 6. Portugal: Porto Editora, 2003.

PENATTI, Neusa Maria Ferraz Costa, et al. **Expressões da questão social no ensino fundamental de Americana/SP.** Revista de Ciências da Educação, ano IX, n. 16. Americana/SP: Unisal, 2008.

PEREIRA, Cláudia da Silva. **O conceito de juventude na publicidade: modernidade, felicidade, sociabilidade, amizade e liberdade.** XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Curitiba, Paraná: PUC-Rio, 2009.

PEREIRA, Maria Gabriela dos Santos. **Adolescentes trabalhadores: a construção de sentidos nas relações de trabalho**. In: OZELLA, Sérgio (Org.) **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PESTANA, Nelson (Coord.). **Relatório social de Angola 2010**. Luanda: Centro de Estudos e Investigação (CEIC) - Universidade Católica de Angola (Ucan), 2011. 222 p.

\_\_\_\_\_. **Angola: a pobreza uma vergonha nacional**. 2009. Disponível em: <<http://www.pambazuka.org/pt/category/features/53120>>. Acesso em: 25 mar. 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório sobre o desenvolvimento humano**. Angola: Luanda, 1999.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre o desenvolvimento humano**. Angola: Luanda, 2004.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico de Angola**. Angola: Luanda, 1998.

POCHMANN, Marcio. **Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 2003.

PRATES, Jane Cruz. **Roteiro para elaboração do projeto de pesquisa**. Disciplina de Pesquisa I. Porto Alegre: PUC-RS, 2003. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **O planejamento da pesquisa social**. Revista Temporalis, ano 4, n. 7, jan./jun. 2004, Porto Alegre: Abepss.

QUEIROZ, Carla. **A Situação social da criança em Angola: uma perspectiva social e orçamental**. Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola e Save the Children, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação Viva**. São Paulo: Queiroz, 1991.

RAMALHO, Jether Pereira; ARROCHELLAS, Maria Helena. **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; Petrópolis/RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade – Caall, 2004. 165 p.

REIS, Maria da Conceição dos. **Educação e história de vida na construção da identidade negra no Brasil**. X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL. Testemunhos: História e Política. Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, abr. 2010.

REZENDE, Cláudia Barcellos. **Identidade: o que é ser jovem?** Revista Tempo e Presença, n. 240, p. 4-5, Cedi, 1989.

RIBEIRO, Eliane; LÂNES, Patrícia; CARRANO, Paulo. **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas.** Relatório Final. Rio de Janeiro, São Paulo: Ibase & Polis, 2005.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho.** Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROCHA, Manuel José Alves da. (Coord.) **Relatório econômico de Angola 2005.** Luanda: Universidade Católica de Angola, 2006.

\_\_\_\_\_. **Desigualdades e assimetrias regionais em Angola: os fatores de competitividade territorial.** Luanda: Universidade Católica de Angola – Centro de Estudos e Investigação Científica, 2010.

\_\_\_\_\_. **Estado, nação e disposição de espírito em Angola.** Disponível em: <<http://www.angolaresistente.net/2010/10/29/estado-nacao-e-disposicao-de-espírito-em-angola/>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann. **O trabalho dignifica o homem: estratégias de sobrevivência em Luanda.** Lisboa: Edições Colibri, 2006. 274 p.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Jovens nómadas, jovens da terra.** In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de; ADAD, Shara Jane Holanda Costa; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo (Orgs.) **Jovens e crianças: outras imagens.** Fortaleza: Edições UFC, 2006.

SALLAS, Maria Luisa Fayel; BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Por uma sociologia da juventude: releituras contemporâneas.** Política & Sociedade: revista de sociologia política, v. 5, n. 5, Florianópolis: UFCS, 2006.

SAMBA, Simão João. **Trajectória de vida de crianças e adolescentes de rua: um estudo sobre o município do Sambizanga – Luanda/Angola.** 2005. TCC – Centro Universitário Salesiano de São Paulo. São Paulo: Americana, 2005. 234 p.

\_\_\_\_\_. **A educação no trabalho sócio-comunitário: uma estratégia de transformação social e cultivo da cidadania.** Revista de Ciências da Educação, ano 06, n. 11, Aparecida: Santuário, p.151-171, 2º sem. 2004.

\_\_\_\_\_. **O Processo da educação social nas instituições de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco em Luanda: a experiência dos “Candengues Unidos”**. 2007. (Dissertação de Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. 261 p.

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. **Trabalho infanto-juvenil no narcotráfico: a “vida matável” de crianças e adolescentes**. In: ALVES, Ana Elizabeth Santos; LIMA, Gilneide de Oliveira Padre; JUNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti (Orgs.) **Interfaces entre história, trabalho e educação**. Campinas/SP: Alínea, 2009.

SANTOS, Milton. **As cidadanias mutiladas: o preconceito**. São Paulo: Imesp, 1997.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SAWAIA, Bader Burihan (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 11. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. 157 p.

\_\_\_\_\_. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**. In: SAWAIA, Bader Burihan (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 99-119.

SCHIMIDT, João Pedro. **Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em serviço social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SIEDE, Mario Ale. **O trabalho informal: o estudo dos camelôs de Porto Alegre**. 1994. 223f. (Mestrado em Sociologia)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1994.

SILVA, Christiane Pimentel e; ALVES, João Paulo. **O trabalhador informal nos ônibus: uma das faces da questão urbana na Região Metropolitana de Belém/RMB**. Revista Políticas Públicas, v.12, n. 2. Belém/São Luis: Universidade Federal de Maranhão, Centro de Ciências Sociais: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, jun./dez. 2008. p. 75-82.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira.** Revista Katal, v. 13, n. 2, Santa Catarina: Florianópolis: jul./dez. 2010.

SILVA, Maria Ozanira da; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.) **Política pública de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2006. 207 p.

SINGER, Paul e POCHMANN, Márcio. **Mapa do trabalho informal.** Col. Brasil Urgente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

SOARES, Alexandre B. (Org.) **Juventude e elos com o mundo do trabalho: retratos e desafios.** São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ciesp; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2010. 110 p.

SOARES, Marco Antonio Tavares. **Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital.** Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008. 152 p.

SOUSA, Mário Adauta de. **Sector informal de Luanda: contribuição para um melhor conhecimento.** Luanda, 1998. 51 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório de desenvolvimento humano: construindo uma paz social.** Edição AIP-Angola – Instituto de Pesquisa Econômica e Social. Luanda, 2005.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil.** Coleção Ciências Sociais. São Paulo: Paulus, 2008.

SOUZA, Jessé (Org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador.** In: VÉRAS, M. P. B.; SPOSATI, A.; KOWARICK, L. (Ed.) **O debate com Serge Paugan.** Por uma sociologia da exclusão social. São Paulo: Educ, 1999. p. 126-138.

\_\_\_\_\_. **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo.** São Paulo: Educ, 1996.

\_\_\_\_\_. **Assistência Social: desafios para uma política de seguridade social.** Cadernos ABONGm. São Paulo: ABONG (susídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 3), out. 1995.

SPOSITO, Maria Pontes. **Estudo sobre juventude em educação.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo: Anped, n. 5/6, p. 37-51, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Vida urbana e a gestão da pobreza.** São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. **Juventude: crise, identidade e escola.** In: DAYRELL, J. (Org.) Múltiplos olhares sobre a educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 96-104.

STOER, Stephen R.; MAGALHÃES, Antônio M.; RODRIGUES, David. **Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica.** São Paulo: Cortez, 2004. 150 p.

STROH, Paula Yone. **Vai trabalhar vagabundo: a exclusão social e o protesto político dos desempregados.** 1989. (Dissertação de Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989. 270 p.

TATI, João Tibúrcio. **Restos de guerra: trajetórias e modos de vida dos jovens no município do Cacucaco, Luanda – Angola.** 2009. 135f. (Mestrado em Saúde Pública)- Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

TAVARES, Maria Augusta. **Acumulação, trabalho e desigualdades sociais.** In: CFESS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, 2009.

\_\_\_\_\_. **Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista.** Revista Outubro do Instituto de Estudos Socialistas, n. 7, 2002. p. 49-60.

\_\_\_\_\_. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004. 216 p.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TELLES, Vera da Silva. **A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas.** Revista São Paulo em Perspectiva, 4(2), abr./jun. 1990. p. 37-45.

\_\_\_\_\_. **Mutações do trabalho e experiência urbana.** Revista de Sociologia da USP Tempo Social, v. 18, n. 1, jun. 2006. p. 173-195.

\_\_\_\_\_. **Ilegalismos urbanos e a cidade.** Revista Novos Estudos – Cebrap, n. 84, jun. 2009. p. 153-173.

\_\_\_\_\_. **A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade.** Caderno CRA, n. 30/31. Salvador, jan./dez. de 1999. p. 85-110.

\_\_\_\_\_. GABANES, Robert (Orgs.) **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios.** São Paulo: Humanitas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo.** Cadernos CRH. 19, Salvador, 1993.

\_\_\_\_\_. **No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil.** Revista Pólis. São Paulo, 1998.

THOMPSON, Andrés, A. (Org.) **Associando-se à juventude para construir o futuro.** São Paulo: Peirópolis, 2005.

TOROSSIAN, Sandra Djamboladjian; RIVERO, Nelson Estamado. **Políticas públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade.** In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Orgs.) **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Artur. **Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência.** São Paulo: Cortez, 2010. 123 p. Coleção Construindo o Compromisso Social da Psicologia.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1995.

TSUGUMI, Neide Yoko. **Inclusão social no mercado de trabalho e hospitalidade.** 2006. 156f. (Mestrado em Hospitalidade)- Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2006.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND - UNICEF. **Crianças de Angola: da guerra para a vida.** Angola: Luanda, fev. 1997.

\_\_\_\_\_. **A situação mundial da infância 2006: excluídas e invisíveis,** 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo.** São Paulo: Atlas, 2009.

VELHO, G. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social.** 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

VÉRAS, M. P. B.; SPOSATI, A.; KOWARICK, L. (Ed.) **O debate com Serge Paugan. Por uma sociologia da exclusão social.** São Paulo: Educ, 1999. 142 p.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Entre violentados e violentadores**. São Paulo: Cidade Nova, 1998. 72 p.

VIANNA, Hermano (Org.) **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho**. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Maria Carmelita (Orgs.) **Desigualdade social**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Educ, 2010.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Refletindo sobre a noção de exclusão social**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 55. São Paulo: Cortez, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. Revista Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2. ed, ano 2, n. 3. Brasília: Abepss, Gráfica Odisseia, 2004.

\_\_\_\_\_. **A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento**. Revista de Políticas Públicas/ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, v. 9, n. 1, jan./jun. 2005. p. 217-228.

\_\_\_\_\_. **A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento**. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS (JOINPP). Texto atualizado. Maranhão, ago. 2011.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Assistência social: avaliação da política municipal 2001-2002**. São Paulo: Instituto Pólis; PUC-SP, 2004. 72 p. Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas da cidade de São Paulo, 22.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 184 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

## SITES CONSULTADOS

[www.cidadaopg.sp.gov.br](http://www.cidadaopg.sp.gov.br)

[www.portalangop.co.ao](http://www.portalangop.co.ao)

# **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA EM GRUPO COM OS VENDEDORES AMBULANTES**

- ⇒ Apresentação dos participantes: nome, idade, escolaridade, estado civil, se tem filhos ou não e com quem vive, província de origem.
- ⇒ Porque saíram das vossas províncias de origem para Luanda?
- ⇒ Para vocês o que significa ser jovem?
- ⇒ Como foi a vossa infância?
- ⇒ Como é que surgiu a ideia de serem vendedores ambulantes: foi uma escolha pessoal, foi a única alternativa viável que encontraram?
- ⇒ Há quantos anos trabalham como ambulantes?
- ⇒ Quais as razões ou motivos que vos levaram a realizar esse tipo de atividade?
- ⇒ O que é que vendem?
- ⇒ Como é que conseguem os produtos/artigos?
- ⇒ Quantas horas trabalham por dia?
- ⇒ Têm tido lucros nesse negócio? O que fazem com os lucros?
- ⇒ Para vós vender como ambulante é um trabalho ou não? Porquê?
- ⇒ Além de venderem fazem uma outra coisa ou atividade?
- ⇒ Como é a vossa relação com os outros vendedores ambulantes?
- ⇒ Quais são as coisas boas e más de ser vendedor ambulante?
- ⇒ Quais os perigos e riscos desse tipo de trabalho?
- ⇒ Qual é a importância deste trabalho nas vossas vidas?
- ⇒ Como é o vosso dia-a-dia de vendedores ambulantes?
- ⇒ Já sofreram alguma violência como vendedores ambulantes? Qual?
- ⇒ Por parte de quem? O que fizeram quando isso ocorreu?
- ⇒ A polícia alguma vez te recebeu o negócio? O que achas disso?
- ⇒ O que pensas do trabalho da polícia com os vendedores ambulantes?
- ⇒ Porque é que vendem nas ruas e não nos mercados?
- ⇒ Acham que o comércio ambulante vai acabar um dia? Porquê?
- ⇒ Quais são os sonhos que têm para o futuro?

## **APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA EM GRUPO COM OS EX. VENDEDORES AMBULANTES**

- ⇒ Apresentação dos participantes: nome, idade, escolaridade, estado civil, se tem filhos ou não e com quem vive, nome, idade, escolaridade, estado civil, se tem filhos ou não e com quem vive, província de origem.
- ⇒ Porque saíram das vossas províncias de origem para Luanda?
- ⇒ Para vocês o que significa ser jovem?
- ⇒ Como foi a vossa infância.
- ⇒ Como é que surgiu a ideia de serem vendedores ambulantes: foi uma escolha pessoal, foi a única alternativa viável que encontraram?
- ⇒ Quantos anos trabalharam como ambulantes?
- ⇒ O que vendiam e como conseguiam esses produtos?
- ⇒ Quais as razões ou motivos que vos levaram a realizar esse tipo de atividade?
- ⇒ Para vós vender como ambulante é um trabalho ou não? Porquê?
- ⇒ Como era a vossa relação com os outros vendedores ambulantes?
- ⇒ Além de vender faziam uma outra coisa ou atividade?
- ⇒ Quais são os pontos positivos e negativos da venda ambulante?
- ⇒ Quais são as coisas boas e más de ser vendedor ambulante?
- ⇒ Quais as dificuldades, riscos ou perigos que encontravam nesse negócio?
- ⇒ Qual foi a importância desse negócio ou atividade na vossa vida?
- ⇒ Esse negócio ajudou-vos em quê?
- ⇒ Esse negócio de ambulante ajudou-vos a mudar alguma coisa na vossa vida?
- ⇒ De que forma?
- ⇒ Porque é que vendiam nas ruas e não no mercado?
- ⇒ Acham que valeu a pena terem realizado essa atividade? Porque?
- ⇒ Como era o vosso dia-a-dia como vendedores ambulantes?
- ⇒ A polícia alguma vez vos recebeu o negócio? O que acham disso?
- ⇒ Sofreram algum tipo de violência como ambulantes? Qual?
- ⇒ Por parte de quem? O que faziam depois disso? (pode contar como foi?).
- ⇒ A venda ambulante atendeu às vossas expectativas?
- ⇒ Quais são os sonhos que têm para o futuro?

## **APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DOS AMIGOS DE DOM BOSCO**

- ⇒ História da Associação (como nasceu, quem criou, quais os seus objetivos);
- ⇒ Quem são as pessoas que Associação atende?
- ⇒ Quantas são e qual a proveniência delas?
- ⇒ Quais os motivos que levaram essas pessoas de saírem das suas províncias para Luanda?
- ⇒ Porque Benguela sendo a 2ª maior economia do país fornece tantos vendedores ambulantes a capital do país?
- ⇒ O que normalmente os associados fazem aos fins-de-semana?
- ⇒ Motivos da venda ambulante. Ela é uma opção?
- ⇒ Quais os resultados que têm obtido com o trabalho que realizam?
- ⇒ Quais são as atividades e projetos que a Associação desenvolve?
- ⇒ Quem financia essas atividades e projetos?
- ⇒ Têm contacto ou parceria com outras associações de vendedores ambulantes? Porque?
- ⇒ Na sua opinião porque não se encontram jovens de Luanda a venderem como ambulantes?

## APÊNDICE D - MODELO DA CARTA DE AUTORIZAÇÃO E CONSENTIMENTO



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

### CARTA DE AUTORIZAÇÃO E CONSENTIMENTO

Eu \_\_\_\_\_ de estado civil de \_\_\_\_\_  
declaro para os devidos fins que autorizo o Assistente Social e Doutorando Simão João Samba, portador do Passaporte n.º N0494348 emitido aos 19 de Junho de 2006 Pelos Serviços de Migração e Estrangeiros da República de Angola, SME Luanda e do Registo Nacional de Estrangeiros n.º V336463-D, aluno do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, a fazer o uso integral ou parcial da minha entrevista concedida **no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010** sem restrições de prazos e limites de citações, desde a presente data na sua tese cuja temática abordará sobre: **“Histórias de Vida de Jovens Vendedores Ambulantes em Luanda”**.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Luanda, \_\_\_\_\_ de 2010

**RUA MINISTRO GODOI, 969 - 4º ANDAR – SALA 4E11  
PERDIZES – SÃO PAULO – SP  
CEP: 05015-901**



## CARTA DE AUTORIZAÇÃO E CONSETIMENTO (FOTOGRAFIA)

Eu \_\_\_\_\_ de estado civil de Solteiro declaro para os devidos fins que autorizo o Assistente Social e Doutorando Simão João Samba, portador do Passaporte n.º N0494348 emitido aos 19 de Junho de 2006 Pelos Serviços de Migração e Estrangeiros da República de Angola, SME Luanda e do Registo Nacional de Estrangeiros n.º V336463-D, aluno do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, a fazer o uso da minha imagem (fotografia) tirada no dia \_\_\_\_\_ sem restrições de prazos e limites, desde a presente data na sua tese cuja temática abordará sobre: “Histórias de Vida de Jovens Vendedores Ambulantes em Luanda”.

---

Assinatura

Luanda, Janeiro de 2011

**RUA MINISTRO GODOI, 969 - 4º ANDAR – SALA 4E11**

**PERDIZES – SÃO PAULO – SP**

**CEP: 05015-901**

## APÊNDICE E - RELATÓRIO DA OBSERVAÇÃO DE CAMPO

Hoje 17 de Novembro de 2010, acompanhamos o dia-a-dia dos vendedores ambulantes da rua Comandante Ngika. Foi notória a dificuldade que os mesmos passam no seu trabalho diário, desde o perigo com os carros, pois colocam-se no meio, entre os carros para poderem oferecer aos automobilistas seus produtos até a forte fiscalização da polícia, num esforço empreendido por estes, para que os jovens não pratiquem a venda nesse espaço.

Pelo que escutamos dos jovens vendedores há uma orientação do governo provincial de Luanda para essa fiscalização com objetivo de acabar com a venda ambulante, algo que muitos jovens com os quais mantivemos contactos afirmaram ser difícil de acontecer devido a realidade que estes mesmos jovens vivem, que pela falta de emprego, a venda ambulante se efetiva como a única alternativa para garantir a própria sobrevivência e de seus dependentes, uma vez que a maioria dos jovens já têm famílias constituídas.

Os mesmos afirmaram que eles também estando a venderem na rua estão a trabalhar com os demais, apontando os homens que estavam a trabalhar no ordenamento dos aspectos dos arruamentos em que estávamos: *“Nós também estamos a trabalhar como os outros, como esses que estão a arranjar os jardins e as ruas da cidade. Com o dinheiro que ganho nas vendas consigo satisfazer as necessidades de casa e investir nos meus estudos”*.

Tendo em conta a fiscalização dos agentes da Polícia que estavam no local (realmente tinha muitos policiais no local impedindo os jovens de realizarem suas atividades de venda), perguntei o porque que não vendem então nos mercados. Diante da questão apresentada os jovens relataram que não há espaços nos tais mercados que o governo da província diz existir e também os que existem estão muito distante da cidade e de suas residências, como é o caso do mercado do 30 e Panguila, neste último, onde foram transferidos os vendedores do mercado Roque Santeiro, tido como um dos maiores mercados informais de África.

Segundo os jovens vendedores é complicado se deslocar a esses mercados, pois muitas vezes gasta-se muito dinheiro com táxi para pouco negócio. *“Para chegar no Panguila você gasta quase mil e quinhentos kwanzas e chegas lá não vendes e se vender os gastos acabam por ser maiores que o dinheiro da própria venda”*.

Também relatam que os mercados estão cheios e que os produtos que vendem não andam, só mesmo dá para vender: *“por exemplo eu vendo forros de bancos de carros, só dá para vender mesmo aqui na rua, porque os motoristas passam, vêem o produto e compram, até porque eles dificilmente vão ao mercado. Então prefiro vir ao encontro do cliente”*.

Quase todos eles disseram que estão na rua não por vontade própria, a vida lhes levou a isso: *“Não é nossa vontade vender na rua, mas a situação exige, pois muitos de nós temos famílias para sustentar e as mulheres não trabalham. A vida nos leva a vender na rua para garantir a sobrevivência da família, satisfazer as nossas necessidades e da família no geral”*. E para fundamentar essa fala o jovem diz que *“Não há emprego para os jovens neste país, por isso a venda ambulante não vai acabar assim tão cedo. Só se o governo oferecer emprego a todos os jovens”*. Um outro jovem que estava de lado respondeu: *“Comecei a vender é através dos trabalhos, não estamos a ver trabalho nenhum. Aqui é para poder se remediar, conseguir alguma coisa e sustentar a família de casa” (26 anos)*

Alguns destes jovens já trabalharam na construção civil, campo que tem recrutado mais jovens tendo em conta a fase da reconstrução em que o país se encontra, mas que deixaram devido os baixos salários que auferem e por não aguentarem esperarem receberem o dinheiro no fim do mês.

Eles estão conscientes que é ilegal vender na rua: *“Nós sabemos que é ilegal vender aqui na rua, aqui não é espaço ou lugar para vendermos, mas não temos outras alternativas, temos que procurar formas de conseguir alguma coisa para colocarmos em casa, pelo menos não estamos a roubar, estamos a trabalhar e conseguir as coisas com o nosso próprio esforço. Por isso, arriscamos mesmo, nos recebem as coisas hoje, mas amanhã voltamos de novo”*.

Quase todos os jovens que vendem nesta rua de Comandante Jika já algum dia foram recebidos os seus produtos pela Polícia ou fiscalização, mas mesmo assim não desistem em continuar as vendas, encontram sempre uma forma de conseguir dinheiro para comprar novo negócio, para recomeçar numa demonstração de resistência frente a posição do governo de acabar com o seu ganha-pão. Aliás isso tem sido a maior dificuldades dos jovens vendedores ambulantes, a perda dos negócios e a fiscalização apertada da Polícia que são alvos, assim como o risco de serem atropelados pelos carros, que muitos deles para venderem os seus produtos colocam-se entre os carros, algumas vezes em andamento. Referindo-se as

dificuldades encontradas na venda ambulante um dos jovens relatou: *“O problema é que eles quando te agarram te dão surra, isso porque o governo provincial mandou, não se sabe porque. Eles dizem que temos que vender nos mercados, mas nós não estamos a ver os mercados”*. (26 anos)

A forte presença da polícia, fez com que os jovens não aceitassem serem entrevistados, como medo de serem apanhados de surpresa e perderem seus negócios, os que aceitaram preferiram omitirem suas identidades, e percebia-se que ao mesmo tempo que respondiam as nossas questões, também estavam com olhares em quase todos os cantos, a controlarem os movimentos dos fiscais.

Nos relatos de muitos deles ficou evidente a importância da educação e da formação para conseguirem um emprego. *“O País está a mudar e cada dia que passa sentimos que é importante aumentar os níveis de conhecimento, ter mais estudo. Muitos de nós estudamos pouco, por causa da guerra, por isso estamos a continuar a estudar para acrescentarmos mais um pouco de conhecimento na cabeça”*.

Alguns entendem que a medida do governo da província em acabar com os vendedores ambulantes é pelo facto destes sujarem as estradas e avenidas, algo que alguns que estavam próximo negaram. Neste ponto em outros locais também que visitei como na área de São Paulo e Congolesses houve essa divergência entre os vendedores, entre os que concordam e discordam dessa tese de serem os responsáveis pela sujeira que se verifica em alguns pontos da cidade.

Para os que discordavam disseram: *“por exemplo aqui mesmo em que estamos, não há contentores de lixo, se comer algo onde colocas o lixo? Claro que é no chão. E isso todo mundo faz, inclusive os que andam de carro. Quantas vezes vimos pessoas que beberam gasosa ou comeram algo no carro e deitam no chão? O problema é que há falta de locais para se depositar o lixo na cidade e onde há contentores fica-se uma semana sem se recolher o mesmo, ao ponto das pessoas deitarem o lixo no chão por falta de espaço, pois os poucos contentores que ficam no local estarem já cheios”*. De facto essa é uma realidade que se vive na província de Luanda.

Devido a chuva que caiu sobre a cidade tivemos que interromper o nosso trabalho de campo com perspectivas de retornar na próxima sexta-feira dia 19 de Novembro.

**Simão João Samba**

# **ANEXOS**

## **ANEXO A - ESCRAVOS DO ENGARRAFAMENTO OU ESTAMOS TODOS A FICAR LOUCOS? AUTORA: CARLA QUEIROZ**

### **Escravos do engarrafamento ou estamos todos a ficar loucos?**

Por [Carla Vilarinho Queiroz](#), Domingo, 1º de Maio de 2011 às 1:08 (Facebook)

Acordei sem vontade nenhuma de sair de casa. Hoje Sábado. Luanda é uma cidade que nos obriga a ser escravos dentro dos carros, ou melhor, escravos do engarrafamento, escravos de nós mesmos, amarrados em longas e tristes horas de Não Anda (já não se diz Luanda). Fica-se claustrofóbico, sem muitas opções; nem apetece ouvir a rádio, nem escutar música, nem conversar seja lá com quem estiver ao nosso lado. Virou angústia. Loucura. Será possível pedir que o Executivo (já não se fala Governo), que paga pelas obras nas estradas e avenidas, ou que demora em pagar, ou que sub-contrata quem faz as tais obras nas estradas e avenidas, para que façam as coisas de forma mais rápida e ordenada e evitem tanto stress e doença mental?

Acredito que só podemos estar todos um pouco doentes, com algum nível de neurose ou psicose ou com níveis de stress traumático que acabaram nos levando a normalizar e a aceitar o que é psicologicamente anormal? Um dia ouvi um senhor desabafar: "a guerra acabou, mas agora temos uma nova guerra: o engarrafamento, a falta de luz e de água". Outro dia, um amigo me disse: "não, eu não sinto nada, posso ficar no engarrafamento e nem me enervo, estou no meu Prado, ligo a música e pronto. Não vos entendo quando reclamam do tráfico".

Vejamos quão grande é o estresse e o desequilíbrio.

Estamos doentamente perdendo 3 a 5 horas por dia dentro dos carros sem fazer nada útil, no meio do engarrafamento infernal. Talvez seja por causa disso, que os que podem compram os melhores e mais caros carros do mundo. Passam mais horas nos seus carros do que em suas próprias casas. Mal-ditos os "coitadinhos", e os "menos sortudos" forçados a tolerar a vida nessas viagens infernais em carros sem ar condicionado, ou apertados ou desarticulados.

Querendo contabilizar o nosso grau de loucura, vivemos mais de 80 horas por mês no engarrafamento, ou seja, 960 horas por ano. No inferno. Na tortura. Sem fazer mais nada do que tolerar ou gritar contra o carro da frente, o candongueiro desenrascado. Talvez com os anos, acabaríamos recebendo PhDs ou send Masters in traffic jam. Com as chuvas, a vida então se tornou uma pura loucura. A saúde física e a saúde mental dos Luandenses virou um luxo, que nem mesmo os que se afundam nos lindos e robustos carros conseguem ter. Qual é o resultado de tudo isso na economia e no desempenho profissional? Há quem reduziu as suas horas de sono para apenas 4 por noite, em vez de 8 horas como manda o relógio biológico, e há quem desgraçadamente, acaba saindo de casa e entrando sem nunca ver seus próprios filhos. Quando sai eles estão a dormir, quando regressa eles também estão a dormir. Nada de educação de filhos, nada de trabalho sério. Nada de vida digna.

Por isso, só dá para ficar, Sábado e Domingo, em casa a espera das visitas dos parentes e dos não parentes, dos "vizinhos oportunistas tipo Sidónio" que espreitam e se penduram, e nessas sentadas e almoçaradas comer e comer e comer; beber e beber como gente sem controle, numa atitude obsessiva e compulsiva. Viva a cerveja e as cinco ou dez garrafas de Chival Regal. Ficar embriagado é bom! Vamos apenas falar só de futebol, de sexo e que se lixem os malditos problemas. A vida está boa mesmo assim...

Quem disse que não? Viva a Loucura.

Carla Queiroz

## ANEXO B - TEXTO INTEGRAL DO ACORDO DE ALVOR

**Jornal A Província de Angola**, Quinta feira, 16 de Janeiro de 1975.

### **TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO PORTUGUÊS E OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO**

**O Estado Português e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento, Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), reunidos em Alvor, no Algarve, de 10 a 15 de Janeiro de 1975, para discutir e firmar o acesso de Angola à independência, acordam no seguinte:**



### **CAPITULO I - DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA**

**Artigo 1.º** — O Estado Português reconhece os Movimentos de Libertação Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) como os únicos e legítimos representantes do povo angolano.

**Artigo 2.º** — O Estado Português reafirma solenemente o reconhecimento do direito do povo angolano a Independência.

**Artigo 3.º** — Angola constitui uma entidade una e indivisível nos seus limites geográficos e políticos actuais e, neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano.

**Artigo 4.º** — A Independência e soberania plena de Angola serão solenemente proclamadas em 11 de Novembro de 1975, em Angola pelo Presidente da República Portuguesa ou por um representante seu, expressamente designado.

**Artigo 5.º** — O poder passa a ser exercido até à proclamação da Independência pelo Alto Comissário e por um Governo de Transição, o qual tomará posse em 31 de Janeiro de 1975.

**Artigo 6.º** — O Estado Português e os três Movimentos de Libertação formalizam pelo presente acordo um cessar fogo geral, já observado de facto pelas respectivas forças armadas em todo o território de Angola. A partir desta data será considerado ilícito qualquer acto de recurso à força, que não seja determinado pelas autoridades competentes, com vista a Impedir a violência interna ou a agressão externa.

**Artigo 7.º** — Após o cessar-fogo, as forças armadas da FNLA, MPLA e da UNITA fixar-se-ão nas regiões e locais correspondentes a sua implantação actual até que se efectivem as disposições especiais, previstas no capítulo 4.º do presente acordo.

**Artigo 8.º** — O Estado Português obriga-se a transferir, progressivamente, até ao termo do período transitório para os órgãos de soberania angolana todos os poderes que detém e exerce em Angola.

**Artigo 9.º** — Com a conclusão do presente acordo, consideram-se amnistiados para todos os efeitos, os actos patrióticos praticados no decurso da luta de libertação nacional de Angola, que fossem considerados puníveis na legislação vigente na data em que tiveram lugar.

**Artigo 10.º** — O Estado Independente de Angola exercerá a sua soberania total e livremente, quer no plano interno quer no plano internacional.

## **CAPITULO II - DO ALTO COMISSÁRIO**

**Artigo 11.º** — O Presidente da República e o Governo Português são durante o, período transitório representados em Angola pelo Alto Comissário, a quem cumpre defender os interesses da República Portuguesa.

**Artigo 12.º** — O Alto Comissário em Angola é nomeado e exonerado pelo Presidente da República Portuguesa, perante quem toma posse e responde politicamente.

**Artigo 13.º** — Compete ao alto comissário:

- a) - Representar o Presidente da República Portuguesa, assegurando e garantindo, de pleno acordo com o Governo de Transição, o cumprimento da lei.
- b) - Salvaguardar e garantir a integridade do território angolano em estreita cooperação com o Governo de Transição.
- c) - Assegurar o cumprimento do presente acordo e dos que venham a ser celebrados entre os Movimentos de Libertação e o Estado Português.
- b) - Garantir e dinamizar o processo de descolonização de Angola.
- d) - Ratificar todos os actos que interessem ou se refiram ao Estado Português.
- e) - Assistir as sessões do Conselho de Ministros quando entender conveniente, podendo participar nos respectivos trabalhos sem direito de voto.
- f) - Assinar, promulgar e mandar publicar os decretos-leis e os decretos elaborados pelo Governo de Transição.
- h) - Assegurar, em conjunto com o Colégio Presidencial a direcção da Comissão Nacional de Defesa.
- i) - Dirigir a política externa de Angola, durante o período transitório, coadjuvado pelo Colégio Presidencial.

### **CAPITULO III - DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO**

**Artigo 14.º** — O Governo de Transição é presidido e dirigido pelo Colégio Presidencial.

**Artigo 15.º** — O Colégio Presidencial é constituído por três membros, um de cada Movimento de Libertação que tem por tarefa principal dirigir e coordenar o Governo de Transição.

**Artigo 16.º** — O Colégio Presidencial poderá sempre que o desejem consultar o Alto Comissário sobre assuntos relacionados com a acção governativa.

**Artigo 17.º** — As deliberações do Governo Transitório são tomadas por maioria de dois terços, sob a presença rotativa dos membros do Colégio Presidencial.

**Artigo 18.º** — O Governo de Transição é constituído pelos seguintes ministérios: Interior, Informação, Trabalho e Segurança Social, Economia, Planeamento e Finanças, Justiça, Transportes e Comunicações, Saúde e Assuntos Sociais, Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, Educação e Cultura, Agricultura e Recursos Naturais.

**Artigo 19.º** — São desde já criadas as seguintes secretarias de Estado:

- a) - Duas secretarias de Estado no Ministério do Interior.

- b) - Duas secretarias de Estado no Ministério da Informação.
- c) - Duas secretarias de Estado no Ministério do Trabalho e Segurança Social.
- d) - Três secretarias de Estado no Ministério da Economia, designadas respectivamente por Secretaria do Comércio e Turismo, Secretaria da Indústria e Energia e Secretaria das Pescas.

**Artigo 20.º** — Os ministros do Governo de Transição são designados em proporção igual pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e pelo Presidente da República Portuguesa.

Artigo 21.º — Tendo em conta o carácter transitório do Governo, a distribuição dos Ministérios é feita pelo seguinte modo:

- a) - Ao Presidente da República Portuguesa cabe designar os ministros da Economia, das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, e dos Transportes e Comunicações.
- b) - Á FNLA cabe designar os ministros do Interior, Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura.
- c) - Ao MPLA cabe designar os ministros da Informação, do Planeamento e Finanças e da Justiça.
- d) - Á UNITA cabe designar os ministros do Trabalho e Segurança Social, da Educação e Cultura e dos Recursos Naturais.

**Artigo 22.º** — Secretarias de Estado previstas no presente acordo são distribuídas pela forma seguinte:

- a) - Á FNLA cabe designar um Secretário de Estado para a Informação, um Secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e um Secretário de Estado de Comercio e Turismo.
- b) - Ao MPLA cabe designar um Secretario de Estado para o Interior, um Secretario de Estado para o Trabalho e Segurança Social e um Secretario de Estado da Indústria e Energia.
- c) - Á UNITA cabe designar um Secretario de Estado para o Interior, um Secretário de Estado para a Informação e um Secretário de Estado das Pescas.

**Artigo 23.º** — O Governo de Transição poderá criar novos lugares de secretários e de subsecretários de Estado respeitando na sua distribuição a regra da heterogeneidade política.

**Artigo 24.º** — Compete ao Governo de Transição:

- a) - Zelar e cooperar pela boa condução do processo de descolonização ate a Independência Total.
- b) - Superintender no conjunto da Administração Pública assegurando o seu funcionamento e promovendo o acesso dos cidadãos angolanos a postos de responsabilidade.
- c) - Conduzir a política interna.
- d) - Preparar e assegurar a realização de eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola.
- e) - Exercer por Decreto-Lei a função legislativa e elaborar o decreto, regulamento e instruções para a boa execução das leis.
- f) - Garantir em cooperação com o Alto Comissário a segurança das pessoas e bens.
- g) - Proceder à reorganização judiciária de Angola.
- h) Definir a política económica, financeira e monetária, criar as estruturas necessárias ao máximo desenvolvimento da Economia de Angola.
- i) Garantir e salvaguardar os direitos e as liberdades individuais e colectivas.

**Artigo 25.º** — O Colégio Presidencial e os Ministros são solidariamente responsáveis pelos actos do Governo.

**Artigo 26.º** — O Governo de transição não poderá ser demitido por iniciativa do Alto-Comissário devendo qualquer alteração da sua constituição ser efectuada por acordo entre o Alto-Comissário e os Movimentos de Libertação.

**Artigo 27.º** — O Alto-Comissário e o Colégio Presidencial procurarão resolverem espírito de amizade e através de consultas recíprocas todas as dificuldades resultantes da acção governa.

#### **CAPITULO IV - DA COMISSÃO NACIONAL DE DEFESA**

**Artigo 28.º** — É criada uma Comissão Nacional de Defesa com a seguinte composição: Alto-Comissário, Colégio Presidencial, Estado Maior Unificado.

**Artigo 29.º** — A Comissão Nacional de Defesa deverá ser informada pelo Alto Comissário sobre todos os assuntos relativos à Defesa Nacional, tanto no plano Interno como no Externo, com vista a:

- a) - Definir e concretizar a política militar resultante do presente acordo.
- b) - Assegurar e salvaguardar a integridade territorial de Angola.

c) - Garantir a paz, a segurança e a ordem pública.

d) . Zelar pela segurança das pessoas e dos bens.

**Artigo 30.º** — As decisões da Comissão Nacional de Defesa são tomadas por maioria simples, sendo o Alto-Comissário que preside, voto de qualidade.

**Artigo 31.º** — É criado o Estado Maior Unificado que reunira os comandantes dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas em Angola e três comandantes dos Movimentos de Libertação. Este Estado Maior Unificado fica colocado sob a autoridade directa do Alto-Comissário.

**Artigo 32.º** — Forças Armadas dos três Movimentos de Libertação serão integradas em paridade com Forças Armadas Portuguesas nas forças militares mistas em contingentes assim distribuídos: 8 000 combatentes da FNLA, 8000 combatentes do MPLA, 8000 combatentes da UNITA, 24000 militares das Forças Armadas Portuguesas.

**Artigo 33.º** — Cabe à Comissão Nacional de Defesa proceder à Integração progressiva das Forças Armadas nas Forças Militares Mistas referidas no artigo anterior devendo em principio respeitar o calendário seguinte:

De Fevereiro a Maio, inclusive, serão integrados por mês quinhentos combatentes de cada um dos Movimentos de Libertação e 1.500 militares portugueses; de Junho a Setembro inclusive serão integrados por mês 1.500 combatentes de cada um dos Movimentos de Libertação e 4.500 militares portugueses.

**Artigo 34.º** — Os efectivos das Forças Armadas Portuguesas que excederem o contingente referido no artigo 32 deverão ser evacuadas de Angola até 30 de Abril de 1975.

**Artigo 35.º** — A evacuação do contingente das Forças Armadas Portuguesas integrado nas Forças Militares Mistas deverá iniciar-se a partir de 1 de Outubro de 1975 e ficar concluída até 29 de Fevereiro de 1976.

**Artigo 36.º** — .A Comissão Nacional de Defesa deverá organizar forças mistas de Policia encarregadas de manter a ordem pública.

**Artigo 37.º** — O comando Unificado da Polícia, constituído por três membros — um de cada Movimento de Libertação — é dirigido colegialmente e presidido segundo um sistema rotativo ficando sob a autoridade e a supervisão da Comissão Nacional de Defesa.

## **CAPITULO V - DOS REFUGIADOS E DAS PESSOAS REAGRUPADAS**

**Artigo 38."** — Logo após a instalação do Governo de Transição, serão constituídas comissões paritárias mistas designadas pelo Alto Comissário e pelo Governo de Transição, encarregadas de planificar e preparar as estruturas, os meios e os processos requeridos para acolher os angolanos refugiados. O Ministério da Saúde e Assuntos Sociais supervisionará e coordenará a acção destas comissões.

**Artigo 39.º** — As pessoas concentradas nas "sanzalas da paz" poderão regressar aos seus lares de origem. As comissões paritárias mistas deverão propor ao Alto Comissário e ao Governo de Transição medidas sociais, económicas e outras para assegurar às populações deslocadas o regresso à vida normal e a reintegração nas diferentes actividades da vida económica do país.

## **CAPITULO VI - DAS ELEIÇÕES GERAIS PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE ANGOLA**

**Artigo 40.º** — O Governo de Transição organizará eleições gerais para uma assembleia Constituinte no prazo de nove meses a partir de 31 de Janeiro de 1975, data da sua Instalação.

**Artigo 41.º** — As candidaturas à Assembleia Constituinte serão apresentadas exclusivamente pelos Moimentos de Libertação — FNLA, MPLA e UNITA — únicos representantes legítimos do povo angolano.

**Artigo 42 °** — Será estabelecida, após a instalação do Governo de Transição, uma comissão central constituída em partes iguais por membros dos Movimentos de Libertação, que elaborará o projecto da Lei Fundamenta) e preparará as eleições para a Assembleia Constituinte.

**Artigo 43.º** — Aprovada pelo Governo de Transição e promulgada pelo Colégio Presidencial a Lei Fundamental, a Comissão Central deverá:

- a) - Elaborar o projecto de Lei Eleitoral.
- b) - Organizar os cadernos eleitorais.
- c) - Registrar as listas dos candidatos à eleição da Assembleia Constituinte, apresentadas pelos Movimentos de Libertação.

**Artigo 44.º** — A Lei Fundamental que vigorará até a entrada em vigência da Constituição de Angola não poderá contrariar os termos do presente acordo.

## **CAPITULO VII - DA NACIONALIDADE ANGOLANA**

**Artigo 45.º** — O Estado Português e os três Movimentos de Libertação — FNLA, MPLA e UNITA — comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas do colonialismo. A este propósito, a FNLA, o MPLA e a UNITA, reafirmam a sua política de não discriminação, segundo a qual a qualidade de angolano se, define pelo nascimento em Angola ou pelo domicílio desde que os domiciliados em Angola se identifiquem com as aspirações da Nação Angolana, através de uma opção consciente.

**Artigo 46.º** — A FNLA o MPLA e a UNITA assumem desde já o compromisso de considerarem angolanos todos os indivíduos nascidos em Angola, desde que não declarem, nos termos e prazos a definir, que desejam conservar a sua actual nacionalidade, ou optar por outra.

**Artigo 47.º** — Aos indivíduos não nascidos em Angola e radicados neste País é garantida a faculdade de requerem a cidadania angolana de acordo com a regras da nacionalidade angolana que forem estabelecidas na lei fundamental.

**Artigo 48.º** — Acordos especiais, a estudar ao nível de uma, comissão partidária mista, regularão as modalidades da concessão da cidadania angolana aos cidadãos portugueses, domiciliados em Angola e o estatuto dos cidadãos portugueses residentes.

## **CAPITULO VIII - NATUREZA ECONÓMICA E FINANCEIRA**

**Artigo 49.º** — O Estado português obriga-se a regularizar com o Estado de Angola a situação decorrente, da existência de bens pertencentes a este Estado fora do território angolano, por força a facilitar a transferência desses bens ou do correspondente valor para o território e a posse de Angola.

**Artigo 50.º** — A FNLA, o MPLA e a UNITA declaram-se dispostos a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros recebidos pela parte portuguesa em nome e em relação a Angola, desde que tenha sido no efectivo interesse do povo angolano.

**Artigo 51.º** — Uma comissão paritária mista, constituída por peritos nomeados pelo Governo Provisório da República Portuguesa e pelo Governo de Transição do Estado de Angola, relacionará os bens referidos no artigo 50.º procederá às

avaliações que tiver convenientes e proporá àquele Governo as soluções que tiver por justas.

**Artigo 52.º** — O Estado Português assume o compromisso de facilitar à Comissão referida no artigo anterior todas as informações e elementos de que dispuser e de que a mesma Comissão careça para formular juízos fundamentados e propor soluções equitativas dentro dos princípios da verdade, do respeito e legítimos direitos de cada parte e da mais leal cooperação.

**Artigo 53.º** — O Estado Português assistirá o Estado Angolano na criação e instalação de um banco central emissor. O Estado Português compromete-se a transferir para Angola as atribuições, ao activo e o passivo do departamento de Angola do Banco de Angola, em condições a acordar no âmbito da Comissão mista para os assuntos financeiros. Esta comissão estudará igualmente todas as questões referentes ao Departamento de Portugal do mesmo banco, propondo as soluções na medida que se refiram e interessem a Angola.

**Artigo 54.º** — A FNLA, a UNITA e o MPLA comprometem-se a respeitar os bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola.

## **CAPITULO IX - DA COOPERAÇÃO ENTRE ANGOLA E PORTUGAL**

**Artigo 55.º** — O Governo português por um lado e os movimentos de libertação pelo outro, acordam estabelecer entre Portugal e Angola, laços de cooperação construtiva e duradoura, em todos os domínios, nomeadamente, nos domínios cultural, técnico, científico, económico, comercial, monetário, financeiro e militar, numa base de independência, igualdade, liberdade, respeito mútuo e reciprocidade de interesses.

## **CAPITULO X - DAS COMISSÕES MISTAS**

**Artigo 56.º** — Serão criadas comissões mistas de natureza técnica e composição paritária, nomeadas pelo Alto Comissário, de acordo com o Colégio Presidencial, que terão por tarefa, estudar e propor soluções para os problemas decorrentes da descolonização e estabelecer as bases de uma cooperação activa, entre Portugal e Angola, nomeadamente, nos seguintes domínios:

- a) - Cultural, Técnico e Científico;
- b) - Económico e Comercial;

- c) - Monetário e Financeiro;
- d) - Militar;
- e) - Da aquisição da nacionalidade angolana por cidadãos portugueses.

**Artigo. 57.º** — As Comissões referidas no artigo anterior, conduzirão os trabalhos e negociações, num clima de cooperação construtiva e de leal ajustamento. As conclusões a que chegarem, deverão ser submetidas, no mais curto espaço de tempo, à consideração do Alto-comissário; do Colégio Presidencial, com vista à elaboração de acordos entre Portugal e Angola.

## **CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 58.º** — Quaisquer questões que surjam na interpretação e aplicação; do presente Acordo, e que não possam ser solucionadas nos termos do Art. 27.º, serão resolvidas por via negociada entre o Governo Português e os Movimentos de Libertação.

**Artigo 59.º** — O Estado Português, a FNLA, o MPLA e a UNITA, fieis ao ideário sócio-político repetidamente afirmado pelos seus dirigentes, reafirmam o seu respeito pelos princípios consagrado, pela Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como o seu activo repúdio de todas as formas de discriminação racial, nomeadamente do "apartheid".

**Artigo 60.º** — O presente Acordo entrará em vigor imediatamente após a homologação pelo Presidente da República Portuguesa. As Delegações do Governo Português, da FNLA, do MPLA e da UNITA realçam o clima de perfeita cooperação e cordialidade em que decorreram as negociações e felicitam-se pela conclusão do presente Acordo que dá satisfação às justas aspirações do povo angolano e este orgulho do povo português, a partir de agora ligado por laços de profunda amizade e propósitos de cooperação construtiva, para bem de Angola, de Portugal, da, África e do Mundo. (assinado em Alvor Algarve, aos quinze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e setenta e cinco em quatro exemplares língua portuguesa).

Fonte: <http://pissarro.home.sapo.pt> - Acesso dia 24/05/2011

## Falsos fiscais atormentam zungueiras

*Actuam sob o olhar silencioso dos agentes da Polícia Nacional*

ALBINO SAMPAIO  
Nzila Nzambi (foto)

Um grupo conhecido de ex-fiscais, então afectos ao Governo da Província de Luanda, está a actuar nos mercados espalhados na cidade capital do país, de acordo com denúncias dos vendedores dos mesmos.

Segundo consta, estes elementos têm sido violentos, sobretudo, com as vendedoras ambulantes, as suas principais vítimas.

“Eles batem nas senhoras, mesmo aquelas que carregam filhos às costas ou ao colo, para além de se apropriarem dos seus negócios”, contou uma zungueira.

Deolinda Martins, mãe de cinco filhos, vende junto aos armazéns da Gajageira, no São Paulo, há perto de seis anos, lembrou que por três vezes os burladores levaram o seu produto.

“Por duas vezes apreenderam o meu negócio, eles queriam que eu lhes desse dinheiro, mas como não tinha na altura levaram o negócio”, sublinhou, visivelmente desapontada, acusando os agentes da polícia de colaborar com este grupo de elementos.

Catarina Manuel, também vendedora ambulante, contou que a situação é



precária, uma vez que para vender “é preciso ter muito cuidado, porque para além de fugir os polícias e os fiscais, também pode cair nas mãos dos jovens que eles contratam para ajudar receber o negócio”.

O cenário é igual no mercado dos Congolenses.

Segundo as vendeóras, a polícia faz e desfaz, “o s seus superiores sabem disto mas ninguém se pronuncia sobre o assunto”.

“Será que a violência ocorre apenas quando nos batem nos nossos maridos?”, questionaram-se as vítimas, alertando que os polícias, naquele lo-

cal, são mais violentos que os falsos fiscais.

Nos Congolenses também encontramos a dona Bela, viúva e mãe de cinco filhos. Ela é proveniente de Quimbele, província do Uíge, sendo obrigada a vender na zunga para sobreviver.

Já as zungueiras que operam no Golfe II, pretendem apresentar queixa no Ministério da Família e Promoção da Mulher, contra os agentes da polícia e fiscais, acusados de maltratar as mulheres angolana que vão à procura do ganha pão para o sustento das suas famílias.

“Quando é que seremos respeitadas

no nosso próprio país, se todos os dias somos vandalizadas?”, questionaram-se.

Na Rotunda da Cuca, no município do Cazenga, a história é a mesma. As zungueiras estão agastadas com a atitude da polícia e dos fiscais, muitos dos quais, falsos, que todos os dias lhes tiram o sossego.

O CONTINENTE tentou contactar o director provincial da Fiscalização de Luanda, tendo-se mostrado incommunicável. De acordo com a sua secretária, Soila da Rosa, os mesmo se encontrava reunido e não nos podia atender.

Fonte: Semanário Continente 14 out. 2011, p. 40.

LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

# Drama de quem ganha a vida a vender nas ruas de Luanda

Na maioria são mulheres sem espaço no mercado formal

YARASIMÃO |

Por cada metro da calçada a disputa é selvagem. É um vale tudo repleto de lutas e ameaças em nome do lucro e da sobrevivência. É também uma arena onde, todos os dias, o mais fraco é subjugado pelo mais forte. O comércio de rua não é um crime para aqueles nascidos na economia de sobrevivência, com oportunidades limitadas de educação e capacitação. É, sim, oportunidade de obtenção de renda básica, alimentação e abrigo para famílias.

Fátima Baptista atende um cliente, junto ao Cine São Paulo, controlando também quem passa, porque muitos fiscais andam à civil. "Temos de controlar porque os fiscais andam à paisana e não conseguimos distinguir. De repente levam o nosso negócio", disse.

A venda informal nas ruas não é novidade para elas. Precisam, como afirmaram, de pagar a propina dos filhos e as refeições básicas.

Elas disseram à reportagem do Jornal de Angola que "muitos de nós sujamos a cidade e arredores". Frisaram que muitos fiscais, que têm irmãs, sobrinhas e mesmo esposas a praticar esse tipo de negócio tornaram-se seus amigos e têm sido sensíveis, fazendo um trabalho pedagógico, como, por exemplo, "mamã, não venda aqui. Não faça isso, porque se o meu chefe passar vou ser punido. Compreenda o meu lado".

Disseram também que há uns tantos "bangões que fazem o que lhes apetece sem terem em conta a nossa situação, tornando-se inimigos de estimação".

"As vezes sentimo-nos mal, porque trabalhamos sozinhas, de sol a sol, expostas ao frio, ao calor e mesmo à violência. Mas somos mulheres fortes e perseverantes e se não vendemos hoje, vendemos amanhã", disse Clara Diogo, vendedora de carne.

Em Maio do ano passado, o vendedor ambulante Pedro Panzo, de 28 anos de idade, que vende calçado e acessórios de telemóveis no passeio, perdeu a mercadoria, no valor de cerca de 30 mil kwanzas. Foi privado da sua mercadoria. Como "um mal nunca vem só", Pedro Panzo foi detido pelos agentes da Polícia.

Panzo perdeu o seu produto quando se estreava no mercado informal. Mas isso não o fez desistir. A necessidade de garantir o pão de cada dia falou mais alto. No dia 30 de Setembro, a história repetiu-se, com episódios novos e uma particularidade, não foi espancado. "Desta vez, consegui fugir, evitando que me batessen novamente. Só não fui a tempo de levar a minha mercadoria", disse Panzo.

A vendedora Adriana Sivaya, de 30 anos de idade, teve a sorte de não perder os seus produtos porque os agentes da polícia chegaram dois minutos depois de ter arrumado as suas trouxas e fugido.

"Fugi com o meu negócio", conta a vendedora, que acrescentou que nem sempre foi assim, porque há um ano e meio que se dedica à comercialização de escovas de dentes, canetas, cotonetes, entre outros produtos, perdendo já por três vezes os seus artigos. Adriana, em meados do ano passado, quando tentou

reaver os seus bens, foi detida alguns dias por desacato à autoridade. A segunda situação aconteceu em Abril e a terceira em Agosto de 2011. Ao todo, o prejuízo foi de 50 mil kwanzas, uma quantia importante para a vendedora. "A minha sorte é que eu tinha um cofre de madeira onde depositava algum dinheiro. Quando perdi os meus produtos, abri a caixa e encontrei 30 mil kwanzas, que utilizei para recomprar o negócio", disse.

Sérgio Alves, de 25 anos de idade, tem dois filhos e mulher e renda de casa para pagar. No dia 30 de Setembro viveu o pior pesadelo. Há três anos no mercado informal, perdeu por duas vezes os seus produtos, mas nada comparado ao recente acontecimento. Foram-se inúmeros pares de sapatos usados e acessórios de telemóveis.

A acção dos agentes da Polícia custou-lhe o prejuízo de 25 mil kwanzas. Neste momento, Sérgio experimenta a dor do desespero e desabafa: "Agora, não sei o que fazer. Tentamos ganhar a vida de

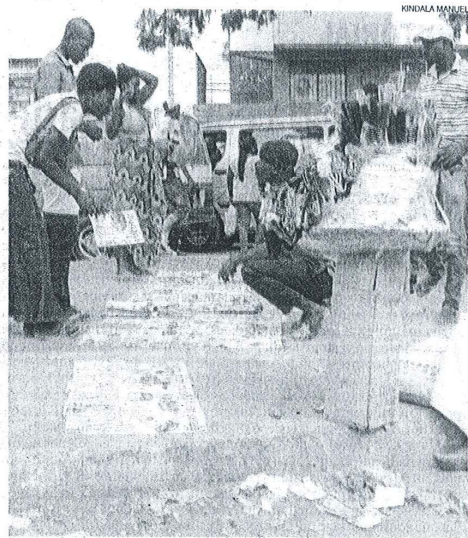
Outros fugiam. Frutas, roupas, bijutarias, legumes, calçado, acessórios de telemóveis, entre outros produtos espalhados pelo chão. Em cenário de agitação e desespero, ouviam-se gritos por todos os lados.

Adultos e crianças corriam de um lado para o outro. Sentiam-se ameaçados e obrigados a fugir. Os agentes da Polícia são persistentes na perseguição. Os que tinham o azar de ser apanhados recebiam "arrepios". "O segredo para não ser espancado é não mostrar resistência", diz Gustavo Jorge, que já foi castigado no passado.

Minutos depois dos agentes deixarem o local, os vendedores regressaram. O facto repetiu-se quase todos os dias.

### Problema nacional

Há cada vez mais pessoas a abraçar o sector informal como solução diante da crescente falta de emprego. É falso imaginar que é possível levar todos os vendedores de rua para a economia formal. Os passeios



Passeios deixaram de ser somente passagem de peões e são bancas de venda

estão a ficar mais apinhados de gente a vender diversos tipos de produtos. Os vendedores informais dão à cidade uma imagem negativa devido ao lixo que acumulam, incomodando as autoridades e a população em geral. O crescimento do fenó-

meno levanta duas grandes questões. A primeira é: porque preferem eles os passeios? A justificação dos vendedores é a "falta de espaço apropriado para se dedicarem à actividade". Mas, na verdade, "estar próximo dos potenciais compradores" é a principal razão que os move. A segunda é: o que está por trás da actividade? A explicação óbvia é "falta de emprego" e não necessariamente uma deliberada fuga ao fisco.

### Fiscais e polícias

Para os fiscais e polícias os vendedores informais ocupam os passeios, o que os coloca em conflito com os transeuntes. Um exemplo concreto é nas proximidades do mercado São Paulo, nos armazéns da Gajajeira, onde dificilmente automobilistas e até mesmo peões conseguem transitar. O Jornal de Angola constatou que ninguém tem conhecimento do destino dado aos produtos confiscados na rua.

A falta de esclarecimento sobre como os visados podem recuperar os seus produtos deixa espaço para suspeita, como referiram os nossos entrevistados. "Se os agentes da Polícia ou os fiscais têm o dever de impedir que os informais exerçam as suas actividades na via pública, também deviam ter o dever de dizer aos mesmos como proceder para recuperarem as suas mercadorias", disseram.

### Excessos

Paulo de Almeida, segundo comandante da Polícia Nacional, disse que "nós agimos quando existe desordem na via pública. A Polícia, às vezes, faz o papel de outras estruturas, porque andar atrás das zungueiras não é tarefa do polícia. Existe um acomodamento grande no país e que a polícia tem de fazer tudo", realçou.

O segundo comandante reconheceu que tem havido excesso por parte de certos agentes da corporação, mas também provocações por parte de alguns vendedores informais. "Muitos polícias já foram agredidos e até apedrejados.

E esse é um dos motivos que muitas vezes os leva a agir de forma incorrecta com os vendedores", disse o segundo comandante, acrescentando que é importante que se faça um trabalho mais educativo junto das populações, no sentido de se evitar esse tipo de constrangimentos para ambas as partes.



Falta de emprego aumenta cada vez mais o número de pessoas que exercem o comércio informal nas ruas de Luanda

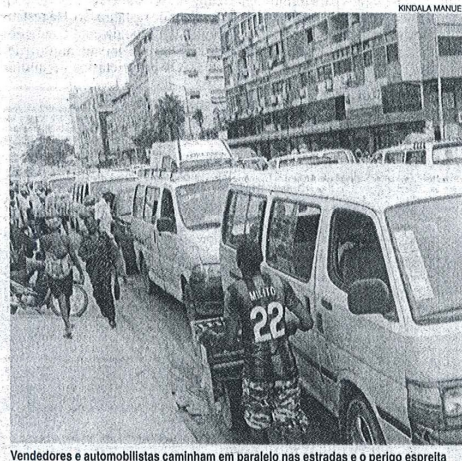
forma honesta e recebemos como recompensa isto." Estes são alguns dos rostos visíveis do comércio informal que infesta as principais zonas de Luanda.

### Sexta-feira

Dezenas de vendedores de rua que perderam os produtos numa operação dos agentes da Polícia Fiscal vivem o mesmo problema. O drama começa por volta das 17 horas, no município do Rangel, próximo dos famosos armazéns das Pedrinhas. A sexta-feira é o dia preferido deles, conforme asseguraram à reportagem do Jornal de Angola.

Os agentes municipais desceram do carro e apanharam desprevenidos muitos vendedores. A missão dos agentes é clara: deixar as ruas e os passeios desocupados pelos comerciantes informais.

Instantes depois, o pânico instalou-se. É o salve-se quem puder. Alguns vendedores procuravam na confusão salvar o seu produto.



Vendedores e automobilistas caminham em paralelo nas estradas e o perigo espregia

ZUNQUEIRAS DE LUANDA

# A vida de quem faz das ruas local de negócio

Centenas de jovens deixaram as suas famílias nas províncias para tentarem ganhar a vida na capital

CRISTINA DA SILVA |

Muitas jovens deixam as famílias nas províncias para tentarem a vida em Luanda, onde partilham, com mais cinco ou seis, o mesmo quarto, forma de poderem juntar algum do pouco que ganham na venda diária. Na maioria, são mães solteiras e sonham com uma vida que raramente encontram.

Um grupo de quatro raparigas, com menos de 18 anos, sem qualquer experiência de vida, deixa Benguela de carro à procura da sorte, que sonham encontrar em Luanda. Algumas, antes de partirem, juntam documentos que, pensam, lhes vão ser úteis para conseguirem o primeiro emprego.

Na bagagem, além de algumas peças de roupa, essas jovens trazem menos de cinco mil kwanzas. Na grande cidade, que apenas conhecem do que ouviram ou viram na televisão, recorrem a outras para arranjarem lugar onde dormir.

Não raro, abandonam a escola, levadas pela ilusão de irem ao encontro de uma vida melhor do que a terra natal lhes deu.

Adelaide Kawika, de 17 anos, disse, ao *Jornal de Angola*, que sempre acreditou que era mais fácil ganhar dinheiro em Luanda do que na província onde nasceu.

As jovens de Benguela têm um plano, trabalharem durante três meses e voltarem à terra para, pelo menos durante um mês, estarem com as suas famílias.

Anastácia Marta, 15 anos, é zungueira desde os 12, mesmo que não junte os 400 ou 500 dólares que estipulou para levar para os pais e os irmãos. É a forma que tem de recuar forças e ânimo, que apenas consegue junto dos seus.

Uma amiga de infância meteu-a na venda de fruta na rua. Quase em surdina, afirmou estar cansada da vida que tem, mas satisfeita por poder ajudar a família.

São Pedro da Barra

No bairro São Pedro da Barra, no município do Sambizanga, vivem muitos dos zungueiros de Luanda. Vivem em grupos de seis ou sete. São primos e amigos que a solidariedade juntou em casas arrendadas, muitas de um compartimento apenas, feito de blocos de cimento

e coberto de chapas. Além dos jovens, de ambos os sexos, também há crianças, com menos de 5 anos. Filhos e sobrinhos. Os de sangue e os que passaram a ser.

Laurinda Maria e Carolina Dunga moram no Vale do Soroca, no Sambizanga, zona isolada e sem iluminação pública. Para lá chegamos, temos de passar por ruínas e amontoados de lixo.

A casa, onde vivem mais cinco jovens, todas de Benguela, não foi rebocada e o chão é térreo. Tem dois compartimentos separados por cortinas. Um serve de quarto de dormir, mas também de casa de banho e, pelos vistos de cozinha, com um fogareiro, três panelas vazias e uma bacia com loiça. No outro há trouxas de roupa e um colchão de casal.

Com uma vela nas mãos, Carolina mostra como as sete dormem. As que são mães têm prioridade quanto ao colchão. As outras estendem paños no chão para darem descanso aos corpos.

Sobreviver

Porto Pesqueiro, também no município do Sambizanga, é uma zona antiga e de pequenas indústrias ocupadas por novos moradores, pequenos comerciantes, principalmente cidadãos estrangeiros. Casas construídas desordenadamente e sem grandes espaços entre elas. A falta de dinheiro levou Emília Vale, 20 anos, a ir para ali viver.

"Prefiro manter-me aqui e poder garantir alguma coisa para a minha família", disse a jovem, com um filho, de 1 ano, ao colo que, alheia à miséria que a rodeia, ainda sabe sorrir enquanto acarinha a mãe.

Emília, que nasceu no Bocoio, vende no centro da cidade, o que lhe permite despachar todas as frutas. Na cabeça ainda tem o lenço que a protege da poeira.

Da rua principal do bairro para a casa de Emília descemos por um pequeno carroiro, atulhado de lixo, com o cuidado que a situação exige, enquanto ela escorregava com naturalidade, como se estivesse num parque de diversão. Quando interrogámos como fazia o percurso no tempo chuvoso, riu-se:

"Já vivemos aqui vai para três anos, estamos habituados", explica.



Vendedoras ambulantes encontraram nas ruas de Luanda o local ideal para a comercialização dos seus produtos



Emília Cuvala



Maria Teresa



Anastácia Marta

A casa, onde vive com mais sete pessoas, entre elas um rapaz, tem dois quartos, com espaço para cama de casal, e um pequeno corredor. Na altura, estavam todos em casa. Cada um dos moradores contava a novidade do dia. Francisco Muteka é o único calado. Limita-se a sorrir. Um dos quartos está-lhe reservado por ser o único rapaz. Elas dormem todas no outro, tal como o bebé de Emília, que tem outro filho em

Benguela. O banho é no corredor e baldes ou sacos servem de sanita. O lixo é depositado na lixeira, a poucos metros de casa. As chapas que fazem de telhado não estão seguras, mas não impedem que os corpos cansados da zungua adormeçam rapidamente, que as horas de sono passam a correr e o dia que vai nascer é igual ao anterior, feito a vender, a fugir dos polícias, a procurar ganhar algum dinheiro para fingir que se come e ainda mandar para a família que se deixou na província de Benguela.

Mães solteiras

Parte das vendedoras de rua em Luanda são jovens e mães solteiras. Carolina tem 18 anos e uma filha de 4, de pai desconhecido, que deixou em Benguela. A criança, que ainda não foi registada, vive com os pais dela.

Adelaide, 22 anos, é outra mãe solteira e tem duas filhas em Benguela. Maria Teresa, de 21, tem um filho. Emília tem dois. Nenhuma das crianças está registada.

Arrendamento

Em São Pedro da Barra, as rendas das casas andam entre os dois mil e os 2.500 kwanzas. Os jovens juntam-se e pagam, ao todo, de seis em seis meses, 15 mil.

O jantar é a única refeição que fazem em casa, pois saem para a zungua por volta das 7h00 e só regressam entre as 20h00 e as 21h00. Diariamente, a responsabilidade

de comprar os alimentos e de os confeccionar pertence apenas a um. Nas casas em que só há rapazes, há sempre uma vizinha que se encarrega de cozinhar.

Testemunho

Com venda ambulante, afirmam os que a praticam, é possível melhorar a vida, mas só com muita força de vontade e responsabilidade. É o caso de Francisco Muteka.

O jovem, há três anos que se dedica a vender nas ruas de Luanda, conseguiu construir uma casa em Benguela, num terreno oferecido pelo pai.

"Graças a Deus, consegui", referiu a rir e a recordar que para isso teve de deixar para trás algumas amizades, incluindo a de pessoas que viajaram com ele de Benguela. Na altura, tinha 16 anos e chegou acompanhado de cinco amigos. Começou por vender pilhas de rádio, com um investimento de dois mil kwanzas, no Roque Santeiro.

Depois, passou para as lanternas, mas foi com a aplicação de unhas plásticas e de gel, negócio a que continua a dedicar-se, que o dinheiro de se ver começou a aparecer.

Com o que ganha, além de ter construído a casa, ajuda na compra de material escolar dos três irmãos que tem em Benguela.

"Sou o mais velho e se não tiver juízo quem perde sou eu", disse.

Quando ela está doente "fecha" o negócio e vai junto à família para se tratar com os medicamentos da rua.



Jovens zungueiras preparam o jantar depois de uma jornada longa e cansativa pelas artérias da capital angolana

# Delinquência juvenil em Luanda deve-se ao desemprego e pobreza

Estudo revela que a maioria dos crimes são praticados por adolescentes

CRISTINA DA SILVA

FOTO: JA

Um estudo elaborado pelo Governo Provincial de Luanda revela que os elevados índices de casos de delinquência juvenil na capital se devem ao desemprego, desocupação, pobreza e exclusão social. Segundo a Polícia, a maior parte dos crimes são praticados por adolescentes com idades que variam entre os 12 e 18 anos.

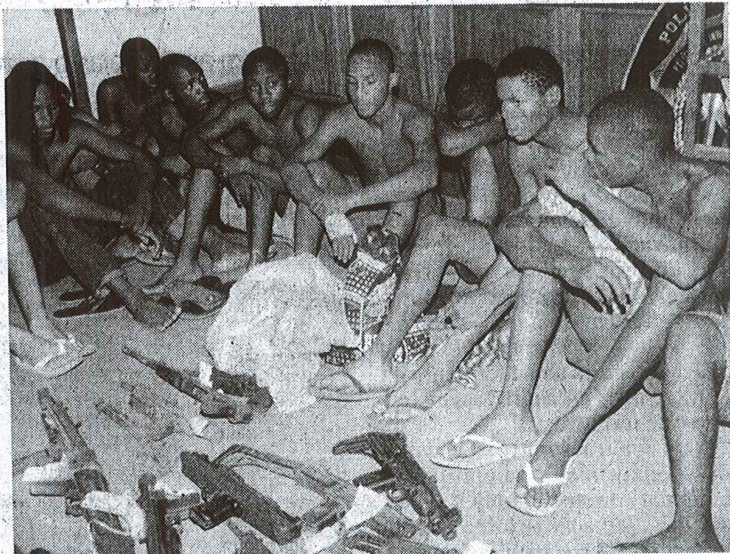
Ontem, o governo da província, em Conselho Provincial, apresentou o referido estudo, que aborda com profundidade as causas do aumento de casos de delinquência juvenil.

Realizado em oito municípios, no período de Junho a Agosto, o estudo aborda ainda as causas da venda ambulante e na rua, bem como do estado da educação cívica na província.

Fátima Viegas, coordenadora do estudo, disse que o mesmo foi desenvolvido através de reuniões exploratórias e trabalho de sectores chaves, como administrações municipais, organizações juvenis e sociais, bem como por intermédio de trabalhos escolares de estudantes universitários.

Além da desocupação, desemprego, pobreza e exclusão social, o estudo mostra que contribuem igualmente para o fenómeno a perda e degradação dos valores, a precariedade das estruturas físicas e a insuficiência das condições de segurança.

Nesta conformidade, a consultoria defende a criação de um obser-



Perda de valores morais também contribui para o fenómeno

vatório social, o reforço de um programa que garanta aos adolescentes e jovens o acesso à educação básica gratuita e à ocupação dos tempos livres.

A 2º comandante da Polícia de Luanda, Elisabeth Rank Frank, disse que 58 por cento dos crimes que se registaram na cidade de Luanda nos últimos seis meses foram praticados por jovens dos 12 a 16 anos de idade. Neste período, a Polícia Nacional registou 244 crimes praticados por jovens de 12 anos e quatro mil e 53 casos por adolescentes dos 16 a 18 anos.

Disse também que num horizonte de oito mil crimes registados.

cinco mil e 375 casos foram praticados por jovens.

Já a governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, disse que as questões de natureza social devem constituir prioridade das acções desenvolvidas pelas administrações municipais, pois só assim será possível atenuar os problemas que afectam a juventude.

Disse também que o estudo será compartilhado com outros sectores, tais como os da Educação, Cultura, Juventude e Desportos, Família e Promoção da Mulher, para que em conjunto se possa resolver a situação.

Fonte: Jornal de Luanda 25 set. 2008, p. 31.

PARA AJUDAR O ORÇAMENTO CASEIRO

## Pequenos negócios melhoram rendimento familiar

MAIOMONA ARTUR |

Os pequenos negócios contribuem para o sustento das famílias, quer sejam por iniciativa própria ou por intermédio de outra pessoa.

Mas, a verdade é que se ajudam a equilibrar os orçamentos familiares, requerem, também, investimentos iniciais, como foi o caso de Josefina António, 24 anos, vendedora ambulante há quatro. A jovem decidiu montar o negócio de refrigerantes para sustentar os quatro filhos. Por eles percorre as principais artérias de Luanda a vender vários tipos de refrigerantes. “Com apenas 700 kwanzas, comecei a vender refrigerantes. Depois, comprei a primeira grade de gasosa e, assim, o negócio foi-se desenvolvendo”, disse.

Josefina António tem hoje mais de 40 grades de gasosa. Cada uma proporciona-lhe um lucro semanal de 550 kwanzas, o equivalente a vendas mensais acima de 80 mil kwanzas. O negócio não são só rosas. Os espinhos podem picar a cada esquina. Ou porque os locais de venda nem sempre são os melhores ou porque os fiscais aparecem quando menos espera. Sabe que negocia de forma ilegal, mas tem de arriscar, que a fome dos filhos não lhe permite ficar em casa. Por isso, anseia pelo dia de ter uma banca num dos mercados formais.

Marcela Golome, 28 anos, também se agarrou à venda ambulante para contornar os obstáculos que a vida lhe colocou. Há dois anos que os gelados lhe aquecem a ajuda no sustento da família. “Compro três baldes de gelado e acabam no mesmo dia”, diz. Por cada um dá 500 kwanzas. O lucro é de 400. Nelson Manuel, estudante, 17 anos, optou



Os pequenos negócios ajudam a equilibrar a rendibilidade familiar

pela venda de sanduíches como forma, também ele, de ajudar a alcançar o orçamento lá em casa. Começou o negócio há um ano. Com a ajuda da irmã, prepara-as na véspera, à noite. Vende-as no dia seguinte aos alunos da escola Ngola Kiluanje.

Conciliar o trabalho com os estudos não lhe tem sido fácil, mas a

vontade de ser alguém faz com que não desista. Nem de vender, nem de estudar.

Marcos Jonácio é outro jovem negociante de rua. Dedicar-se, há dois anos, ao aluguer do telemóvel. Diz que o negócio lhe proporciona, semanalmente, cerca de 350 dólares. No banco guarda mais de mil. Para já.

“Muitos clientes, ao fazerem as

chamadas telefónicas, não controlam o tempo, nem aceitam pagar novamente, dificultando muito o meu negócio”, lamenta-se.

O sociólogo José Lencastre é de opinião que estes pequenos negócios ajudam várias famílias, que desta forma não têm de esperar pelo salário no final de cada mês. A crise financeira global, todavia, diz

o sociólogo José Lencastre, vai afectar, também, seriamente a actividade dos vendedores ambulantes, pois a maioria dos produtos que vendem são importados. “O meio de transportes vai, igualmente, dificultar o negócio dos pequenos empreendedores porque, com a crise financeira mundial, a tendência dos automobilistas é aumentarem os preços, razão pela qual muitos dos vendedores ambulantes não vão conseguir ultrapassar a situação e se forem de fora de Luanda acabam por regressar às terras de origem”, vaticinou. Esse regresso não será de todo negativo, diz o sociólogo, pois poderão nas terras de origem desenvolver actividade agrícola e não precisarão pagar a renda de casa, como acontece em Luanda.

Para o economista Kafuidiko Manuel, os pequenos negociantes não têm sabido reformular as estratégias face à difícil situação que o mundo vive. Defende que os negócios precisam de gestores capazes de avaliar outras oportunidades de investimento e de diversificar as formas de captação de recursos. “O Governo deve apoiar os pequenos negociantes com formação contínua”, opina.

Com isso, diz, beneficiam os negociantes e o próprio Governo com a arrecadação de mais receitas.

Kafuidiko Manuel entende que os vendedores ambulantes deviam organizar-se em cooperativas ou associações, para facilitar o trabalho do Estado na revisão da estrutura de custos e aconselha-os a pagar menos taxa de imposto. Dessa forma, acredita, havia melhor organização empresarial e surgiriam, certamente, propostas de financiamentos para os novos empreendedores.

# Prevalência da cólera e poliomielite ligada ao consumo de água imprópria

Ao todo, foram registados, em 2010, em Angola, 1.630 casos de cólera, referem dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) divulgados, ontem, em Luanda, num seminário sobre "tratamento da água para o consumo".

O oficial de projectos da UNICEF, Edson Monteiro, disse, à Angop, à margem do seminário, que uma avaliação da correlação entre as duas doenças, feitas em Luanda e em Benguela, mostrou que as áreas afectadas pela cólera têm maior probabilidade de serem afectadas pela poliomielite.

A avaliação, referiu, concluiu também que a prevalência da poliomielite e da cólera está fortemente associada ao consumo da água de fontes impróprias, como rios, lagos e canais de rega.

Em função do estudo feito, frisou, Luanda é a província que registou mais casos de cólera, poliomielite e de doenças diarreicas, sendo importante a campanha de distribuição de lixívia a nível domiciliário.

## Acesso à água potável

A falta de água potável em algumas localidades do país, disse, tem sido a principal causa de doenças

diarreicas, cólera, hepatite e outros problemas relacionados a higiene básica. Edson Monteiro declarou que o problema não está somente na escassez de água, mas também na qualidade, quando se tem.

"A água retirada de rios, lagos, cacimbas e outras fontes superficiais contém substâncias prejudiciais à saúde humana, tais como areias, microorganismos e outros parasitas, por isso, temos de tratá-la sempre antes de ser consumida", advertiu.

O acesso à água tratada, sublinhou, é necessidade humana prioritária e básica, que se associa à melhoria da higiene, o que é importante para a redução da pobreza, a sobrevivência infantil e a sustentabilidade do homem e do ambiental.

Dados da UNICEF revelam que morrem, anualmente, no mundo cerca de 12 milhões de pessoas por falta de água, das quais três milhões são crianças atacadas por doenças causadas pelo uso do líquido não tratado.

Em Angola, os Ministérios da Saúde, Energia e Águas e Educação, a direcção provincial da Saúde de Luanda e a UNICEF trabalham num programa multisectorial para a redução das doenças de transmissão fecal/oral, com uma campanha que promove medidas de higiene e de tratamento da água.

A campanha tem como objectivo



Jornalistas de diferentes órgãos de comunicação social durante o seminário

específico contribuir para a interrupção da transmissão da poliomielite em populações de alto risco nas zonas periurbanas de Luanda.

O organismo das Nações Unidas para a Infância pretende com a

campanha atingir, pelo menos, cem mil famílias em zonas críticas de Luanda, levando ao hábito da lavagem das mãos com sabão e, em momentos críticos, tratando a água com lixívia.

Fonte: Jornal de Luanda 2 abril. 2011

A PROCURA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

## Jovens lavam viaturas no Uíje para poderem sustentar famílias

NICODEMOS PAULO | Uíje

Na cidade do Uíje, muitos jovens ganham a vida lavando carros, em locais impróprios para o exercício da actividade, como na lagoa adjacente à piscina, localizada no Bairro Popular, ao longo da rua industrial e nos escombros das antigas instalações da Ex-Bangola do Norte.

Costa Manuel, 20 anos, lava carros na lagoa que fica junto à piscina do Bairro Popular. Conta que abandonou a aldeia onde nasceu quando tinha apenas dez anos. A família arrastou-o até ao Uíje em busca de maior segurança e de melhores condições de vida.

De lá para cá, nada mudou. Hoje, com 20 anos, o jovem sente a obrigação de contribuir para os rendimentos da família. "Trabalhar como lavador de carros é uma actividade muito difícil, mas é muito melhor do que ficar sem fazer nada. Estou nisto há quatro anos e trabalho todos os dias. Mas só durante o dia, porque à

noite vou à escola", frisou.

O jovem Costa Manuel revelou que o pouco que ganha tem contribuído para o sustento da sua família e para comprar livros, porque frequenta o ensino médio. Costa Manuel conseguiu terminar o curso básico de informática. "Eu sou técnico de informática, por isso, se me aparecer algo melhor, abandono esta actividade", rematou.

Bambi Miguel, 22 anos, vive com os pais mas afirma que o salário deles não chega para nada. Bambi começou a lavar carros há dez meses: "não ganhamos muito, mas dá jeito", afirmou.

Mauro Walter disse, que lavar carros é uma actividade passageira. "Está cada vez mais difícil conseguir emprego, então, é complicado um homem ficar sem fazer nada. Os dois ou três mil Kwanzas que ganho diariamente ajudam-me a resolver alguns problemas".

"Estou a frequentar a décima classe e sempre desejei ser militar das Forças Armadas Angolanas, mas isso também está difícil, e co-

mo a necessidade não espera, estou aqui a dar o brilho nos carros", desabafou.

### Estações de serviço

Na Rua do Comércio existe uma estação de serviço e, existe outra localizada na Rua Industrial. O gerente da estação da Rua do Comércio, Afonso Manuel afirma que, diariamente atende entre 10 a 15 viaturas. Os utentes de automóveis ligeiros pagam 1.500 kwanzas, enquanto os que aparecem com carrinhas desembolsam 2.500. Os camionistas pagam 7.000 kwanzas.

"Somos sete homens. Estamos aqui todos os dias, das 7 às 17 horas, de segunda a sábado. Trabalhamos para o dono da estação de serviço, mas o dinheiro feito no domingo é para os empregados", esclareceu. Afonso Manuel referiu que, a actividade é mais rentável no tempo da chuva, pois chegam a atender mais de 20 viaturas por dia.

Fonte: Jornal de Luanda 10 jul. 2009, p. 33.